



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

DANILO HEITOR CEVALLO CROSIATI

**NECRÓPOLES E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM
LONDRINA/PR - 1930 A 2025**

Londrina
2025

DANILO HEITOR CEVALLO CROSIATI

**NECRÓPOLES E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM
LONDRINA/PR - 1930 A 2025**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Edilson Luís de Oliveira.

Londrina
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

C951 Crosxiati, Danilo Heitor Cevallo .
NECRÓPOLES E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM LONDRINA/PR :
1930 A 2025. / Danilo Heitor Cevallo Crosxiati. - Londrina, 2025.
236 f. : il.

Orientador: Edilson Luís de Oliveira.
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina,
Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2025.
Inclui bibliografia.

1. Necrópoles do distrito sede de Londrina-PR - Tese. 2. Segregação socioespacial - Tese. 3. Expansão urbana de Londrina, mercado imobiliário e a influência das necrópoles neste processo - Tese. 4. Manifestações das diferentes religiões nas necrópoles de Londrina-PR - Tese. I. Oliveira, Edilson Luís de. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 91

DANILO HEITOR CEVALLO CROSIATI

**NECRÓPOLES E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM
LONDRINA/PR - 1930 A 2025**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Edilson Luís de Oliveira
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profª. Dra. Léia Aparecida Veiga
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Wagner Vinicius Amorim
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Londrina, 27 de agosto de 2025.

DECLARAÇÃO DE USO AUXILIAR DE INTELIGENCIA ARTIFICIAL – ChatGPT

Durante a elaboração desta dissertação, utilizamos a ferramenta de inteligência artificial **ChatGPT**, desenvolvida pela OpenAI (2025). Recorremos a essa ferramenta para apoio à organização textual, reformulação linguística, em especial correção de pontuação e correção ortográfica. O uso da ferramenta foi restrito a reelaboração do Resumo, Introdução e parágrafos finais da Conclusão.

A ferramenta foi utilizada de forma crítica, sempre com revisão, validação e reelaboração por parte do autor e orientador, não substituindo em nenhum momento a pesquisa bibliográfica, os referenciais teóricos nem a análise empírica desenvolvida. O uso do recurso visou otimizar a clareza e a coerência do texto acadêmico.

OPENAI. *ChatGPT*. São Francisco, CA: OpenAI, 2025. Disponível em: <<<https://chat.openai.com>>>. Acesso em: 16 e 17 de julho de 2025.

AGRADECIMENTOS

A Edilson Luís de Oliveira, mestre e amigo, presente em toda esta caminhada, que já soma mais de duas décadas;

À equipe do Arquivo Público de Londrina pelos incansáveis esforços no levantamento de documentos, meu mais profundo agradecimento aos servidores Benigno e Cida;

À equipe do NDPH-UEL por me terem permitido lá passar horas a fio, imerso nos seus arquivos, em especial ao servidor Claudiney;

Às equipes da Biblioteca Central e Setorial da UEL;

À Professora Dra. Eloiza Cristiane Torres, por ter me apoiado e me dado o incentivo a retornar após tantos anos;

À Professora Dra. Ideni Terezinha Antonello, pelo apoio e incentivo;

Às Professoras Dras. Leia Veiga e Jeani Paschoal Moura, que me apoiaram e seguraram minha mão, quando a saúde não ajudou;

À Professora Dra. Sônia Gimenez, que tanto me orientou e tanto dispendeu de seu tempo a mim;

À equipe da ACESF, na pessoa de Luci Yoshida que prontamente me forneceram subsídios para a pesquisa;

A todos os servidores da ACESF lotados em cemitérios de Londrina, que solicitamente me auxiliaram em conversas, entrevistas e informações;

Ao diretor superintendente da ACESF, Péricles Deliberador, pelo apoio à realização da pesquisa;

Ao Professor Dr. Sérgio Nabarro, que acreditou em meu potencial desde o início e nunca deixou de proferir palavras de incentivo;

Ao Sheikh Anis Orra, da Mesquita Rei Faiçal, pela entrevista e solicitude;

À mais bela irmã que se pode ter, Giovana, que tanto ouviu sobre esta dissertação e tanto incentivou sua execução;

À mãe, Neusa Maria Cevallo Crosxiati, por ter acreditado em minha capacidade;

À sobrinha Íris, que apoiou, incentivou e confiou em minha capacidade;

À esposa Carolina, que foi a razão para meu retorno à vida acadêmica, que com seu amor e dedicação, segura minha mão e caminha comigo, sem você meu bem esta dissertação não existiria;

À filha Bia, que não deixa de se interessar por nada que me seja importante e devota tanto amor a mim.

*Se queres bem empregar a tua vida,
pensa na morte :.*

RESUMO

CROSIATI, Danilo Heitor Cevallo. **Necrópoles e produção do espaço urbano em Londrina/PR - 1930 a 2025**. 2025. 236 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina – PPGEO-UEL) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.

Entre todas as criações coletivas da humanidade, a cidade talvez seja a mais complexa. As cidades reúnem as mais variadas expressões da existência humana, incluindo seus modos de lidar com a morte e com os mortos. Na modernidade, os cemitérios – ou necrópoles – passaram a integrar a estrutura urbana. À luz da geografia urbana, essa inserção suscita importantes questões e reflexões. Nesse sentido, buscamos compreender o papel das necrópoles no processo de desenvolvimento urbano de Londrina-PR, identificando as motivações para a instalação de cada necrópole nos respectivos locais em que se encontram atualmente. Na sequência, buscamos compreender como os processos de segregação socioespacial se fazem presentes nas necrópoles londrinenses, ou seja, analisamos como algumas contradições da sociedade dos vivos se replicam nos cemitérios. Para tanto, partimos de considerações de ordem teórico-metodológica, articulando diversas categorias científicas como: espaço, tempo, paisagem, formas, funções, processos, estruturas, fixos e fluxos. Utilizamos os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa documental, análise bibliográfica, visitas de campo, entrevistas qualitativas com servidores da Administração dos Cemitérios e Serviços Funerários de Londrina (ACESF), entrevistas com representantes das necrópoles privadas, pesquisa quantitativa, através da plataforma *Google Forms*, com a participação de 119 pessoas que possuem jazigos em cemitérios do distrito sede de Londrina-PR ou que os visitam com regularidade. Foram analisados também fatores relacionados aos aspectos econômicos do desenvolvimento da cidade, tais como renda familiar; preço médio do metro quadrado no entorno dos cemitérios, com base na Planta Genérica de Valores (PGV); preços praticados pela ACESF na comercialização de jazigos; taxas de manutenção em cemitérios públicos; e preços de jazigos e serviços nas necrópoles particulares. Buscou-se ainda analisar aspectos sociais, com ênfase às questões relacionadas à maneira como as diferentes religiões se expressam nos cemitérios urbanos de Londrina. Os resultados da pesquisa indicam que as necrópoles de Londrina apresentam reflexos da segregação socioespacial característica da formação socioespacial brasileira. Verificamos que os valores praticados pelas empresas privadas e as diferenciações de preços praticados pela ACESF possuem nítida relação com valores estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Londrina para a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Questões como acessibilidade e proximidade a determinados elementos da estrutura dos cemitérios figuraram entre as que diferenciam as localizações de túmulos no interior das necrópoles. Outro resultado obtido foi a explicitação de uma clara tendência de diferenciar os cemitérios públicos e privados, considerando que, em diversos aspectos, estes últimos são superiores aos cemitérios públicos. Outro aspecto verificado é a presença de diferentes manifestações religiosas de várias matizes religiosas nos cemitérios. Conclui-se, nesse sentido, que as necrópoles vão muito além dos serviços prestados enquanto meros equipamentos urbanos; as necrópoles abarcam a memória, a identidade familiar e a religiosidade presentes na sociedade.

Palavras-chave: Produção do Espaço; Desenvolvimento Urbano; Segregação Socioespacial; Necrópoles; Londrina.

ABSTRACT

CROSSIATI, Danilo Heitor Cevallo. **Necropolises and production of urban space in Londrina/PR - 1930 to 2025**. 2025. 236 p. Master's Dissertation (Graduate Program in Geography at the State University of Londrina – PPGEU-UEL) – Department of Geography, State University of Londrina, Londrina, 2025.

Among all of humanity's collective creations, the city is perhaps the most complex. Cities bring together the most varied expressions of human existence, including its ways of dealing with death and the dead. In modern times, cemeteries—or necropolises—became integral to the urban structure. In light of urban geography, this inclusion raises important questions and reflections. In this sense, we seek to understand the role of necropolises in the urban development process of Londrina, Paraná, identifying the motivations for the establishment of each necropolis in their respective locations. Next, we seek to understand how processes of socio-spatial segregation are present in Londrina's necropolises; that is, we analyze how some contradictions of the society of the living are replicated in cemeteries. To this end, we begin with theoretical and methodological considerations, articulating various scientific categories such as space, time, landscape, forms, functions, processes, structures, fixed objects, and flows. We used the following methodological procedures: documentary research, bibliographic analysis, field visits, qualitative interviews with employees of the Administration of Cemeteries and Funeral Services of Londrina (ACESF), Interviews with representatives of private cemeteries were conducted, and quantitative research was conducted using *Google Forms*, involving 119 individuals who own plots in cemeteries in the Londrina-PR district or who visit them regularly. Factors related to the city's economic development were also analyzed, such as family income; the average price per square meter in the cemetery area, based on the Generic Value Plan (PGV); prices charged by ACESF for the sale of plots; maintenance fees in public cemeteries; and the prices of plots and services in private cemeteries. Social aspects were also analyzed, with an emphasis on issues related to the way different religions are expressed in Londrina's urban cemeteries. The research results indicate that Londrina's cemeteries reflect the socio-spatial segregation characteristic of Brazil's socio-spatial structure. We found that the prices charged by private companies and the price differentiations charged by ACESF clearly correlate with the values established by the Londrina City Hall for Urban Property and Land Tax (IPTU). Issues such as accessibility and proximity to certain elements of the cemetery structure were among those that differentiate the locations of tombs within the cemeteries. Another result revealed a clear tendency to differentiate between public and private cemeteries, considering that, in several respects, the latter are superior to public cemeteries. Another aspect observed is the presence of diverse religious manifestations of various religious hues in the cemeteries. In this sense, we conclude that cemeteries go far beyond the services provided as mere urban facilities; they encompass memory, family identity, and religiosity present in society.

Key-words: Space Production; Urban Development; Sociospatial Segregation; Necropolises; Londrina.

RÉSUMÉ

CROSIATI, Danilo Heitor Cevallo. **Nécropoles et production de l'espace urbain à Londrina/PR - 1930 à 2025**. 2025. 236 p. Mémoire de master (Programme d'études supérieures en géographie de l'Université d'État de Londrina – PPGEO-UEL) – Département de géographie, Université d'État de Londrina, Londrina, 2025.

Parmi toutes les créations collectives de l'humanité, la ville est peut-être la plus complexe. Les villes rassemblent les expressions les plus variées de l'existence humaine, y compris ses façons d'aborder la mort et les défunts. À l'époque moderne, les cimetières – ou nécropoles – sont devenus partie intégrante de la structure urbaine. À la lumière de la géographie urbaine, cette inclusion soulève d'importantes questions et réflexions. Dans ce sens, nous cherchons à comprendre le rôle des nécropoles dans le processus de développement urbain de Londrina, au Paraná, en identifiant les motivations de l'implantation de chaque nécropole à son emplacement respectif. Ensuite, nous cherchons à comprendre comment les processus de ségrégation socio-spatiale sont présents dans les nécropoles de Londrina ; autrement dit, nous analysons comment certaines contradictions de la société des vivants se reproduisent dans les cimetières. Pour ce faire, nous commençons par des considérations théoriques et méthodologiques, en articulant diverses catégories scientifiques telles que l'espace, le temps, le paysage, les formes, les fonctions, les processus, les structures, les objets fixes et les flux. Nous avons utilisé les procédures méthodologiques suivantes : recherche documentaire, analyse bibliographique, visites de terrain, entretiens qualitatifs avec des employés de l'Administration des cimetières et des services funéraires de Londrina (ACESF), Des entretiens avec des représentants de cimetières privés ont été menés, ainsi qu'une recherche quantitative réalisée à l'aide de *Google Forms* auprès de 119 personnes possédant des parcelles dans des cimetières du district de Londrina-PR ou les fréquentant régulièrement. Des facteurs liés au développement économique de la ville ont également été analysés, tels que le revenu familial ; le prix moyen du mètre carré dans la zone du cimetière, basé sur le Plan de Valeur Générique (PGV) ; les prix pratiqués par l'ACESF pour la vente des parcelles ; les frais d'entretien dans les cimetières publics ; et les prix des parcelles et des services dans les cimetières privés. Les aspects sociaux ont également été analysés, en mettant l'accent sur les questions liées à la manière dont les différentes religions s'expriment dans les cimetières urbains de Londrina. Les résultats de la recherche indiquent que les cimetières de Londrina reflètent la ségrégation socio-spatiale caractéristique de la structure socio-spatiale du Brésil. Nous avons constaté que les prix pratiqués par les entreprises privées et les différenciations de prix pratiqués par l'ACESF sont clairement corrélés aux valeurs établies par l'IPTU (impôt foncier et foncier urbain) de la mairie de Londrina. Des facteurs tels que l'accessibilité et la proximité de certains éléments de la structure du cimetière figurent parmi les facteurs qui différencient l'emplacement des tombes au sein des cimetières. Un autre résultat a révélé une nette tendance à différencier les cimetières publics et privés, considérant que, sous plusieurs aspects, ces derniers sont supérieurs aux cimetières publics. Un autre aspect observé est la présence de diverses manifestations religieuses de diverses nuances religieuses dans les cimetières. En ce sens, nous concluons que les cimetières vont bien au-delà des simples services fournis en tant qu'équipements urbains ; ils englobent la mémoire, l'identité familiale et la religiosité présente dans la société.

Mots-clés: Production Spatiale; Développement Urbain; Ségrégation Socio-spatiale; Nécropoles; Londrina.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	–	Planta inicial da cidade de Londrina, elaborada pela CTNP em 1932.....	97
Figura 2	–	Londrina em 1935.	98
Figura 3	–	Inauguração do Cemitério Municipal de Londrina em 1932	99
Figura 4	–	Cemitério São Pedro no final dos anos 1930	100
Figura 5	–	Comparativo sobre o desenvolvimento do entorno do Cemitério São Pedro entre 1949 e 2023	101
Figura 6	–	Planta do Patrimônio Heimtal, projetada pelo engenheiro Alexandre Rasgulaef, da CTNP.....	103
Figura 7	–	Planta de parte da zona norte de Londrina, incluindo o Patrimônio Heimtal 1988	104
Figura 8	–	Aproximação da malha urbana de Londrina em direção ao Patrimônio Heimtal entre 1974 e 2023.....	106
Figura 9	–	Área piloto de implantação do Projeto CURA, Parque Guanabara, com indicação do cemitério Papa João XXIII na área de atuação do projeto	113
Figura 10	–	Evolução da ocupação do entorno e da parte interna do cemitério João XXIII entre 1970 e 2023	115
Figura 11	–	Evolução da ocupação do entorno e da estrutura interna do cemitério Padre Anchieta entre 1970 e 2023.....	124
Figura 12	–	Planta do bairro Jardim Ideal e adjacências, realizada no ano de 1988	125
Figura 13	–	Reportagem que discute a decisão do executivo municipal em ampliar o Cemitério Padre Anchieta e a contestação da medida pela população local	126
Figura 14	–	Londrina 1976, expansão ainda predominante na zona leste, oeste e sul do quadrilátero inicial.....	128
Figura 15	–	Matéria do Jornal Folha de Londrina retratando os recursos utilizados para a realização das inumações em 1982, um período em que houve o esgotamento do sistema de necrópoles de Londrina	130
Figura 16	–	Planta urbana parcial de Londrina em 1983, com tendências de adensamento populacional	131
Figura 17	–	Entrevista do diretor superintendente da ACESF, Wilson Battini,	

	para o Jornal Folha de Londrina, detalhando a decisão de implantar um novo cemitério na zona norte de Londrina.....	132
Figura 18	– Reportagens da Folha de Londrina veiculadas respectivamente em 13 de abril e 20 de junho de 1984, informando a população sobre a recém-inaugurada necrópole, suas dimensões, características e funcionamento.....	134
Figura 19	– Evolução da ocupação do entorno e da estrutura interna do Cemitério Jardim da Saudade, entre 1991 e 2023.....	136
Figura 20	– Planta do Cemitério São Paulo e Islâmico.....	146
Figura 21	– Evolução da ocupação do entorno dos cemitérios Parque das Oliveiras, São Paulo e Islâmico entre 1950 e 2021.....	148
Figura 22	– Tabela de preços praticada pelo Cemitério Parque das Allamandas.....	154
Figura 23	– Sequência do processo de preparação do cadáver e sepultamento de acordo com o Islã.....	217
Figura 24	– Tipos de sepultura aceitos pelo Islã.....	218

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** – Linha do tempo dos cemitérios de Londrina.....95
- Gráfico 2** – Variações percentuais dos valores médios da PGV e renda familiar média dos bairros próximos às necrópoles, preços dos terrenos e taxas de manutenção dos cemitérios públicos urbanos do distrito sede de Londrina-PR, tendo como base os valores do Cemitério São Pedro.....182
- Gráfico 3** – Participantes residentes e não residentes em Londrina, valores percentuais.....185
- Gráfico 4** – Faixa etária dos entrevistados, em azul o percentual corresponde aos participantes entre 19 e 29 anos; em laranja, o grupo compreendido entre 30 e 59 anos e em cinza, os participantes com 60 anos ou mais.....185
- Gráfico 5** – Grau de escolaridade dos participantes da pesquisa, valores percentuais.....186
- Gráfico 6** – Existência de melhores ou piores localizações dentro dos cemitérios187
- Gráfico 7** – Religião professada pelos participantes da pesquisa, valores percentuais.....190
- Gráfico 8** – Frequência com que os participantes da pesquisa visitam os cemitérios, por faixa etária, valores percentuais191
- Gráfico 9** – Qual é a melhor forma de sepultamento segundo os participantes da pesquisa, por faixa de idade, valores percentuais.....192

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Cemitério em que os participantes da pesquisa possuem jazigos	186
Tabela 2	– Cemitérios considerados melhores na opinião dos participantes da pesquisa	188
Tabela 3	– Razões pelas quais os entrevistados visitam os cemitérios	191
Tabela 4	– População de Londrina por religião professada entre 1940 e 2010	196

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Valor médio do metro quadrado com base na PGV (2017) e renda média por bairros (2010) próximos a cada necrópole pública urbana municipal do distrito sede de Londrina; valores dos terrenos e das taxas de manutenção (2024) dos cemitérios públicos urbanos do distrito sede de Londrina.....	179
--	-----

LISTA DE MAPAS

- Mapa 1** – Localização dos cemitérios urbanos do distrito sede de Londrina com indicação do ano de implantação96
- Mapa 2** – Expansão da área urbana de Londrina entre 1932 e 2021 com indicação da localização das necrópoles urbanas do distrito sede de Londrina150
- Mapa 3** – Cemitérios públicos urbanos do distrito sede de Londrina e os bairros selecionados para a análise comparativa de valores médios da PGV e da renda familiar178

LISTA DE FOTOS

Foto 1	–	Entrada do Cemitério São Pedro em 2025	100
Foto 2	–	Exemplo de campa antiga, dos habitantes do ainda patrimônio alemão, que confere caráter histórico à necrópole do Heimtal.....	108
Foto 3	–	Vista parcial do Cemitério do Heimtal. Notar presença de túmulos antigos e de jazigos modernos, junto às campas em ruínas	109
Foto 4	–	Vista parcial do Cemitério João XXIII	114
Foto 5	–	Vista parcial do Cemitério Parque das Oliveiras.....	117
Foto 6	–	Vista parcial da entrada do Cemitério Municipal Padre Anchieta	122
Foto 7	–	Vista parcial do Cemitério Municipal Padre Anchieta.....	122
Foto 8	–	Vista parcial do Cemitério Padre Anchieta, em primeiro plano o “Cruzeiro das Almas”	123
Foto 9	–	Vista parcial do Cemitério Jardim da Saudade. Em primeiro plano o “Cruzeiro das Almas”	135
Foto 10	–	Vista parcial do Cemitério Jardim da Saudade, em primeiro plano, a alameda principal de acesso aos jazigos	137
Foto 11	–	Vista geral da fachada do Cemitério Islâmico de Londrina	139
Foto 12	–	Entrada do Cemitério Islâmico em passagem pelo interior do Cemitério Municipal São Paulo.....	142
Foto 13	–	Entrada do Cemitério Municipal São Paulo.....	146
Foto 14	–	Vista parcial do Cemitério Municipal São Paulo.....	149
Foto 15	–	Entrada do Cemitério Parque das Allamandas.....	151
Foto 16	–	Vista geral do Cemitério Parque das Allamandas	152
Foto 17	–	Vista da superfície do chamado “Conjugado Allamandas”, observar as tampas de concreto por onde os sepultamentos são feitos e a plena integração da estrutura à proposta da necrópole privada Cemitério Parque das Allamandas	158
Foto 18	–	Tampas de concreto que são removidas para a realização das inumações no chamado “Conjugado Allamandas”	160
Foto 19	–	Entrada para os corredores que dão acesso à estrutura de lóculos do chamado “Conjugado Allamandas”	160
Foto 20	–	Vista da estrutura de lóculos do chamado “Conjugado Allamandas”, observar, no alto, as aberturas por onde os sepultamentos são feitos.....	161

Foto 21 –	Entrada do Cemitério João XXIII	171
Foto 22 –	Vista parcial do Cemitério João XXIII, notar a grande declividade e, ao fundo, o fundo de vale	171
Foto 23 –	Cemitério São Pedro, em primeiro plano, o “Cruzeiro das Almas” e alguns jazigos, ao fundo, a contiguidade com a verticalização do centro de Londrina	173
Foto 24 –	Estrutura de sepultamentos do tipo necrópole vertical, em implantação no Cemitério Jardim da Saudade	193
Foto 25 –	“Cruzeiro das almas” do Cemitério do Heimtal e exemplos de “trabalhos” ou “entregas” ali depositadas	198
Foto 26 –	Vista geral dos jazigos do Cemitério Islâmico de Londrina	216

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACESF	Administração dos Serviços Funerários de Londrina
AEBEL	Associação Evangélica Beneficente de Londrina
BNH	Banco Nacional de Habitação
COHAB-LD	Companhia de Habitação de Londrina
CURA	Comunidade Urbana Recuperação Acelerada
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
NDPH	Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica
PGV	Planta Genérica de Valores
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
UEL	Universidade Estadual de Londrina

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	23
2.	NECRÓPOLES NO ESPAÇO URBANO: REFERENCIAL TEÓRICO, CONSTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	26
2.1	Principais categorias e conceitos utilizados na análise do sistema dos cemitérios de Londrina	27
2.2	Procedimentos metodológicos	37
2.3	Estado, capital e planejamento urbano na produção dos cemitérios urbanos	42
2.4	Características intrínsecas das necrópoles urbanas horizontais e suas conexões com a dimensão simbólico-cultural	50
3.	CONTEXTO HISTÓRICO DOS PROCESSOS DE INUMAÇÃO	64
3.1	A morte na antiguidade	64
3.2	A morte na idade média	68
3.3	A morte e o iluminismo na modernidade	75
3.4	Os embates acerca das práticas funerárias em Portugal nos séculos XVIII e XIX	82
3.5	Conflito entre igreja e sanitaristas em Portugal	83
3.6	Igreja, Estado e secularização das práticas funerárias no Brasil	88
4.	CEMITÉRIOS NA PLANTA URBANA DE LONDRINA- PR	95
4.1	Os primeiros cemitérios de Londrina-PR – Heimtal e São Pedro, dos anos 1930 aos anos 1960	97
4.2	A primeira fase de expansão dos espaços cemiteriais nos anos 1960: Cemitérios João XXIII, Padre Anchieta e Parque das Oliveiras	110
4.3	A segunda fase de expansão dos espaços cemiteriais: os anos 1980 e os cemitérios Jardim da Saudade, São Paulo e Islâmico	126
4.4	Os anos 2000 e a consolidação dos espaços cemiteriais privados: o Parque das Allamandas	150

5.	INFLUÊNCIAS DAS NECRÓPOLES NO ESPAÇO URBANO DO DISTRITO SEDE DE LONDRINA-PR.....	164
5.1	O papel das necrópoles urbanas do distrito sede de Londrina-PR na perspectiva dos corretores de imóveis	165
5.2	Relação entre os preços praticados nas necrópoles urbanas do distrito sede de Londrina-PR, os valores da PGV nos bairros próximos às necrópoles e a renda familiar dos habitantes destes bairros	177
5.3	Perfil dos participantes da pesquisa realizada com proprietários de jazigos e frequentadores das necrópoles urbanas do distrito sede de Londrina-PR.....	184
5.4	Manifestações das diferentes religiões nas necrópoles urbanas de Londrina-Pr	189
6.	CONCLUSÕES	200
	REFERÊNCIAS	205
	APÊNDICES.....	215
	APÊNDICE A – Características do sepultamento islâmico.....	216
	APÊNDICE B – Referências das entrevistas realizadas e citadas na dissertação	220
	APÊNDICE C – Roteiro da entrevista realizada com a gerente do Cemitério Parque das Allamandas, sra. Jéssica Helen da Silva Hapcham	222
	APÊNDICE D – Roteiro da entrevista realizada com o gerente do Cemitério Parque das Oliveiras, Sr. Andrey da Silva Berli.....	224
	APÊNDICE E – Roteiro da entrevista realizada com o Sheik Anis Mohamed Orra, responsável pelo Cemitério Islâmico.....	226
	APÊNDICE F – Roteiro das entrevistas realizadas com corretores de imóveis atuantes no mercado imobiliário de Londrina.....	228
	APÊNDICE G – Roteiro das entrevistas realizadas com servidores da ACESF lotados nos cemitérios públicos do distrito sede de Londrina	229

APÊNDICE H – Roteiro da pesquisa realizada pela plataforma <i>Google Forms</i>	231
--	-----

1. INTRODUÇÃO

A cidade, o mais complexo produto da ação humana, reúne e combina em si inúmeras características inerentes ao ser humano em sua condição individual, suas idiossincrasias presentes em toda dimensão do espaço vivido. Simultaneamente, combina o vivido com as heranças da história, dos modos de produção passados e do modo de produção predominante na contemporaneidade. Assim, a cidade expressa de forma única as contradições, ambiguidades e paradoxos da vida humana e dos espaços historicamente produzidos e vividos.

O espaço urbano e, em especial a cidade, sua expressão mais densa e concentrada, está em constante mutação. As sociedades constroem as cidades e são, também, influenciadas por elas. As transformações tecnológicas, sociais e culturais impõem à cidade reestruturações constantes, tornando quase permanentes os ciclos de construção, destruição e reconstrução. Poucas formas urbanas conseguem resistir a esses processos. No entanto, algumas delas, por desempenharem funções profundamente ligadas ao simbólico, passam a ter graus mais ou menos elevados de fixidez. Resistem e permanecem como incrustações de tempos passados num espaço constantemente transformado por sucessivos processos de modernização. As necrópoles são um claro exemplo dessas permanências. Permanência que deve ser compreendida em termos relativos e parciais, pois as modernizações incidem também sobre os cemitérios.

O estudo sobre as necrópoles urbanas do distrito sede de Londrina-PR partiu do interesse por esses equipamentos, de suma importância para qualquer cidade. De diversas formas, os cemitérios influenciam a sociedade em que estão inseridos. As necrópoles incorporam em si não somente a finalidade prática para a qual foram construídas – isto é, o sepultamento dos mortos –, mas também engendram aspectos sociais, religiosos, econômicos e simbólicos, direta ou indiretamente ligados ao imaginário das pessoas. Influenciam ainda, o entorno dos sítios onde estão instalados e são influenciados por ele. Em geral, construídas fora dos limites da área urbana, são englobadas por esta nos processos de expansão das cidades.

A questão principal que norteou a pesquisa está intimamente ligada aos processos de segregação socioespacial que ocorrem na produção do espaço urbano. Nosso objetivo foi compreender como os processos de segregação socioespacial influenciam tanto a localização e produção de cemitérios em Londrina quanto a estruturação interna desses equipamentos.

Para atingir nossos objetivos, recorreremos a uma estrutura teórico-metodológica fundamentada em um método analítico, com enfoque crítico e histórico sobre as

dinâmicas e práticas sociais. Dialogamos com uma série de autores, dentre os quais destacamos, Jaqueline Beaujeu-Garnier (1980), Milton Santos (1977, 1998, 1999, 2002, 2004, 2012a, 2012b, 2014), Maria Encarnação B. Spósito (1988, 2012), Arthur M. Whitacker (2007) e Henri Lefebvre (1991, 2008, 2013, 2016). A partir das diversas obras desses autores e autoras, reunimos um conjunto de categorias científicas fundamentais para a construção da pesquisa, que possibilitaram compreender claramente o papel das necrópoles no espaço urbano do distrito sede de Londrina-PR. As principais categorias analíticas empregadas foram: espaço, tempo, paisagem, formas, funções, processos, estruturas, fixos e fluxos.

Como procedimentos metodológicos, utilizamos pesquisa bibliográfica, análise documental, visitas de campo e entrevistas qualitativas¹ com servidores da ACESF alocados nos cemitérios do distrito sede de Londrina-PR, bem como com representantes das necrópoles privadas. Realizamos, ainda, dez entrevistas com corretores de imóveis, entre os dias 31 de março e 10 de abril de 2025, em diferentes zonas da cidade: uma imobiliária localizada na zona leste, três na área central, três na zona norte, uma na zona sul (Gleba Palhano) e duas na zona oeste. Também conduzimos uma pesquisa quantitativa², por meio da plataforma *Google Forms*³, com 119 participantes que possuem jazigos ou visitam regularmente as necrópoles do distrito sede de Londrina-PR.

Utilizamos, adicionalmente, dados da Planta Genérica de Valores (PGV) de 2017, da tabela de valores da ACESF (2024) e da renda familiar (2010) dos moradores de bairros próximos a cada necrópole pública municipal. Esses dados permitiram investigar possíveis correlações entre os valores da PGV — que servem de base para o cálculo do IPTU pela Prefeitura Municipal de Londrina — e os preços praticados pela ACESF nos cemitérios sob sua administração.

Estabelecemos também comparações entre as necrópoles privadas e o Cemitério São Pedro — o cemitério público mais central e localizado em uma área de maior verticalização em Londrina —, onde se registram os maiores preços praticados pela ACESF. Os cemitérios Islâmico e Conjugado Allamandas foram excluídos dessa análise, uma vez que não

¹ Entrevistas com servidores dos Cemitérios públicos, com os gerentes dos cemitérios privados, com o Sheik Anis Orta, responsável pela Mesquita Rei Façal e pelo Cemitério Islâmico de Londrina, além de entrevistas com corretores de imóveis de imobiliárias localizadas em diferentes zonas da cidade de Londrina.

² Pesquisa realizada através do *Google Forms*, com 119 participantes divididos entre as faixas etárias 18 a 29 anos; 30 a 59 anos e acima de 60 anos sobre suas percepções dos cemitérios urbanos do distrito-sede de Londrina-PR.

³ A pesquisa foi realizada entre os dias 20 de março e 04 de abril de 2025, o formulário eletrônico em cuja estrutura estava disposto o termo de consentimento livre e esclarecido, foi disseminado através do aplicativo *whatsapp*, pelo conceito de “bola de neve” entre diversos grupos que o levaram à diante. O número de 119 participantes é decorrente do encerramento do prazo de resposta ao questionário.

comercializam terrenos ou lóculos: o primeiro é destinado exclusivamente a sepultamentos de pessoas da religião islâmica, e o segundo é utilizado em caráter rotativo, sem fins comerciais.

A presente dissertação está estruturada em 6 seções, além desta introdução. Na Seção 2 apresentamos as razões da predominância de necrópoles horizontais em Londrina-PR. Para isso, realizamos uma análise dos processos históricos que levaram a sociedade brasileira — e, em particular, a londrinense — a adotar esse modelo de sepultamento. Trata-se de cemitérios nos quais os corpos são sepultados em gavetas, sobre ou sob o solo, com a construção de túmulos, capelas e outras estruturas em alvenaria, geralmente decoradas com elementos religiosos que refletem os valores e a identidade das famílias ali representadas.

Na Seção 3 fazemos um resgate do contexto histórico dos processos de inumação na civilização ocidental, passando pela antiguidade, Idade Média, Iluminismo e modernidade, as questões envolvendo o higienismo que pretendia a separação dos cemitérios das áreas habitadas, por identificar estes espaços como potenciais vetores de doenças, os processos de transformação do sistema de inumação em Portugal e, por fim, as relações entre Estado, Igreja e a secularização das necrópoles brasileiras. Desta forma, podemos compreender as razões para o predomínio do sistema horizontal de sepultamentos na sociedade brasileira e londrinense.

Na Seção 4 realizamos uma análise acurada dos processos que culminaram com a instalação das necrópoles públicas e privadas do distrito sede de Londrina, pontuando os processos de desenvolvimento da malha urbana da cidade e relacionando-os com as necrópoles nela instaladas.

Na Seção 5 trazemos os resultados de pesquisas de campo, entrevistas presenciais e pesquisa efetuada pela plataforma *Google Forms*, além de uma análise dos dados oriundos da Planta Genérica de Valores (PGV), da tabela de preços praticada pela ACESF nas necrópoles administradas pela autarquia, bem como os preços praticados nas necrópoles privadas e, ainda, a renda familiar média dos bairros próximos a cada necrópole pública urbana do distrito sede de Londrina. Podendo, assim, identificar dados relativos à presença dos reflexos da segregação socioespacial da cidade de Londrina também nas necrópoles, bem como, analisar os reflexos que os cemitérios causam no entorno dos sítios onde estão instalados.

Por fim, na Seção 6, apresentamos as conclusões desta dissertação de mestrado, destacando as principais contribuições da pesquisa e possíveis caminhos para investigações futuras sobre o tema.

2. NECRÓPOLES NO ESPAÇO URBANO: REFERENCIAL TEÓRICO, CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

Para engendrar a discussão acerca das necrópoles urbanas de Londrina, faz-se necessário, ainda que brevemente, discutir alguns conceitos geográficos que nos auxiliem nessa tarefa. A complexidade das relações no espaço urbano é tamanha e tão multifacetada que exige uma análise pautada em diversos prismas. Nesse sentido, faz-se oportuno recorrer às palavras de Beaujeu-Garnier (1980, p. 02):

O espaço, os habitantes, o papel das cidades, tal é a trilogia dos pontos de vista da geografia urbana. Mas importa precisar esta afirmação simplificadora com a necessidade de considerar estes três aspectos simultaneamente na complexidade das suas estruturas internas e nas suas inter-relações múltiplas, quer dizer, de pôr em evidência a realidade das relações sistemáticas no quadro urbano; e a obrigação de ter em conta o factor tempo, introduzindo no sistema, segundo as circunstâncias, o elemento de evolução linear complexo ou uma descontinuidade susceptível de modificar sensivelmente o equilíbrio da combinação.

Diante do exposto, pode-se observar que na análise da produção do espaço urbano e das práticas sociais ligadas a esse processo, a Geografia precisa levar em conta as multifacetárias e complexas relações sociais em uma perspectiva geográfica, isto é, as relações das pessoas entre si, com o espaço e com o tempo. Assim como em outros espaços, nas cidades o principal atuante, independente do papel que desempenhe, é o ser humano. Ele jamais é um mero observador da realidade. Na vida em sociedade mesmo a mais simples pessoa, de alguma forma, participa dos processos urbanos, influenciando sobre eles, ainda que de maneira discreta.

*No hay duda alguna de que en el espacio practico y en la practica espacial existen relaciones de inclusion-exclusion, de implicacion y de explicacion. Un <ser humano> no tiene el espacio social ante y alrededor de el — el espacio de su sociedade — como un cuadro, un espectaculo o un espejo. Sabe que *tiene* un espacio y que *está* en ese espacio. No disfruta solo de una vision, de una contemplacion o de un espectaculo: actua y se situa en el espacio como participe activo. En ese sentido, se situa en una serie de envolturas que se implican reciprocamente y cuya secuencia explica la practica social (Lefebvre, 2013, p. 331).*

O ambiente da cidade é produzido, construído e reconstruído estruturado e reestruturado continuamente. Mudam e se acumulam também os modos pelos quais as sociedades se apropriam das cidades, ou seja, as práticas espaciais. Transformações cíclicas de destruição e reconstrução modificam usos em decorrência de novas necessidades e novos modos de produção, induzem alterações das funções de partes da cidade e, conseqüentemente, das relações das partes com o todo da estrutura urbana. A cidade é viva, fonte de relações e de conflitos, pautada em embates, os mais diversos.

Para que as hipóteses que motivaram esta pesquisa, quais sejam, de que as necrópoles refletem a segregação socioespacial da sociedade londrinense, representando papel importante na produção do espaço urbano, de que os preços praticados, sobretudo pelas ACESF, estão diretamente relacionados à localização onde cada necrópole administrada por esta autarquia estão inseridas, ou seja, as necrópoles refletem diretamente a sociedade em geral, utilizamos as categorias de análise espaço, tempo, paisagem, formas, funções, processos, estruturas, fixos e fluxos.

2.1 PRINCIPAIS CATEGORIAS E CONCEITOS UTILIZADOS NA ANÁLISE DO SISTEMA DOS CEMITÉRIOS DE LONDRINA

Milton Santos propõe que “por espaço, vamos entender o meio, o lugar material da possibilidade dos eventos” (1998, p. 41), ou poderíamos dizer, o lugar das *práticas sociais* de que nos fala Henri Lefebvre (2013). Vale ressaltar da definição de Milton Santos a noção de materialidade associada ao espaço, o que lhe confere certo caráter palpável e mutável, enquanto possibilidade material do desenvolvimento das ações e da prática social.

O espaço deve ser considerado com um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente, da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois, têm um papel na realização social (Santos, 2014, p. 10).

Considerar o espaço urbano como conjunto indissociável e contraditório de objetos e ações permite tratar as questões da cidade de forma integrada e ao mesmo tempo analítica e ainda incluir a perspectiva do tempo, do processo histórico. Numa outra perspectiva, pode-se associar à categoria “espaço” às relações históricas, ou seja, a relação tempo-espaço permite explicar processos de transformação espacial geradas pelas ações, especialmente quando tratamos das cidades.

Entendemos que o espaço é história e nesta perspectiva, a cidade de hoje, é o resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos, engendradas pelas relações que promovem estas transformações (Spósito, 1988, p. 11).

Assim, na perspectiva de Spósito (1988), a noção de espaço e, especialmente a noção de cidade, são indissociáveis da história. O espaço urbano é, em um dado momento, o resultado das ações e das coexistências ao longo do tempo. O resultado das transformações

sucessivas que a sociedade realizou sobre determinado lugar em um dado período. Portanto, o tempo é fator preponderante nas transformações urbanas. É causa e, de certa forma, consequência da constante mutabilidade da paisagem urbana. É elemento essencial das relações dialéticas que permite analisar os conflitos e os embates que levam às mudanças do espaço urbano e fazem-no vivo e dinâmico.

A questão do tempo pode ser trabalhada ao menos em dois eixos – um é o eixo das sucessões e o outro é o eixo das coexistências. O tempo flui e, por conseguinte, um fenômeno vem depois de outro fenômeno. Assim, há uma sucessão de fenômenos ao longo do tempo. As coisas se dão em uma sequência. Esta é uma das dimensões com que podemos trabalhar em Geografia e que nos leva a ideia de pedaços do tempo ou, em outras palavras, da sequência no acontecer, uma espécie de ordem temporal. (...). Esse é o eixo das sucessões. Temos também, o eixo das coexistências, da simultaneidade. Em um lugar, em uma área, o tempo das diversas ações e dos diversos agentes, a maneira como utilizam o tempo não é a mesma. Os respectivos fenômenos não são apenas sucessivos, mas concomitantes (Santos, 1998, p. 163).

No espaço urbano é nítida a ação do tempo em suas duas formas, ou eixos, como aponta Santos (1998). O eixo das sucessões, que acarretam as transformações urbanas, a renovação da paisagem e a mudança do meio construído, a variação das funções urbanas de determinadas localidades, as intervenções que criam e recriam a paisagem urbana. Mas há também o eixo das coexistências, da simultaneidade, aquele pelo qual o tempo age transformando o modo como um determinado lugar atua sobre o conjunto do espaço a que pertence. Nesse quadro se encontram os “fixos” urbanos, formas que muito dificilmente serão destituídos de sua função original, e que, por suas propriedades de permanência e fixidez constituirão certas relações de coexistência um tanto tensas com seu entorno mutável, sucessivamente criado e recriado pela dinâmica urbana. É, até certo ponto, a tensão que envolve, na qualidade de fixos urbanos, os cemitérios e os seus respectivos entornos.

O espaço urbano é resultante de uma articulação dialética de formas e funções, portanto é dotado de historicidade. Consequentemente, não se constitui apenas como produto das relações sociais, mas também como condicionador dessas relações, enquanto produz sua própria negação, através da dispersão (Whitacker, 2007, p. 145).

O intenso crescimento das cidades a partir da Revolução Industrial levou a uma grande mudança de forma, a dispersão apontada por Whitacker (2007). Essa nova “forma urbana” arrasta os cemitérios para longe das áreas centrais. É o momento em que, contrariando a tendência estabelecida desde a alta Idade Média de urbanização e internalização da cidade dos mortos e suas localizações próximas as igrejas, uma nova técnica, o sanitarismo e o higienismo, afastam novamente as necrópoles para as periferias urbanas. Voltaremos a esse tema na próxima seção.

A essa nova condição se opunha a forma concentrada em um arranjo espacial intimamente vinculado com o centro e a centralidade. Centralidade que, em relação ao objeto desta dissertação, incluía as necrópoles. Um dos primeiros princípios urbanos é a centralidade, é a formação de um núcleo urbano que concentra as principais atividades e que, em geral, coincide com a parte mais antiga da cidade, que, ao longo dos anos é readaptada para a função de ser o centro.

A centralidade tem seu movimento dialético específico. Ela se impõe. Não existe realidade urbana sem centro, quer se trate do centro comercial (que reúne produtos e coisas), do centro simbólico (que reúne significações e as torna simultâneas), do centro de informação e de decisão, etc. mas todo centro destrói a si próprio. Ele se destrói por saturação; ele se destrói porque remete a uma outra centralidade; ele se destrói na medida em que suscita a ação daqueles que ele exclui e expulsa para as periferias (Lefebvre, 2016 p. 80).

Ao mesmo tempo em que, como aponta Lefebvre, o centro se “destrói”, ele se reorganiza, mantendo boa parte das estruturas antigas e readaptando-as, bem como, sofrendo processos de verticalização, porém, a expansão urbana tem por característica a formação de novas áreas com características de centralidade, à medida em que o espaço urbano se expande.

Ao longo do seu processo, a cidade, organismo vivo, impõe solidariamente valores funcionais, mercantis e simbólicos às suas diversas frações. Novos lugares são chamados a novas funções, velhos lugares se renovam inteiramente ou parcialmente, sendo arrasados ou conservando relíquias. A cada momento histórico, cada pedaço da cidade evolui diferentemente, o centro histórico sendo, por sua persistência como lugar central, o espaço por excelência das mudanças contínuas e às vezes brutais de valor (Santos, 2002, p. 24).

No processo de expansão urbana e de segregação de determinadas classes sociais que integram a população, as distâncias cada vez maiores entre centro e bairros e entre moradia e áreas comerciais e locais de trabalho têm profunda influência nos aspectos econômico e social, impactando a vida dos trabalhadores.

O espaço intra-urbano, [...] é estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho – como no deslocamento casa/trabalho – seja enquanto consumidor – reprodução da força de trabalho, deslocamento casa-compras, casa-lazer, escola, etc. exatamente daí vem, por exemplo, o enorme poder estruturador intra-urbano das áreas comerciais e de serviços, a começar pelo próprio centro urbano. Tais áreas, mesmo nas cidades industriais, são as que geram e atraem a maior quantidade de deslocamentos (viagens), pois acumulam os deslocamentos da força de trabalho – os que ali trabalham – com os de consumidores – os que ali fazem compras e vão aos serviços (Villaça, 2001, p. 20).

Na cidade afetada pela dispersão um sistema de movimento intenso, de fluxos diversos e de novas redes técnicas se impõe à dispersão dos elementos fixos como tentativa de

reconstrução da simultaneidade, porém na modernidade essa reestruturação urbana é comandada pelo capital, pela técnica e pela ciência.

Essas dispersões só podem ser concebidas e apreciadas *através da referência* à forma da simultaneidade. Sem essa forma, a dispersão e a separação são pura e simplesmente percebidas, aceitas, interinadas como sendo fatos. Deste modo, a forma permite designar o conteúdo, ou antes, os conteúdos. Na sua convergência, o movimento faz aparecer um movimento oculto, o movimento dialético (conflitante) do conteúdo e da forma urbana (Lefebvre, 2008 p. 94-95).

Diferentes entre si, as cidades apresentam, de acordo com seu porte e sua estrutura econômica, maiores ou menores desafios. Fatores de ordem particularmente urbana, tais como crescimento acelerado, segurança pública, infraestrutura, vias de transporte, mercado de trabalho, oferta de serviços públicos e entre eles os sepultamentos, qualificação da classe trabalhadora também são variáveis entre cidades. No entanto, as bases das contradições e da dialética urbana estão presentes em cada uma delas. Esse grau de semelhança e de particularidade que se expressa no sistema urbano aponta a necessidade de compreensão das cidades em diferentes escalas, no mínimo a consideração conjunta das escalas do intraurbano e do interurbano (Spósito, 2012). O processo de urbanização e com ele a dialética espacial envolvendo a cidade dos vivos e a “cidade dos mortos” se impõe. Para estabelecer discutir e analisar os processos dialéticos que configuram a urbanização, David Harvey (2005) propõem utilizar categorias como: forma, processo e configuração espacial. O autor aponta tensões entre atividades e coisas de forma semelhante a que indicou Lefebvre (2008) e, em especial a forma indicada por Milton Santos (2014), ao se referir ao espaço como conjunto indissociável e contraditório de objetos e ações.

O conjunto espacialmente estabelecido dos processos sociais, que denomino urbanização, produz diversos artefatos: formas construídas, espaços produzidos e sistemas de recursos de qualidades específicas, todos organizados numa configuração espacial distintiva. [...] A urbanização também estabelece determinados arranjos institucionais, formas legais, sistema político e administrativos, hierarquias de poder, etc. finalmente, a consciência dos moradores urbanos influencia-se pelo ambiente da experiência, do qual nascem as percepções, as leituras simbólicas e as aspirações. Em todos esses aspectos, há uma tensão permanente entre forma e processo, entre objeto e sujeito, entre atividade e coisa (Harvey, 2005, p.170).

Voltando à questão específica do espaço intraurbano, da estrutura urbana como escala principal em que se situa a questão dos cemitérios, entendemos que, como espaço-sede de inúmeros interesses, a cidade multidimensional e multifacetada precisa ou pode ser analisada para muito além dos aspectos enumerados acima. Qualquer cidade, de forma mais ou menos profunda, está interligada às relações globais em que estamos inseridos no período atual. Praticamente toda sociedade, ou seja, as transações econômicas, as dinâmicas sociais e culturais

são influenciadas pelo chamado mundo globalizado. Contudo, certas especificidades locais mantêm-se e até mesmo resistem; as cidades e seu meio construído são o *locus* dessas permanências e resistências.

O que se pretende apresentar é uma análise da inserção dos cemitérios na estrutura urbana de Londrina, o papel que desempenham no espaço urbano, as influências que sofrem em decorrência de suas localizações e que causam no espaço onde estão inseridos. Não menos importante, a busca do entendimento do papel das necrópoles não somente como um lugar para sepultamento dos corpos, mas também da importância que estes equipamentos passam a ter no aspecto das manifestações religiosas e no entendimento das pessoas quanto à memória.

Para tanto, decidimos empregar as seguintes categorias: espaço, tempo, paisagem, formas, funções, processos, estruturas, fixos e fluxos. Utilizamos essas categorias em sintonia com a elaboração proposta por Milton Santos (1977, 1998, 1999, 2002, 2004, 2012a, 2012b, 2014), e, secundariamente, complementada com contribuições de outros autores como Jaqueline Beaujeu-Garnier (1980), Maria Encarnação B. Spósito (1988, 2012), Arthur M. Whitacker (2007), David Harvey (2005, 2014) e Henri Lefebvre (1991, 2008, 2013, 2016).

Dessa forma entendemos que é possível captar, ao menos parcialmente, as complexidades inerentes às necrópoles frente ao processo de urbanização e à dinâmica do espaço intraurbano em uma perspectiva de totalidade e de movimento. Considerando o conjunto de autores com os quais dialogamos e que foram citados, entendemos que essas perspectivas teóricas são necessárias à compreensão dos processos urbanos relativos aos cemitérios em sua dimensão histórica, material e simbólico-cultural.

Segundo Milton Santos (1999) a sociedade se expressa pelas formas e, ao determinar suas funções constitui relações dialéticas conferindo movimento à paisagem. Há que se levar em conta sempre o fator tempo, que modifica as relações sociais e, portanto, as funções das formas. No entanto, aponta que a sociedade, ao mesmo passo que determina as funções, sofre influência das formas.

Mas ela é também determinada pelas formas preexistentes, portadoras de uma funcionalidade precisa. Digamos que a sociedade produz a paisagem, mas que isso jamais ocorre sem mediação. É por isso que, ao lado das formas *geográficas* e da estrutura social, devemos também considerar as funções e os processos que, através das funções, levam a energia social a transmutar-se em formas (Santos, 2004, p. 61).

Uma cidade é uma sucessão de inúmeras paisagens, de variados modos de organização socioespacial e combinações de usos. Essa “colcha de retalhos” nunca finalizada e em constante evolução e modificação, tem, no decorrer do tempo, um dos principais fatores de

influência. O transcurso do tempo acarreta a permanência de formas pretéritas na mesma paisagem onde a atualidade se impõe.

Cada combinação de formas espaciais e de técnicas correspondentes constitui o atributo de um espaço, sua virtualidade e sua limitação. A função da forma espacial depende da redistribuição – a cada momento histórico, sobre o espaço total – da totalidade das funções que uma formação social é chamada a realizar. Esta redistribuição-relocalização deve tanto às heranças, notadamente o espaço organizado, como ao atual, ao presente, representado pela ação do modo de produção ou de um dos seus momentos (Santos, 2012b, p. 31).

Milton Santos (2012b) analisa de forma clara a relação de formas e funções de elementos urbanos com a variável “tempo”. O tempo, ou momento histórico, permite que a paisagem urbana concentre em si elementos variados, o que, de certa forma, é fator que permite e confere à cidade dinamismo, posto que não há uniformização ampla, mas um grande misto de formas e funções variadas, de diferentes períodos, que se organizam e reorganizam na medida em que as condições técnicas, sociais e mercadológicas se transformam. Todo esse movimento leva à destruição de algumas estruturas e à manutenção e adaptação de outras às novas necessidades.

Ítalo Calvino (1993, p. 14) discorre de maneira semelhante sobre os aspectos históricos e atuais do espaço urbano. O autor afirma que a relação tempo-espaço presente nas paisagens e nas formas urbanas confere significado aos estudos urbanos. Para Ítalo Calvino observações meramente descritivas são inúteis e vazias.

Poderia falar de quantos degraus são feitas as ruas em forma de escada, da circunferência dos arcos dos pórticos, de quais lâminas de zinco são recobertos os tetos; mas sei que seria o mesmo que não dizer nada. A cidade não é feita disso, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado. (...). A cidade se embebe como uma esponja dessa onda que reflui das recordações e se dilata (Calvino, 1993, p. 14).

A sociedade, ao longo do tempo, também percebe suas necessidades, gostos, crenças e comportamentos alterando-se. Isso se refletirá no meio construído, levando certas coisas ao desuso e destruição, mantendo outras e criando. Se há um aspecto negativo neste processo, dado pela mistura de épocas e de sentidos num mesmo local e pela relação negativa com o passado é, ao mesmo tempo, este processo que permite que as sucessivas gerações possam identificar e manter apropriadas para si as localidades em que vivem, registrando na materialidade as suas memórias coletivas.

Santos (2012b, p. 48) reforça a percepção de que, na simultaneidade do presente, a paisagem das cidades reúne formas e funções de tempos variados. A convivência e a interação de formas urbanas e eventualmente de funções pretéritas e de sua capacidade de se adaptarem, ou melhor, de serem adaptadas para receberem novos conteúdos é um dado

geográfico de grande importância. Essa adaptação ocorre de acordo com as transformações da sociedade a partir do desenvolvimento de novas necessidades e da tecnociência. Ela é um pressuposto de análise fundamental para situar a discussão dos cemitérios no contexto da Geografia Urbana, considerando a longa duração histórica das necrópoles como formas espaciais urbanas.

A paisagem atual é um *puzzle* de formas de diferentes idades, uma forma residual de uma distribuição seletiva de variáveis. Se as formas pudessem mudar cada vez que o conteúdo muda, forma e conteúdo apresentariam uma tendência a confundir-se em um dado momento e em um dado lugar. Na verdade, algumas formas desaparecem, mas outras permanecem como tantas relíquias do passado (Santos, 2012b, p, 48).

A chave para desvendar e interpretar a paisagem da cidade, rica em elementos de diferentes tempos, sobrepostos e justapostos no tecido urbano está, portanto, na dialética formada pelos conceitos de formas, estrutura e funções, conforme aponta Milton Santos (2012a, p. 68):

Por conseguinte, a paisagem é formada pelos fatos do passado e do presente. A compreensão da organização espacial, bem como de sua evolução, só se torna possível mediante a acurada interpretação do processo dialético entre formas, estrutura e funções através do tempo.

As transformações da paisagem urbana são movidas pela chegada de novas ideias, por novas tecnologias, mudanças nos aspectos culturais e, especialmente no nosso caso, uma vez que tratamos dos cemitérios como fixos urbanos, transformações nas crenças e na relação da sociedade com a certeza da morte e da finitude da vida humana. Nesse sentido cemitérios e alguns monumentos ganham conteúdo que os faz representações de vários passados contidos nas memórias dos diferentes grupos sociais. O modo como se misturam a um presente dinâmico movido pelas transformações gerando assim uma miscelânea que enche os olhos, que possibilita a percepção do pertencimento e/ou do estranhamento traz as bases que orientam as indagações que motivaram nossa pesquisa. Não importa a idade da pessoa, cada um se apega e se sente cativado pelo que lhe é contemporâneo e caro, possibilitando assim às diversas gerações manter a possibilidade de um sentimento de pertencer àquela paisagem.

Para explicitar nossa compreensão da dialética envolvida na relação entre as categorias função, estrutura e forma, tomamos como base as seguintes definições:

- As funções podem ser entendidas com relação aos usos e aos significados de uma determinada forma. Em nosso caso, uma das funções dos cemitérios é o sepultamento das pessoas e outra é a materialização da memória de sua existência;

- A estrutura diz respeito a como as formas e funções se integram no todo da cidade, ou seja, como o sistema de cemitérios se relaciona com os fluxos de sepultamentos e como se tornam integrados na paisagem urbana e no cotidiano da sociedade;
- A forma diz respeito a como os cemitérios se organizam internamente e as suas características como objeto geográfico tais como sua localização, posição, extensão, e como elemento da paisagem, o que inclui sua aparência e as relações que essa aparência tem com a época em que o cemitério foi construído.

A partir dessas e de outras características intrínsecas ao nosso objeto de estudo pretendemos apreender algumas das contradições e sistemas responsáveis pela participação do sistema de cemitérios na dinâmica urbana de Londrina. Para isto, estas três categorias de análise não são suficientes. Uma quarta categoria é fundamental: *o processo*. “Num dado tempo, num momento discreto, esses ingredientes analíticos podem ser vistos em termos de forma, função e estrutura. Mas, ao longo do tempo, deve-se acrescentar a ideia de *processo*, agindo e reagindo sobre os conteúdos desse espaço” (Santos, 2012a, p. 70).

Considerar a paisagem e o modo de vida urbanos do ponto de vista processual, ou seja, a partir do processo histórico, permite tratar as formas, funções e estruturas de forma integrada, dinâmica e dialética.

Conforme ficou implícito, o tempo (processo) é uma propriedade fundamental na relação entre forma, função e estrutura, pois é ele que indica o movimento do passado ao presente. Cada forma sobre a paisagem é criada como resposta a certas necessidades ou funções do presente. O tempo vai passando, mas a forma continua a existir. Consequentemente, o passado técnico da forma é uma realidade a ser levada em consideração quando se tenta analisar o espaço. As mudanças estruturais não podem recriar todas as formas, e assim somos obrigados a usar as formas do passado. A flexibilidade na construção de novas formas, quando a sociedade está passando por mudanças estruturais, decresce com o tempo, em decorrência da imobilidade inerente que por vezes caracteriza a forma preexistente. Por isso, um certo grau de adaptação à paisagem preexistente deve prevalecer em cada período (Santos, 2012a, p. 73).

Com a metodologia de análise proposta por Milton Santos, pautada em quatro categorias: forma, função, estrutura e processo, podemos desvendar, ainda que parcialmente, a dinâmica da paisagem e do espaço urbano. Podemos vislumbrar especificidades que, sem as categorias propostas, dificilmente seriam possíveis de apreensão. “Em outras palavras, forma, função, processo e estrutura devem ser estudados concomitantemente e vistos na maneira como interagem para criar e moldar o espaço através do tempo” (Santos, 2012a, p. 71).

Das categorias formas, funções, processos e estruturas poderá se apreender uma visão de totalidade do espaço urbano e assim captar e considerar seu movimento.

A totalidade, que supõe um movimento comum da estrutura, da função e da forma, é dialética e concreta. Para estudá-la, é preciso levarem-se em consideração todas as

estruturas que a formam e que, em conjunto ou isoladamente, a reproduzem. Essas estruturas, bem como a totalidade, não são fixas, pois evoluem no tempo. A evolução de cada uma dessas estruturas e de cada um dos seus elementos ou variáveis difere qualitativa e quantitativamente (Santos, 2004, p. 57).

Como dissemos utilizaremos também os conceitos de fixos e fluxos propostos por Milton Santos. Sobre os “fixos” o autor explica que:

Os fixos são econômicos, sociais, culturais, religiosos, etc. eles são, entre outros, casas de negócio, pontos de serviço, hospitais, centros de saúde, escolas, lugares de lazer. Mas, se queremos entender a cidade não apenas como um grande objeto, mas como um modo de vida, há que distinguir entre os fixos públicos e os privados. Os fixos privados são localizados segundo a lei da oferta e da procura, que regula também os preços a cobrar. Já os fixos públicos se instalam segundo princípios sociais, e funcionam independentemente das exigências de lucro (Santos, 2002, p. 129).

No caso dos cemitérios temos as duas situações: cemitérios produzidos e geridos pelo poder público municipal de Londrina e cemitérios privados, ligados a associações religiosas ou empresas privadas. Há, portanto, cemitérios que são fixos públicos e outros que são fixos privados.

Essa diferença entre cemitérios públicos e privados influi diretamente na localização e na situação espacial dos cemitérios na estrutura urbana. A decisão de instalação desses empreendimentos que se tornam fixos urbanos, envolve, em maior ou menor grau, agentes públicos e a iniciativa privada. Desta forma, há que se ter em mente a distinção das objetivações de cada um destes agentes, visto que a iniciativa privada busca a maximização de lucros e o retorno econômico, enquanto o poder público deve atender à questão da oferta de um serviço essencial à vida urbana, os sepultamentos, e deve atender a critérios técnicos que, desde meados do século XIX passaram a influir na localização e funcionamento das necrópoles.

Sendo o cemitério um elemento dos mais fixos do espaço urbano, por suas características e finalidade, gera fluxos de diversos tipos, fluxos de mercadorias, pessoas e serviços. Os corpos sepultados ali são inertes, o cemitério, em oposição, ocupa um papel ativo na dinâmica urbana, movimentando setores comerciais, gerando empregos e renda, criando necessidades e impactando no trânsito, por exemplo.

Partindo dos fixos, propõe-se o entendimento dos fluxos, dentro das dinâmicas que se estabelecem entre formas, funções, processos e estruturas no interior das cidades e, em nosso caso, no interior da cidade de Londrina/PR.

A análise dos fluxos é às vezes difícil, pela ausência de dados. Mas o estudo dos fixos permite uma abordagem mais cômoda, por meio dos objetos localizados [...]. Cada tipo de fixo surge com suas características, que são técnicas organizacionais. E, desse modo, a cada tipo de fixo corresponde uma tipologia de fluxos. Um objeto geográfico,

um fixo, é um objeto técnico, mas também um objeto social, graças aos fluxos. Fixos e fluxos interagem e alteram-se mutuamente (Santos, 2014, p. 86).

Uma das expressões do movimento nas cidades são os fluxos urbanos. Partindo-se de cada elemento fixo, para que se entenda o desenrolar das atividades e complexidades urbanas, é fundamental compreender os fluxos e suas relações com os elementos fixos para o entendimento da dinâmica do espaço urbano. Os fixos podem e devem ser relacionados com os fluxos urbanos com a dinâmica do espaço e da paisagem urbana. Os fluxos de mercadorias, de pessoas, de veículos, do próprio capital dos quais participam as atividades urbanas como a indústria, o comércio e o setor de serviços de uma cidade.

Neste sentido, Milton Santos apresenta de forma prática um ponto de partida para a análise dos fluxos urbanos, ao propor que se parta da representatividade dos fixos, mais fáceis de serem identificados e analisados e, a partir deles, se direcione as pesquisas e análises para as relações entre fixos e fluxos urbanos.

Do ponto de vista material há diversos fluxos que se ligam aos cemitérios. Há fluxos de capital ligados aos investimentos na produção e reprodução de cemitérios que se tornaram uma espécie de “negócio imobiliário”. Há fluxos de mercadorias: caixões, flores, material para construção dos túmulos, lápides, e outros ligados ao funcionamento cotidiano dos cemitérios como energia elétrica, água encanada, entre outros. Esses e outros aspectos materiais ligam esses fixos urbanos a fluxos características da produção e reprodução das cidades sob o capitalismo. Dessa forma podemos refletir sobre as proposições de Milton Santos (2014, p. 86) sobre como fluxos urbanos se ligam à distribuição e ao consumo: “Os fluxos são o movimento, a circulação e assim eles nos dão também a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo”.

Há ainda, em termos materiais, os escoamentos de necrochorume, processos erosivos em caso de topografias movimentadas, entre outros movimentos e fluxos “naturais” que ligam os cemitérios ao meio geográfico em que estão instalados.

Devemos ressaltar também os fluxos imateriais ligados aos cemitérios. As modificações e transformações urbanas, não somente têm relação com o sistema econômico ou social ali representado, mas sofrem interferências também dos aspectos culturais e simbólicos. Fixos urbanos como os cemitérios são diretamente ligados ao simbólico, ao imaginário e ao sagrado.

Esses elementos do espaço urbano se tornam importantes pontos de referência para os cidadãos e em geral, são facilmente identificados na paisagem. Os cemitérios influenciam decisões de planejamento urbano, em razão de sua importância cultural para os

habitantes, e, por conseguinte, mantendo-se como retratos de outros tempos em meio a uma paisagem modernizada.

Os cemitérios urbanos, na qualidade de fixos dotados de um grau de permanência relativamente elevado em comparação com outras formas urbanas, se relacionam aos fluxos derivados da sucessão de gerações em uma dada cidade e região.

Uma das expressões desse fluxo geracional são as inumações a que se destinam os cemitérios e as visitas que decorrem da identificação dos locais de sepultura de entes queridos. Nos cemitérios combinam-se, portanto, a manutenção da memória pelo ato de lembrar que gera fluxos de visita aos que ali estão enterrados e fluxos ligados à destinação de cadáveres e restos mortais. Em resumo, além das categorias forma, função, estrutura e processo utilizamos também os conceitos de fluxos e fixos para analisar os cemitérios de Londrina.

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As categorias de análise supracitadas nos deram o alicerce necessário para a construção das análises que realizamos, no entanto, lançamos mão também de procedimentos metodológicos que nos serviram de caminhos para a construção deste estudo.

Os procedimentos metodológicos aplicados durante a pesquisa e na elaboração da dissertação foram os seguintes: análise documental e bibliográfica, incursões de campo, entrevistas e pesquisas com pessoas de diversos espectros da sociedade londrinense (trabalhadores dos cemitérios, corretores de imóveis, pessoas que possuem jazigos em cemitérios urbanos do distrito sede de Londrina ou que os visitam). Foi possível, assim, realizar a análise que veio a corroborar nas respostas elucidativas para as hipóteses iniciais que motivaram este estudo.

Neste item, apresentamos os procedimentos metodológicos que nortearam a construção do presente estudo, utilizamos o método analítico combinando procedimentos qualitativos e quantitativos, portanto um método analítico quali-quantitativo. Andrade (2015, p. 14) aponta a importância do método e das ferramentas de investigação numa pesquisa científica, ao referir-se a eles como “expressão do mundo a partir da visão do pesquisador”. E segue: “A premissa da escolha acertada do método e da metodologia diz respeito ao ritmo e à compreensão ética do proponente da pesquisa. Nessa perspectiva, a metodologia passa a ser uma instrumentação para a captação da realidade”.

Neste ponto, o referido autor toca na delicada questão ética, que precisa estar no alto da lista de prioridades do pesquisador, tanto na coleta de dados quanto na compilação e análise de resultados, haja vista a necessidade de se ater aos fatos analisados e às descobertas feitas, mesmo que estas venham a refutar as hipóteses pretendidas quando do projeto de pesquisa. O pesquisador precisa também estar atento à necessidade do cuidado ético dos documentos geográficos, bem como das pessoas entrevistadas, para não resvalar em problemas relacionados a plágio ou a uso indevido de entrevistas ou imagens.

O documento geográfico é o resultado final da evolução de fatores que são os documentos ou o objeto dos estudos de outras ciências. O geógrafo aplica métodos por ele elaborados durante a observação do visível e utiliza outros setores de pesquisa para analisar o invisível e reassume sua própria condição de geógrafo para construir uma imagem global do espaço, feita de visível e invisível (George, 1978, p. 22).

Técnica de pesquisa imprescindível à pesquisa geográfica, a pesquisa documental, conforme Lüdke (1986, p. 38), “[...] pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja completando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”.

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (Cellard, 2008, p. 295).

É necessário que se compreenda que os objetivos da análise documental se firmam na representação condensada das informações, para consulta e para sua armazenagem, bem como para análise de seus conteúdos, permitindo que se infira sobre a realidade através dos indicadores que o documento apresenta (Bardin, 1977, p.46).

A pesquisa documental não necessariamente se restringe a documentos escritos, mas a periódicos, iconografias e outras formas de registro que podem elucidar questões pertinentes e importantes para o desencadeamento dos objetivos da pesquisa em curso.

[...] os materiais escritos (como, por exemplo, jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas e técnicas, cartas, memorandos, relatórios), as estatísticas (que produzem um registro ordenado e regular de vários aspectos da vida de determinada sociedade) e os elementos iconográficos (como, por exemplo, sinais, grafismos, imagens, fotografias, filmes). Tais documentos são considerados “primário” quando produzidos por pessoas que vivenciaram diretamente o evento que está sendo estudado, ou “secundários”, quando coletados por pessoas que não estavam presentes por ocasião da sua ocorrência (Godoy, 1995, p. 21-22).

Na pesquisa documental empreendida para a construção desta dissertação, recorreremos aos arquivos do CPDH-UEL, Arquivo Público de Londrina, arquivos da Câmara de

Vereadores de Londrina, acervo do Museu Histórico Padre Carlos Weiss, jornais, revistas, estudos da Secretaria de Obras da Prefeitura de Londrina, materiais cedidos pela ACESF, pelo departamento comercial do Cemitérios Parque das Allamandas, pela gerência do Cemitério Parque das Oliveiras e pela Sociedade Muçulmana de Londrina.

No que tange a pesquisa de campo, faz-se necessário que se compreendesse que a pesquisa em geografia fica muito prejudicada sem a visitação e análise empírica de dados coletados no local-fonte da pesquisa. A geografia é, sobretudo, uma ciência que busca a completa relação com a realidade e, para isso, é indispensável confrontação e colaboração mútua entre dados de gabinete e de campo. Há que se observar ainda que no que se refere a pesquisas de campo referentes a questões humanas, através de entrevistas e questionários, os resultados podem advir de técnicas quantitativas e qualitativas.

“[...] ambos os tipos de técnicas de coleta e análise de dados (os de caráter quantitativo e os de natureza qualitativa) podem ser utilizados complementarmente, se necessário, para atingir os objetivos da pesquisa. Entretanto, em certo tipo de trabalho pode ser preciso utilizar principalmente procedimentos quantitativos para colher e analisar a informação, enquanto outra pesquisa pode estar baseada em informação qualitativa que tem de ser obtida mediante as técnicas correspondentes” (Soriano, 2004, p.184-185).

Assim, pesquisas de caráter qualitativo e quantitativo podem ser utilizadas em um mesmo projeto científico, cada uma de maneira a responder a perguntas e a refutar ou confirmar hipóteses que melhor se adequem a cada uma das técnicas de pesquisa e levantamento de dados, no entanto, é necessário ter em mente que pesquisas são feitas, na grande maioria das vezes, por amostragens, raramente se conseguirá pesquisar o universo abarcado em um projeto de pesquisa, desta forma, há que se ter cuidado com o tipo de técnica empregado e a maneira como se delineará o recorte para que se realize a amostragem. Pode-se ainda recorrer ao uso de entrevistas individuais, com pessoas que disponham de informações específicas e notório saber sobre o todo do objeto de pesquisa, ou partes importantes deste.

A seguir, apresentamos os procedimentos metodológicos de caráter qualitativo, que foram de suma importância para o alcance dos resultados desta dissertação.

O procedimento metodológico qualitativo é importante para a análise de dados colhidos em campo, quando se refere às ciências humanas. Severino (2016, p. 133) refere-se à relação direta entre o pesquisador e o pesquisado como uma técnica de coleta de informações sobre um determinado assunto em que o pesquisador tem em mente apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam. Assim, o foco deste tipo de pesquisa torna-se muito mais ligado às relações sociais e humanas e, portanto, se coaduna melhor com a análise de dados qualitativa.

“A pesquisa qualitativa tem como identidade o reconhecimento da existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, de uma interdependência viva entre sujeito e objeto e de uma postura interpretativa, constituindo-se como um campo de atividade que possui conflitos e tensões internas. A palavra qualidade deriva de *qualitas* e significa essência. Assim, qualidade designa parte essencial, aquilo que é mais importante e determinante. Qualidade sinaliza o horizonte da intensidade, que vai além da extensão. Significa outra dimensão fundamental de fenômenos qualitativos, que é sua busca de profundidade e plenitude” (Ramires, 2013, p. 25).

Tendo por foco a intensidade das coisas e a interpretação das relações sociais e humanas, na geografia, a pesquisa qualitativa não visa a estatística pura e a obtenção de dados puramente passíveis de tabulação matemática, a pesquisa qualitativa em geografia “tem foco no sujeito, mais do que nos espaços. São pesquisas que se perguntam pelas práticas espaciais, pelas formas de apropriação do espaço, pela territorialização e geograficidade de pessoas e grupos sociais” (Turra Neto, 2012 p. 3).

Em uma pesquisa que toma narrativas como fonte de dados, elas todas são o conjunto de informações disponíveis e os dados serão somente as informações úteis para “responder” à questão da pesquisa que, evidentemente, quanto mais clara estiver, mais favorecerá esse processo a que chamamos de produção, por ser uma obra de autoria do pesquisador (Prado, 2014, p. 9).

Flick (2009, 3p. 63) ressalta que o pesquisador, a partir dos dados coletados com seus entrevistados, deve fazer a análise e compilação destes de maneira a buscar as respostas que mais façam sentido à sua busca e objetivos, podendo estabelecer comparações e aproximações, com o cuidado de não levar os dados para o campo da generalização, mantendo sempre o foco na necessidade de compreender que os dados coletados apenas refletem parcialmente o universo de que trata a pesquisa.

Pires (2008, p. 191) apresenta a impossibilidade de que se utilize uma base de dados qualitativa com fins de estatística ou de descrição quantitativa de um dado fenômeno, determinando frequências ou distribuições. Deixa ainda claro que o pesquisador qualitativo pode, no entanto, estimar qualitativamente, ordens de grandeza, de intensidade, distribuição, tipicidade, entre outras.

As entrevistas podem ser abertas ou livres, semi-estruturada, estruturada ou mista, a adoção delas varia de acordo com o objeto de cada geógrafo, no caso de uma pesquisa quantitativa com obtenção de dados tabulados, a melhor técnica é a entrevista estruturada com perguntas de múltiplas escolhas. A entrevista semi-estruturada intercala questionários fechados com perguntas livres, cabendo ao geógrafo escolher a melhor técnica para proceder a pesquisa (Alves, 2008, p. 231).

Quanto à entrevista não diretiva, não dirigida ou aprofundada é iniciada a partir de uma conversa sobre um tema geral não estruturado pelo entrevistador. Este tem a função de facilitador e cooperador, orientando e estimulando o entrevistado no sentido de precisar, desenvolver e aprofundar aspectos expostos espontaneamente por ele. O entrevistado desenvolve opiniões e informações conforme a própria conveniência e espontaneidade, expressando seu sentimento (Silva, 2006, p. 250).

No presente estudo foram realizadas pesquisas de caráter qualitativo com servidores da ACESF, lotados nos cemitérios públicos municipais do distrito sede de Londrina, onde foram colhidos importantes dados relacionados ao trabalho nos cemitérios, à dinâmica de funcionamento destes equipamentos e à manifestação das religiões no interior destas necrópoles, dentre outros elementos.

Foram realizadas também entrevistas⁴ presenciais com corretores de imóveis de diferentes imobiliárias localizadas em várias zonas da cidade de Londrina, donde foi possível obter importantes informações que vieram a corroborar com a análise das influências das necrópoles no mercado imobiliário e das relações destas com o aspecto econômico e de segregação socioespacial na cidade de Londrina.

Foi ainda realizada uma pesquisa quantitativa através do recurso *Google Forms*⁵, com um total de 119 participantes, foram propostas 20 questões⁶, sendo 19 objetivas e 1 subjetiva, em que foram abordados temas correlatos às percepções da população de Londrina, que possuem jazigos nos cemitérios urbanos do distrito sede de Londrina e sobre questões referentes à visitação destes. Estes participantes foram divididos por faixas etárias em três grupos, quais sejam: 18 a 29 anos, 30 a 59 anos e acima de 60 anos. Desta forma, foi possível visualizar os diferentes pontos de vista entre pessoas jovens (18 a 29 anos), de meia idade (30 a 59 anos) e idosos (acima de 60 anos) buscando, assim, identificar diferentes comportamentos de cada grupo etário em relação às suas percepções sobre o tipo de inumação e da frequência de visitas às necrópoles analisadas.

Por fim, foi realizado um comparativo entre os valores da PGV de 2017, que serve de base para o cálculo do IPTU em Londrina e reflete diretamente nos preços dos imóveis, com a tabela de preços praticada pela ACESF na comercialização de terrenos nos cemitérios por ela administrados e, também as taxas de manutenção cobradas pela autarquia.

A estes dados, foi também feita uma comparação com a renda familiar média por bairros próximos a cada necrópole, de modo a corroborar a relação direta entre os preços dos imóveis, os preços cobrados pela autarquia e a renda das famílias residentes nas

⁴ As referências das entrevistas presenciais realizadas estão contidas no Apêndice B, os roteiros das entrevistas estão contidos no Apêndice C.

⁵ Pesquisa foi realizada entre os dias 20 de março e 04 de abril de 2025, disseminada através do aplicativo *whatsapp*, pelo conceito de “bola de neve” entre diversos grupos e pessoas que o levaram à diante. O número de 119 participantes é decorrente do encerramento do prazo de resposta ao questionário, cada participante assinou eletronicamente o termo de consentimento livre e esclarecido, conforme exigência do Conselho de Ética.

⁶ O roteiro da pesquisa está contido no Apêndice D.

proximidades de cada cemitério, confirmando, assim, que a segregação socioespacial em Londrina se reflete diretamente nos cemitérios.

Os cemitérios Islâmico e “Conjugado Allamandas” não foram incluídos nesta análise por não terem seus terrenos/lóculos comercializados, posto que o primeiro se destina ao sepultamento apenas de pessoas pertencentes à religião Islâmica e o segundo, utilizado para uso rotativo, sem comercialização.

Os cemitérios Parque das Allamandas e Parque das Oliveiras, privados, foram também excluídos desta análise por oferecerem serviços diferenciados e obedecerem à dinâmica do mercado, diferenciando-se, portanto, dos parâmetros que se pretende avaliar, referentes aos valores estabelecidos pela ACESF em relação à PGV e à renda média por bairros, estes cemitérios privados tiveram seus preços comparados entre si e em relação ao Cemitérios São Pedro.

2.3 ESTADO, CAPITAL E PLANEJAMENTO URBANO NA PRODUÇÃO DOS CEMITÉRIOS URBANOS

Um aspecto importante considerado nas análises desta dissertação em relação aos cemitérios urbanos de Londrina é a identificação e caracterização dos agentes produtores desses equipamentos urbanos fixos e as condições que determinam suas localizações. Quais são os agentes produtores do espaço urbano que mais diretamente influenciam na localização e na estruturação de cemitérios?

Roberto Lobato Corrêa (1985, p. 12) elenca, não de forma absoluta, mas como principais atuantes no processo de criação-recriação do espaço urbano, os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os agentes imobiliários; o Estado e os grupos sociais excluídos. Assim, mesmo tendo-se a clareza de que estes agentes não encerram a discussão dos responsáveis pela dinâmica urbana, a partir deles, é possível realizar uma análise de determinados processos.

Na produção do espaço urbano o Estado e o capital são os agentes mais atuantes e com maior capacidade de influenciar sobre a estruturação e reestruturação das cidades.

As relações que definem a configuração de uma cidade são amplas, envolvem uma complexidade que abrange não só as questões internas, ligadas aos grupos sociais que as compõem, mas também transformações e crises econômicas, determinações do governo estadual e federal, movimentos migratórios, instabilidades sociais e toda uma gama de fatores externos que influem na situação interna. São experiências de luta, de negociação e de acomodação que vêm à tona quando os textos legislativos são elaborados (Souza, 2021, p. 29).

A acumulação ampliada e a circulação do capital necessitam que as cidades e a rede urbana e, portanto, a própria urbanização, também se ampliem e renovem constantemente. Essa renovação da cidade também é movida pela transformação crescente de atividades e necessidades do modo de vida urbano em mercadorias, ou seja, serviços e mercadorias ligados às necessidades como o sepultamento dos mortos, manutenção de túmulos e até a construção e implementação de cemitérios passam a ser mercantilizadas.

Essa mercantilização foi impulsionada pela crescente urbanização ligada ao desenvolvimento do Capitalismo. Negócios em bases capitalistas envolvendo agentes funerários se desenvolveram nos EUA ao longo do século XIX (Ariès, 2012) e também em diversos outros países. Com isso, não somente o modo de vida, as necessidades pessoais ligadas a um consumo também ampliado, mas o próprio ritmo da vida e dessas ampliações combinadas se torna mais acelerado. Esses processos de reestruturação possibilitam, até certo ponto, a produção, a circulação e o consumo de excedentes de capital cada vez maiores. Nesse sentido, a própria urbanização é essencial à manutenção do capitalismo: “Afirmo aqui que a urbanização desempenha um papel particularmente ativo (ao lado de outros fenômenos, como os gastos militares) ao absorver as mercadorias excedentes que os capitalistas não param de produzir em sua busca de mais-valia” (Harvey, 2014, p. 33).

Essa preponderância do capital nos processos urbanos não se faz sem a participação do Estado, não se realizaria sem processos de dominação que permeiam a esfera política e os aparelhos do Estado.

A reprodução do capital passa por processos de urbanização de inúmeras maneiras. Contudo, a urbanização do capital pressupõe a capacidade de o poder de classe capitalista dominar o processo urbano. Isso implica a dominação da classe capitalista não apenas sobre os aparelhos de Estado (em particular, as instâncias do poder estatal que administram e governam as condições sociais e infraestruturais nas estruturas territoriais), como também sobre populações inteiras – seus estilos de vida, sua capacidade de trabalho, seus valores culturais e políticos, suas visões de mundo. Não se chega facilmente a esse nível de controle, se é que se chega (Harvey, 2014, p. 133).

O papel do Estado na questão urbana está diretamente associado às diversas ações de planejamento e gestão urbana, à produção de normas, sendo geralmente o principal responsável por assegurar aos cidadãos acesso a serviços, lugares para lazer e diversão e equipamentos de consumo e uso coletivo como os cemitérios.

Vale ressaltar também o papel e o poder das igrejas, das religiões como produtoras de normas escritas e não escritas que influem diretamente sobre a organização das necrópoles, dos sepultamentos e ritos funerários. Esse tema será tratado mais adiante.

Inicialmente destacamos o papel combinado do Estado e do capital na produção das cidades e da urbanização. Um dos processos no qual convergem a ação do Estado e do capital e que envolve as decisões sobre a localização de cemitérios é o da expansão urbana. Segundo Paul Singer (1979, p. 29), o processo de expansão do espaço urbano possibilita a criação e surgimento de centros de serviços secundários, destinados a atenderem às demandas dos bairros, formando novos ciclos de valorizações localizadas em decorrência da melhora da oferta de serviços urbanos, assim, o crescimento urbano exige uma reestruturação das áreas anteriormente ocupadas.

Um outro fator a ser levado em conta é a relação entre distâncias e a execução e manutenção dos equipamentos públicos. O crescimento urbano, que leva a um crescimento também de arrecadação e muda o aspecto econômico em geral da cidade. Mas, por outro lado, cria um desafio para administração pública, inclusive em termos de orçamento, no tocante à realização das obras de serviços e infraestrutura para as novas áreas incorporadas à cidade

A expansão descontínua da marcha urbana aumenta as distancias, encarece os investimentos para a implantação de serviços públicos, eleva os custos de operação e de manutenção e reduz o aproveitamento *per capita* dos equipamentos existentes. Enquanto porções do solo urbano parcial ou totalmente atendidas permanecem ociosas, contingentes cada vez maiores da população se instalam em áreas não servidas. E enquanto a *periferia* surge e se amplia, a baixa utilização dos serviços instalados condena o poder público à incapacidade permanente de resolver um problema que, paradoxalmente, o crescimento econômico e demográfico somente contribuíram para agravar (Bolaffi, 1979, p. 27).

No tocante às necrópoles, é importante ressaltar que, se no sítio inicial, sempre se prevê a necessidade de uma necrópole, com o crescimento da cidade a construção de novas necrópoles é inevitável.

Por inúmeras razões, o assunto, na maioria das vezes é postergado pelo maior tempo possível. Contudo, esses primeiros espaços destinados as inumações em algum momento se esgotam. Sob o iminente colapso da capacidade das necrópoles instaladas de receber novos enterros, as administrações municipais são colocadas diante da imperiosa necessidade de tratar do assunto.

Nesses momentos coloca-se a tarefa para os planejadores urbanos de projetar estruturar e instalar novos cemitérios, tendo, para isso, que seguir diversas exigências e legislações que tratam deste assunto, sobretudo as leis derivadas de questões ambientais. Por questões ambientais e de higiene, geralmente a instalação de um novo cemitério se faz em locais afastados da área urbana mais antiga. Essas localizações geram inúmeros reflexos no processo de urbanização, visto que em alguns casos, isso faz da nova necrópole um extensor urbano.

A possibilidade de um cemitério se constituir como um extensor urbano é complexa. Os agentes responsáveis pelas modificações no espaço urbano, além das questões sociais, econômicas, políticas, de infraestrutura, disparidades sociais, a cultura e tantos outros aspectos, se veem, nos últimos tempos, impelidos a pensarem, com o auxílio da ciência e da técnica, nas questões ambientais. Entende-se, neste caso, por ambientais, não somente o meio ambiente natural, mas o meio ambiente socialmente construído, do espaço urbanizado e já controlado pelo homem, duramente modificado por ele, a chamada segunda natureza. Lócus da vida urbana do homem, donde provém sua sobrevivência e perpetuação. Assim, a produção do espaço urbano, sua mudança, expansão e transformação tem de levar em conta as questões referentes ao ambiente.

A partir dos anos 1970, nas relações sociais e embates que constroem a dinâmica urbana em toda a sua complexidade e contradições, têm sido incluídos os discursos ambientais ou socioambientais sobretudo no tocante à implantação de serviços, equipamentos e indústrias no espaço urbano.

No caso dos cemitérios esse é um dado importante que, desde meados do século XIX, dispôs diversas normas e suscitaram grandes reflexões na quase totalidade da sociedade. Como veremos na seção 3, as questões de sanidade propostas pelo Higienismo foram foco de discussões, embates e lutas que por fim estabeleceram certos parâmetros para a localização dos cemitérios, em geral em áreas afastadas da mancha urbana.

Desta forma, a decisão de instalação de um cemitério e a instalação da infraestrutura necessária a esse empreendimento podem criar grandes vazios urbanos. Nesse ponto convergem a ação do Estado e a lógica do capital. Como extensor urbano o novo cemitério pode induzir a urbanização de terras rurais, alimentando a especulação imobiliária. “É preciso deixar claro que a mercantilização do espaço, a produção do espaço mediando a produção da vida na cidade, penetra no cotidiano, induz a novas formas de ‘apropriação’ do espaço” (Pádua, 2015, p. 154).

Há que se observar também que as necrópoles nem sempre são instaladas levando-se em conta a intenção de expandir a área urbana, questões referentes ao preço da terra em determinadas zonas urbanas e a disponibilidade de grandes áreas, associadas às tendências de crescimento populacional em uma determinada direção da cidade podem configurar também fortes elementos para a decisão do poder público na instalação de um cemitério.

A especulação imobiliária e fundiária urbana tem íntima relação com a mercantilização do espaço urbano. A mercantilização do espaço está diretamente relacionada com o fato de que, no capitalismo, o solo urbano é transformado em mercadoria. No modo

capitalista de produção as relações de mercado estão no cerne das relações sociais. O capital tende a transformar em mercadoria os mais diversos bens, serviços e lugares, incluindo os que compõe o meio urbano e, portanto, o solo urbano. É nesse contexto que se discute que a *terra* se torna também uma mercadoria. Sendo mercadoria, a terra entra no circuito capitalista e passa ser comercializada obedecendo as regras do mercado. No Capitalismo grandes parcelas do solo urbano se tornam propriedade privada e adquirem um preço: “O espaço urbano aparece como movimento historicamente determinado num processo social. O modo de produção do espaço contém um modo de apropriação, que hoje está associado à propriedade privada da terra”. (Carlos, 1994, p. 51)

Segundo Volochko (2015, p. 101), a urbanização é, também, um processo de transformação da renda do solo em valor do solo, na medida em que pesem o valor dos imóveis e o valor do espaço urbano, decorrentes do trabalho social ali empregado e da existência ou formação de um mercado imobiliário urbano, pautado em espaços edificados e espaços com perspectivas de edificação ou outra transformação, de forma que se gere uma especulação em relação ao processo de valorização do espaço urbano, seja pelos imóveis construídos ou em construção.

No urbano, a terra deixa de ser um instrumento de produção imediata, um bem da natureza, como no campo. E mesmo a questão de ser a terra um bem finito, que não pode ser criado pelo trabalho, no contexto urbano, ganha um novo sentido. A reprodução do espaço urbano não ocorre apenas através da incorporação de novas áreas, mas também a partir do adensamento e da verticalização (Carlos, 1994, p. 52).

O centro da questão é a ideia de localização, decorrente da produção do espaço urbano em geral, tendo no fator tempo também uma determinante, na medida em que evoluem as forças produtivas, subordinadas a novas necessidades, exigências, objetivos e valores buscados pela sociedade. Assim, a localização se relaciona diretamente com o processo em que a cidade vai se produzindo ao longo do tempo, seja na ocupação de terras rurais para expansão urbana, seja no adensamento, seja na verticalização (Carlos, 1994, p. 54).

É consenso atualmente que o espaço urbano é produzido, assim como todo espaço social, o trabalho social produz valor, no espaço urbano, este valor socialmente produzido pode estar configurado nas edificações e na infraestrutura urbana presente em determinada porção da cidade, mas outra manifestação do valor socialmente produzido está na aglomeração, ou seja, o valor dado pela localização de dado terreno, que nada mais é do que um valor de uso da terra, assim, o valor de localização é dado também pelo tempo socialmente dispendido para produzir determinadas condições, para produzir a cidade toda, da qual

determinada localização é parte “A capacidade de aglomerar não é um dado da natureza, não é uma ‘propriedade’; é um valor de uso produzido” (Villaça, 2001, p. 74).

A acessibilidade é o valor de uso mais importante para a terra urbana, embora toda e qualquer terra o tenha em maior ou menor grau. Os diferentes pontos do espaço urbano têm diferentes acessibilidades a todo o conjunto da cidade. A acessibilidade de um terreno ao conjunto urbano revela a quantidade de trabalho socialmente necessário dispendido em sua produção. Quanto mais central o terreno, mais trabalho existe dispendido na produção dessa centralidade, desse valor de uso. Os terrenos da periferia têm menos trabalho social incorporado em sua produção do que os centrais. Daí nossa expressão “terra-localização”, ao lado de “terra-matéria” e “terra-capital”, criadas por Marx (Villaça, 2001, p. 74).

Há que se observar ainda que a instalação de infraestrutura por parte do poder estatal em determinadas localidades, aproximando serviços públicos de terrenos que, dali por diante, passarão a sofrer valorização em decorrência da sua maior inserção no espaço urbano consolidado, muitas vezes “são aproveitadas pelos especuladores, quando estes têm a possibilidade de antecipar os lugares em que as diversas redes de serviços urbanos são expandidas” (Singer, 1979, p. 34).

Do exposto, pode-se apreender que a terra urbana tem preço em virtude do trabalho social que é materializado nesta porção do espaço urbano, gerando hierarquias e diferenciações que se correlacionam na dinâmica socioespacial e econômica da cidade. O preço da terra urbana varia de acordo com o tempo e com a maior quantidade de trabalho socialmente desenvolvido naquela localidade, as diferentes localizações e a centralidade podem conferir aos espaços urbanos grandes variações, de forma que determinadas localidades tenham tamanha valorização que seja gerada escassez, levando à verticalização, outras regiões, por vezes em decorrência de obras de infraestrutura ou viárias, dão início a processos de adensamento.

É nesta dinâmica que se busca caracterizar e compreender as necrópoles no contexto do preço da terra urbana, levando-se em conta dois momentos diferentes, quais sejam a decisão de localização para instalação e a presença de um cemitério em espaço que, ao passar do tempo, recebeu grande quantidade de trabalho social.

No primeiro momento, quando da decisão da área em que será instalada uma necrópole, parece haver uma tendência à escolha de localizações onde se encontrem amplos lotes, com valor reduzido e em direções com tendência ao adensamento populacional e ao crescimento da malha urbana, já no segundo momento, em que a cidade se desenvolve e a necrópole passa a ser um elemento fixo com alto grau de fixidez urbana, tais equipamentos podem passar a ocupar áreas de grande valorização em decorrência do trabalho social ali

empregado no decorrer das décadas, mas por sua fixidez elevada, podem interferir negativamente na valorização das suas adjacências.

O poder público produz o espaço urbano, orientando o desenvolvimento das diferentes zonas da cidade, mas, estando a cidade imersa na dinâmica do capital, é afetada pela especulação imobiliária e, neste processo, os cemitérios podem ter importante papel ao levarem a infraestrutura a longas distâncias, criando faixas amplas de vazios urbanos, transformando terras antes rurais em urbanas, ampliando a arrecadação de IPTU e favorecendo a valorização das terras, que serão loteadas, dando início à ocupação urbana na efetivação da instalação de bairros residenciais.

Os proprietários de terras atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades, interessando-se em que estas tenham o uso que seja o mais remunerado possível, especialmente uso comercial ou residencial de *status*. Estão particularmente interessados na conversão da terra rural em terra urbana, ou seja, têm interesse na expansão do espaço da cidade na medida em que a terra urbana é mais valorizada que a rural. Isto significa que estão fundamentalmente interessados no *valor de troca* da terra e não no seu *valor de uso* (Corrêa, 1985, p. 16).

A questão que se impõe, neste sentido, é o crescimento da malha urbana, que, cedo ou tarde, dependendo de índices variáveis em cada cidade ou entre áreas de uma cidade, levará, em maior ou menor período, o cemitério para o espaço urbano habitado e urbanizado, passando a fazer parte da paisagem, influenciando e sendo influenciado, por este.

Em resumo, a produção de espaços cemiteriais parece se articular de várias formas com a especulação imobiliária e fundiária e, por consequência, com processos de segregação socioespacial e reestruturação urbana, e, também, com processos de adensamento populacional e tendências de expansão em determinadas direções do sítio urbano.

Se de um lado a parcela mais rica e favorecida da população se fixa numa localidade restrita, bem equipada e servida de amenidades, as massas de trabalhadores pobres são “empurradas” para longínquas periferias com baixa assistência de serviços públicos, transportes e, por vezes, com vias de acesso precárias.

É no capitalismo, contudo, que a segregação residencial torna-se mais complexa, à medida que se amplia o processo de estruturação das classes sociais e seu fracionamento. Novos modelos espaciais de segregação aparecem impulsionados pelos diferentes agentes da organização espacial urbana: proprietários fundiários, incorporadores imobiliários, industriais, articulados em maior ou menor grau aos bancos, e o Estado (Corrêa, 1998, p. 74).

Na designação de áreas afastadas do espaço urbano, as condições mínimas de infraestrutura passarão por grandes áreas, antes rurais, que serão obrigatoriamente incorporadas à malha urbana, estas terras sofrerão sensível valorização. “A descentralização torna-se um

meio de se manter uma taxa de lucro que a exclusiva localização central não mais é capaz de fornecer”. (Corrêa, 1985, p. 47)

A decisão de localização de um cemitério em áreas de periferia em que se concentra a parcela menos favorecida da população se articula a esses processos urbanos como a segregação socioespacial, a distribuição desigual de equipamentos urbanos e seus desdobramentos para as diferentes classes sociais.

A efetivação da convergência entre representantes do capital e poder público municipal, incluindo, portanto, legislativo e executivo municipais, permite a formação de coalizões que influenciam as decisões que podem conduzir, gerir e modificar a vida do cidadão e a estrutura urbana. Os interesses de mercado passam a definir os processos urbanos de modo amplo e geral de acordo com as possibilidades de lucro e os riscos dos investimentos.

Numa sociedade em que as disparidades econômicas geram grandes desigualdades sociais, seria necessário que os serviços públicos fossem instalados nas áreas mais carentes da cidade, de forma a criar melhores condições de vida e uma certa equiparação e mitigação das desigualdades sociais, mas, em geral, não é o que acontece. Recebe mais, quem já tem mais, privilegia-se os já privilegiados, pois o que estabelece as decisões é a possibilidade de acumulação de capital e lucro.

Para isto, contribui a localização diferenciada dos serviços de uso coletivo: melhores escolas, hospitais, policiamento, infra-estrutura básica, parques e jardins localizam-se nas áreas residenciais mais nobres, minimizando os custos de reprodução de seus já privilegiados habitantes (Corrêa, 1998, p. 75).

A reunião dos elementos múltiplos que compõem uma cidade traz consigo muitos embates dialéticos onde nem sempre a força do capital consegue vantagem. Pressões sociais muitas vezes movidas através de entidades organizadas, tais como igrejas ou organizações não governamentais e o atual acesso fácil à imprensa e a meios eletrônicos de comunicação, às redes sociais e a outros elementos, acabam por conceder poder às classes menos assistidas. Há ainda que observar a influência cultural, o imaginário coletivo e o papel do simbólico nestes processos.

A produção do espaço, seja o da rede urbana, seja o intraurbano, não é o resultado da "mão invisível do mercado", nem de um Estado hegeliano, visto como entidade supraorgânica, ou de um capital abstrato que emerge de fora das relações sociais. É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesse, estratégias, e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade (Corrêa, 2012, p. 43).

As lutas sociais, através da sociedade civil organizada, têm, por diversas vezes, conseguido fazer valer reivindicações, reduzindo o poder dos representantes do capital e do poder público na primazia sobre as decisões relativas aos processos urbanos. No entanto, a inércia do enrijecimento de áreas urbanas continua a criar diferenciações espaciais.

O endurecimento da cidade é paralelo à ampliação da intencionalidade na produção dos lugares, atribuindo-lhes valores específicos e mais precisos, diante dos usos preestabelecidos. Esses lugares, que transmitem valor às atividades que aí se localizam, dão margem a uma nova modalidade de criação de escassez, e a uma nova segregação. Esse é o resultado final do exercício combinado da ciência e da técnica e do capital e do poder, na reprodução da cidade (Santos, 1999, p. 200).

A cidade apresenta esferas ou dimensões de poder interligadas e condicionantes dos processos urbanos. “Temos, portanto, dentro dela, uma dimensão econômica extremamente complexa, uma jurídico-política e uma ideológica. Estas três dimensões entre cruzam-se e completam-se. Isto porque a organização espacial é um reflexo e uma condição da sociedade” (Corrêa, 1998, p. 67). Pode-se acrescentar ainda, à visão supracitada de Corrêa, os aspectos culturais, sociais e simbólicos que a cidade traduz na configuração do meio construído.

Na parte ideológica se encontram discussões difíceis, das críticas às complexas disparidades econômicas, ao abismo entre as classes sociais e também ambientais, direitos são exigidos de todos os lados.

O poder econômico nem sempre consegue se impor, a força da sociedade se mostra vencendo barreiras econômicas e submetendo, muitas vezes, o poder político-administrativo à concessão de suas pautas. Isso não significa a supremacia da parte social-ideológica, mas sim, evidencia mais um componente das complexas contradições e das acirradas lutas características da sociedade urbana.

De todos os embates e características conflitantes expostos e analisados até aqui, pode-se apreender que o espaço urbano, complexo, multifacetado, desigual e muito influenciado por relações de poder, sociais e, sobretudo, pela lógica capitalista da acumulação é, no entanto, um construto da humanidade, a expressão mais completa da complexidade humana e de suas contradições e disparidades.

Um aspecto fundamental a ser ressaltado em nosso referencial teórico é a relação dos cemitérios com a dimensão simbólico-cultural da vida social. No próximo tópico apresentamos de forma sucinta algumas discussões a esse respeito.

2.4 CARACTERÍSTICAS INTRÍNSECAS DAS NECRÓPOLES URBANAS HORIZONTAIS E SUAS CONEXÕES COM A DIMENSÃO SIMBÓLICO-CULTURAL

Sentimentos, valores, crenças, lendas e o imaginário constituem elementos que podem conferir a determinadas estruturas urbanas um caráter permanente, impedindo ou inviabilizando sua destruição para que deem lugar ao moderno. Os cemitérios são um destes espaços da cidade que dificilmente podem ser removidos da paisagem, constituindo, na maior parte das vezes, testemunhas de tempos passados em meio à paisagem urbana atual.

A sacralização de normas, valores e idéias simbolizadoras do poder político são celebradas no espaço. E a história tem demonstrado que, vivendo em comunidade, e, portanto, com suas práticas sociais coletivas, as relações entre o poder efetivo sobre os homens e o imaginário religioso constroem novos significados, novas visões do mundo produzidas por outras instituições que não são necessariamente religiosas, o Estado, a ciência, o mercado, os meios de comunicação de massa e outros. Estamos diante de uma nova realidade, envolvendo pessoas, objetos e lugares reconhecidos e fixados no imaginário coletivo como sacralizados. Tais referências dão sentido ao mundo, favorecendo a religiosidade cívica e o surgimento de pseudo-religiões. A religião cívica é legitimada pela sociedade, possui mitos, símbolos e signos, mas sem possuir referência a poderes sobrenaturais (Rosendahl, 2005, p. 12931).

O imaginário popular, não necessariamente religioso, mas coletivo, frequentemente reflete-se em espaços específicos, dotando-os de significados múltiplos, tornando-os de certa forma, intocáveis na paisagem urbana, desta forma, apreende-se que o imaginário coletivo exerce grande influência sobre o planejamento urbano e sobre as iniciativas, públicas ou privadas, de modificações na estrutura da paisagem urbana, à medida em que se torna difícil a aceitação popular da remoção de certos elementos da paisagem.

Os cemitérios na contemporaneidade refletem a forma de se encarar a morte. É algo certo, garantido, é patrimônio da sociedade e, portanto, não se mexe nele. Algo semelhante ao que aconteceu com o Cimetière des Saints-Innocents em Paris no século XVIII e sua total destruição e remoção é fato impensável para os dias de hoje. Ao passo que, por ser um lugar de morte, as necrópoles devem também ser evitadas. Vai-se apenas nos feriados santos, datas especiais ou no dia de Finados, para enfeitar os túmulos com flores, acender velas (Silva, 2015, p. 14).

No que se refere à aceitação pela população de que o cemitério é um patrimônio, pouco há que se questionar, visto que raríssimas são as ocasiões em que se desapropria uma área de necrópole para ali se realizar novo empreendimento, no entanto, quanto ao evitar da necrópole, apontado no texto acima, há que se observar que não se pode generalizar, pois, para uma parcela da população, o cemitério toma um significado de paz e reflexão, não sendo, portanto, evitado a qualquer custo, o que, de outro lado, ocorre para a parcela majoritária da população, em virtude de diversas crenças e também do aspecto cultural ocidental que encara a morte como um tabu.

Ainda que se reconheça que o patrimônio deve ter ligação aos aspectos culturais e do sagrado para que assim seja considerado, observa-se nos últimos decênios um aumento do interesse pela preservação e por tornar elementos da paisagem urbana patrimônios históricos, atribuindo a estes, valorações de caráter simbólico.

Como o homem é um animal que trabalha, que atribui significados, que estabelece valores, exatamente porque ele estabelece valores, essa escala hierarquizada de valores criada pelo homem vai constituir o seu patrimônio. Nós temos feito uma exploração que me parece um pouco superficial da questão *patrimônio*, colocando simplesmente que o patrimônio é um conjunto de bens, e o patrimônio cultural é um conjunto de bens culturais, esquecendo que eles *são bens na medida em que o homem atribuiu a eles significados*. E a atribuição de significados é um dado estritamente cultural (Rússio, 1984, p. 61-62).

A valorização do passado das cidades é uma característica comum às sociedades desta virada de milênio. No que diz respeito a "países novos", como o Brasil, essa tendência é inédita e reflete uma mudança significativa nos valores e atitudes sociais até agora predominantes. Depois de um longo período em que só se cultuava o que era novo, período que resultou num ataque constante e sistemático às heranças vindas de tempos antigos, eis que atualmente o cotidiano urbano brasileiro vê-se invadido por discursos e projetos que pregam a restauração, a preservação ou a revalorização dos mais diversos vestígios do passado. A justificativa apresentada é invariavelmente a necessidade de preservar a "memória urbana" (Abreu, 2012, p. 19).

A busca pela preservação de elementos fixos da paisagem urbana, conforme aponta Arantes (1984, p. 09), passa pelo crescente interesse em preservar as recordações, o passado, a luta por manter viva a trajetória de pioneiros e as imagens de tempos antigos. Há que se ter em mente que a decisão entre o que se deve ou não preservar parte de alguém, que, em sua decisão expressa suas visões e seus interesses, portanto, toda movimentação no sentido da preservação de elementos do passado passa pelo crivo de uma determinação também interpretativa, que ajuda a criar os espaços atuais.

Desse modo, a onda patrimonialista chegou aos cemitérios, mesmo que timidamente eles começaram a despontar no cenário cultural enquanto Patrimônio, seja por seus conceitos estéticos e artísticos, pelos fatores históricos que portam consigo ou então pelas diversas manifestações culturais das quais eles são parte (Silva, 2015, p. 15).

No volume do Plano Diretor de Londrina de 2008 dedicado aos "Aspectos Urbanísticos e Sócio Espaciais", figuram duas necrópoles municipais urbanas, quais sejam: o Cemitério do Heimtal e o Cemitério São Pedro, como parte do "Inventário do Patrimônio Urbano Paisagístico" (Londrina, 2008b, p. 25). Neste sentido, há que ressaltar que, muito embora possa a municipalidade considerar os supracitados cemitérios como patrimônios paisagísticos, muito se pode argumentar a respeito, visto haver diversos estudos que consideram a necrópole um elemento de poluição visual. Compreende-se, no entanto, que o município se

apegou ao caráter histórico e às personalidades ali sepultadas, neste sentido, sobretudo no Cemitério São Pedro, o primeiro de Londrina e localizado na área central da cidade.

No imaginário popular o Cemitério permanece enquanto um lugar de memória social e familiar. Por ser o primeiro e por um longo tempo ter sido o único cemitério urbano, um grande número de famílias londrinenses tem lá seus jazigos e mausoléus. Algumas personalidades locais estão lá sepultadas, pessoas que tiveram seus nomes indicados para o batismo de ruas, praças e avenidas da cidade, o que aumenta o simbolismo e a importância da necrópole para a sociedade londrinense (Silva, 2014, p. 161).

Desta forma, apreende-se que os cemitérios, desde o século XVIII tornaram-se locais de culto à memória e de grande apelo ao não esquecimento, assim, a necrópole na cultura ocidental tornou-se um elemento de busca dos vivos, ao se depararem com a inevitável morte, em tentar ao vislumbrarem no túmulo seus próprios futuros, tornarem estes monumentos à memória, na busca constante da manutenção da lembrança vida da família e da individualidade de cada um. Assim, a necrópole, também desta forma, reflete a sociedade humana, à medida em que se constitui não somente da necessidade de um lugar para o sepultamento dos corpos dos falecidos, mas também, para manter a ilusão da imortalidade, ainda que na recordação e nas inscrições e formas ali dispostas nas capelas, túmulos e lápides.

O nexo entre a memória e o monumento, articulado com o jogo *dissimulador* dos símbolos funerários, obriga, porém, a ter-se cautela na qualificação do cemitério como museu, uma das materializações privilegiadas da “memória-saber” desde o século XVIII. Cenário de *memórias-construídas*, mas também de *memórias-vivas* (principalmente no terreno da gestão familiar do culto), as necrópoles são os memoriais por excelência do século XIX (e do seu prolongamento no século XX), porque as recordações que os seus símbolos sugerem não revela, a ordem do saber – como é típico do racionalismo iluminista e da organização museológica ou bibliotecária -, mas mais a ordem do sentimento e das intenções cívico-educativas (Catroga, 1999, p. 21).

Cívico-educativas no sentido em que podem demonstrar aos vivos a sua finitude e, também, levá-los a reflexões e à busca pela imortalidade de sua memória junto aos que permanecerem após o próprio passamento, a necrópole é, antes de tudo, um construto dos vivos.

Desta forma, o poder público precisa dosar as medidas de preservação, sob pena de, ao preservar em excesso, impedir o desenvolvimento urbano de áreas antigas, isto, contudo, não se aplica completamente aos cemitérios, que, por diversas razões, sobretudo do imaginário e do aspecto do sagrado que ocupam na sociedade, raramente poderão ser removidos, tornam-se fixos urbanos, como se discutirá mais adiante.

O passado é uma das dimensões mais importantes da singularidade. Materializado na paisagem, preservado em "instituições de memória", ou ainda vivo na cultura e no cotidiano dos lugares, não é de se estranhar então que seja ele que vem dando o suporte mais sólido a essa procura de diferença. A busca da identidade dos lugares, tão

alardeada nos dias de hoje, tem sido fundamentalmente uma busca de raízes, uma busca de passado. Tal procura, sem dúvida defensável em termos da preservação das tradições vitais de uma sociedade, pode, entretanto, ser perigosa quando levada a extremos (Abreu, 2012, p. 21).

Muito embora a administração pública municipal tenha classificado os dois cemitérios municipais mais antigos (São Pedro e Heimtal) como patrimônios urbanos e paisagísticos, incluindo a possibilidade de que se tornem atrações turísticas, há opiniões diametralmente divergentes, tal como segue:

Como o cemitério São Pedro já se encontra em fase de operação, tem-se que seus aspectos ambientais mais significantes são: poluição visual causada pela negligência aos túmulos e também pelos resíduos de construção muitas vezes abandonados nas proximidades da sepultura, contaminação dos solos, contaminação das águas subterrâneas, proliferação de animais, desvalorização dos imóveis próximos, entre outros (Stipp, 2011, p. 105).

Até pode-se compreender o valor histórico das referidas necrópoles, mas, ainda sim, a gama de significações e influências de uma necrópole urbana vai muito além da beleza estética de alguns jazigos, da importância histórica de personalidades ali sepultadas ou da antiguidade do cemitério, há que se observar outros aspectos para uma visão mais acurada do papel desempenhado por estes serviços públicos.

São incontáveis os exemplos que podem ser citados do incessante processo de construção, adaptação e reconstrução urbana, porém, existem elementos que permanecem, tornam-se fixos urbanos, espaços de difícil ou impossível modificação, substituição, por diversos motivos, indo do monumental, histórico ao religioso e ao imaginário social.

O objeto de estudo em análise, a necrópole, é exemplo de um fixo urbano dos mais difíceis de serem modificados, tanto pela configuração em terrenos concedidos em caráter perpétuo, quanto pelo aspecto religioso que envolve a inumação de familiares, as questões referentes às memórias das famílias e, ainda, à dificuldade de reconfigurar para outro uso uma área que por décadas foi ocupada por um cemitério.

Questões econômico-sociais podem também estar envolvidas no processo de consolidação secular de um cemitério como fixo urbano. “Em relação aos cemitérios, no centro de Boston há três que datam do período colonial. A localização deles interrompe a continuidade de lojas comerciais. São preservados; ali estão enterrados membros das famílias mais tradicionais da cidade” (Corrêa, 1985, p. 78).

Conforme exposto anteriormente, a legislação federal estipula que os cemitérios terão caráter secular, ou seja, deverão permanecer onde foram instalados por tempo indeterminado, assim, é vetada qualquer ação no sentido de remoção de uma necrópole. Tem-

se em um cemitério a configuração de um dos fixos urbanos mais consolidados. Raríssimos são os casos de desapropriação e retirada de um cemitério para liberação de uma área, até mesmo por aspectos culturais.

As concessões de lotes em cemitérios públicos, em sua maioria, são em caráter perpétuo, ou seja, indefinido, é uma escritura pública que confere posse à família, de determinado lote, por infinitas gerações, desde que não haja abandono do terreno/jazigo e, em alguns casos, existe obrigatoriedade de pagamento de taxa de manutenção para manter a concessão perpétua.

Na dinâmica urbana, rica em constantes transformações que seguem o ritmo das inovações e as modificações na visão e comportamento da sociedade, o cemitério, imerso neste espaço dinâmico, constitui-se em uma estrutura que não acompanha este movimento, ao menos, não no mesmo ritmo de seu entorno. “A história muda, necessariamente, grande parte de espaços e edificações. Enquanto alguns usos se mantêm conservadores – quartéis, igrejas, cemitérios, escolas, etc. – mas não isento de mudanças sutis, outros acabam conhecendo múltiplos usos”. (Yázigi, 2003, p.255)

Os cemitérios abrigam múltiplos usos. Se destinam não apenas a sepultamentos. A religiosidade, a memória dos grupos sociais e o culto aos mortos e outras expressões culturais e sociais estão presentes nele. O cemitério se ancora, ainda que não totalmente, no tempo histórico em que foi instalado, se tornando um reflexo do passado em meio ao dinamismo circundante em decorrência da permanência da necessidade da presença da estrutura ali, naquele espaço que ocupa.

Os cemitérios situam-se nos limites da cidade. O reconhecimento de um direito de permanência que os mais ricos adquirem sob a forma de concessões perpétuas estabiliza os cemitérios em relação à expansão urbana. Distinguem-se, então, gerações sucessivas de cemitérios incorporados uns após outros na massa urbana e que só são parcialmente funcionais na medida em que o lugar é liberado pela expiração das concessões temporárias. Os maiores são os mais recentes e os mais periféricos. Eles representam, durante certo tempo, o papel de fronteiras da cidade, constituem uma zona de isolamento, depois são bruscamente ultrapassados, cercados pelo crescimento de novos bairros (George, 1983, p. 199-200).

Desta forma, a construção de um cemitério praticamente define aquela área e suas adjacências, define a paisagem e o ideário da população com relação à localidade, portanto, a instalação de um cemitério constituirá um fator a determinar indefinidamente o funcionamento e as relações humanas, sociais e econômicas de uma parcela do espaço urbano em seu entorno.

“O sagrado em sua dimensão espacial sugere várias questões interessantes relacionadas às formas e às funções. A ideia de que existem espaços sagrados, quer

designados em locais consagrados, fixos, ou apreendidos em sua categoria móvel, vem favorecendo a compreensão do espaço urbano” (Rosendahl, 2003, p. 162).

Desta forma, o cemitério tem por suas características fixas ao espaço onde é instalado, a condição de oferecer ao Geógrafo ou a outros profissionais com olhar aguçado, um entendimento da paisagem urbana local, não somente no momento da observação, mas na formação histórica e conjuntural dos signos ali presentes.

A paisagem urbana é a expressão da “ordem” e do “caos”, manifestação formal do processo de produção do espaço urbano, colocando-se no nível do aparente e do imediato. O aspecto fenomênico coloca-se como elemento visível, como a dimensão do real que cabe intuir, enquanto representação de relações sociais reais que a sociedade cria em cada momento do seu processo de desenvolvimento. Consequentemente, essa forma apresentar-se-á como histórica, especificamente determinada, logo concreta (Carlos, 1994, p. 36).

Se o tempo do evento, do acontecimento, do imediato, é aquele que mais nos chama a atenção, por estar mais próximo de nós, por se materializar em paisagem se representações que são rapidamente captadas pelos nossos sentidos, por alterar a nossa vida cotidiana, ele só adquire significado maior se o inserirmos em tempos mais espessos, tempos braudelianos, tempos da conjuntura e da longa duração (Abreu, 2003, p. 97).

Os fixos urbanos, em especial os cemitérios, estão, até certo ponto, sujeitos em menor intensidade à especulação e da dialética da valorização do solo urbano próprias ao capitalismo. Estes equipamentos urbanos são parte ativa dos processos capitalistas quando em fase de projeto e implantação, conforme já discutimos. Trata-se da influência externa, ou seja, do cemitério enquanto influenciador da mercantilização da paisagem em seu entorno ou nos vazios urbanos que pode favorecer. Contudo, uma vez instalados, tornam-se tão “enraizados” à área ocupada, que ali se sustentam secularmente, saindo parcialmente da esfera especulativa.

Há, no entanto, que se observar que os cemitérios possuem “vida própria”, funcionando como verdadeiras “cidades dos mortos”, refletem as contradições urbanas em seu interior, desta forma, não é incomum ocorrer certa especulação imobiliária no interior da necrópole, formação de zonas mais ou menos desenvolvidas e, por conseguinte, mais ou menos valorizadas dentro da necrópole, diferenciações de preços de terrenos entre cemitérios, de acordo com sua localização na cidade. A morte não nivela os seres humanos.

Mesmo em se tratando de necrópoles, há que se ter o cuidado de evitar generalizações quando se põe em ação um plano de pesquisa a campo. Os diversos cemitérios analisados em uma cidade de médio a grande porte, talvez antiga, talvez nem tanto, foram, correlatamente ao que acontece à paisagem ocupada por cada um, projetados e instalados obedecendo variadas lógicas e intencionalidades, relacionadas diretamente ao período em que

ocorreram. “Na análise da organização espacial, deve-se ter o cuidado de não se iludir pela semelhança das formas espaciais. Formas semelhantes *podem* ser oriundas de processos distintos, e realizarem funções diferentes” (Corrêa, 1998, p. 79-80).

No passado não tão distante, a tendência de renovação da paisagem urbana era intensa e dependia de critérios puramente econômicos e de atendimento às necessidades do capital e da própria dinâmica urbana, posto que o antigo era considerado tecnologicamente superado e as novas formas e tecnologias “precisavam” dar lugar ao antigo no sentido da dinamização do espaço urbano.

A situação hoje é diferente. O passado das cidades brasileiras está sendo revalorizado e a preservação/recuperação/restauração do que sobrou das paisagens urbanas anteriores é um objetivo que vem sendo perseguido por inúmeros agentes, destacando-se aí os governos municipais. Mesmo cidades relativamente novas já adotam a prática de preservar os vestígios mais significativos de sua história e, naquelas em que a destruição da herança urbana foi devastadora, grandes têm sido os esforços para salvar e valorizar o que restou. Essas tentativas nem sempre têm sido bem-sucedidas (Abreu, 2012, p. 23).

Não se pode olhar para o cemitério apenas com o olhar da tristeza, saudade e pavor, há que se buscar compreender o complexo papel deste fixo urbano na intrincada dinâmica da cidade capitalista, porém, “Os cemitérios se tornam lugares de memórias ao serem investidos pelo sentimento e pelo simbólico que circunda a morte e a luta da memória contra o esquecimento. Os cemitérios são monumentos contra o esquecimento, que objetivam transcender e superar a morte” (Silva, 2015, p. 18).

Os cemitérios são monumentos à memória daqueles que morreram e que algumas pessoas fazem questão de perpetuar. Ao longo do tempo, esse tipo de construção adquiriu a condição de inviolabilidade no que tange à pesquisa científica nos seus diferentes aspectos. Entretanto, sociólogos, antropólogos, historiadores, folcloristas e outros têm contribuído com diversas informações para melhor conhecimento dos hábitos, costumes e práticas funerárias (Gimenez, 2013 p. 27).

Grandes áreas urbanas, em geral construídas com certo afastamento da área urbanizada, os cemitérios causam na sociedade brasileira e ocidental, repulsa, medo, preocupação, tristeza e muitos outros sentimentos majoritariamente negativos⁷.

⁷ “Falar sobre a morte é um tabu para mais de 73% dos brasileiros”. A informação tem como fonte uma pesquisa encomendada pelo Sindicato dos Cemitérios e Crematórios Particulares do Brasil (Sincep) e realizada pelo Studio Ideias, divulgada em 24/09/2018 na abertura do evento "Inspirações sobre vida e morte", em São Paulo. "A maioria não gosta de falar sobre morte. A questão da idade não muda a relação, a gente não ganha familiaridade conforme envelhece. O assunto é tão distante que mesmo mais velho eu continuo não querendo conversar", explica Gisella Adissi, presidente do Sincep e dona de cemitério. (Coelho, Tatiana, 2018). Disponível em <<<https://g1.globo.com/bemestar/noticia/2018/09/26/brasileiro-nao-gosta-de-falar-sobre-morte-e-nao-se-prepara-para-o-momento-revela-pesquisa.ghml>>> Acesso em 12/11/2024.

Assim, vida e morte, apesar de certas, são assuntos evitados pelos ocidentais de modo geral, no entanto, a análise supracitada define claramente como os cemitérios acabam por ocupar a paisagem urbana, tornam-se uma réplica da cidade, destinada aos que já partiram e que não é bem compreendida por grande parte da população, que evita as necrópoles.

O modelo de cemitérios tradicionalmente utilizados no Brasil, por influência europeia e cristã, é o modelo horizontal. Neste modelo de inumação de cadáveres, os mesmos são sepultados diretamente na terra, ou sobre ela, em jazigos dispostos por longas alamedas, cedidos pelo poder público municipal em caráter perpétuo a famílias, ou em concessão por períodos determinados, quando ocorre a exumação dos restos mortais e a liberação do terreno para novos sepultamentos.

Os cemitérios convencionais representam a grande maioria das soluções para disposições funerárias nas cidades brasileiras. Acompanham a evolução cronológica dos serviços funerários, fundamentados nos princípios de aceitabilidade pela população. Imperam sobre estes princípios questões de ordem religiosa, ética, moral, crença, tradição e tabu (Silva, 2002, p. 150).

A ligação entre o administrativo urbano, o social, religioso e, mesmo o imaginário e cultural do munícipe em muito influi sobre a forma, sistema e utilização dos espaços destinados às necrópoles. Nos últimos anos, muitos critérios e legislações regulamentam a escolha da área destinada a uma necrópole, seu funcionamento e fiscalização. “No passado, para a construção de um cemitério, por economia, escolhia-se uma área de pouco valor de mercado, ignorando a formação geológica ou hidrológica do local” (Gimenez, 2013 p. 28).

Nas últimas três décadas esta realidade vem mudando, quando da instalação de novas necrópoles, com exigências ambientais, legais e de localização cada vez mais rígidas, porém, ao que se refere aos cemitérios já instalados, é difícil a adequação às legislações atuais e, os próprios melhoramentos e monitoramentos exigidos por lei, muitas vezes não são cumpridos em sua totalidade.

Considerando que a maioria dos cemitérios existentes, no Brasil e em outros países, foi construída antes da elaboração e implantação de legislação pertinente, e que até os dias atuais muitos são carentes de monitoramento, entende-se que estes são fontes geradoras de impactos ambientais, principalmente por não terem sido acatados aspectos geológicos e hidrogeológicos no processo de construção e licenciamento para uso (Gimenez, 2013 p. 32).

No modelo horizontal, há diversos pontos negativos que podem ser ressaltados, a iniciar pelo grande consumo de área física, estes cemitérios se estendem por vastas áreas e rapidamente têm todo o seu espaço ocupado por túmulos perpétuos, tornando-se

parcialmente operacionais, por permitirem inumações apenas de cadáveres de famílias que ali possuem jazigos, tendo esgotada a possibilidade de venda de novos terrenos como concessão. Este rápido esgotamento da área acarreta a necessidade da destinação de novas e vastas áreas para dar início a outra necrópole, que, em poucos anos estará também, esgotada.

As covas perpétuas geram o problema da falta de espaço, uma vez que impedem a rotatividade do uso do solo, reduzindo a possibilidade de áreas destinadas a novos sepultamentos. Some-se a isso o fato de que, para as famílias, a hipótese de sepultar vários corpos numa mesma cova soa desagradável e até desrespeitosa (outro traço longínquo da ideia de sacralização do corpo morto), dada a impossibilidade de identificação do corpo e, conseqüentemente, do reconhecimento da individualidade deste (Thompson, 2015, p. 12).

O modelo horizontal é o tipo de inumação mais potencialmente poluidor de solos e águas subterrâneas, visto que os eflúvios da decomposição dos cadáveres infiltram diretamente no solo, podendo atingir camadas profundas. Em casos onde as alamedas não são pavimentadas, mas gramadas, a permeabilidade destas aumenta ainda mais a possibilidade de contaminação profunda de solos e águas, pois, com as chuvas, as águas pluviais aceleram e aprofundam a infiltração dos eflúvios deletérios da decomposição que ocorre a poucos metros destes caminhos.

Desta forma, tem-se na composição do necrochorume, os compostos provenientes da decomposição [...] podem contaminar a água subterrânea e toda a população que vier a consumir esta água. Esses microorganismos podem se propagar num raio superior a 400 metros além do cemitério, causando doenças de veiculação hídrica, que causam distúrbios gastrintestinais, tais como vômitos, cólicas e diarreias (Stipp, 2011, p. 106).

Para além das questões referentes ao solo e às águas subterrâneas, há que ressaltar que as vastas áreas com suas centenas, milhares de túmulos, são ambientes profícuos para a criação de insetos e roedores, podendo tornar o cemitério um potencial transmissor de doenças que tem estes seres por vetores.

Esse tipo de sepultamento apresenta algumas desvantagens, tais como a possível contaminação das águas subterrâneas e superficiais, a ocupação de grandes áreas, devido à preocupação estética, há um alto custo na construção e manutenção, interferência direta na estética urbana ou do local onde se encontra, e possível proliferação de insetos e animais que podem transmitir doenças, como mosquitos, escorpiões e baratas (Kemerich, 2014, p. 3780).

Uma das propostas que se fazem, para dar melhor aspecto à necrópole e para mitigar alguns de seus riscos ambientais, é o modelo de cemitério parque, onde a arborização e o extenso gramado refletem um ambiente mais agradável. “O cemitério parque é um modelo que vem sendo adotado no Brasil pela sua forma de integração no ambiente urbano. Este tipo

de cemitério, por apresentara o mesmo padrão, tem uma aparência mais confortante, uma vez que é também mais arborizado”. (Gimenez, 2013 p. 30)

Dentro dos cemitérios de desenvolvimento horizontal, podemos incluir os cemitérios do tipo **Parque** ou **Jardim**, originários dos Estados Unidos da América, fundados segundo a filosofia das Igrejas Protestantes, com inspiração na teoria e na prática da Arte dos Jardins, são aqueles predominantemente cobertos por relvados, isentos de construções tumulares, e nos quais as sepulturas são identificadas por uma lápide de mármore ou granito ao nível do chão e de pequenas dimensões, estes cemitérios, aparentemente, promovem a igualdade entre os homens sem discriminação econômica (Carvalho, 2012, p. 37).

No cemitério parque, os corpos não ficam em contato direto com a terra, são sepultados em “carneiras” ou lóculos construídos abaixo do nível do terreno, que não permitem que o necrochorume decorrente da decomposição corpórea atinja o solo.

Há ainda outro aspecto que pode ser explorado com relação às necrópoles tradicionais, horizontais, com suas imensas alamedas e avenidas que cortam toda a estrutura, e os jazigos, de diversos tempos e refletindo o poder aquisitivo das famílias concessionárias perpétuas dos terrenos, ao longo do tempo e do processo de crescimento e ocupação do cemitério, forma-se uma miríade de estilos e formas dos jazigos, refletindo, muitas vezes, o diferencial econômico das famílias e criando, muitas vezes, até uma espécie de segregação social intra-necrópole. “Para minimizar a discrepância na morte em função das características dos túmulos, construção e manutenção, ressalta-se a necessidade de padronização, como é o caso dos cemitérios-parque” (Gimenez, 2013 p. 38).

Neste sentido, pode-se argumentar que o velho ditado popular que diz que *a morte nivela a todos*, na prática atual da vida urbana não passa de um mito como aponta George, (1983, p. 200):

Ter acesso aos cemitérios centrais é um privilégio reservado aos homens ilustres e às grandes famílias, de modo que esses cemitérios tornam-se lugares históricos onde todas as concessões são perpétuas ou, pelo menos, centenárias, imobilizadas na lembrança dos grandes mortos de outrora (George, 1983, p. 200).

Quanto mais importantes historicamente foram os mortos sepultados, tanto mais importante se torna o cemitério, o que causa uma diferenciação entre necrópoles e internamente, são contradições socioeconômicas e culturais urbanas.

Mesmo diante das vantagens incontestáveis do cemitério parque em relação ao horizontal convencional, sobretudo no que se refere ao olhar dos cidadãos para a estrutura, que causa menos repulsa, cabe salientar que culturalmente o brasileiro prefere o sistema tradicional, por ter com este uma profunda ligação que remonta a muitas gerações das famílias, é difícil vencer as barreiras da cultura, do sagrado e do imaginário.

Ressalta-se ainda que os cemitérios parque não se mostram como solução para um dos mais graves problemas decorrentes das necrópoles em grandes cidades: o consumo de espaço. Da mesma maneira que o cemitério tradicional, os cemitérios parque não deixam de ser estruturas horizontais, que se estendem por vastas áreas, problema urbano grave, sobretudo em cidades de maior porte.

Propõe-se mais recentemente, como alternativa aos problemas decorrentes dos modelos horizontais, a viabilização do modelo vertical de sepultamento, que possui diversas vantagens, ao ocupar áreas muito menores, por ser formado não por túmulos, mas por pequenos lóculos ou “gavetas”, como são vulgarmente chamadas, em séries longas com altura que comportam cinco a seis “gavetas” sobrepostas, os lóculos são também mais estreitos que um tradicional terreno e, por constituírem pequenos edifícios, não há corredores entre eles, apenas entre os longos blocos.

Neste formato de cemitério, verifica-se a importância dada à visão ecológica com a ideia de que, por não entrarem em contato com o solo, o produto resultante da decomposição dos corpos não contaminará o lençol freático. O sistema de coleta do gás e de tratamento do necrochorume e a otimização do uso da área, comparada aos outros tipos de cemitérios, tornam os cemitérios verticais em uma alternativa viável para as grandes cidades (Gimenez, 2013 p. 31).

No que tange o cemitério vertical, é evidente que sua arquitetura sui generis apresenta uma solução favorável ao crescimento populacional e à demanda por espaço. Além disso, é ecologicamente correto. Todavia, esse tipo de cemitério exige demasiado planejamento no que diz respeito ao destino dos efluentes gasosos, de modo a garantir o caráter higiênico da área de sepultamentos. De outro modo, o mau cheiro tornaria inviável a livre circulação de pessoas no local de engavetamento dos corpos (Thompson, 2015, p. 18).

Os lóculos são quase que hermeticamente fechados, havendo apenas o local para a dissipação dos gases oriundos da decomposição dos corpos, ao final de um período variável de cerca de três anos, restam apenas ossos e restos de vestuário e da urna utilizada na inumação.

Os lóculos devem ser constituídos de materiais que impeçam a passagem de gases para os locais de circulação dos visitantes e trabalhadores. Devem conter características construtivas que impeçam o vazamento dos líquidos oriundos da coliquação e um dispositivo que permita a troca gasosa, em todos os lóculos, proporcionando as condições adequadas para a decomposição dos corpos (Paula, 2020, p. 134).

Assim, a poluição ambiental é drasticamente reduzida, visto que os eflúvios decorrentes da decomposição cadavérica não entram em contato com o solo, sendo drenados em um sistema especial dentro da própria “gaveta”, onde evaporam.

Diante do demasiado crescimento urbano, surgiu a preocupação com os espaços cemiteriais, bem como a preocupação ambiental sobre o assunto. Pensando nisso, foram criados os cemitérios verticais, uma alternativa encontrada para solucionar o caso. Os cemitérios verticais são prédios de dois ou mais pavimentos que oferecem compartimentos, ou gavetas, para o sepultamento e que devem dispor de sistemas de inativação dos gases do necrochorume e de vedação, para que estes não cheguem às áreas comuns onde circulam os visitantes e funcionários do local (Kemerich, 2014, p. 3779).

Percebe-se que o sistema vertical é mais avançado e diminui sensivelmente os riscos ambientais, além de proporcionar um número muito maior de cadáveres ocupando menores áreas urbanas.

Por não haver grandes riscos e impactos decorrentes da instalação de uma necrópole vertical, não há, também, necessidade de exigências tão severas para sua instalação. Há, no entanto, certa resistência da sociedade, posto que culturalmente está acostumada à paisagem repleta de túmulos e ao culto aos antepassados nestas estruturas. Muitas famílias têm dificuldade em aceitar que seu ente falecido esteja em uma “gaveta”, tendo por única e fria recordação, uma pequena placa em um tampo de granito, se aceitar o modelo parque é difícil, onde há um gramado e uma lápide convencional, os “blocos” de lóculos para inumação com apenas uma pequena placa de bronze ou alumínio contendo data de nascimento, de óbito, nome e uma pequena foto, sem lugar para a colocação de flores, para o acendimento de velas, torna este modelo de difícil adesão social.

As vantagens dos cemitérios verticais sobre os cemitérios horizontais são diversas. Uma delas está no próprio licenciamento, onde, no cemitério vertical vigoram exigências mínimas de instalação enquanto nos horizontais as preocupações com o solo, lençol freático, plantas, memoriais e nível natural do terreno são fatores essenciais para o licenciamento e permissão de funcionamento do mesmo (Paula, 2020, p. 134).

Muito mais correto ecologicamente e muito mais difícil de ser implantado por razões culturais, o sistema de cremação é livre de qualquer contaminação ambiental, restam apenas cinzas inertes do cadáver, que é decomposto rapidamente, sem perigos de contaminação por eflúvios, que não chegam a existir. Este sistema tem sido paulatinamente aceito pela população, mas ainda tem custo elevado na maioria das cidades e é fornecido, em sua imensa maioria, por serviços privados, não estando, assim, à disposição da grande maioria das famílias.

A conscientização social é o caminho para a resolução da problemática das inumações de cadáveres, permitindo que a população conheça as vantagens e desvantagens de cada modelo de necrópole ou, até mesmo da cremação, mas, como já foi dito, o poder público dedica pouca atenção ao assunto, até mesmo por razões da cultura ocidental, que tenta evitar o

assunto da morte a todo custo; razões políticas são também presentes, nenhum político quer ficar conhecido por ter construído um cemitério ou crematório, estas obras não recebem publicidade e são pouco discutidas.

As razões culturais, religiosas e a interface do sagrado que o assunto comporta, tornam estas discussões ainda mais delicadas, mas, não obstante as tão grandes barreiras sociais, o assunto tem que ser discutido, visto que na maior parte das médias e grandes cidades, o colapso dos sistemas de inumação é iminente.

3. CONTEXTO HISTÓRICO DOS PROCESSOS DE INUMAÇÃO

Nesta seção far-se-á uma análise das razões que levaram ao desenvolvimento das necrópoles, tais como se apresentam no espaço urbano brasileiro. Para tanto, é necessário que se recue no tempo, de forma a compreender como a civilização ocidental europeia e em especial a sociedade portuguesa que, ao colonizar o Brasil, trouxe consigo sua cultura e modo de vida, influenciando substantivamente a produção de espaços cemiteriais em nosso país.

Assim, parte-se de uma breve exposição de como eram tratadas as questões correlatas à inumação dos cadáveres e das exéquias na antiguidade, como a questão dos cemitérios se desenvolveu durante a Idade Média e as importantes transformações ocorridas no século XVIII acerca da maneira como eram feitos os sepultamentos. Analisaremos brevemente os processos decorrentes das mudanças do século XVIII em Portugal e, finalmente, no Brasil, dando às necrópoles do país, majoritariamente e tradicionalmente, a característica horizontal, muito difundida na Europa.

3.1 A MORTE NA ANTIGUIDADE

Desde a pré-história, a preocupação com a morte e a alocação especial aos restos mortais de pessoas próximas se fazia presente. Na arqueologia muitos são os achados que demonstram esta realidade. O ser humano dotado de consciência é, em princípio, o único animal que percebe sua finitude. Percebe a morte e, em relação a ela, cria sentimentos que variam muito de acordo com as culturas, mas que, em geral, situam-se no espectro compreendido entre o medo e o respeito.

Os primeiros locais ou recintos organizados surgiram a partir de 10.000 anos a.C., entre o período paleolítico e o neolítico, com sepulturas agrupadas, túmulos individuais e colectivos. Na Europa, há cerca de 5.000 anos a.C., a inumação e a cremação tornaram-se práticas comuns, os mortos foram os primeiros a ter uma morada assinalada por uma pedra tumular ou monumento megalítico, estas arquitecturas monumentais eram formadas por grandes blocos de pedra, um dos exemplos mais conhecidos é Stonehenge em Inglaterra, que se crê estar associado à prática funerária para além de outras de cariz religioso e cósmico (Carvalho, 2012, p. 5).

Assim, apreende-se que antes mesmo da possibilidade e da intenção dos agrupamentos humanos se fixarem em um local determinado, a prática de se estabelecerem locais destinados à inumação e ao culto dos mortos e aos ancestrais já estava presente. Existem diversos registos arqueológicos desses locais identificados aos quais se poderia periodicamente

voltar. Ao que o estado atual da arqueologia e antropologia indicam, essa prática parece ser comum e inerente ao desenvolvimento dos seres humanos desde os mais longínquos tempos. A consciência da morte e a percepção da finitude talvez tenham sido as primeiras centelhas que fizeram acender nos seres humanos a sensação e a crença de que existe algo para além da vida física análoga a de todos os animais. Pode-se pensar, ainda que não haja provas cabais, que a morte tenha sido o gatilho para a formação das crenças religiosas, mágicas e sobrenaturais. Contudo, há indícios de que a busca incessante por respostas que aplaquem a desesperadora perspectiva de um fim e do esquecimento tenha sido algo presente ao longo da história humana.

No desenvolvimento dos aglomerados humanos permanentes, encontramos a expressão de necessidades animais semelhantes às que se verificam em outras espécies sociais; contudo, até os indícios urbanos mais primitivos revelam mais do que isso. Pouco depois de se ter descoberto a trilha do homem no mais antigo dos acampamentos ou dos instrumentos de pedra lascada, encontra-se a prova de interesses e inquietações que não têm correspondente animal; em particular, uma cerimoniosa preocupação pelos mortos, manifestada em seu sepultamento deliberado – com evidências cada vez maiores de piedosa apreensão e temor (Munford, 1998, p. 12).

Carvalho (2012, p. 05) argumenta que “o sepultamento de corpos, iniciou-se aproximadamente 100.000 anos a.C., com sepulturas construídas no solo, no interior de grutas, sendo que os cemitérios com sepulturas agrupadas surgiram a partir de 10.000 anos a.C.” No entanto, tais informações devem ser consideradas tendo-se em mente que novas descobertas podem alterá-las radicalmente.

A cidade dos mortos antecede a cidade dos vivos. Num sentido, aliás, a cidade dos mortos é a precursora, quase o núcleo, de todas as cidades vivas. A vida urbana cobre o espaço histórico entre o mais remoto campo sepulcral da aurora do homem e o cemitério final, a Necrópolis em que uma após outra civilização tem encontrado seu fim (Munford, 1998, p. 12-13).

Ao se tratar de culto aos mortos na antiguidade, a mais emblemática das civilizações é o Egito, onde as estruturas mais famosas, as pirâmides, figuram entre as maiores obras da antiguidade dedicadas aos mortos⁸.

Se no Egito o culto aos mortos foi levado ao extremo, com uma grandiosidade sem par até a atualidade, civilizações como Roma e Grécia tinham também suas formas, crenças e critérios para lidar com a morte e o sepultar de seus mortos.

⁸ Carvalho (2012, p. 5) aponta que não houve este exacerbado culto e cuidado com os mortos desde o início da civilização egípcia, mas que isto pertence ao período do Império: “No Egito, há cerca de 5.000 a 4.000 anos a.C., as primeiras necrópoles eram compostas por sepulturas singelas sem grandes distinções nem monumentalidade, só com a constituição do império e com as dinastias se verificou uma mudança de atitude, a morte foi associada a um mundo social e cósmico que originou a criação de grandiosas necrópoles, mastabas, pirâmides e esfinges além de complexos destinados ao tratamento dos corpos com o intuito de assegurar a imortalidade.”

Os romanos praticavam o embalsamento dos corpos ou a incineração com a recolha das cinzas em urnas que eram colocadas em sepulcros. A inumação só surge com a difusão do Cristianismo. Com o sepultamento dos mortos em catacumbas, grandes galerias ou grutas, constituídas de tumbas ou câmaras sepulcrais ao longo das paredes das galerias com capacidade para um, dois ou três corpos envoltos em mantas (Carvalho, 2012, p. 5).

Vê-se nos romanos algo que se assemelha àquilo que se tem hoje como consensual no sepultamento: a prática de cremação com sepultamento de cinzas e o sepultamento dos corpos em lugares apropriados e destinados a este fim. Essa prática não se distancia muito do que vivenciamos em nossas sociedades modernas.

Observa-se que, nestas civilizações, havia a preocupação de definir uma área própria para a finalidade de receber os corpos dos defuntos. Tal área deveria ser reservada, ou seja, que os sepultamentos deveriam estar apartados da vida cotidiana. O lugar dos mortos deveria ser delimitado e distante das cidades gregas e romanas.

Apesar da familiaridade com a morte, os antigos temiam a vizinhança dos mortos e os mantinham a distância. Veneravam as sepulturas, em parte porque temiam a volta dos mortos, e o culto que dedicavam aos túmulos e aos manes tinham por finalidade impedir que os defuntos “voltassem” para perturbar os vivos. Os mortos enterrados ou incinerados eram impuros: quando muito próximos, poderiam poluir os vivos. A morada de uns devia ser separada do domínio dos outros para evitar qualquer contato, exceto nos dias de sacrifícios propiciatórios. Era uma regra absoluta (Ariès, 1989, p. 34-35).

Essa não era uma regra social e uma crença disseminada apenas entre os antigos romanos; estava presente também na Grécia antiga⁹. O sepultamento distante da vida cotidiana, em áreas afastadas e destinadas exclusivamente a este fim, era objeto de uma Lei específica do Império Romano: a chamada Lei das doze tábuas, datada de 451 a.C. Essa Lei determinava clara e explicitamente que as exéquias deveriam ser feitas fora do ambiente urbano,

⁹ Segundo Thomas Kolnberger (2018), na Antiguidade Clássica, a separação entre as cidades e os locais de inumações era a regra. O autor identifica ainda, certos padrões de localização das necrópoles e de distribuição dos corpos em seu interior, expressando assim hierarquias sociais: “*Na antiguidade clássica, o cemitério ficava fora de uma cidade murada ou de um assentamento não fortificado, como uma cidade provincial romana não planejada. Locais de sepultamento individuais alinhavam as principais rotas de acesso a esses assentamentos. Quanto mais perto dos portões principais na muralha, melhor para os proprietários dos lotes, pois os túmulos na primeira fileira eram considerados os mais prestigiados. Outros locais de sepultamento preferidos ficavam em terrenos mais altos ou ofereciam uma vista panorâmica. A visibilidade dos locais para os transeuntes e a frequência com que eram visitados eram considerados ativos sociais. O Kerameikos de Atenas, com suas numerosas esculturas funerárias erguidas em ambos os lados da estrada sagrada que saía da cidade em direção a Elêusis, e os túmulos situados ao longo da Via Ápia, uma das primeiras e estrategicamente mais importantes estradas romanas, são dois exemplos bem conhecidos* (Kolnberger, 2018, p.120).

como pode-se confirmar: “Que nenhum morto seja inumado nem incinerado dentro da cidade¹⁰” (Meira, 1972, p. 173). Um outro aspecto que deve ser observado em relação aos sepultamentos entre os romanos e gregos é a preocupação em que sejam identificadas as sepulturas, havendo o costume comum de serem erigidas lápides ou placas com o nome do sepultado, este costume é comprovado por arqueólogos que encontram grande quantidade destas inscrições.

Não estaremos muito longe da verdade se dissermos que na Roma antiga cada indivíduo, às vezes mesmo um escravo, tinha um local de sepultura (*loculus*) e que este local era frequentemente marcado por uma inscrição. As inscrições funerárias são inumeráveis, são geralmente e numerosas no começo da era cristã. Significam o desejo de conservar a identidade do túmulo e a memória do desaparecido (Ariès, 2012, p. 62).

Em específico ao se tratar de Atenas, observa-se que a preocupação com a sepultura era muito forte naquela sociedade, a crença de que o corpo precisava ser inumado para que alcançasse a glória era disseminada entre os atenienses, levando até mesmo à condenação à morte de generais que, em batalhas, mesmo tendo salvado Atenas, tenham abandonado os corpos de seus soldados mortos, com a alegação da perda de milhares de almas para salvar a cidade.

Pode-se ver em escritores antigos como o homem constantemente vivia atormentado pelo receio de que, depois da sua morte, não se observassem tais ritos. Era isto motivo para amargas inquietações. Temia-se menos a morte do que a privação de sepultura. Porque na sepultura está o repouso e a bem-aventurança eterna. Não nos devemos surpreender quando vemos os atenienses a mandarem matar aqueles generais que, depois de uma vitória no mar, negligenciaram o enterramento dos seus mortos. Estes generais, discípulos dos filósofos, talvez já distinguíssem entre alma e corpo, e, deste modo, por não acreditarem que a sorte de uma estivesse presa à do outro, teriam assim pensado que ao cadáver tanto importaria decompor-se na terra como na água. Não tinham, portanto querido arrastar com a tempestade só pela vã formalidade de recolher e enterrar os seus mortos. Mas a multidão, mesmo em Atenas, presa da velha tradição, imediatamente vem acusar estes mesmos generais de impiedade, e fá-los morrer. Se pela sua vitória estes generais haviam salvado Atenas, pela sua negligência tinham perdido milhares de almas. Os parentes dos mortos, pensando no longo suplício que estas almas viriam a sofrer, vieram ao tribunal em trajas de luto e reclamaram vingança (Coulanges, 1998, p. 8).

A necessidade de um sepultamento digno era culturalmente exigida e esperada, sob pena de condenar a alma do falecido à perdição eterna. Já nestes tempos antigos a crença na existência de uma alma e, portanto, de uma vida que sobrepujasse a morte, dando nova existência e conservando, de alguma forma, a vida em um plano diferenciado daquele habitado por todos, era corrente. Até os dias de hoje, parte da sociedade crê, ainda que por

¹⁰ Tradução da frase em Latim contida na décima tábuca da Lei das Doze Tábuas: *Hominem mortuum in urbe ne sepelito neve urito*

variadas formas e critérios, na existência de algo, de alguma forma de consciência, que sobreviva à morte do corpo.

Como aponta Le Goff (1998, p. 11), romanos e gregos, ao impedirem sepultamentos dentro de suas cidades, impeliam os mortos para fora destas. Muitas vezes, as estradas que davam acesso às cidades gregas e romanas eram ladeadas por infindáveis fileiras de sepulturas, destinadas muitas vezes a nobres e pessoas importantes, ao não haver um lugar propriamente destinado à inumação, os caminhos passavam a receber esta finalidade, e a entrada na cidade dos vivos era precedida pela passagem pela cidade dos mortos.

Em tudo isso há fortes matizes de ironia. A primeira coisa que saudava o viajante que se aproximava de uma cidade grega ou romana era a fila de sepulturas e lápides que ladeavam as suas estradas. Quanto ao Egito, a maior parte do que restou daquela grande civilização, com sua alegre saturação em todas as manifestações da vida orgânica, são seus templos e seus túmulos. Até mesmo a apinhada cidade moderna, o primeiro êxodo geral para um lugar de morada mais desejável no campo foi a migração dos mortos para o romântico Eliseu de um cemitério suburbano (Munford, 1998, p. 13).

Há claras ligações entre as práticas funerárias gregas e romanas e as que se perpetuaram no cristianismo medieval na Europa ocidental. Posteriormente, tais práticas se difundiram pelo mundo com a dominação colonial e cultural europeia, passando por diversas formas de hibridação. Por isso, dedicamos algumas páginas a examinar brevemente algumas características da localização dos locais de inumação gregos e romanos, ou seja, identifica-se aí a formação das necrópoles como cidade dos mortos.

Desta forma, apreende-se que a necrópole, cidade dos mortos, é erigida pelos vivos no afã de perpetuar a própria memória, posto que na morte de outrem, é inevitável o calafrio gerado ao se antever o próprio destino. Isto parece ser algo que apavora o ser humano e não somente pela incerteza do desconhecido que há ou não a se descobrir no “rasgar do véu” que divide a vida e a morte. Mas, talvez, pela ânsia do ser humano em ter sua existência perpetuada, ainda que por meio da memória. Talvez isto nos reconforte, dando-nos a impressão de vida eterna, ao menos na memória dos que vivem. Faz-se assim culturalmente necessária a busca pelo firmar de formas que permitam esta perpetuação da memória de cada um.

3.2 A MORTE NA IDADE MÉDIA

A Idade Média, compreendida entre os séculos V e XV, foi um período de modificações na sociedade europeia com forte influência da religião católica. Este período histórico trouxe profundas mudanças para a humanidade que culminaram com as condições

necessárias para o surgimento do capitalismo, da urbanização e da modernidade. Segundo Le Goff (2005, p. 01), a Idade Média se caracteriza como “[...]uma época que não foi de trevas nem imune ao progresso; ao contrário, foi uma época fértil de invenções vitais e importantes”, dada a influência da Igreja Católica nesse período, vale ressaltar o peso do pensamento cristão sobre a questão dos sepultamentos num contexto prévio à Idade Média, como forma de introduzir, caracterizar e analisar o pensamento medieval dominante, ao menos na primeira fase deste longo período histórico.

O Cristianismo definiu no século I o sepultamento como recomendação preferencial para ocasiões de morte, visto que este ato confiaria o cadáver à terra, ratificando a morte como um período de repouso daquele que aguarda o despertar na ressurreição. O próprio nome adotado para estes locais de inumação, cemitério – recolhido do grego *koimetérion* e do latim *coemiteriu* – tem como significado dormitório, lugar de repouso, e corrobora com o sentido apresentado em Gênesis 3:19, que diz: “Até que voltes a terra, pois dela foste tirado. Porque és pó, e ao pó retornarás (Nogueira, 2013, p. 23).

Seguindo os preceitos das Sagradas Escrituras, os cristãos procuravam destinar à terra os despojos humanos, numa clara alusão ao “retorno ao pó” e à esperança de um descanso, até a volta do Cristo para a ressurreição dos mortos e seu julgamento final. Porém, nem sempre os cristãos gozaram de poder e influência suficientes para ditarem regras e estabelecerem suas diretrizes sobre um assunto tão sujeito a questões de crença e comportamento¹¹.

No início da Idade Média, entre os séculos IV e VI, a exigência cultural e legal de sepultamento fora da cidade, assim como ocorrera em Roma e Atenas na antiguidade, se manteve. Segundo Ariès (1989, p. 35), no ano de 563 ainda figurava a interdição de sepultamentos em basílicas por determinação expressa no concílio de Braga, datado do referido ano. Contudo, o temor de violações de túmulos de indivíduos considerados santos e novas possibilidades abertas com peregrinações a locais de sepultamento dos santos modificaram essa prática. Entre o século VI e o VIII mudanças paulatinas foram se acumulando na Europa Ocidental em relação a determinação dos locais de inumações.

Aos poucos se difunde a prática de buscar o sepultamento em local próximo ao de pessoas consideradas como santas e no interior dos templos. Ariès (1989) denomina essa nova modalidade de enterro “ad sanctos, apud ecclesiam”. O autor argumenta que essa mudança foi responsável pela aproximação é até mesmo reintrodução dos locais de enterro nas cidades;

¹¹ De início, os cristãos seguiram os costumes do tempo e participaram das opiniões correntes em relação aos mortos. Os cristãos foram de início enterrados nas mesmas necrópoles que os pagãos, em seguida ao lado dos pagãos, em cemitérios separados, sempre fora da cidade (Ariès, 1989, p. 35).

ou ainda pela formação de novos assentamentos urbanos por meio de bairros ou subúrbios cemiteriais. Esses novos assentamentos com características suburbanas se desenvolveram a partir dos locais de sepultura de santos, reis e nobres. Referindo-se ao século V, Philippe Ariès (1989, p.42) afirma que:

A partir de então, e durante muito tempo, até ao século XVIII, os mortos deixaram de fazer medo aos vivos e uns e outros coabitaram nos mesmos lugares, por detrás dos mesmos muros. Como se passou tão depressa da antiga repugnância à nova familiaridade? Pela fé na ressurreição dos corpos, associada ao culto dos antigos mártires e dos seus túmulos.

Mais adiante o autor indica que a proximidade com os santos e outras figuras do topo da hierarquia social poderiam afastar violadores de sepulturas, já que se difundia crença de que essas violações poderiam, de alguma forma, dificultar a ressurreição no dia do juízo final¹². No entanto o motivo espiritual parece ter sido mais decisivo para a reintrodução dos locais de inumação no contexto da urbanização medieval.

Contudo, o enterro *ad sanctos*, perto dos túmulos dos mártires, tinha um outro motivo. É certo que o receio da violação, tão vivo nos primeiros séculos, diminui bastante cedo, desde a alta Idade Média. Na verdade, já não tinha motivo económico: nada atraía a partir de então os saqueadores aos sarcófagos que nada mais continham de precioso. [...]

O motivo principal do enterro *ad sanctos* foi assegurar a protecção do mártir, não apenas ao corpo mortal do defunto, mas também a todo o seu ser, para o dia do despertar e do juízo (Ariès, 1989, p.44).

Do exposto, pode-se aferir que a prática de inumação de cadáveres em igrejas não nasceu com os cristãos, mas foi paulatinamente adotada, primeiramente sendo esta prática destinada à nobreza, a reis, e aos poucos que poderiam arcar com seus custos. Com a adoção do sepultamento dentro das igrejas ou em locais adjacentes, forma-se um conjunto composto pelo subsolo do interior do templo, ossuários, carneiros e o terreno em volta dessas construções onde também se realizavam sepultamentos. Talvez, em um sentido moderno, esse seja o conteúdo espacial de uma necrópole que diferenciaria esse conceito do conceito de um cemitério urbano horizontal como o conhecemos hoje. É possível argumentar que o cemitério horizontal como forma-conteúdo (Santos, 1977) propriamente urbana tenha se formado e

¹² Segundo Ariès (1989, p.43) “A escatologia cristã popular começou por se acomodar às velhas crenças telúricas. Assim, muitos estavam convencidos de que só ressuscitariam no último dia aqueles que tinham recebido uma sepultura conveniente e inviolada: «Não ressuscitará aquele que não tiver sepultura.» O medo de não ressuscitar traduzia na língua cristã o medo ancestral de morrer sem sepultura”.

difundido a partir dessa conjunção impulsionada pelo sepultamento *ad sanctos e apud ecclesiam* (Ariès, 1989).

A literatura (Ariès, 1989; Le Goff, 2003) indica que aos poucos formou-se uma cultura popular, no tocante aos assuntos fúnebres que foi sofrendo modificações. O desejo por uma sepultura dentro das igrejas ou nos seus adros se tornou generalizado. Especialmente porque as pregações sobre o acesso ao paraíso, feitas pelas ordens monásticas, se tornaram mais duras. Sendo a Igreja medieval muito forte e detentora de um poder de persuasão social intenso, as questões referentes à morte em seu aspecto espiritual e religioso eram disseminadas pelo clero em suas pregações e, aos poucos, o temor decorrente da crença geral da sobrevivência da alma e, mais importante, do destino a que estas almas teriam após o falecimento do corpo, gerava grande temor na população.

O destino da alma no Além cristão estava condicionado, portando, ao Juízo Final, após o que haveria dois grupos de homens para a eternidade: os eleitos, no Paraíso, e os condenados, no Inferno. A sorte seria determinada pela conduta na vida. (...). A este esquema binário Inferno-Paraíso, foi adicionado, por volta dos séculos XII-XIII, um terceiro lugar na “geografia” do Além cristão, que constituiu na introdução de uma categoria intermediária entre os extremos opostos, temporária e não eterna: o Purgatório (Rodrigues, 1997, p. 151).

A inclusão da classe intermediária de destinação das almas dos falecidos, o Purgatório, termo não existente nas Sagradas Escrituras, forjado no alto clero católico durante a Idade Média, passou a ter crescente importância para a Igreja e esteve intimamente relacionado a temas como a Reforma Religiosa, o protestantismo e as questões ligadas às indulgências. Com o advento da pregação do destino do além-túmulo em havendo três possibilidades, o Céu, o Inferno e o Purgatório, aos poucos a sociedade medieval passou a temer a morte de maneira muito séria, visto que nas pregações e na cultura religiosa, a morte passou a ser tratada como algo amedrontador, como a possibilidade iminente da danação eterna, conduzindo o imaginário coletivo a uma ideia cada vez mais forte de pavor frente a morte e ao destino da alma no pós vida.

A morte sempre causou grande temor aos homens do ocidente. Entretanto, a vivência deste medo só pode ser entendida dentro de seu contexto histórico. No final da Idade Média, por exemplo, o cenário da cristandade europeia estava cercado de representações que alimentavam a visão tétrica da morte. Abundavam temas como o das danças macabras, dos sermões apocalípticos, imagens do Juízo Final, dentre outros (Lacet, 2003, p. 27).

O que nos interessa ressaltar nesta dissertação é que, no cristianismo e durante a Idade Média, os sepultamentos e os cemitérios, foram trazidos para próximo das cidades ou até para dentro delas. Ressalte-se também que paróquias e outras formas de organização

territorial da Igreja Católica, passaram a receber diversos tipos de contribuições denominadas “direitos de sepultura” que incluíam realizar missas e orações para intercessão em favor dos falecidos, entre outras atividades (Ariès, 1989). Os serviços prestados tornaram-se fonte de rendimentos.

O enterro, como os sacramentos ou os sacramentais, não podia ser vendido. Mas as derrogações à regra geral podiam ser compradas: esta é praticamente a origem dos direitos de sepultura recebidos pelos padres e assimilados em primeiro lugar a oferendas, depois exigidos como direitos, e designados sob o vocábulo ambíguo e um pouco vergonhoso de «louváveis costumes» (*laudabiles consuetudines*) (Ariès, 1989, p.64).

O medo era da morte e de não ressuscitar, de ir para o inferno e para a danação eterna, e não mais da proximidade física com os mortos. Diferente do que possa parecer a uma parcela da sociedade atual, segundo Le Goff (1998), os cemitérios na Idade Média não carregavam em si a aura de pesar, tristeza e medo. Não havia o temor pelos mortos, os cemitérios eram espaços normais de uso comum, assim como praças e jardins, a circulação das pessoas era livre e despreocupada.

O cristianismo urbaniza os mortos, e a cidade torna-se também a cidade dos mortos; o cemitério, um lugar de sociabilidade, alheio a todo respeito religioso: ele somente terá um estatuto exclusivamente religioso tardiamente, a partir do século XIII. Até então, é um lugar de encontro e mesmo de diversão (Le Goff, 1998, p.11-12).

Se à primeira impressão, as cidades medievais eram ambientes bucólicos e sem muito dinamismo, caracterizados por mesmice, lentidão e inatividade, na verdade sua realidade era bem outra. As cidades da Idade Média foram o embrião da urbanização ocidental hodierna. Continham em si o germe do gosto pelo comércio e pelas transações em moeda, a vida ali era agitada e repleta de atividades, confinada em espaços restritos, as cidades medievais eram o sinal do despertar da humanidade para um novo tempo, conforme aponta Le Goff (1998, p. 25):

A cidade da Idade Média é uma sociedade abundante, concentrada em um pequeno espaço, um lugar de produção e de trocas em que se mesclam o artesanato e o comércio alimentados por uma economia monetária. É também o cadinho de um novo sistema de valores nascido da prática laboriosa e criadora do trabalho, do gosto pelo negócio e pelo dinheiro (...). Mas a cidade concentra também os prazeres, os da festa, os dos diálogos na rua, nas tabernas, nas escolas, nas igrejas e mesmo nos cemitérios.

Ariès (1989, p. 67) aponta que os cemitérios medievais iam muito além de simplesmente serem os lugares onde se enterravam os mortos. Ariès descreve os cemitérios como centros de vida social na cidade medieval. Aponta que, na Europa Ocidental até o século XVII, cemitérios eram simultaneamente foro público e o lugar das inumações. Segundo o autor

a palavra cemitério correspondia a dois sentidos: a praça pública para o foro e todas as atividades dos vivos e, também, o lugar onde se sepultavam os mortos.

Mercado, lugar de anúncios, leilões, proclamações e sentenças, espaço destinado às reuniões da comunidade, local de passeio, de diversões de maus encontros e ofícios maldosos, o cemitério era simplesmente a grande praça. Da praça, tinha a função: o lugar público por excelência, o centro da vida coletiva. Da praça tinha também as formas conhecidas do urbanismo medieval e do início dos tempos modernos: o campo de feira e o pátio quadrado (Ariès, 1989, p. 75).

No que se refere à identificação das sepulturas, muito diferentemente ao que se tem por comum hoje, na Idade Média perderam-se os costumes de identificação de sepulturas. Isto decorreu, além das mudanças culturais e religiosas, do fato de que a cultura medieval era predominantemente oral.

Com exceção de clero e nobreza, pouquíssimas pessoas tinham acesso à leitura. Assim, numa sociedade basicamente iletrada, não faz diferença existirem ou não inscrições nos túmulos, por isso as necrópoles do início do período medieval se caracterizavam por túmulos anônimos: “mesmo os mais tardios onde persistiram os costumes antigos são acúmulos de sarcófagos de pedra, às vezes esculpidos e quase sempre anônimos; no entanto, por falta de pertences funerários, não é fácil datá-los” (Ariès, 2012, p. 62). Essa situação se estenderá por um longo tempo a partir dos anos quatrocentos.

Ora, a partir do século V aproximadamente, essa unidade cultural vai se romper: as inscrições, assim como os retratos, desaparecem; os túmulos tornam-se anônimos. Regressão da escrita, poder-se-ia dizer, não se escreve mais, porque já não existe ninguém para gravar nem para ler, essa indiferença à escrita sendo aceita sem repugnância por todos os túmulos, mesmo os ilustre, salvo, talvez, os dos santos. Não há dúvida de que uma civilização oral deixa sempre maior lugar para o anonimato. É digno de nota, porém, que esse anonimato das sepulturas tenha persistido nas culturas do Ano Mil, quando a escrita já tinha tomado um lugar não desprezível (Ariès, 1989, p. 218).

Com a volta do letramento à cultura ocidental, as inscrições passam a fazer sentido, posto que só se justifica a existência de uma epígrafe na presença de quem a possa decifrar. Iniciando-se pelas sepulturas de pessoas importantes e ilustres, pessoas do clero consideradas santas e, aos poucos, se estendendo às parcelas mais numerosas da população, gradativamente se constata a volta das inscrições identificando as pessoas sepultadas em um dado local. Segundo Philippe Ariès (2012, p. 62): “partir do século XII – e, às vezes, um pouco antes – reencontramos as inscrições funerárias que haviam quase desaparecido durante 800 a 900 anos [...] Estes túmulos, inicialmente muito raros, tornam-se mais frequentes no século XIII”.

Assim, com o decorrer dos séculos medievais, a civilização ocidental lentamente sofreu diversas transformações no mais amplo espectro da sociedade e da cultura e, em espacial em seus ritos e em sua “geografia” funerária.

Portanto, desde o século XIV e sobretudo desde o século XVII, observa-se uma preocupação mais forte e mais frequente em localizar a sepultura, e esta tendência testemunha um sentimento novo que se exprime cada vez mais, sem que se possa impor inteiramente (Ariès, 2012, p. 76).

Portanto, ao longo do período medieval, as necrópoles, as cidades dos mortos, foram radicalmente transformadas. De início, apartadas da cidade, as necrópoles eram um lugar que servia apenas para o sepultamento. Com o passar do tempo, transferida a cultura de sepultamentos para a cidade, os cemitérios passaram a ser formas ativas da vida social e de suas manifestações.

A religião cristã colocou sobre os sepultamentos a aura do sagrado e a busca pela proximidade com os templos fez da morte algo carregado de significados de cunho espiritual. Porém, associadas a outras transformações na cultura e nas relações sociais, essa aura sacralizada dos sepultamentos fortaleceu a perspectiva da individualização.

No espelho de sua própria morte, cada homem redescobria o segredo de sua individualidade. Essa relação, entrevista pela Antiguidade greco-romana – mais especificamente pelo epicurismo – e logo a seguir perdida, nunca deixou depois de impressionar nossa civilização ocidental. O homem das sociedades tradicionais, que era não só o da primeira fase da Idade Média, mas também o de todas as culturas populares e orais, resignava-se sem grande dificuldade à ideia de sermos todos mortais. Desde meados da Idade Média, o homem ocidental rico, poderoso ou letrado reconhece a si próprio em sua morte – descobriu a morte de si mesmo (Ariès, 2012, p. 65).

Religião, economia, memória, letramento e cultura forjaram a cultura que permeia a inumação dos cadáveres. Se na ausência da escrita, a sepultura se perde no tempo, com o gradativo aumento da complexidade da civilização, a morte também se transforma, não no contexto próprio do acontecimento em si, mas da maneira com que cada indivíduo e, também, a sociedade como um todo, reage a este fato.

O que se pode apreender é que, com o declínio da Idade Média e a chegada das “luzes” da Idade Moderna, a morte passa a abarcar em si a busca cada vez mais intensa do ser humano ocidental pela perpetuação da memória dos que morreram, na antevisão da necessidade da perpetuação da memória de si mesmo. O sepultamento de um ente querido passa a refletir um futuro que todos sabem ser certo, mas que induz a muitos a perseguir a redução da possibilidade de um completo esquecimento.

3.3 A MORTE E O ILUMINISMO NA MODERNIDADE

É com as luzes do século XVIII que a mudança cultural começa a se mostrar mais vigorosa no âmbito da lida com a morte. O interesse pelos cemitérios se intensifica. A morte, o sepultamento, o destino da alma do falecido e a preocupação com as características da morte e do sepultamento, no sentido de influenciarem o lugar para onde a alma seria encaminhada na “vida pós-morte”, passaram a interessar e preocupar sobremaneira a civilização ocidental e não apenas os mais abastados e poderosos.

Exacerbada no século XVIII, a busca pela imortalidade refletida nos monumentos funerários e inscrições em sepulturas teve início bem antes. Como dissemos, com o declínio do período medieval, quando a civilização ocidental passa a deixar de ser uma cultura oral, e o letramento começa a se expandir na sociedade essas práticas crescem gradativamente. Junto ao letramento e à mudança de cultura, a preocupação com a memória e o registro dos falecidos se amplia, chegando ao seu ápice no século XVIII, conforme aponta:

No século XIII, ao lado desses grandes túmulos monumentais, vemos multiplicarem-se pequenas placas de 20 a 40 cm de lado que eram aplicadas de encontro à parede da igreja (no interior ou no exterior) ou de encontro a um pilar (...). Constituíram a forma mais difundida de monumentos funerários até o século XVIII. (...). Essas placas murais são muito frequentes nos séculos XVI, XVII e XVIII – revestiam quase todas as nossas igrejas. Traduzem a vontade de individualizar o lugar da sepultura e de perpetuar nesse local a lembrança do defunto (Ariés, 2012, p. 63-64).

Assim, o pensamento embebido da ansiedade geral em evitar o esquecimento de si mesmo, refletido no alheamento daquele que morreu, principia uma nova modalidade de cemitérios e de sepultamentos em sintonia com o individualismo e outros aspectos do romantismo e do iluminismo. A busca pelos sepultamentos dentro das igrejas havia se consolidado, pretendia-se, no caso dos sepultamentos em adros e igrejas, manter o corpo do morto mais “perto de Deus”. Caso não fosse possível sepultar no interior da igreja ou em seus adros, buscava-se então o entorno das igrejas e cemitérios murados. Adicionou-se à busca pela melhor localização a suntuosidade dos jazigos e a construção de memoriais às famílias, de modo a perpetuar sua memória.

No que respeita às novas necrópoles oitocentistas, a necessidade existencial de se negar a morte e a sua tradição romântica, expressa na recusa exasperada da *morte do outro* e no crescente funcionamento da memória como instância supletiva de imortalização, deram origem a uma nova cenografia e a um novo culto dos mortos, assim como ao reaparecimento das velhas qualificações da morte como “morte-sono”. Isto explica que a morada do morto se tenha arquitetonicamente elevado, não só a sucessora e sucedânea do “tecto eclesiástico” (o jazigo-capela), mas também a casa e que a sepultura, tal como a *casa da família* (dos pais, dos avós), tenha passado a ser o outro centro privilegiado de *identificação* e de *filiação* de gerações. E todas estas

necessidades simbólicas fizeram da necrópole um *analogon* da cidade dos vivos (Catroga, 1999, p. 16-17).

Nesse contexto, a progressão da campa individual, do jazigo, do epitáfio, da estátua e, por fim, da fotografia (relembre-se que a descoberta da fotografia – essa nova ilusão da paragem oval e sépia do tempo – é contemporânea da revolução cemiterial romântica) deve ser vista como uma consequência iconográfica dos novos imaginários, quer estes apontem para fins escatológicos, que se cinjam à memória dos vivos (Catroga, 1999, p. 17).

A partir do século XIV, a transição histórica do período medieval ao moderno se acelera. O século XIV fora marcado pela disseminação de dois flagelos: a guerra e a peste que trouxeram consigo o terceiro flagelo, o da fome. A partir do século XV uma lenta recuperação se inicia, com o processo crescente de urbanização vivido na Europa associado a melhorias nas técnicas de cultivo e crescimento da produção rural. A população da Europa Ocidental volta a crescer e se recupera dos abalos causados pela guerra, pela peste e pela fome. Os sepultamentos que antes do século XIV eram poucos, acompanharam a escalada dos flagelos e, após isso, o cresceram junto com o próprio crescimento demográfico. Desta forma, entre os séculos XV e XVIII, uma condição nova se apresenta: *a dificuldade de abrigar todos os corpos nas estruturas socialmente aceitas como locais privilegiados para sepultamentos de se até então, ou seja, predominantemente as igrejas e seus adros.*

O acúmulo local dos mortos nas igrejas, ou nos pátios das mesmas, tornou-se repentinamente intolerável, ao menos para os espíritos “esclarecidos” da década de 1760. Aquilo que durava há quase um milênio sem provocar reserva alguma já não era suportado e se tornava objeto de críticas veementes. Toda uma literatura menciona o fato. Por um lado, a saúde pública estava comprometida pelas emanações pestilentas, pelos odores infectos provenientes das fossas. Por outro, o chão das igrejas, a terra saturada de cadáveres dos cemitérios, a exibição dos ossários violavam permanentemente a dignidade dos mortos. Reprovava-se a Igreja, por ter feito tudo pela alma e nada pelo corpo, por se apropriar do dinheiro das missas e desinteressar dos túmulos (...). Os mortos não mais deviam envenenar os vivos, e os vivos deviam testemunhar aos mortos, através de um verdadeiro culto leigo, sua veneração. Os túmulos tornavam-se o signo de sua presença para além da morte (Ariès, 2012, p. 76).

Com o passar do tempo, a crença que se instituiu dentro do catolicismo de que quanto mais próximo do altar um corpo fosse sepultado mais próximo estaria de Deus, tornou-se entrave à modificação do sistema de sepultamento. As novas ideias sanitaristas pretendiam lugares afastados das cidades e sepultamentos profundos para conter os miasmas. Para essas novas práticas seria necessário romper as tradições e o imaginário de cunho religiosos correntes nas sociedades católicas de então.

Numa sociedade que rapidamente se transformava no sentido do conhecimento científico, o piso das igrejas completamente esgotado e incapaz de absorver os

eflúvios decorrentes da decomposição de uma quantidade cada vez maior de mortos se tornou fétido. As igrejas exalando um odor de putrefação logo se tornaram alvo das novas correntes do pensamento científico, que apregoavam à sociedade que os miasmas pestilentos eram transmitidos pelo ar decorrente da decomposição dos mortos.

Deste esgotamento do sistema vigente de inumação em igrejas e da ascensão da corrente higienista que, pouco a pouco difundiu suas ideias junto às sociedades ocidentais, resultou a implantação dos cemitérios no formato que conhecemos hoje. A necrópole foi admitida como uma necessidade urbana. A cidade dos vivos passou a abarcar em sua complexidade a necessidade da existência da cidade dos mortos, de forma a separar os locais destinados à vida dos vivos, da derradeira morada daqueles.

A presença dos mortos passa então a ser tão significativa quanto a presença dos vivos e os cemitérios conquistam definitivamente seus lugares nas cidades, onde são necessários. A referida mudança de comportamento foi ainda pautada por teorias estabelecidas pela medicina social francesa. A proximidade com o moribundo e o morto era vista pelos médicos como um perigo à saúde pública. Esse argumento buscava fundamentação na doutrina dos miasmas, a qual afirmava que matérias orgânicas em decomposição, combinadas a elementos atmosféricos, produziam um ar fétido, infectando aqueles que o respiravam. Dessa maneira, os higienistas (que mais tarde também exercerão influência no Brasil) auxiliaram a criar uma nova mentalidade sobre a morte, ao afirmar que os enterros nas igrejas deveriam ser proibidos e que cemitérios extramuros deveriam ser criados a fim de separar radicalmente o mundo dos vivos e dos mortos (Rocha, 2011, p. 24).

As críticas ao sistema de inumações em igrejas tornaram-se ferrenhas. Inicialmente, partiram dos representantes da ciência, mais especificamente do higienismo. Aos poucos, outros setores da sociedade também passaram a questionar a Igreja Católica sobre vários aspectos dos sepultamentos. Além das questões levantadas pelo higienismo, as cobranças feitas pela Igreja para realizar os rituais ligados aos sepultamentos foram alvo de críticas. A cobrança de indulgências para que a família conseguisse a salvação das almas de seus entes falecidos talvez tenha sido a fonte das críticas mais duras. Assim, apreende-se que todo um sistema estava chegando ao fim.

O pensamento higienista e as constantes crises causadas pelo espalhar de diversas doenças entre as populações urbanas, corroborando a aceitação das teses de que o espaço urbano precisava ser organizado de forma a conferir-lhe salubridade cria uma sensação de “medo urbano, medo da cidade”.

Tem-se, assim, certo número de pequenos pânico que atravessaram a vida urbana das grandes cidades do século XVIII, especialmente de Paris. Darei o exemplo do “Cemitério dos Inocentes” que existia no centro de Paris, onde eram jogados, uns sobre os outros, os cadáveres das pessoas que não eram bastante ricas ou notáveis para merecer ou poder pagar um túmulo individual. O amontoamento no interior do cemitério era tal que os cadáveres se empilhavam acima do muro do claustro e caíam

do lado de fora. Em torno do claustro, onde tinham sido construídas casas, a pressão devido ao amontoamento de cadáveres foi tão grande que as casas desmoronaram e os esqueletos se espalharam em suas caves provocando pânico e talvez mesmo doenças (...). Este pânico urbano é característico deste cuidado, desta inquietude político-sanitária que se forma à medida em que se desenvolve o tecido urbano (Foucault, 1984, p. 87).

Pouco a pouco, mas não sem protestos, o sistema de cemitérios afastados dos templos e da área urbana contínua passa a ser aceito como mitigador de doenças e garantidor de ordem sanitária pública no espaço urbano. Nesses cemitérios as inumações em covas individuais e identificadas pouco a pouco passam a fazer parte da cultura das cidades. Assim, estabeleceu-se uma crise, que terá repercussões em toda a Europa e nos países colonizados pelos europeus, como se verá adiante. “Quando as pessoas, numa sociedade assim analisada, não podem mais continuar a viver sua cotidianidade, então começa uma revolução. Só então. Enquanto puderem viver o cotidiano, as antigas relações se reconstituem” (Lefebvre, 1991, p. 39).

Na falta de condições para a manutenção do modelo vigente, a revolução encampada pela ciência e pela medicina gradativamente mudou a maneira como se praticavam as inumações. Críticas à Igreja geraram resistência por parte desta, de certa forma relacionada ao receio da instituição religiosa em ver suas arrecadações relacionadas aos rituais funerários e às inumações desaparecerem.

Para dar sepultura à grande quantidade de corpos que se encaminhava a qualquer igreja, todos os dias, quase a toda hora, não era suficiente a terra já sagrada; e menos ainda seria suficiente se se desejasse dar a cada corpo um lugar próprio, conforme o antigo costume. Por isso, passaram-se a edificar igrejas nos cemitérios, pois todos os lugares estavam repletos, ainda que alguns fossem muito grandes; punham-se nessas igrejas, às centenas, os cadáveres que iam chegando; e eles eram empilhados como as mercadorias nos navios; cada caixão era coberto, no fundo da sepultura, com pouca terra; sobre ele, outro era posto, o qual, por sua vez, era recoberto, até que se atingisse a boca da cova, ao rés do chão (Boccaccio, 1971, p. 18).

O caso do Cemitério dos Inocentes, em Paris, é um dos mais emblemáticos exemplos da caótica situação do sistema de inumações ocidental no Século XVIII. O empilhamento de corpos formando montanhas de alturas assustadoras, o odor, e toda a sorte de danos à saúde pública oriundos deste cemitério formaram condições para que a população e mesmo o poder público agissem no sentido de uma mudança urgente. Era imperioso dar destino mais digno aos mortos para o bem dos vivos.

Em sociedades em que a maioria da população era católica, o poder da Igreja Católica de impor suas regras e dogmas tornou-se, em boa medida, também um alicerce para o colapso do sistema de inumação nas igrejas e em seus adros. Os que professavam a fé

protestante, por exemplo, não sofriam diretamente os mesmos dilemas dos católicos e suas igrejas fétidas.

Os protestantes, uma vez que não praticavam sepultamentos em igrejas, tinham o espaço distribuído mais uniformemente, sem “distinções” aparentes entre os defuntos. Já no catolicismo, a variedade de espaços funerários oferecidos pressupunha a própria diferenciação entre mortos. Uns sepultados sob a nave, estes nos adros, aqueles em conventos e uma grande maioria em cemitérios que deixavam os corpos à flor da terra (Pereira, 2006, p. 39).

Ressalta-se que os cemitérios católicos eram, à semelhança dos pisos das igrejas, também esgotados e sobrecarregados de sepultamentos, com a supracitada forma de inumação em covas com empilhamento de caixões até bem próximo da superfície. A divisão social influía sobre os mortos católicos sobremaneira, ao passo que havia lugares mais ou menos nobres para o sepultamento, replicando no sepultamento as diferenças socioeconômicas.

Na França de maioria católica, não obstante o trabalho dos higienistas franceses e as dificuldades da população urbana em seu convívio com a situação calamitosa das inumações em igrejas e cemitérios católicos completamente insalubres, foi apenas com “a derrota do absolutismo e do catolicismo tradicional e ultramontano, e com a gradual instalação das estruturas do novo Estado liberal que foram reunidas condições necessárias para uma maior aceitação política das novas formas de inumação” (Rocha, 2011, p. 26).

Analisar os lugares de acúmulo e amontoamento de tudo que, no espaço urbano, pode provocar doença, lugares de formação e difusão de fenômenos epidêmicos ou endêmicos. São essencialmente os cemitérios. É assim que aparecem, em torno dos anos 1740-1750, protestos contra o amontoamento dos cemitérios e, mais ou menos em 1780, as primeiras grandes emigrações de cemitérios para a periferia da cidade. É nesta época que aparece o cemitério individualizado, isto é, o caixão individual, as sepulturas reservadas para as famílias, onde se escreve o nome de cada um (Foucault, 1984, p. 89).

Assim, é em meados dos setecentos que surge aquilo que será o modo de sepultamento tradicionalmente aceito pelos ocidentais: os cemitérios horizontais apartados de templos e das áreas centrais das cidades. Nesse novo sistema de cemitérios os túmulos são cedidos em caráter majoritariamente perpétuo a famílias, onde são sepultados e identificados individualmente os corpos. Cultiva-se assim uma forma especial de culto à memória, não somente do defunto, mas da família a que pertencia. Mas engana-se quem pensa que com a efetivação ampla da implantação dos cemitérios horizontais, o problema das diferenciações sociais nos sepultamentos estivesse resolvido, em parte talvez, tenha se tornado inclusive mais evidente esta diferenciação.

Assim como nas cidades, havia os bons e maus locais para sepultamento nos cemitérios. Os mais onerosos e cobiçados situavam-se às margens das alamedas

centrais, cuja visibilidade era indiscutível. Além disso, estes espaços eram destinados àqueles que podiam pagar por uma certidão de concessão perpétua, ou seja, um patrimônio que como outro qualquer pode ser passado de geração para geração. Os locais menos nobres, situados nas extremidades do espaço interno ou nas quadras transversais eram ocupados por jazigos mais simples, de famílias com poder aquisitivo parco, e que normalmente não possuíam a concessão de transmissão daquele patrimônio (Nogueira, 2013, p. 26).

Desta forma, a diferenciação das posses materiais entre os indivíduos gerou também diferenciações importantes dentro dos cemitérios. É comum que se diga que a morte nivela a todos, pode até ser que, em se tratando de alma ou espírito, se houver, estejam assim niveladas, mas a situação das sepulturas em que se depositam os despojos de cada ser humano reflete claramente a condição social e econômica de que desfrutou quando vivente.

De acordo com Ariès (2012, p. 77) neste momento em que a sepultura familiar se instituiu como algo desejado e normal e que o modelo de cemitério horizontal se tornou um padrão, estabeleceu-se a necessidade de que aquele terreno pertencesse à família, como um patrimônio. As famílias desejavam possuir a posse exclusiva e perpétua daquele terreno subtraindo-o ao comércio. Isso tornava os jazigos patrimônio familiar que poderia ser transferido de geração em geração. Esse caráter patrimonial, de certa forma, incentivou a busca por construir-se capelas e jazigos cada vez mais rebuscados e suntuosos, visto que passariam a representar a família e, de certa forma, a refletirem seu prestígio social.

Em suma, pode-se notar que, a partir do século XIV até o século XIX, até o sepultamento, ou seja, o local de inumação, vai se diferenciando de acordo com a classe social a qual pertence o morto. A desigualdade terrena se reflete na hora derradeira em que a alma vai prestar contas do que fez na terra dos vivos. Cria-se uma separação entre “mortos” e “mortos” (Pereira, 2006, p. 20).

Interessante também porque é por esse processo que o cemitério se torna um negócio imobiliário, que pode transformar o rito funerário em um ramo da divisão social do trabalho, provavelmente com o desenvolvimento das funerárias e outros serviços correlatos. Isto certamente caminha junto com o pós-revolução francesa com a questão dos direitos individuais e da herança na nova forma do Estado, particularmente do Estado territorial e constitucional com a limitação dos poderes absolutistas. Identificar o morto e conferir-lhe um atestado de óbito, sepultar e identificar a sepultura e o local para essa prática dentro dos cemitérios entra para uma rede de relações sociais que se desenvolve com a modernidade.

É clara ainda hoje a diferenciação de valorização e localização dentro de um cemitério horizontal tradicional. Ao olhar atento fica evidente que as áreas centrais próximas da alameda central e, às vezes do chamado “cruzeiro das almas” ostentam as mais suntuosas e belas capelas e jazigos, enquanto as margens são repletas de túmulos simples. Fato semelhante

se dá em decorrência de declividade do terreno: as áreas mais elevadas recebem os túmulos mais abastados.

Pode, assim, defender-se que, se a sepultura, o mausoléu, o jazigo e os respectivos signos pretendiam preservar a memória dos defuntos oriundos das classes abastadas (ou de artesãos remediados), a sua função também era a de materializar uma exemplaridade normativa que educasse e reforçasse a crença na duração das respectivas famílias ou grupos. E esta característica consente concluir que o culto não almejava somente salvar a alma do evocado, mas também visava ratificar e sacralizar as posições históricas e sociais dos evocadores. A diferença entre o mausoléu e o jazigo, num extremo, e a vala comum, no outro, acabava por assinalar a distância que continuou a existir entre o direito virtual de todos à sobrevivência individualizada e a efetiva possibilidade de acesso aos suportes simbólicos necessários à imortalização na memória coletiva (Catroga, 1999, p. 29-30).

E, se as diferenciações econômicas e sociais são manifestadas de maneira vívida nos cemitérios, a morte não reserva a igualdade. Na morte as famílias permanecem separadas por classes, com seus jazigos distribuídos em diferentes localizações, mais ou menos valorizadas. Para os mais humildes a realidade é a precariedade das covas temporárias e o anonimato posterior dos ossuários.

A partir do início do século XIX, pretendia-se desapropriar os cemitérios parisienses atingidos pela expansão urbana e transferi-los para fora da cidade. A administração de Napoleão III quis pôr em execução este projeto. Podia alegar um precedente: no fim do reinado de Luís XVI, o velho cemitério dos Inocentes, em uso há mais de cinco séculos, havia sido demolido, escavado, interdito e reconstruído com a maior indiferença da população. Mas na segunda metade do século XIX as mentalidades mudaram: toda a opinião pública foi contra os projetos sacrílegos da administração, opinião unânime em que os católicos se uniam a seus inimigos positivistas. A presença do cemitério parecia, a partir de então, necessária à cidade (Ariès, 2012, p. 79).

O cemitério passa a ser um local aceito e exigido pela sociedade, um serviço público necessário e que era defendido pelas famílias, não somente pelas questões de ordem sanitária, mas sobretudo porque, a esta altura, o cemitério já havia conquistado uma aura de simbolismo e significado importante entre as pessoas, que já não aceitavam discutir o caráter perpétuo das sepulturas e de sua localização original. Assim, os cemitérios paulatinamente se tornaram um dos mais emblemáticos fixos urbanos.

Crê-se, frequentemente, que foi o cristianismo quem ensinou à sociedade moderna o culto dos mortos. Penso de maneira diferente. Nada na teologia cristã levava a crer ser preciso respeitar o cadáver enquanto tal. O Deus cristão é bastante Todo-Poderoso para poder ressuscitar os mortos mesmo quando misturados em um ossuário. Em compensação, a individualização do cadáver, do caixão e do túmulo aparece no final do século XVIII por razões não teológico-religiosas de respeito ao cadáver, mas político-sanitárias de respeito aos vivos. Para que os vivos estejam ao abrigo da influência nefasta dos mortos, é preciso que os mortos sejam tão bem classificados quanto os vivos ou melhor, se possível. É assim que aparece na periferia das cidades, no final do século XVIII, um verdadeiro exército de mortos tão bem enfileirados quanto uma tropa que se passa em revista (Foucault, 1984, p. 90).

Foucault bem explicita o raciocínio sobre a religião, o aspecto sanitário e as questões familiares, demonstrando que aquilo que à vista parece ser um culto religioso à memória, partiu de uma necessidade premente de resolução de um problema gravíssimo de saúde pública. Com o passar do tempo, questão tornou-se novamente quase que uma extensão do mundo religioso. Os cemitérios carregam em si muito do sacro, no culto à memória, no culto aos santos nas capelas, mas são embebidos no profano, na justa medida em que representam as vaidades humanas em manter o nome de família lembrado, da maneira mais elegante e visível, nas alamedas da necrópole, bem como na busca imaginária e interna de cada pessoa, em tentar manter a esperança de não ser esquecida, lutando para manter a memória de seus antepassados viva e registrada nas lápides dos jazigos familiares.

3.4 OS EMBATES ACERCA DAS PRÁTICAS FUNERÁRIAS EM PORTUGAL NOS SÉCULOS XVIII E XIX

A partir do final do século XVIII e ao longo da primeira metade do século XIX, o conjunto de transformações sociais, políticas, ideológicas, filosóficas, técnicas, econômicas e culturais derivadas da *Dupla Revolução*¹³, implicou em um deslocamento mais intenso e abrangente da força estruturante das concepções religiosas e em um reforço e aprofundamento de novas crenças e convicções assentadas no pensamento científico e técnico. Este fenômeno passa a ser cada vez mais forte em grande parte da Europa.

Em Portugal não é diferente, a visão técnico-científica na qual se insere o higienismo como ideologia e as práticas de caráter sanitarista começam a se espalhar e ganhar força entre boa parcela da sociedade, sobretudo entre a burguesia, nova classe em ascensão ou, a depender do país, já como classe dominante. A ciência e a técnica começam a interferir na morte, conforme aponta Rocha (2011, p. 35):

No oitocentos, a decisão de Deus quanto ao dia da morte começa a ser lentamente frustrada pelo poder da Ciência, ao menos no plano ideal. As elites urbanas rompem, em primeiro lugar, com o monolitismo das fórmulas religiosas testamentárias. A perspectiva providencialista não desapareceu completamente, mas uma outra sensibilidade, em consonância com uma nova mentalidade urbana e burguesa, emerge na cidade de Lisboa oitocentista, configurando um ambiente mental em que o sólido

¹³ Eric Hobsbawm em seu livro a “A Era das Revoluções” propôs o conceito de *Dupla Revolução*, referindo-se especificamente ao período compreendido entre a Revolução Francesa de 1789 e as Jornadas de 1848. Neste período mudanças políticas, de classe dominante e ideológicas advindas da Revolução Francesa intensificaram e fundiram-se e às mudanças tecnológicas, sociais e econômicas da Revolução Industrial. Soma-se a este quadro de revoluções a chamada Revolução Científica iniciada no século XVII.

edifício religioso é atingido pela descrença ou indiferença que se expressam nos testamentos.

Ressalta-se que, conforme a argumentação de Rocha (2011) as novas compreensões e concepções sobre a morte e os sepultamentos se difundem de forma mais profunda e rápida com a urbanização, que é inseparável das transformações provocadas pela Dupla Revolução (Hobsbawm, 2012).

Nesses idos do final do século XVIII e da primeira metade do século XIX, a visão de mundo da população europeia em relação aos cemitérios e mais especificamente dos portugueses, diferia muito daquela que, em geral, hoje se professa no ocidente. Os cemitérios não exerciam evitação tão evidente e acentuada como no período atual, eram lugares de encontro e de muitas atividades sociais.

Em Lisboa, os cemitérios, assimilados à densa malha paroquial e conventual, constituíam importantes focos de vida social. Nesses lugares públicos por excelência, refúgio de indigentes e ponto de encontro obrigatório de muitas e variadas gentes, faziam-se negócios, jogava-se, festejava-se, apregoava-se, liam-se proclamações e conheciam-se sentenças. As marcas profanas da “casa comum” de vivos e mortos transparecem, com toda a evidência, nas *Constituições Sinodais* de Lisboa. Através delas, ficamos a saber que nos adros das igrejas se realizavam: feiras, bailes, representações. Entremezes, arrematações, audiências e notificações judiciais, enfim, um conjunto vasto e variado de atividades mundanas que sugerem bem o clima trepidante que se vivia no meio de cruces, pequenos altares e ossadas visíveis (Araújo, 1997, p. 361).

Após a Revolução Francesa de 1789, com o avanço do Liberalismo e com a imposição de Monarquias Constitucionais, Portugal passou por intensas mudanças políticas, sociais e econômicas. No século XIX, as novas mentalidades políticas encaminharam o desenvolvimento das democracias constitucionais e burguesas que surgiam pela Europa. A crise do Antigo Regime com a derrubada das monarquias absolutistas e a adaptação das restantes aos novos sistemas de governo, exigiam uma separação nítida entre Igreja e Estado e isso trouxe mudanças para as práticas funerárias.

3.5 CONFLITO ENTRE IGREJA E SANITARISTAS EM PORTUGAL

O pensamento científico passa a ser cada vez mais forte a partir do século XIX em toda a Europa. Em Portugal não é diferente, a visão científica e de caráter sanitaria começa a se espalhar e ganhar força entre boa parcela da sociedade. A ciência começa a interferir na morte.

Pode-se pensar que essa situação de precariedade nos cemitérios reforçava o desejo e aceitação popular dos sepultamentos realizados no interior das igrejas portuguesas e que, em certa medida, contribuiu para que essas práticas permanecessem por mais tempo do que em outros países da Europa Ocidental

Outro fator importante a considerar é que este modo de inumação acarretará uma redivisão da gestão dos cemitérios, entre irmandades e entre paróquias, o que acarretou disputas por lugares “mais ou menos sagrados” para a realização de sepultamentos e, com isso, a disputa pela localização das covas no espaço das Igrejas:

Dentro da igreja, o critério de valorização do espaço funerário varia com a proximidade do altar-mor, coro e capelas colaterais, por esta ordem. O primeiro sítio é exclusivamente reservado a fundadores, padroeiros e benfeitores do templo” (Araújo, 1997, p. 365).

Já as irmandades e conventos exerciam um forte poder de atração junto às camadas populares por tornarem possíveis as inumações em solo sagrado para os que não conseguiriam um lugar dentro das igrejas. “Há, portanto, uma relação estreita entre a procura de covas, carneiros e jazigos nos conventos” (Araújo, 1997, p. 367).

Mas é preciso acrescentar que a função cemiterial em solo sagrado se recobre de maior privacidade quando as sepulturas se deslocam para o interior da igreja. A coabitação entre vivos e mortos persiste, mas no quadro de uma hierarquia bem definida e num ambiente de maior solenidade. Este traço de distinção, inscrito na organização interna da necrópole tradicional, pressupõe a existência de políticas mais ou menos rígidas de gestão tumular. Os conventos e as igrejas paroquiais, com alguma margem de autonomia neste campo, acabam assim por repartir, de forma equilibrada, a população obituária. No entanto, esta tendência abranda à medida que progride o debate sobre a questão dos enterramentos em igrejas (Araújo, 1997, p. 361).

Em parte, a luta contrária à modificação proposta pelos higienistas, que será implementada mais adiante, foi fomentada pela própria Igreja Católica, uma vez que esta não abria mão do domínio sobre os assuntos relacionados às necrópoles. Não apenas o poder e o controle sobre as formas e rituais de sepultamento, almejava também manter os substanciais ganhos pecuniários que as instituições religiosas obtinham com os enterros e caixões.

Mas, apesar de tudo, impõem a obrigatoriedade de uma esmola “sem estrépito ou figura de juízo”, a troco da sepultura recebida, e dela só se isentam os “notoriamente” pobres. Discretamente cobrados, tais direitos não tinham um valor certo. As *Constituições*, compreensivelmente, também não os indicam, embora não seja difícil perceber, pelos montantes disponibilizados pelos testadores, que essas dádivas, concedidas a título de esmola à fábrica da igreja, variavam com a fortuna pessoal e com o lugar atribuído para a última morada (Araújo, 1997, p. 362).

É no século XIX que os embates sociais a favor ou contrários aos cemitérios laicos e afastados da cidade, apregoados pelos higienistas como solução para diversos males e doenças nas cidades portuguesas, se tornaram mais ferrenhos.

Conforme aponta Araújo (1997, p. 365-366), de início, apenas aqueles que não tinham lugar no interior da igreja decidiam pelos cemitérios que, em geral, localizavam-se nos arredores das igrejas. Passar a realizar os enterros em cemitérios laicos situados fora ou na periferia das cidades como pretendiam os higienistas, era um exílio que afrontava o costume de sepultar os defuntos nas igrejas, uma vez que esse costume religioso havia conquistado ares sagrados, em razão da proximidade do defunto com Deus por estar no interior da igreja. A transformação do velho costume com a nova localização dos cemitérios, proposta pelos higienistas, por mais salubre que fosse, traduzia um embate social no qual os religiosos e tradicionalistas defendiam a manutenção das práticas consagradas e criticavam a nova proposta.

Se durante os oitocentos a sociedade portuguesa assistiu à criação de novas necrópoles e ao processo de secularização, isso não aconteceu sem contradições e reverses. Aos olhos dos estratos mais tocados pela religiosidade, a transferência dos enterros das igrejas para terrenos afastados da cidade quebraria o elo existente entre o presente da comunidade e o seu passado, colocando os defuntos sob a administração político-administrativa. A sociedade atribuiu à nova necrópole o caráter de lugar profano e de exílio; território inadequado à soteriologia e escatologia cristãs. Vê-se que durante os oitocentos houve a coexistência de duas sensibilidades distintas diante da morte: a primeira, ligada aos setores mais tradicionais da sociedade portuguesa, a qual ainda estavam imbuídos das crenças judaico-cristãs, que traziam em seu cerne a preocupação com o destino da alma; a segunda, ligada à elite burguesa, defendia a criação de novas necrópoles, a democratização do acesso à sepultura, e o direito a sobrevivência individualizada (Rocha, 2011, p. 26).

O pensamento sanitaria/higienista estava em voga em Portugal em 1846, estando proibidos desde 1835 os sepultamentos dentro das igrejas, costume muito enraizado na doutrina católica e na cultura portuguesa de então. “A saturação e a degradação das condições de higiene dos restantes espaços cemiteriais passa a estar verdadeiramente na mira de médicos, higienistas e autoridades municipais na segunda metade do século XVIII” (Araújo, 1997, p. 372).

É claro que as concepções hipocráticas e galênicas dominantes na época forneciam apenas mézinhas para atenuar a promiscuidade e a falta de higiene dos cemitérios. Mas, apesar de terem um alcance limitado, as orientações decorrem dos postulados animistas e vitalistas da medicina compendiarista facilitam a intervenção do poder civil num domínio reservado e tradicionalmente subtraído ao seu controle. Neste ponto, a realidade mostra que a regulamentação prática de sepultamento, sem alterar a situação dos cemitérios, introduz uma nova relação de forças entre a esfera religiosa e civil (Araújo, 1997, p. 373).

Os preceitos higienistas eram incentivados e fortalecidos por uma elite intelectual que alardeava os valores sanitaristas, fazendo-os tornarem-se leis. Eram de interesse do governo, na medida em que os cemitérios eram um espaço sobre o qual o poder público não tinha domínio, visto a força da Igreja neste sentido. Porém, não foi imediatamente que as condições dos cemitérios foram adequadas às premissas sanitaristas, acarretando também, dificuldades da aceitação da mudança de hábitos.

De acordo com os higienistas, as necrópoles, de modo geral, deveriam ser “estabelecimentos eminentemente laicos, despídos de marcas sacralizadoras, e de grandes dimensões. É provável que a radicalidade desta proposta, de inspiração médico-sanitária, tenha contribuído, à partida, para o fracasso de qualquer tentativa de mudança” (Araújo, 1997, p. 375).

Com forte tradição católica, o povo português teve dificuldade em aceitar os novos costumes apresentados pelos higienistas. A morte e os funerais, tidos como fatos extremamente ligados à religião, o que era interessante e incentivado pela Igreja Católica, se tornaram entraves muito difíceis de serem transpostos neste período.

Como se vê, os factores em jogo pesavam nitidamente a favor da campanha católica tradicionalista. Os argumentos fornecidos pela crença, pela moral e pelo direito barravam de todos os modos a reforma dos cemitérios. A experiência mostrava que mudar o lugar dos mortos na sociedade implicava instituir, previamente, direitos, liberdades e garantias para os vivos, o que só era possível com uma transformação radical de regime político. Por isso, quando se dá a Revolução de 1820, redobram as esperanças de triunfo da velha causa médico-legal (Araújo, 1997, p. 379).

Neste ambiente de profunda transformação houve a “Revolta Maria da Fonte” retratada na obra de Camilo Castelo Branco. Em seu livro intitulado “Maria da Fonte”, Castelo Branco mostra a luta de um grupo de mulheres, deflagrada por exigir que um sepultamento fosse realizado sob o costume antigo, ou seja, dentro da igreja, contrariando a lei vigente de então, na busca da manutenção dos costumes tradicionais. O livro denota que havia grande convulsão de parte da sociedade em torno do assunto dos sepultamentos em Portugal.

Castelo Branco prossegue narrando que se formou cortejo atrás de Maria da Fonte e suas seguidoras, mas que, em muito, estavam concordes com a situação, posto haver ainda dúvidas em grande parte da sociedade quanto à proibição de sepultamento em igrejas, mas, também, e não sem sarcasmo, o autor salienta que o “hálito pestilento” já havia entrado às mentes dos presentes, sinal de que o corpo já se encontrava em decomposição. E segue:

No meio do trânsito, as bacantes levantaram vivas, e seguiram até entrarem na igreja da paróquia. Elas mesmas enxotaram do interior sem exceção o sexo masculino, pondo guardas às portas, armadas de choupas e forcados; e, depois de colocarem o ataúde sobre a eça, levantaram o taburno de uma sepultura, despejaram-a extraindo os

restos das ossadas com a terra, desceram novamente o ataúde ao fundo daquela sepultura, reenchendo-a de novo com a mesma terra e fragmentos humanos; e, depois de lhe assentarem o taburno, bateram palmas, deram *vivas* à religião e às leis velhas, *morrás* às leis novas, levantaram as guardas e foram embora (Castelo Branco, 1908, p. 25).

Este último parágrafo, em que Castelo Branco encerra a narração do episódio de Maria da Fonte, demonstra claramente a situação das igrejas onde eram feitos os sepultamentos, muitos sepultamentos. Essa prática chegou ao ponto de esgotar a capacidade de absorção dos eflúvios decorrentes da decomposição dos corpos pelo solo. O que fica evidenciado quando as mulheres, ao garantirem que não seriam importunadas e que conseguiriam sepultar o defunto segundo os costumes antigos, cavaram a terra repleta de ossos, depositaram o defunto e o cobriram com a mesma terra. Não é necessária muita imaginação para apreender qual era o odor do interior desta igreja.

Pouco a pouco, apesar dos protestos, a corrente higienista ganhou terreno e conseguiu implantar o novo sistema, não somente no que se refere à construção dos cemitérios em locais mais distantes da área urbana central, mas também, na melhoria das condições destes. A mudança imposta aos ritos funerários concorreu para a melhora nos serviços funerários no tocante a objetivos de avanço em saúde pública. Abreviaram-se as cerimônias fúnebres que se caracterizavam por ser longas e pomposas, ultrapassando os limites do início do processo de decomposição dos corpos.

A Junta de Saúde, criada em 28 de Agosto de 1813, chama a si a espinhosa tarefa de saneamento dos cemitérios. Esboça um plano nacional de construções e lança as bases de uma política civil e religiosa de enterros. A simplificação das cerimônias fúnebres é uma das exigências formuladas. Abreviando-se os enterros, ou seja, transferindo-se os mortos de casa diretamente para a sepultura, evitar-se-iam os perigos da corrupção dos ares. Do mesmo modo, o tratamento do cadáver deveria obedecer a regras de inspiração científica. As mortalhas embebidas em ácido muriático revestiriam os corpos, conduzidos em caixões fechados. Mas, para que tudo se fizesse de acordo com o supremo interesse da saúde pública, uma portaria de 9 de Agosto de 1814 obriga as entidades sanitárias a emitir certidões de óbito e a autorizar o enterro (Araújo, 1997, p. 377).

Assim, uma nova cultura se impõe e pouco a pouco vai sendo aceita e colocada em prática. Com a chamada “Revolução do Porto” em 1820, um novo pensamento político entra em cena, tornando as medidas sanitaristas mais fáceis de serem executadas.

Essa guinada liberal, que põe fim ao absolutismo e exige o retorno da família real à Portugal separa de uma maneira mais nítida os limites de poder pertencentes ao Estado e à Igreja Católica.

3.6 IGREJA, ESTADO E SECULARIZAÇÃO DAS PRÁTICAS FUNERÁRIAS NO BRASIL

Os embates entre as tradições religiosas e as novas ideias ligadas ao higienismo e ao liberalismo se fizeram presentes também no Brasil. Há que se enfatizar que, muito mais do que as questões de cunho sanitário e científico, a mudança nos sistemas de sepultamento afetou diretamente a Igreja Católica e seu poder sobre a sociedade. Assim como em Portugal, no Brasil a Igreja detinha em seu poder, quase que o monopólio dos cemitérios e o domínio praticamente completo das regras que regiam os serviços fúnebres. Acrescente-se a esses aspectos específicos do presente estudo, que a Igreja Católica opinava sobre diversos assuntos de Estado e que, em alguns casos, fazia valer concepções dogmáticas do clero. Portanto, a influência da Igreja ia muito além de assuntos referentes às exéquias e sepultamentos.

No Brasil essa tendência se manifestou tardiamente em relação à Europa. A crise do regime colonial que culminou com Independência do Brasil em 1822 e a aclamação de Dom Pedro Primeiro, em princípio, não afetaram significativamente relações do Império com a Igreja Católica. O Brasil, agora uma nação livre, permanecia firmemente ligado à Igreja de Roma, muito embora houvesse algumas crises e conflitos.

Quando as aspirações da independência começaram a alentar a alma dos nossos antepassados, já o Brasil era católico; tão católico que a Constituição política de 1824, o Pacto Fundamental do Império, não fez senão reconhecer esse fato, prescrevendo no artigo 5º: “A religião católica, apostólica, romana, continuará a ser a religião do Império (Scampini, 1974, p. 79).

Durante o período imperial, ocorreram conflitos entre Igreja e Estado, evidenciando o esgotamento do sistema que misturava as duas instâncias. “Dois grandes conflitos religiosos abalaram profundamente a Igreja e o Estado durante o Império e que vão, sob os nomes de ‘Cisma de Feijó’ (1827-1838) e ‘Questão Religiosa’ (1872-1875), abrangendo quase toda a época do Império que vai de 1822 a 1889 (Scampini, 1974, p. 97).

Sendo a Igreja Católica Apostólica Romana a religião do Império, esta permaneceu com muitos poderes de decisão e interferência em assuntos político-administrativos do jovem país. Desde o período colonial a Igreja influía na organização do espaço urbano, na disposição de ruas e edificações, vazios urbanos e questões de zoneamento, ou seja, onde e como determinadas atividades poderiam ser alocadas nas cidades.

Mais ainda, a maneira como se deu e formalizou a união da Mitra com a Coroa torna-se expressa em muitas das peculiaridades da conformação urbanística de nossos aglomerados humanos e, particularmente, nas características de seus espaços públicos (Marx, 1989, p. 21).

Conforme aponta Murilo Marx (1989, p. 117), a Igreja Católica controlava atividades e serviços que julgava pertinentes à religião, dentre eles os cemitérios aos lugares pios ou sagrados. Portanto, sepultamentos ocorriam dentro das igrejas ou cemitérios que eram localizados nos adros das igrejas ou em terrenos pertencentes a irmandades e conventos. Desta forma, com o monopólio da Igreja sobre os locais pios e sagrados, ou seja, monopólio sobre os cemitérios, a instituição religiosa poderia dizer, de acordo com seus dogmas, a quem acolheria e a quem não daria direito a sepultamento. Esse poder de interditar a presença de alguns defuntos passou a suscitar discussões.

Na nova configuração política e social desta segunda metade do oitocentos, a noção de cemitério como destinado apenas ao público católico não atendia mais às necessidades e às demandas dos novos grupos sociais, como os protestantes. Cada vez mais, se constatavam os limites de inclusão na sociedade imperial. O próprio fato de o Conselho de Estado ter que interferir na questão dos direitos de sepultamento aos protestantes demonstra como a questão da cidadania tornava-se candente naquelas décadas finais do Império, uma vez que se percebia a dificuldade que poderia decorrer da limitação dos direitos de cidadania, a exemplo da renda. Diante da crescente demanda econômica por imigrantes, devido à crise escravista, não havia mais como ignorar a exclusão civil dos protestantes, que não tinham assegurados direitos plenos de cidadania por parte do Estado imperial (Rodrigues, 2005, p. 188).

Havia a necessidade de se estar associado a uma irmandade para ter o sepultamento em um cemitério católico autorizado. A alternativa é que as famílias tivessem condições financeiras para o custeio de um funeral. Entretanto, mesmo aqueles que possuíam condições financeiras, caso professassem uma fé diferente da católica, não eram aceitos nos cemitérios controlados pela Igreja. Some-se a isto o fato de que, ao longo do século XIX, o Brasil recebeu milhares de imigrantes e parte deles era proveniente de países com predomínio do protestantismo. Além disto, havia os muitos escravizados que morriam e não tinham como se associar a irmandades católicas. Em resumo, um grave problema social passou a acontecer quando o número de sepultamentos impedidos pelo clero nos cemitérios católicos começou a se tornar um problema crônico.

Ora, enquanto o cadáver está na casa ou em poder dos parentes ou amigos, estes podem proceder livremente, mas no momento de dar-lhe sepultura passa a haver, na quase totalidade dos casos, dependência de uma instituição pública ou religiosa que tenha instalado, mantenha e administre os cemitérios. Por isto mesmo, a liberdade religiosa encontra-se implicada no caráter e na administração dos cemitérios (Scampini, 1974, p. 96).

Neste período, a divisão social entre os mortos era grande. Assim, numa sociedade escravagista, quem possuía liberdade e tinha posses fazia todo o esforço por um sepultamento dentro das igrejas, considerado “digno” das honras e da proximidade espiritual

com o divino, tal como a cultura religiosa de então apregoava. Os lugares físicos e espiritualmente mais afastados eram destinados aos escravizados e a outras pessoas em diferentes situações, tais como judeus, cristãos protestantes e suicidas.

O homem deste período procurava ter uma “boa morte”, esta compreendida na morte preparada, diferenciada da “má morte”, pelo planejamento, de modo que morrer repentinamente, por afogamento, assassinato, acidente ou mal súbito, era desgraça muito maior do que a própria morte. Entretanto, no período inaugural das Minas até meados do século XVIII, a “má morte” não parece infrequente, eram comuns assassinatos e mortes violentas (facadas, tiros, pancadas, afogamento, soterramento, etc.) e, não raro encontravam-se corpos de adultos e crianças escravos e pobres no espaço urbano e em portas de igrejas sem identificação (Lacet, 2003, p. 27-28).

Pessoas livres pertencentes a estratos intermediários entre os ricos e os miseráveis e pessoas escravizadas faziam grande esforço para se associarem às Irmandades Católicas e outras Confrarias para garantirem um sepultamento digno. As irmandades eram praticamente a única alternativa ante o desespero do abandono no momento da morte. “Nem todos tinham condições de desfrutar da “pompa da morte”, escravos e forros se esforçavam para garantir um funeral digno se associando às confrarias” (Lacet, 2003, p. 30).

Assim, a pressão pública sobre o Império para que se estabelecesse a liberdade religiosa no país se intensificava. Dessa forma, o governo imperial foi compelido a tomar decisões que causariam crise na relação entre Igreja e Estado.

Quando, em 1869, portanto, desenvolveram-se as discussões sobre as interdições de sepultamento a alguns cadáveres, a questão girou em torno de se saber até que ponto a Igreja poderia ter jurisdição sobre os cemitérios públicos, cuja administração era municipal. Esta questão não foi respondida com facilidade e, mesmo que a resposta fosse encontrada – a jurisdição de um cemitério municipal, portanto, público, caberia à autoridade civil -, sua aplicação demandaria uma luta que durou décadas. Ao longo desta luta, duas outras questões viriam à tona: o enterramento civil e a secularização dos cemitérios. Em ambas, a jurisdição eclesiástica sobre os mortos e os locais de sepultura continuariam em discussão (Rodrigues, 2005, p. 188).

Aliado às questões religiosas e dogmáticas e suas implicações em relação às transformações na composição social e cultural-religiosa da população a partir do século XIX, ecoavam aqui as luzes europeias da ciência e do higienismo, que traziam a teoria dos miasmas e a necessidade de medidas sanitárias para que se estabelecessem melhores condições de salubridade às cidades brasileiras. As preocupações de ordem sanitária e estética, que iam remodelando as cidades do velho continente por certo não foram ignoradas aqui no Brasil (Marx, 1989, p. 51).

Murilo Marx (1989, p. 120) refere que a carta de Lei de primeiro de outubro de 1828, que instituiu os poderes legislativos municipais, determinou os sepultamentos fora das igrejas em local aberto, enquanto a municipalidade não ofertasse cemitérios extramuros. Essa

determinação também está presente no Código de Posturas de São Paulo, datado de 1856. Murilo Marx (1989) reitera ainda que, em 1915, um documento intitulado “Pastoral Coletiva” orientava o clero a não mais realizar inumações dentro de igrejas.

Referindo-se ao manual dos vereadores, de 1828, Marx (1989, p. 51) assim argumenta: “Além dessa tutela que restringia a autonomia dos municípios em inúmeros aspectos também relativos à “Polícia e Economia das Povoações e seus termos”, constata-se ainda algumas limitações de ordem eclesiástica, como no caso dos cemitérios. Mas essa influência tornou-se progressivamente residual.

Outro evento ocorreu em meados do século XIX e balançou as estruturas do sistema de necrópoles no Brasil: as epidemias. As epidemias movimentaram a sociedade no sentido da necessidade de medidas urgentes de caráter sanitário nas cidades brasileiras. Em especial, uma delas fez eclodir forte discussão política e social em decorrência de seus graves efeitos: a epidemia de febre amarela de meados do século XIX. Assim, a partir de 1850, novas ideias científicas vindas da Europa passaram a ecoar no país e a repercutir sobre o ordenamento urbanístico das cidades brasileiras.

Diante do higienismo e do medo generalizado da população em relação à ocorrência de novas epidemias, a imposição crescente de medidas sanitárias e aplicação de métodos científicos na reestruturação das cidades e da saúde pública tornaram evidente o esgotamento de práticas consolidadas pela sociedade colonial, que vivia sob dogmas religiosos e a aceitação do que se lhes impunha. Sob as novas bases do novo poder, derivadas da técnica e da ciência, a vida urbana se modificou.

O espaço urbano passou a ser esquadrinhado, a medicina passou a projetar e a executar a construção de espaços específicos que tinham por finalidade um caráter social. Instituições como hospitais, cemitérios, prisões e hospícios, vistos como frutos do crescimento das cidades e, portanto, indispensáveis ao seu funcionamento, serviam, segundo os médicos, de focos de doenças, representando um perigo para o todo urbano. Não podiam e nem deviam ser abolidas, devendo, porém, ser expulsas do centro da cidade, já que suas localizações não obedeciam aos critérios de salubridade (Rodrigues, 1997, p. 58).

Essa nova atitude se fundamentava na doutrina dos *miasmas*, desenvolvida pela ciência do século XVIII. Acreditava-se que matérias orgânicas em decomposição, especialmente de origem animal, sob a influência de elementos atmosféricos – temperatura, umidade, direção dos ventos – formavam vapores ou miasmas daninhos à saúde, infectando o ar que se respirava (Reis, 1999, p. 75).

Os médicos difundiam sua pregação sanitária, lutando veementemente contra as exéquias longas, os funerais barrocos, classificando estes como um espetáculo de horror. “Eles pediam o fim do funeral-espetáculo e o ocultamento do morto, fosse envolvendo-

o em panos assépticos (...), encerrando-o em caixões fechados, ou segregando-o em cemitérios distantes” (Reis, 1999, p. 263).

Nos idos de 1870, como aponta Rodrigues (2005, p. 217), a legislação passou a interferir no poder exercido pela Igreja Católica sobre os cemitérios, de forma a retirarem das autoridades paroquiais as decisões sobre os sepultamentos. Isto levou a muitos questionamentos da Igreja em Roma, que protestava contra os sinais de secularização dos governos provinciais e do Império brasileiro, promovendo, assim, a separação entre Igreja e Estado.

Uma das determinações seria o estabelecimento de que a necrópole tivesse espaço separado para o sepultamento dos cadáveres impedidos de serem inumados em terreno sagrado. Muito embora esta cláusula possa ser lida como a especificação de que os “acatólicos” não pudessem ser sepultados em qualquer lugar, o importante a destacar aqui é o cumprimento daquela resolução imperial de 20 de abril de 1870, que determinava a existência de espaço destinado aos não-católicos. Medida que obviamente desagradou a Igreja, por misturar, num mesmo cemitério, os cadáveres daqueles que seguiam a doutrina católica e os que dela se afastaram, foram afastados ou a ela nunca pertenceram (Rodrigues, 2005, p. 217).

Situação ambígua e delicada se impunha ao Império e às administrações provinciais neste período. Havendo uma massa de brasileiros não católicos e imposições contrárias do clero à instalação de necrópoles laicas, não sendo permitidas pelo clero as inumações dos cadáveres de pessoas que não professaram a fé católica em vida, o Estado se deparou com um problema insolúvel pacificamente, posto que não poderia impedir sepultamentos e desagradaria a Igreja caso determinasse espaços laicos para estes corpos. Neste “esticar de cordas” a Igreja foi obrigada a ceder, mesmo sob protesto.

No final dos oitocentos, o Brasil passava pela crise do Império, que culminaria com a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, deste momento em diante, a Igreja paulatinamente seria separada do Estado, e suas funções passariam a ocupar apenas o âmbito dos dogmas da religião.

A aurora da independência política assinalou o início de uma grande restrição da liberdade para a Igreja, que dia a dia se acentuou e posteriormente alcançou o auge no último quartel do século XIX, quando o Catolicismo, de religião oficial, se tornou uma vítima sob os tentáculos mortíferos do regalismo (Scampini, 1974, p. 79).

Durante o Império, as relações se esgarçavam pouco a pouco, mas é com a Proclamação da República que as coisas tomam corpo e a legislação começa a determinar o Estado laico. Em 1890, diante o governo provisório, o Marechal Deodoro da Fonseca, através do Decreto 119-A de 7 de janeiro de 1890, a separação entre Estado e religião.

Art. 1º E' prohibido á autoridade federal, assim como á dos Estados federados, expedir leis, regulamentos, ou actos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e crear differenças entre os habitantes do paiz, ou nos serviços sustentados

á custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões philosophicas ou religiosas (Brasil, 1890).

No artigo supracitado do Decreto 119-A de 7 de janeiro de 1890 fica, pela primeira vez, expressa a determinação estatal de que não houvesse leis que expressassem interesses religiosos ou que fossem, de qualquer forma, filosoficamente relacionados a dogmas de caráter religioso, dando ao Estado um caráter iminentemente laico.

Instituições religiosas não católicas e agremiações seculares, tais como a Maçonaria, já bastante influente no país no período da transição Império-República, iniciaram também trabalhos de conscientização social e a exercer pressão sobre o Estado para que a liberdade religiosa e de culto fosse autorizada no país, o que restringiria ainda mais os poderes da Igreja de Roma e obrigaria a secularização dos cemitérios.

Dentre os privilégios questionados, estava o da religião, que se constituía para os republicanos na origem de uma série de restrições religiosas aos que seguissem cultos diversos do catolicismo oficialmente reconhecido. Tanto que um dos objetivos deste movimento era o fim do sistema de união entre Igreja e Estado. Juntamente com o movimento republicano e o republicanismo, outros fizeram coro com esses questionamentos à ordem vigente e alguns inseriram-se fortemente no debate sobre as interdições de sepulturas, tais como os provenientes da maçonaria e do protestantismo (Rodrigues, 2005, p. 155).

A legislação proposta no início do período republicano, previa a separação entre religião e administração pública, mas fatores de ordem inercial e mesmo social, tornaram lenta a transição. Assim, as leis que instituíram as câmaras de vereadores e restringiram o poder do clero nas cidades não foram eficazmente postas em prática. “Possivelmente, o fracasso da legislação provincial orientando as mudanças dos enterramentos da igreja para necrópoles afastadas da cidade, seja uma resposta à grande resistência da população a uma mudança tão significativa” (Silva 2018, p. 338).

Foi da pena de Rui Barbosa que veio o ato que mudaria completamente o estatuto da Igreja Católica Apostólica Romana na sua relação com o Estado brasileiro, isto é, o fim da união entre Igreja e Estado no país. Barbosa foi aquele que – obviamente com a solidariedade do Conselho de Ministros, e, sobretudo, com a *espada* de Deodoro da Fonseca (...) cortaria o *nó górdio* ou os “laços fatais” que por tanto tempo uniram os dois poderes. Fundamentalmente por ser um *governo de exceção*, aquilo que não tinha sido resolvido em quase três décadas de intensos conflitos durante a Monarquia foi solucionado em apenas cinquenta e três dias no novo regime. Em menos de dois meses, todas aquelas grandes questões que tinham motivado tantas querelas, e afligido muitas consciências, estavam razoavelmente solucionadas sem grandes abalos e conflitos. Enfim, sem “guerra religiosa”. A verdade foi que os temores de ambos os lados, que tantas vezes foram utilizados como argumentos para não se separar a Igreja do Estado, não se materializaram. Nem a sociedade se clericalizou e se voltou contra o Estado, nem a Igreja ficou desamparada e definhando. A Igreja Católica floresceu como nunca. E o Estado passou a dedicar-se à sua justa esfera de atuação. Como

queria Silveira Martins, desde então, cada indivíduo passou a ter a liberdade de *ir para o céu* (ou não ir) conforme quisesse (Silva, 2018, p. 396).

Em resumo, pode-se dizer que a tendência predominante foi a da laicização do Estado. Dos dogmas contestados, passou-se ao Estado de direito laico. A sociedade progressivamente passou a pautar-se menos pela religião e mais pela busca direitos e pela luta para conquistá-los frente ao Estado. A complexidade humana repercute na sociedade e no espaço habitado.

Deste resgate histórico, que perpassou sucintamente a trajetória humana da mais remota antiguidade, quando os humanos passaram a se fixar a um local, indo até o século XIX da era cristã, pôde-se compreender um panorama geral do pensamento ocidental com relação aos cemitérios, exéquias e sepultamentos. Razões de ordem cultural, social e, sobretudo religiosas perpassaram o assunto referente à morte em todos os acontecimentos relacionados, o que vale ressaltar é que, do patamar cultural e administrativo das necrópoles do século XIX.

O resgate histórico dos sistemas de inumações que formaram o pensamento europeu ocidental, trazido ao Brasil Colônia pela metrópole Portugal é importante na medida em que deixou raízes ainda hoje arraigadas em nossa sociedade. Este estudo, que busca analisar as necrópoles de Londrina sob a luz da Geografia, não poderia se furtar a buscar as raízes do modelo de cemitérios e do entendimento que nossa sociedade manifesta sobre o assunto.

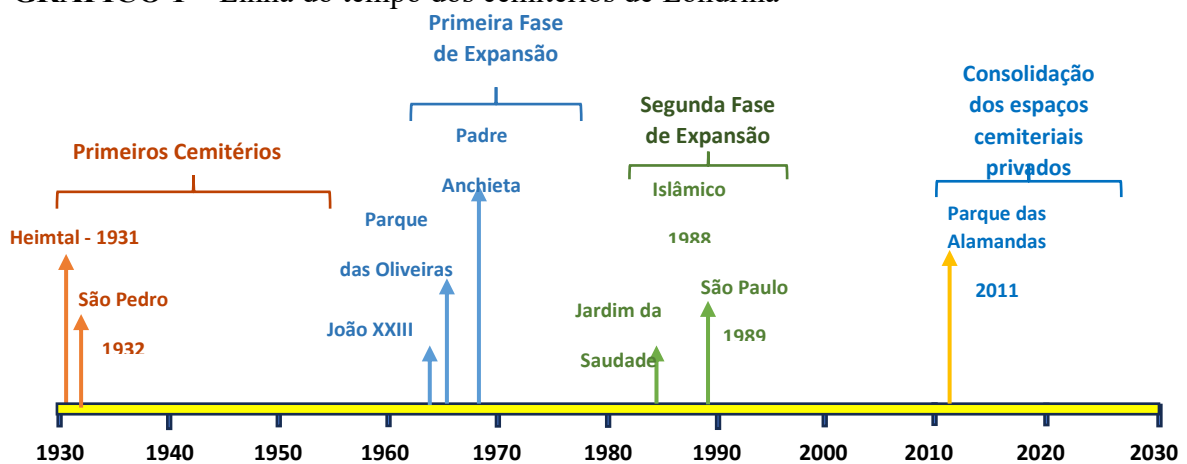
Os cemitérios públicos de Londrina, todos construídos no sistema horizontal, refletem as heranças europeias e portuguesas de nossa sociedade. A iniciativa privada trouxe à cidade outras formas de inumação, mas percebe-se uma maior aceitação do sistema horizontal, decorrente de uma antiga e arraigada tradição que é trazida pela cultura portuguesa.

4. CEMITÉRIOS NA PLANTA URBANA DE LONDRINA-PR

Nesta seção analisamos a produção dos espaços cemiteriais de Londrina e sua relação com o desenvolvimento da cidade. Desde a fase em que foi projetada pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) até o ano de 2025, foram construídos nove cemitérios em Londrina. Nosso intuito é possibilitar a compreensão dos elementos e fatores que, no processo de formação e expansão da cidade de Londrina, foram determinantes tanto para a construção das novas necrópoles quanto para a escolha das localizações em que esses equipamentos foram instalados. Em resumo, pretendemos discutir as necessidades e as condições que levaram o poder público e a iniciativa privada a instalar estes equipamentos urbanos em Londrina.

Identificamos e representamos os principais períodos no processo de constituição dos espaços cemiteriais de Londrina. O período inicial com apenas dois locais: o pequeno cemitério rural do Heimtal e o primeiro cemitério urbano de Londrina, o cemitério São Pedro. Na sequência vem a primeira fase de expansão com a inauguração de mais três cemitérios: João XXIII, Parque das Oliveiras e padre Anchieta. A segunda onda de expansão ocorre nos anos 1980, com a construção e inauguração do maior cemitério público de Londrina, o Jardim da Saudade e mais os cemitérios Islâmico e São Paulo. Na fase atual, a partir dos anos 2000, destacamos a construção e inauguração do Parque das Alamandas que é um grande cemitério privado. Buscamos definir uma periodização adequada ao objeto de estudo e ao referencial teórico-metodológico que adotamos, em especial a abordagem desse tema de forma processual (Gráfico 01).

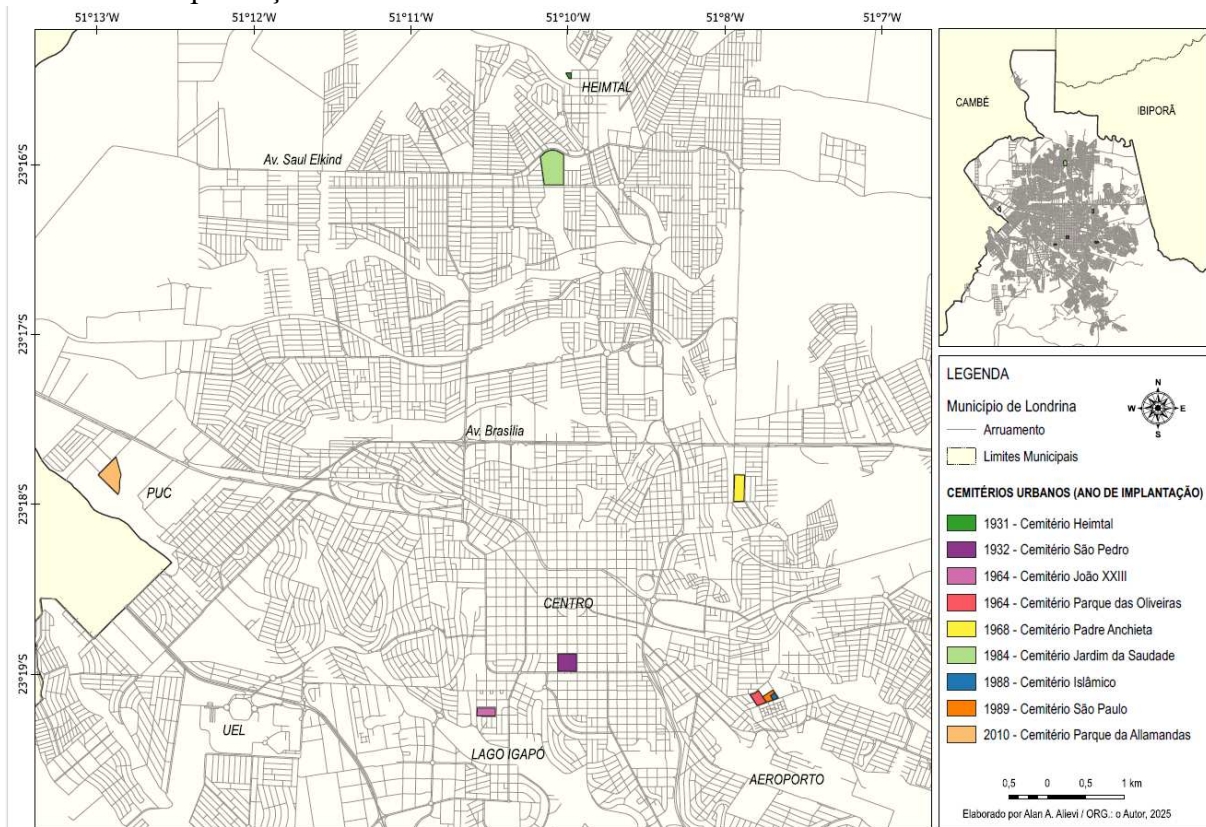
GRÁFICO 1 – Linha do tempo dos cemitérios de Londrina



Fonte: Organizado pelo autor.

A seguir, com base nos momentos em que cada cemitério foi construído e inaugurado, discutimos os fatores que levaram a essa decisão e as condições que influenciaram em suas respectivas localizações.

Mapa 1: Localização dos cemitérios urbanos do distrito sede de Londrina com indicação do ano de implantação.



Fonte: Siglon – Prefeitura de Londrina, Organizado pelo autor.

No mapa 01 pode-se visualizar a distribuição no tempo-espaço dos cemitérios públicos municipais do distrito sede de Londrina. Com base na localização, levando-se em conta o ano de inauguração de cada necrópole, é possível vislumbrar, ainda que superficialmente, a direção em que ocorreu o crescimento de Londrina ao longo das décadas e a distribuição destas necrópoles, basicamente nas mesmas direções, conforme se verificará no decorrer deste estudo.

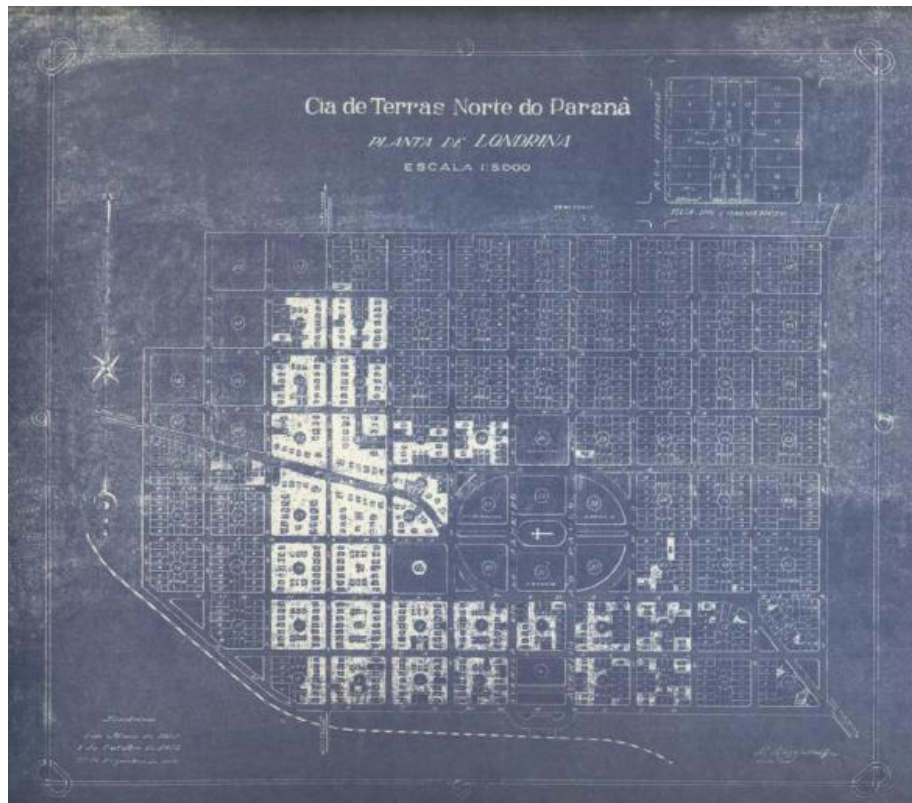
Serviram como base para esta análise, o levantamento documental, análise bibliográfica e dados oriundos de entrevistas qualitativas realizadas com servidores da ACESF, gerentes dos cemitérios Parque das Oliveiras e Parque das Allamandas, além de uma entrevista com o Sheik Anis Orra, da Mesquita Rei Faiçal, responsável pelo Cemitério Islâmico de Londrina.

4.1 OS PRIMEIROS CEMITÉRIOS DE LONDRINA – HEIMTAL E SÃO PEDRO, DOS ANOS 1930 AOS ANOS 1960

Em 1932, a CTNP projetou o primeiro Cemitério público urbano de Londrina, então chamado “Cemitério Municipal” disposto fora do quadrilátero inicial projetado pela companhia, o cemitério seguia o comum critério de afastamento da área urbana, muito utilizado para este tipo de equipamento urbano, no entanto, ainda na década de 1930, foi englobado ao espaço urbano.

Na planta inicial da cidade de Londrina, elaborada pela CTNP em 1932 (Figura 01), pode-se observar a união entre os fatores topográficos, que se apoiam na instalação da cidade num espigão divisor de águas, mas não muito distante de cursos d’água, e também, da estruturação da cidade com as vias de transporte, a estrada e a ferrovia. Observa-se que nesta planta inicial o espaço urbano é desenhado omitindo-se o Cemitério Municipal.

Figura 01: Planta inicial da cidade de Londrina, elaborada pela CTNP em 1932.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss.

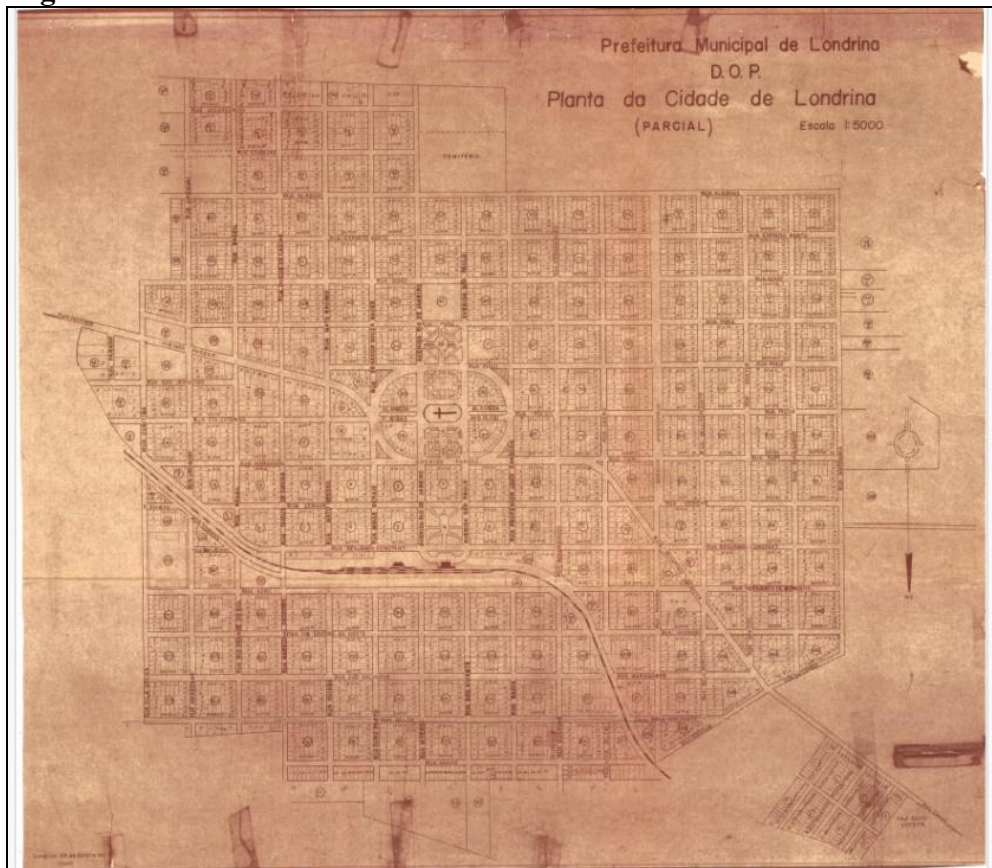
Muito embora a planta inicial não dispusesse de um espaço para a construção de uma necrópole para o recém-criado município, a preocupação existia. O cemitério não

figurava na planta inicial da cidade por ter sido designado espaço fora da área urbana para a finalidade, conforme aponta Stipp (2011, p. 103):

O cemitério São Pedro da cidade de Londrina – PR foi fundado em 1932, mas ele não havia sido demarcado na Planta Inicial da cidade na época, somente a sua localização estava definida, na extremidade sul da Av. São Paulo, fora dos limites do núcleo projetado. Historicamente a localização dos cemitérios são em áreas afastadas dos centros urbanos. Contudo, com a expansão da área urbana de Londrina o cemitério São Pedro acabou sendo integrado à malha urbana.

Como pode-se verificar comparando-se a planta inicial da cidade de Londrina, projetada pela CTNP em 1932 (Figura 01), e a planta elaborada em 1935 (Figura 2). A expansão urbana de Londrina teve início ainda na década de 1930, extrapolando o quadrilátero central projetado pela CTNP, e a demarcação da área ocupada pelo Cemitério São Pedro. “A primeira vila agregada ao projeto britânico é a Agari (1936). Três anos mais tarde já havia as vilas Conceição, Nova e Casoni, todas ao norte do centro urbano, além dos limites da linha férrea” (Razente, 2011, sp).

Figura 2: Londrina em 1935.



Fonte: Arquivo Público de Londrina.

Ainda sobre a instalação de um cemitério nos primeiros anos da cidade de Londrina, projetado pelos técnicos da CTNP, Boni (2013, p. 103) traz outros elementos que vêm a corroborar com a preocupação e a necessidade de tal serviço público para os munícipes à época, bem como demonstrar diversas razões pelas quais o problema foi encarado como prioridade pela CTNP, senão, vejamos:

O Cemitério São Pedro, que ocupa duas quadras entre a Avenida Juscelino Kubitschek ao sul, Rua Alagoas ao norte, Avenida Rio de Janeiro a leste e Rua Professor João Cândido a oeste, foi o primeiro de Londrina. A abertura de um cemitério constava entre as prioridades da CTNP no início da colonização, dadas as características da região, inóspita e cheia de perigos, o que fazia prever o risco de número significativo de mortes. Havia as endemias próprias da floresta, e o atendimento médico disponível era extremamente precário. Com isso, doenças que, em outras condições, poderiam ser curadas, e acidentes não tão graves, acabavam induzindo os enfermos a óbito, por falta de cuidados e tratamento (Boni, 2013, p. 103).

Outro aspecto ressaltado por Boni (2013, p. 104) é a mudança rápida no perfil da cidade de Londrina em seus primeiros anos. Sem em 1932, quando de sua inauguração (Figura 03), o Cemitério Municipal de Londrina, como era chamado, era um terreno apartado da área urbana, cercado por uma simples cerca de madeira e com uma tosca cruz de madeira com a função de cruzeiro das almas, não demorou muito para que a cidade começasse a crescer, o cemitério fosse abarcado pelo espaço urbano e, não menos importante, a consolidação da cidade fora responsável pela fixação de inúmeras famílias, que passaram a sepultar familiares no local, que, paulatinamente recebeu importantes melhorias, tais como muros de alvenaria e jazigos elaborados (Figura 04). O Cemitério Municipal de Londrina tornava-se local de pertencimento e visitação, de culto à memória.

Figura 03: Inauguração do Cemitério Municipal de Londrina, em 1932.



Fonte: Museu Histórico de Londrina.

Figura 04: Cemitério São Pedro no final dos anos 1930.



Fonte: Museu Histórico de Londrina.

O Cemitério Municipal de Londrina passa a chamar-se Cemitério Municipal São Pedro (Foto 1) apenas em 1964, por força da Lei número 891/64, posto que, com a inauguração da segunda necrópole da cidade, optou-se por dar-lhe um nome específico, evitando que fosse confundido com o recém-inaugurado Cemitério Municipal Papa João XXIII (Londrina, 1964a).

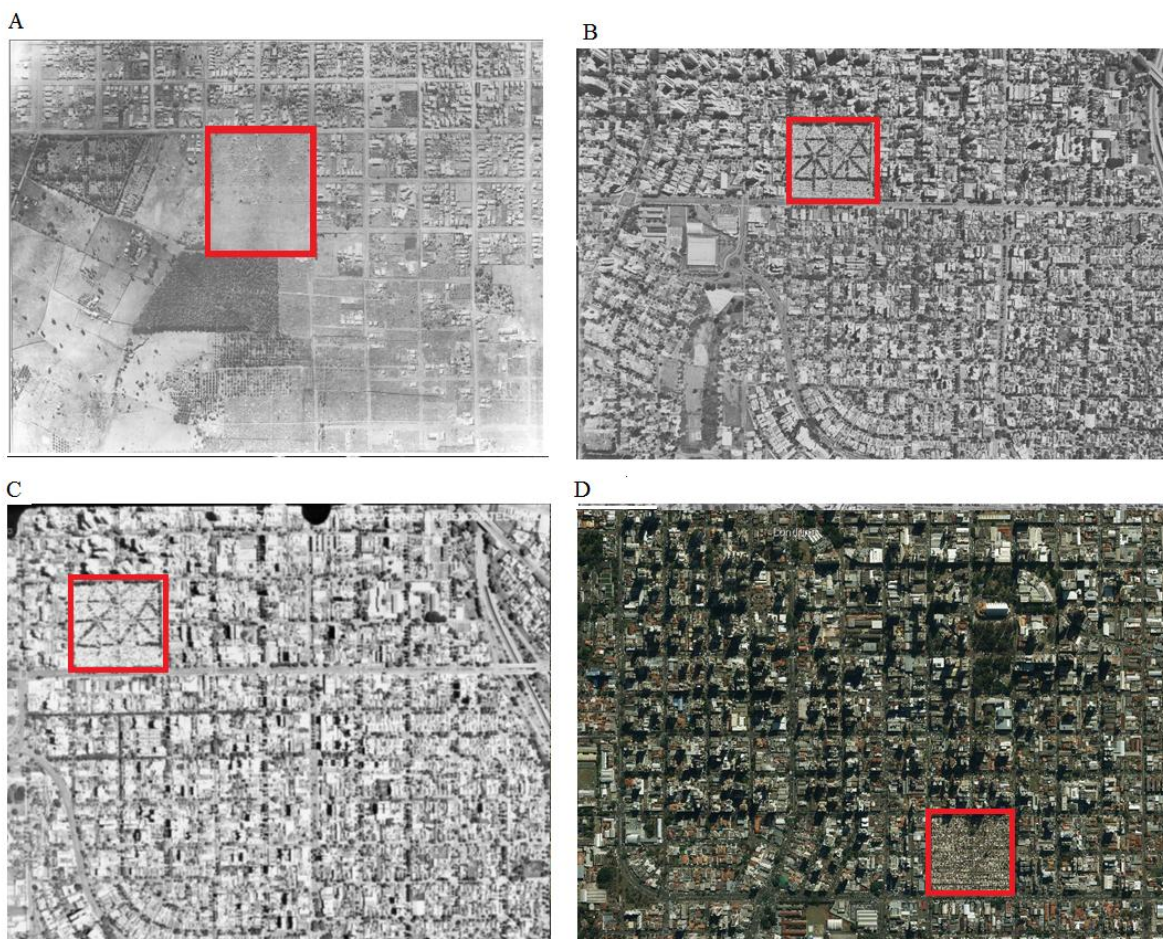
Foto 1: Entrada do Cemitério São Pedro em 2025.



Fonte: Registro fotográfico feito pelo autor, 2025.

Vejamos como se deu a evolução no entorno do Cemitério São Pedro, o primeiro cemitério urbano da cidade de Londrina, fundado em 1932, fora do quadrilátero original da cidade, afastado, portanto, da planta urbana de Londrina à época de sua instalação.

Figura 5: Comparativo sobre o desenvolvimento do entorno do Cemitério São Pedro entre 1949 e 2023.



Considerações:

A: Estudo Aerofotogramétrico de Londrina em 1949, observar que o Cemitério São Pedro está ladeado por área urbanizada apenas a Norte e Leste, nas direções Oeste e Sul ainda observam-se lotes rurais, a Av. Perimetral (Hoje Av. JK) ainda não existia;

B: Estudo Aerofotogramétrico de Londrina em 1991, nota-se ocupação urbana em todo o entorno do cemitério;

C: Estudo Aerofotogramétrico de Londrina em 1997, nota-se também ocupação urbana em todo o entorno do cemitério;

D: Foto de Satélite de 2023, onde percebe-se que a necrópole está ladeada por construções urbanas, com forte presença de processos de verticalização, bastante intensa na área central de Londrina.

Fonte: Imagens A, B e C – IPPUL; Imagem C – Siglon (organizado pelo autor).

Conforme pode-se observar na figura 5, é muito sugestivo o crescimento da malha urbana de Londrina ao decurso das décadas e a completa inserção do Cemitério São Pedro no espaço urbano. No levantamento aerofotogramétrico de 1949, foto “A”, é nítido que o cemitério se encontra ainda muito próximo de propriedades rurais, ladeado apenas a norte e

leste por edificações e lotes urbanos. Nas fotos dos levantamentos aerofotogramétricos de 1991 e 1997, respectivamente identificadas pelas letras “B” e “C”, fica evidente que o cemitério está ladeado em todas as suas faces por edificações e formas de uso do solo características de áreas urbanas. Na foto de satélite de 2023, identificada pela letra “D”, pode-se perceber que há um processo de intensa verticalização no entorno do cemitério, que hoje ocupa a área central de Londrina. Cabe ainda ressaltar que, em relação ao espaço interno do Cemitério São Pedro, do levantamento aerofotogramétrico de 1949 (“A”) para a foto de satélite de 2023 (“D”) é nítida a visualização da utilização completa da área do cemitério por jazigos em 2023, em contraste ao espaço quase vazio de 1949.

Houve uma desapropriação de parte da área original do Cemitério São Pedro para a realização das obras de duplicação da Avenida Juscelino Kubitschek (Av. JK), então Rua Jacarezinho, algo bastante incomum no que tange o funcionamento das necrópoles.

No início da década de 1960, na segunda gestão do prefeito Milton Ribeiro de Menezes (1959-1963), os engenheiros da prefeitura começaram a realizar os estudos e projetos necessários para a realização da obra de alargamento da rua já existente e a construção de uma nova via, para que a duplicação fosse possível. Com os estudos ficou definido que a obra de alargamento passaria sobre parte do Cemitério São Pedro, e, por conta disso, seria necessária a transferência de alguns túmulos para outra área do cemitério (Boni, 2017, p. 144).

O muro dos fundos do São Pedro teve de ser demolido e reconstruído. Na ocasião, foi aberto um portão de acesso nesse muro, à margem da avenida que estava em construção, bem em frente ao que existe do lado oposto do cemitério, na Rua Alagoas. Posteriormente, o nome da Rua Jacarezinho (Avenida Perimetral) foi alterado para Avenida Juscelino Kubitschek (JK), em homenagem ao presidente falecido em 1973 (Boni, 2017, p. 144).

São raras as desapropriações de cemitérios ou partes destes para utilização de seus respectivos terrenos em outras finalidades. Quem hoje transita pela Av. JK, aos fundos do Cemitério São Pedro, não suspeita que o leito daquela faixa da avenida, na quadra do cemitério, já fizera parte da necrópole. Interessante destacar ainda um outro detalhe a respeito desta desapropriação, “a retirada dos restos mortais das pessoas enterradas ficou por conta das famílias” (Boni, 2017, p. 144).

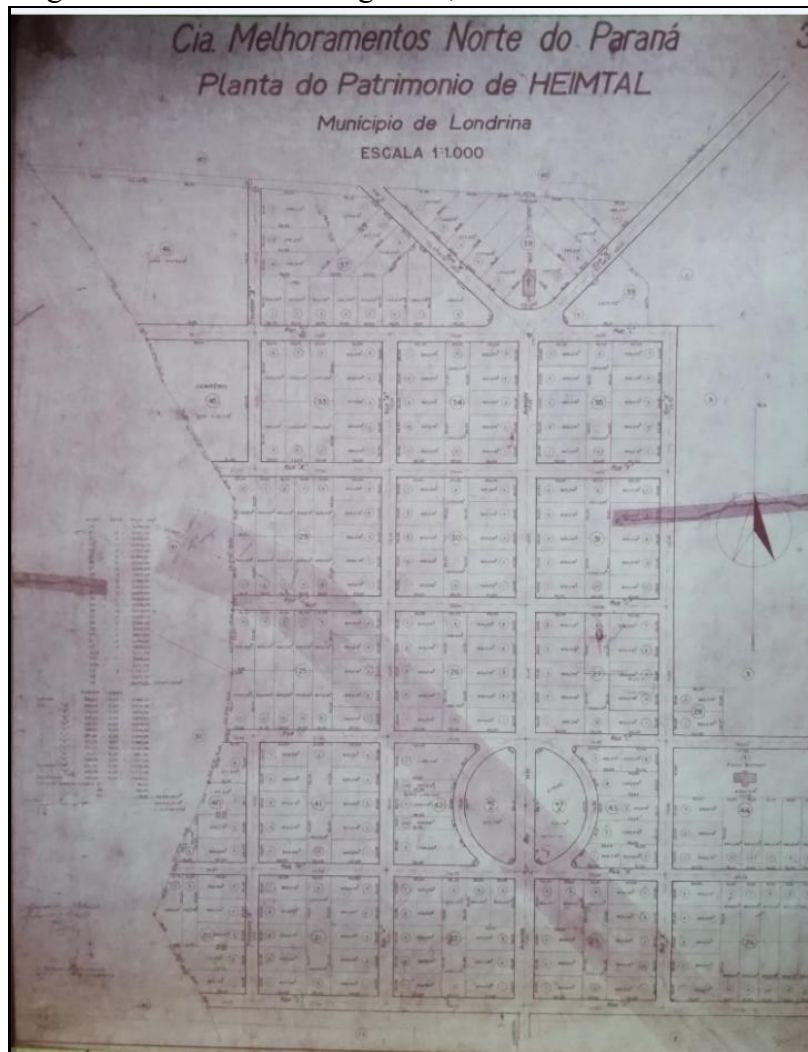
O Cemitério São Pedro, segundo dados da ACESF, ocupa uma área de 55.146 metros quadrados, tendo recebido até 31 de maio de 2022, um número de sepultamentos igual a 50.739 em seus 6.500 jazigos, com uma média de 34 inumações por mês.

Há mais de 50 anos, o mais antigo cemitério municipal de Londrina encontra-se com sua capacidade esgotada, servindo apenas para o sepultamento de falecidos cujas famílias possuam jazigos ali. “O primeiro Cemitério de Londrina foi criado na área Central,

está completamente ocupado. Sua área total é de aproximadamente 70.000 metros quadrados” (Londrina, p. 2, 1983).

Na década de 1930, a CTNP, em seu sistema de consolidação da ocupação e loteamento do norte do Paraná, pautado na construção e desenvolvimento de núcleos urbanos principais, secundários e patrimônios, de forma a garantir condições de subsistência aos proprietários rurais de diversos portes, instalou, a norte de Londrina, o Patrimônio Heimtal e, em sua planta (Figura 6), o mais antigo cemitério em toda a área loteada pela companhia, datado de 1930, dois anos antes da inauguração do Cemitério Municipal de Londrina (atual Cemitério São Pedro), em 1932.

Figura 6: Planta do Patrimônio Heimtal, projetada pelo engenheiro Alexandre Razgulaeff, da CTNP.



Fonte: Arquivo Público de Londrina.

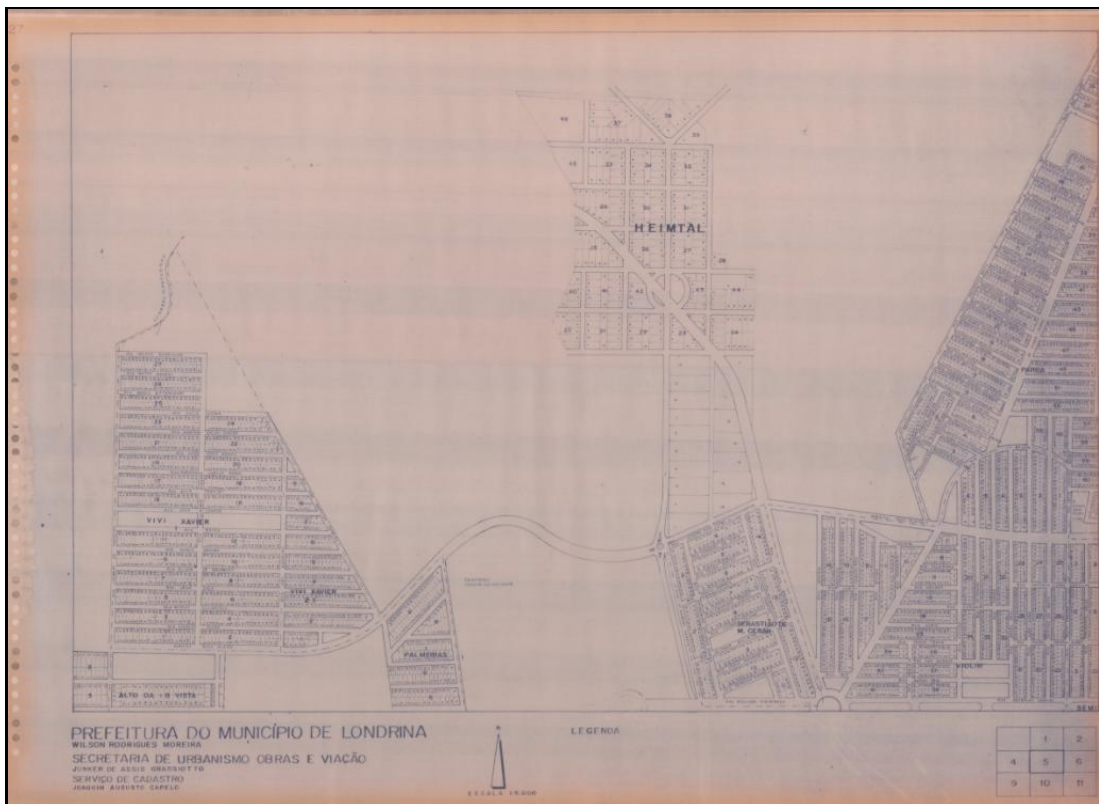
Assim, a CTNP

[...] previa a subdivisão em grandes módulos denominados glebas, subdivididos em lotes rurais de dez alqueires em média e a implantação de núcleos urbanos ao longo da ferrovia e da Estrada Mestre. A empresa de capital britânico tinha como uma das estratégias a formação de colônias ou bairros rurais compostos de grupos homogêneos de imigrantes (Yamaki, 2011, p. 222).

Encontrar um grupo étnico semelhante criaria uma sensação de familiaridade e pertencimento ao imigrante recém-chegado, tornando a convivência e o fortalecimento das relações mais simples, já que haveria coesão nas comunidades, seja em caráter religioso, cultural, culinária e nos costumes em geral.

O Patrimônio Heimtal é um caso singular na estrutura de patrimônios desenhada pela CTNP em Londrina, localizado bastante próximo da planta urbana inicial da cidade, sempre foi ligado a esta por uma estrada rural chamada à época de “Rua Heimtal”. A relativa proximidade física entre o sítio urbano inicial de Londrina e o Patrimônio Heimtal foi responsável, desde os anos 1930 por um estreito relacionamento cidade-patrimônio.

Figura 7: Planta de parte da zona norte de Londrina, incluindo o Patrimônio Heimtal, 1988.



Considerações: planta parcial, executada pela Secretaria de Urbanismo, Obras e Viação, durante a gestão do Prefeito Wilson Moreira. Notar a proximidade dos conjuntos habitacionais com o patrimônio Heimtal.

Fonte: Arquivo Público de Londrina.

O Heimtal, patrimônio subordinado ao distrito da Warta, já a partir dos anos 1980 passou a conviver com a proximidade da área urbana do distrito sede de Londrina, os chamados “cinco conjuntos” foram estabelecidos a curtas distâncias do patrimônio (Figura 7), alterando a sua paisagem e funcionalidade, aos poucos, retirando do Heimtal sua característica rural e impondo os costumes e as relações urbanas àquela comunidade. “Recentemente, com sua integração na área urbana de Londrina, sua história está sendo pouco a pouco engolida pelo rápido crescimento da cidade” (Sala, 2019, p. 26).

Conforme aponta Oliveira (2006, p. 57), “a união do Heimtal com os bairros citadinos o transforma completamente, deixando para trás suas características rurais para obter caráter urbano”. Desta forma, o que resta do patrimônio Heimtal idealizado pelos técnicos da CTNP e projetado pelo engenheiro Alexandre Razgulaeff é basicamente a Capela de São Miguel Arcanjo, o traçado das ruas e, em parte, o cemitério.

É interessante o papel desempenhado pelo cemitério do Heimtal, fundado em 1930, antes mesmo da cidade de Londrina ter sido emancipada e da inauguração do Cemitério Municipal São Pedro.

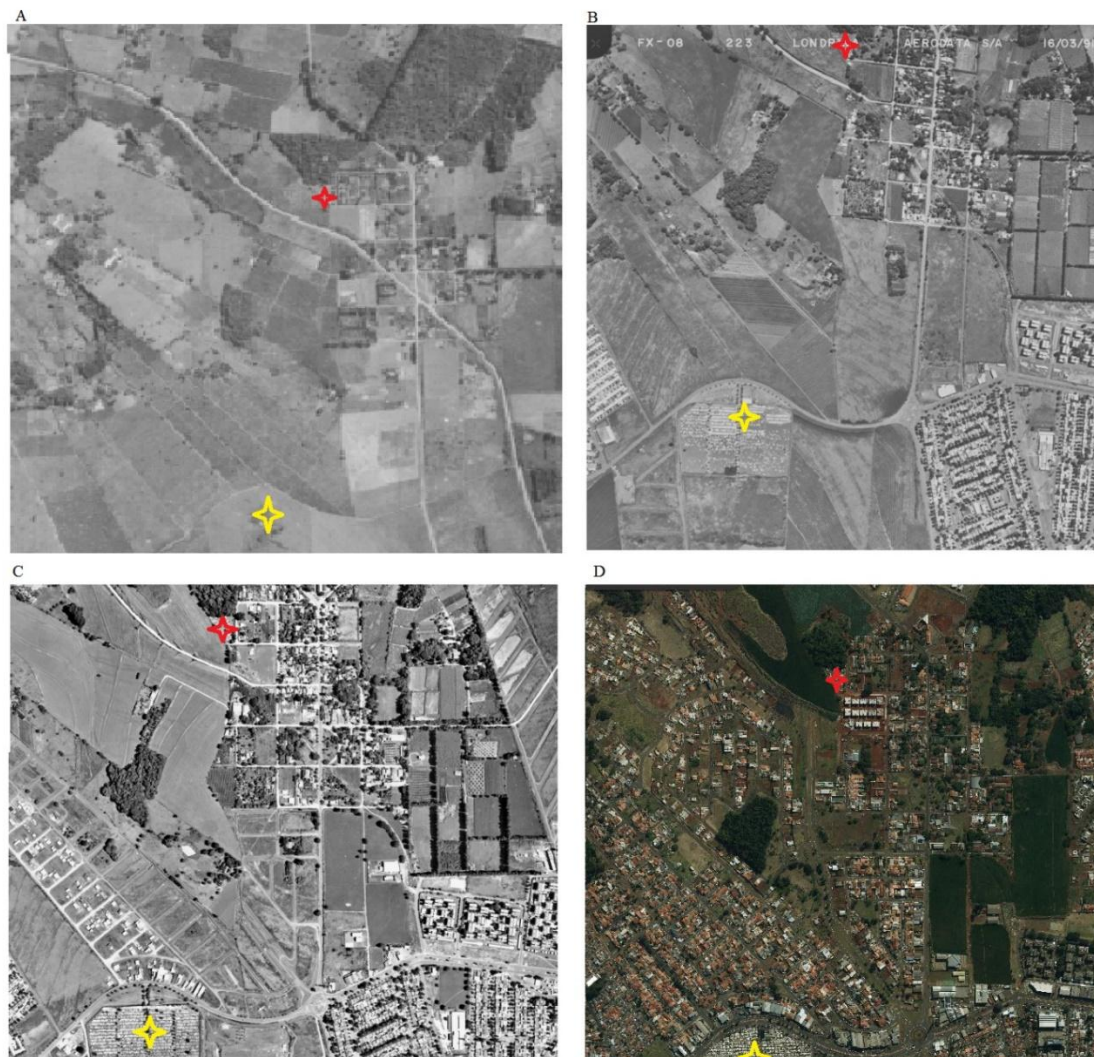
A precariedade da vida no início da ocupação, somada às doenças próprias do clima tropical (tifo e malária) e à falta de assistência médica adequada, resultavam muitas vezes em óbitos entre esses primeiros moradores. Tal problema levou a Companhia a tomar a iniciativa de criar o primeiro cemitério de toda a área colonizada, que ficou situado próximo ao local onde estava surgindo o “Vale dos Alemães” (Oliveira, 2006, p 32).

Assim, o cemitério do Heimtal toma um caráter histórico, sendo o primeiro equipamento do tipo idealizado e construído pela CTNP em toda a extensão de seu empreendimento.

O Cemitério do Heimtal não é uma necrópole muito conhecida, porém, nos últimos anos, com o esgotamento da capacidade dos cemitérios públicos municipais do distrito sede de Londrina, a ACESF, que administra a necrópole, passou a utilizá-la para sepultamentos de pessoas externas à comunidade, a proximidade do cemitério do Heimtal com o Cemitério Jardim da Saudade contribui para este novo uso da necrópole. (Sala, 2019, p. 39)

O Cemitério do Heimtal segundo dados fornecidos pela ACESF, ocupa um terreno de 5.960 metros quadrados, tendo 241 jazigos com uma média de 1 inumação por mês, não há informação sobre o número de sepultamentos já realizados naquela necrópole até os dias de hoje.

Figura 8: Aproximação da malha urbana de Londrina em direção do Patrimônio Heimtal entre 1974 e 2023.



Observações:

Assinalada em vermelho a localização do Cemitério do Heimtal, em amarelo, a localização do Cemitério Jardim da Saudade.

A: Estudo Aerofotogramétrico de Londrina em 1974, observar que o Heimtal era, naquele período, propriamente um Patrimônio de Londrina, estando circundado de propriedades rurais, o terreno onde posteriormente seria instalado o Cemitério Jardim da Saudade era ainda agrícola, e o espigão divisor de águas que daria leito à Av. Saul Elkind era ocupado por uma estrada rural;

B: Estudo Aerofotogramétrico de Londrina em 1991, nota-se ocupação do entorno do Heimtal ainda é rural, o Patrimônio não tinha sido incorporado ao tecido urbano de Londrina, mas já é possível verificar a proximidade de áreas urbanizadas e o Cemitério Jardim da Saudade em plena atividade;

C: Estudo Aerofotogramétrico de Londrina em 1997, nota-se a continuidade da expansão urbana em direção às áreas concernentes ao Patrimônio Heimtal;

D: Foto de Satélite de 2023, nota-se que o Patrimônio Heimtal passa a fazer parte da área urbana de Londrina, sendo circundado por usos habitacionais e comerciais. Observar a construção de condomínio de apartamentos em frente ao Cemitério do Heimtal, o que confirma sua urbanização.

Fonte: Imagens A, B e C – IPPUL; Imagem D – Siglon (organizado pelo autor).

Na Figura 8, pode-se apreender o rápido desenvolvimento da área urbana do distrito sede de Londrina na direção norte, e sua aproximação ao patrimônio Heimtal. Na

primeira imagem (A), um estudo aerofotogramétrico de 1974, nitidamente pode-se observar que o patrimônio Heimtal conservava sua característica de patrimônio rural, havendo apenas propriedades rurais em todo o seu entorno. Nas imagens B e C, respectivamente realizadas em 1991 e 1997 já é possível perceber a aproximação da malha urbana em relação ao patrimônio Heimtal. Na imagem de satélite de 2023 observa-se que o patrimônio Heimtal foi integrado à malha urbana de Londrina, sendo circundado por usos habitacionais e comerciais. Destacamos a construção de um condomínio de apartamentos em frente ao Cemitério do Heimtal. Em todas as imagens, a estrela vermelha de 4 pontos sinaliza a localização do cemitério do Heimtal e a estrela amarela o cemitério Jardim da Saudade, denotando sua proximidade.

No Plano diretor de 2008, participativo, a primeira menção que se faz sobre uma necrópole está no que se dispõe sobre os “Aspectos Sócio-econômicos”, item 3.19: “Caracterização do Potencial Turístico do Município, incluindo recursos naturais”, apresentando uma necrópole como ponto turístico histórico:

Cemitério dos Alemães (Heimtal): Localizado no antigo Patrimônio do Heimtal (que significa Casa do Vale), cuja colonização antecede a região central, o cemitério atendia preliminarmente somente os membros da colônia alemã, o que pode ser constatado pelas lápides inscritas nessa língua. Hoje o Heimtal já está integrado à área urbana do distrito sede (Londrina, 2008a, p. 330).

Apreende-se que este Plano Diretor Participativo demonstra uma visão mais completa e complexa sobre a função desempenhada por uma necrópole, apresentando a pequena necrópole do Heimtal, um distrito que foi englobado ao espaço urbano de Londrina devido ao amplo e acelerado desenvolvimento e expansão urbana da zona norte do município, como um patrimônio cultural, histórico e ponto turístico a ser visitado, em decorrência da quantidade de jazigos muito antigos (Foto 2), dos primeiros habitantes do distrito, em sua imensa maioria, formado por alemães, no entanto, com problemas de esgotamento dos cemitérios urbanos municipais de Londrina, o uso recente do Cemitério do Heimtal o vem descaracterizando sobremaneira.

Abreu (2012) analisa que na virada do milênio, cidades brasileiras têm passado a demonstrar a preocupação com o passado, não somente cultuando o novo. Desta visão de preservação do patrimônio histórico, os cemitérios passaram a ser fonte de olhares dos administradores públicos e da sociedade, no sentido da preservação de elementos de tempos passados e da memória daquilo que a cidade foi.

Assim, pode-se argumentar, conforme Calvino (1993), que a cidade não é feita das estruturas físicas, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado, assim, a paisagem urbana, tendo nos cemitérios, fixos que refletem em grande

proporção a cidade de outrora, podem considera-los como patrimônio histórico a refletir o passado.

Foto 2: Exemplo de campa antiga, dos habitantes do ainda Patrimônio alemão, que confere caráter histórico à necrópole do Heimtal.



Fonte: Registro fotográfico feito pelo autor, 2025.

Com relação à pretensão do Plano Diretor Participativo em transformar o Cemitério do Heimtal num lugar de turismo e visitação, ou seja, um patrimônio histórico, faz-se oportuno discorrer sobre a questão do simbolismo no espaço urbano e da projeção de crenças, mitos e valores a elementos fixos da cidade. “O espaço urbano assume assim uma dimensão simbólica que, entretanto, é variável entre os diferentes grupos sociais” (Corrêa, 1985, p. 9).

A previsão de um fixo urbano como patrimônio cultural e/ou ponto turístico, por si, não encerra a questão, o fixo urbano em questão precisa fazer parte do imaginário e do sentimento da população, não basta uma previsão legal, é necessário que os processos urbanos tenham conferido a estes locais os valores turísticos, simbólicos e de apreço popular. Para Rússio (1984), o ser humano atribui significado, valores que constituem seu patrimônio material ou cultural.

Há, no entanto, que observar que, somente estipular em um plano diretor que um patrimônio antigo seja de caráter permanente e reconhecer nele potencial histórico e turístico, não é suficiente. O referido Cemitério do Heimtal teve grande descaracterização de sua paisagem com a implantação de túmulos recentes (Foto 3), muito em decorrência do grave

esgotamento do sistema público de inumações em Londrina e, não menos importante, vive em situação de semiabandono, sendo visitado por funcionários da ACESF, uma vez por semana apenas, ficando sempre sem vigilância e aberto vinte e quatro horas por dia, alvo de furtos e insegurança. Um patrimônio assim, aparentemente, não pode ser considerado ponto de visitação.

Foto 3: Vista parcial do Cemitério do Heimtal, notar a presença de túmulos antigos, e de jazigos modernos, junto a campas em ruínas.



Fonte: Registro fotográfico feito pelo autor, 2025.

Em entrevista realizada em 21 de março de 2025, com a senhora Maria Helena de Oliveira Bernardes, moradora da Rua Érico Brehmer, em frente ao Cemitério do Heimtal há 16 anos, muitos dos aspectos supracitados foram corroborados por esta testemunha viva da dinâmica e da evolução daquela necrópole.

Dona Maria relata que nesses quase vinte anos de convívio direto e diário com o cemitério do Heimtal, viu muita coisa mudar, quando se mudou para ali, o cemitério tinha sido murado recentemente, e relata que ainda se tratava de uma necrópole que refletia o passado do Patrimônio Heimtal, com muitos túmulos antigos, de alemães, que não se encontravam túmulos novos como se veem hoje. Questionada sobre o fato de, ainda há menos de duas décadas o cemitério denotar a estrutura original, dos primeiros habitantes do patrimônio, os alemães, assim se referiu a entrevistada:

Era. Até o tipo dos crucifixos, que era tudo feito de cimento, mas com jeito de madeira, que a gente nunca tinha visto. Nunca ninguém vai ver mais. Se alguém não tirou foto

para ver, não vai ver mais. Não existe mais aí. Não existe aqui. Isso aí foi tudo desmanchado, tudo acabado. E foi feito túmulo normal de hoje (Bernardes, 2025).

Sobre a mudança no formato dos túmulos, sua modernização e a forma como o cemitério do Heimtal passou a servir a população em geral, englobando os serviços funerários urbanos, assim se refere a entrevistada:

Eu acho que... não sei se não foi cuidado. Algo aconteceu, necessidade talvez, que foi enchendo o cemitério também. Foi enchendo o cemitério lá para cima, a população foi crescendo, e está crescendo sem parar. E não tem mais nem lugar de suportar as pessoas. Então foi terminando, uns não tem cuidado mesmo, achou que aquilo não era... Não foi comprando, foi vendendo, comprando. E quem comprou foi mudando, achou que aquilo lá não tinha qualidade. Não tinha valor. E tinha a ACESF também que usou o espaço que tinha vago, e liberou para construir túmulo novo. Mas parou. Bem parado! Hoje já está... Acho que não tem nem local mais. Ainda bem que ainda vem muitas pessoas sepultar aí. Vem, por causa que cada um... Um membro compra da família, e vai trazendo. Conforme vai morrendo. E vai levando. Igual os alemães, não tem mais. Os alemães já passaram a época. Porque se foi de 100 anos para trás, 80 para trás, não tem mais para sepultar eles aí. As famílias já não estão mais aqui. Os que sobrou já foram embora, por causa da época. O homem vive até 79. O povo ainda tem... Deus, por misericórdia, a gente vive até 100? Então não tem mesmo, com certeza. E as pessoas já venderam as propriedades, não estão mais aqui no Heimtal. Não estão mais no Heimtal, não tem mais alemão aqui. Eles estão ao redor do sítio. Às vezes tem alguns... A gente vê que eles vêm limpar o túmulo. Mas até os túmulos deles já estão meio modernos também, né? Muda, porque vê os outros diferentes, já quer fazer. Vai reformando, né? Quer fazer. Vê o vizinho, quer igual. Até eles não querem na terra, aquela coisinha, aquela coisa simples, né? (Bernardes, 2025).

Desta forma, a vivência da entrevistada reflete claramente a percepção da mudança estrutural que ocorre no Patrimônio Heimtal, que, de uma colônia de alemães, nas últimas décadas se tornou quase que um bairro de Londrina, sendo totalmente englobado pela malha urbana, assim, todo o patrimônio Heimtal, incluindo o cemitério, passou a refletir as mudanças da urbanização que alteraram o papel daquela localidade na planta urbana de Londrina. O cemitério do Heimtal, por sua proximidade com o Jardim da Saudade, passou a ser uma alternativa viável à ACESF, que o utilizou para sepultamentos normais, desconfigurando aquele espaço que tinha características históricas.

4.2 A PRIMEIRA FASE DE EXPANSÃO DOS ESPAÇOS CEMITERIAIS NOS ANOS 1960: CEMITÉRIOS JOÃO XXIII, PADRE ANCHIETA E PARQUE DAS OLIVEIRAS

Nos anos 1950 as vilas decorrentes da rápida expansão de Londrina preocupavam a administração pública, por surgirem de maneira desordenada e sem regulamentação ou infraestrutura. Nos anos 1960 um novo problema urbano ainda mais complexo surge: “além das Vilas ocorre a multiplicação de favelas, como a da Fraternidade,

Vila do Grilo e do Pito Aceso que indicavam o agravamento da questão da pobreza da cidade” (Oliveira, 2011, p. 69).

Do ponto de vista populacional para o norte do Paraná, a década de 1960 manifestou ainda a continuidade do aumento populacional total mediante a continuidade do afluxo de novos habitantes, enquanto a população rural continuava predominando. Neste aspecto ressaltou-se que os impactos maiores das transformações em curso foram sentidos na década de 1970 e 1980 (Fresca, 2002, p. 245).

Diante destes amplos e acelerados processos de expansão pelos quais o espaço urbano de Londrina passou, de sua criação no início dos anos 1930 até a década de 1960, o único cemitério urbano, até ali chamado Cemitério Municipal, posteriormente Cemitério Municipal São Pedro, teve sua capacidade esgotada, requerendo do poder público uma ação para a resolução do grave problema de falta de terrenos para a inumação dos cadáveres. Assim, a década de 1960 teve a inauguração de duas novas necrópoles públicas urbanas, o Cemitério Municipal Papa João XXIII e o Cemitério Municipal Padre Anchieta.

Coube ao prefeito José Hosken de Novais, que esteve à frente da Prefeitura de Londrina no interregno 1963-1969 a difícil missão de resolver o grave problema de falta de terrenos para inumação de cadáveres na cidade de Londrina. Conforme exposto, o Cemitério São Pedro, em atividade desde 1932, havia tido toda a sua extensão ocupada, tornando-se apenas parcialmente operacional, ou seja, apenas poderia receber corpos de pessoas cujas famílias já tivessem jazigos, não sendo mais possível efetivar a concessão de novas sepulturas. Assim, em 1964, de acordo com a Lei 893/64, foi criado o Cemitério Municipal Papa João XXIII (Londrina, 1964b).

Na década de 60/70, com o crescimento da população, e a expansão da cidade, tornou-se premente a necessidade de novos Cemitérios. No início daquela década implantou-se o Cemitério denominado Papa João XXIII, na região sudoeste. No final da mesma década implantou-se o Cemitério Padre Anchieta na região nordeste. O primeiro, com área aproximada de 1 alqueire e o outro com cerca de 55.000 m². Essas localizações foram corretas (Londrina, 1983, p. 2).

O texto acima fora extraído de um estudo preliminar que visava a construção da quarta necrópole urbana municipal de Londrina, na década de 1980, mas é interessante notar que o estudo evidencia com muita clareza e de forma peremptória os motivos que levaram à construção dos cemitérios Papa João XXIII e Padre Anchieta nos idos da década de 1960, bem como classifica como acertadas as suas localizações.

No entanto, conforme o anuário do Município de Londrina de 1962, fica claro que a área destinada ao Cemitério Papa João XXIII tinha sido previamente escolhida e desapropriada ainda na gestão do prefeito Milton Ribeiro de Menezes (1959-63):

No ano passado, o Executivo, atendendo ao fato de que o atual Cemitério já se encontra saturado, declarou de utilidade pública, para os efeitos de desapropriação, uma área de terras medindo 70.374 metros quadrados, destinada à localização de um novo Cemitério. Na referida área, que se situa próximo ao chamado “bairro do Pito Aceso”, a Prefeitura, após haver sido emitida na posse da área, deu início à construção da obra (Município, 1962, p. 7).

A curiosa citação do assim chamado “Bairro do Pito Aceso” no anuário de Londrina 1962, supracitado, levanta um questionamento acerca não apenas da necessidade de um novo cemitério naquele período, mas também da escolha da localização para tal empreendimento. A alocação do cemitério próximo ao “Bairro do Pito Aceso” requer que se entenda a realidade desta comunidade.

Do exposto, pode-se claramente apreender que se tratava de um local para onde afluíram pessoas desprovidas de condições socioeconômicas que possibilitassem qualquer outro destino na cidade de Londrina. O blog Conhecer Londrina Digital, em seu “Roteiro 6 – Diversidade em Londrina, descreve a Favela do Pito Aceso como uma das primeiras ocupações irregulares de Londrina, que data de 1953, inicialmente formada por quinze famílias vindas de Minas Gerais e outras famílias do Nordeste, informa ainda que em 1973, a comunidade foi transferida para o Conjunto Habitacional Pindorama, próximo à mata do Marco Zero em Londrina (Conhecer, 2020).

Do exposto, pode-se apreender que a área escolhida pela prefeitura de Londrina para a instalação do novo cemitério em 1964 era uma problemática área carente da cidade, onde as terras provavelmente tinham preço baixo e não havia resistência à implantação do equipamento urbano em questão.

Anos depois da implantação do Cemitério Papa João XXIII, na década de 1970, a Prefeitura Municipal de Londrina direcionou recursos do Banco Nacional da Habitação (BNH) para aquela localidade, dentro do plano de ação do Projeto Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada (CURA).

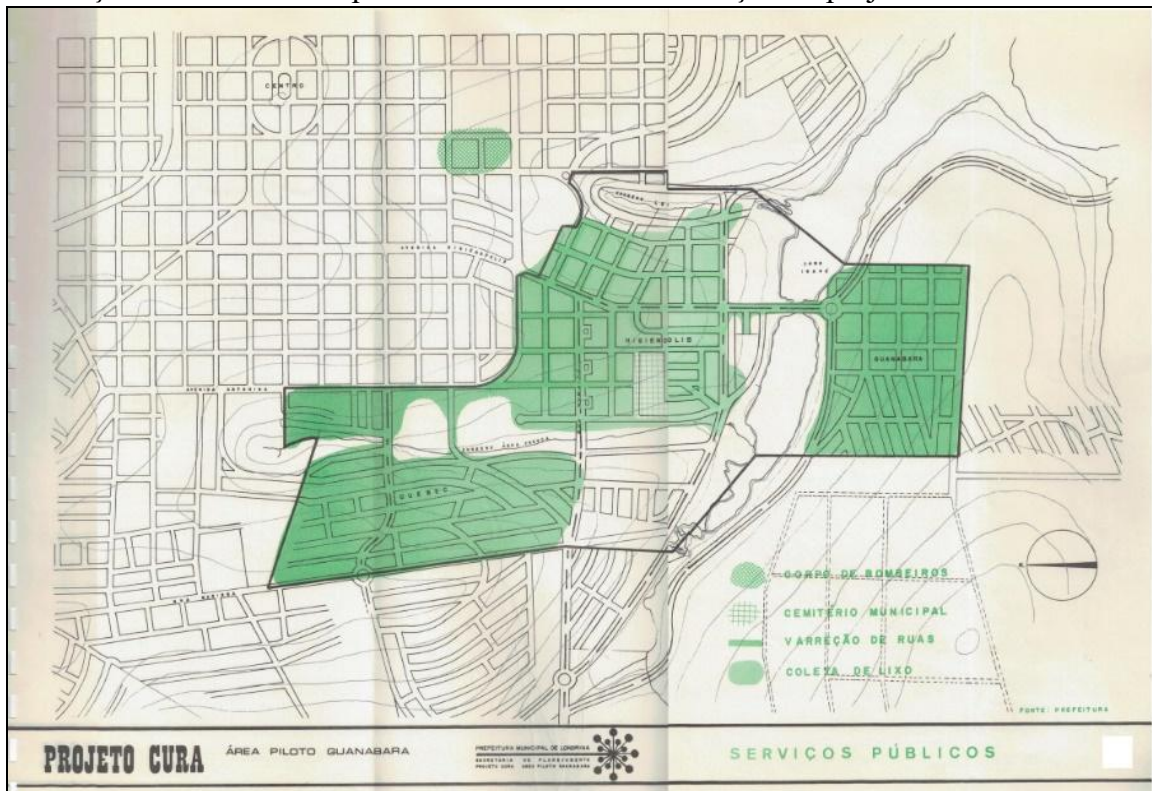
Na área de ação do Projeto CURA está localizado o Cemitério João XXIII, com área de 23.324.00 metros quadrados. Na referida área institucional, não existe, até o momento, qualquer projeto de melhorias, podendo, no entanto, ser melhoradas as vias de acesso de circulação interna e o seu fechamento externo (Prefeitura, 1977, p. 54).

O que se pretende aqui é evidenciar as transformações ocorridas nas adjacências do Cemitério Papa João XXIII desde a sua implantação em 1964, de acordo com a Lei 894/64. Para tanto, é necessário conhecer o que era o Projeto CURA, em que circunstâncias era aplicado e os desdobramentos que teve nas localidades próximas do Cemitério.

Diferentemente do que se possa pensar à primeira vista, o Projeto CURA foi estabelecido pelo Governo Federal no início da década de 1970, com a finalidade de melhorar as localidades, estimulando a economia através da geração de empregos e do aumento da arrecadação de impostos. “Os investimentos retornavam através da cobrança de impostos e da contribuição de melhorias à população. Este tipo de projeto era diferente de outras intervenções urbanas pela preocupação financeira e econômica, e não uma proposta de alcance social” (Bortolotti, 2007, p. 137).

Batista Filho (1985, p. 63-64) analisa que o Projeto CURA tinha por objetivos realizar obras de infraestrutura e equipamentos urbanos e comunitários, controlar o crescimento desordenado das cidades, promover melhorias das condições de vida dos munícipes, racionalizar o uso do solo urbano, coibir os efeitos deletérios da especulação imobiliária, e tudo isso sob um ponto de vista econômico, social e espacial. Mais adiante, o referido autor aponta que os resultados não foram os esperados, de modo que após a execução do Projeto CURA verificou-se a implantação “de um processo de segregação socioespacial, a partir de uma sistemática de rápida valorização do solo urbano; mercadoria supervalorizada e agora de restrito acesso a pequenos grupos” (Batista Filho, 1985, p.110).

Figura 9: Área piloto de implantação do Projeto CURA, Parque Guanabara, com indicação do Cemitério Papa João XXIII na área de atuação do projeto.



Fonte: Arquivo Público de Londrina.

Assim, a proposta do Projeto CURA era de caráter econômico, buscava viabilizar o aquecimento da economia local e, com as melhorias que promovia nos bairros, elevava também o preço dos terrenos e imóveis, levando a um processo de especulação imobiliária que, como no caso do entorno do Cemitério Papa João XXIII (Figura 9), trouxe profundas mudanças, inclusive no extrato social que ali passou a habitar nos anos posteriores à aplicação do projeto.

Os efeitos especulativos do Projeto CURA ocorreram claramente na localidade, que hoje abriga bairros de classe média. “O resultado foi a expulsão de muitos dos antigos moradores, que foram obrigados a buscar loteamentos mais baratos, porém mais distantes, por não terem condições de atender os dispositivos da lei de zoneamento” (Batista Filho, 1985, p.110).

O que se questiona no sentido da aplicação do Projeto CURA na área do Jardim Higienópolis na década de 1970 e a existência do Cemitério Papa João XXIII (Foto 4) naquela localidade, implantado na década anterior, é se as razões apontadas pela própria Prefeitura de Londrina em 1983 como corretas para a implantação da necrópole naquela localidade teriam sido consideradas adequadas para a implantação daquele cemitério naquela área, após a implementação das obras decorrentes do Projeto CURA.

Foto 4: Vista parcial do Cemitério João XXIII.

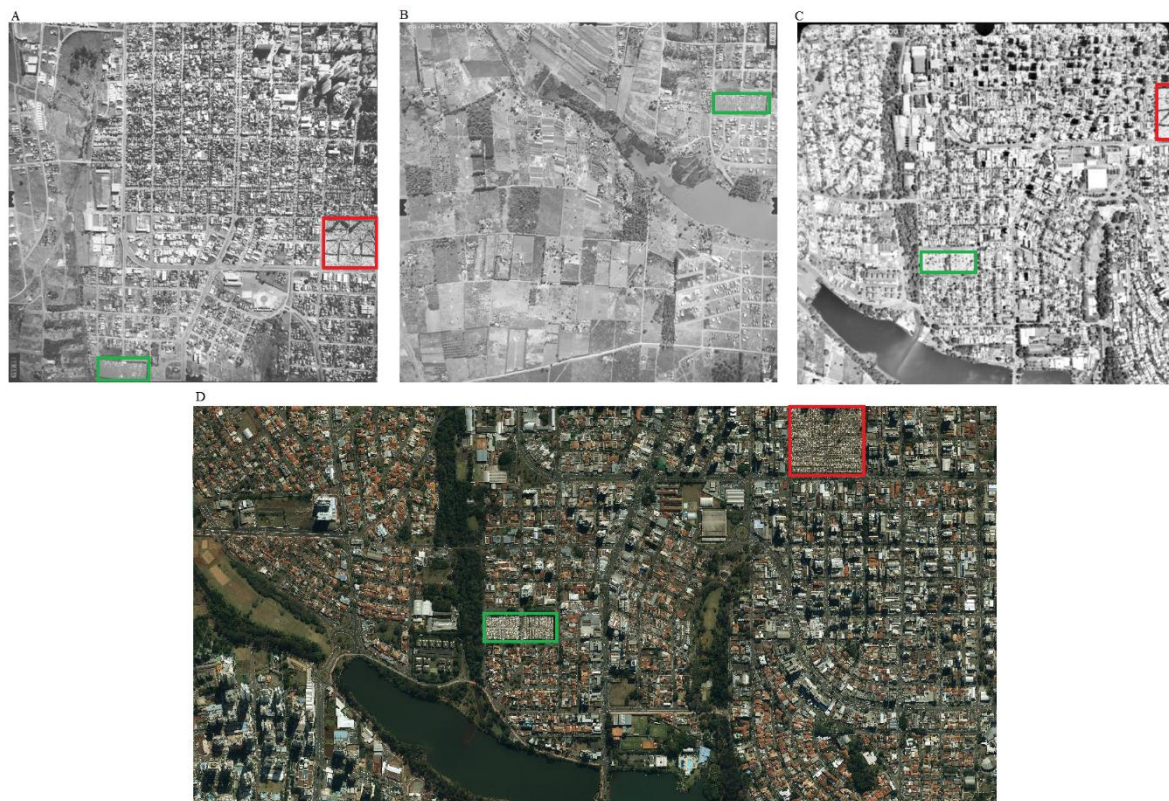


Fonte: Registro fotográfico feito pelo autor, 2025.

Com a ampla modificação da paisagem e do extrato social que passou a habitar os referidos bairros, talvez o poder público não tivesse optado pela construção de um cemitério naquele terreno, posto que sofreu forte valorização com o passar do tempo.

O Cemitério Papa João XXIII, seguindo dados fornecidos pela ACESF, ocupa um terreno de 21449 metros quadrados e, até 31 de maio de 2022 havia recebido 18925 sepultamentos em seus 3045 jazigos, com uma média de inumações de 19 por mês. É organizado em 50 quadras divididas em 4 blocos com um corredor central, onde foi implantado um “Cruzeiro das Almas”

Figura 10: Evolução da ocupação do entorno e da parte interna do Cemitério João XXIII entre 1970 e 2023.



Observações:

Em verde, o Cemitério Papa João XXIII, em vermelho, o Cemitério São Pedro;

A e B: Estudo Aerofotogramétrico de Londrina em 1970, observar que o Cemitério Papa João XXIII está ladeado por área residencial e bastante próximo do Lago Igapó. Observa-se ainda que em 1970, ao Sul e à Oeste, ainda há predomínio de vazios urbanos a áreas rurais;

C: Estudo Aerofotogramétrico de Londrina em 1997, nota-se ocupação urbana em todo o entorno do cemitério Papa João XXIII;

D: Foto de Satélite de 2023, onde percebe-se que a necrópole está ladeada por construções urbanas, observa-se processo de urbanização com verticalização na face Sul do Lago Igapó.

Fonte: Imagens A, B e C – IPPUL; Imagem D – Siglon (organizado pelo autor).

A figura 10 nos oferece a visão do entorno do Cemitério Papa João XXIII ao longo das décadas, com imagens do levantamento aerofotogramétrico de 1970, onde podem ser

visualizadas propriedades rurais ou áreas não urbanizadas a sul e oeste, predomínio de vazios urbanos, e urbanização nas faces norte e leste, já no estudo aerofotogramétrico de 1997, todo o entorno da necrópole se encontra densamente urbanizado, por bairro residencial, o que se repete na imagem de satélite de 2023, com processos de verticalização nas proximidades. Pode-se observar ainda que a ocupação interna do cemitério é expressiva já na imagem de 1997.

Em entrevista realizada com a servidora da ACESF Dinalva Macedo Santos, nas dependências do Cemitério João XXIII em 06 de janeiro de 2025, apreendemos alguns fatores relacionados à necrópole em análise, as informações, muitas vezes, refletem o olhar do trabalhador e, talvez, a forma como a sociedade encara a sua relação com as necrópoles.

Questionada sobre a existência ou não de ossuário no cemitério João XXIII, a Sra. Dinalva Santos informou que não há ossuário no cemitério, que este tipo de serviço é presente apenas no cemitério Jardim da Saudade, mas que houve em um período mais ou menos recente um processo de desapropriação de alguns jazigos que se encontravam em estado de abandono, para que se pudesse liberar estes espaços para novas concessões. Nestes casos, a ACESF informa os responsáveis pelo jazigo desapropriado e estipula prazos para requererem os restos mortais dos familiares, assim, foi feito um pequeno ossuário temporário com os restos mortais retirados destes túmulos. A servidora assim se referiu a este processo:

“a gente fez bastante exumação quando foi levantado para vender umas gavetas que estavam abandonadas, né? E foi o mínimo, os ossos foram deixados aqui no depósito por um tempo bem longo para caso alguma família quisesse reclamar esses ossos. Foi muito pouco, quase nada. Então as pessoas não ligam” (Santos, 2025).

Ao contrário do que se possa imaginar, a maior parte destes restos mortais foram, quando esgotado o prazo para solicitação, transladado para o ossuário do cemitério Jardim da Saudade.

O Cemitério Parque das Oliveiras é particular, de tipo jardim, tendo por mantenedor a Associação Evangélica Beneficente de Londrina (AEBEL), fundado em 1964 pela Irmandade *Hominus Christi*, ligada à Igreja Católica. Projetado e posto em operação pela irmandade supracitada, tendo, em 1980, sido adquirido pela AEBEL, que tinha a intenção de destinar a necrópole ao atendimento da comunidade evangélica de Londrina, porém, com o passar do tempo, a entidade mantenedora passou a atender toda a comunidade de Londrina e região, sem distinção de credos e filosofias religiosas, tornando o cemitério uma empresa privada convencional. (Berli, 2024)

As necrópoles privadas são orientadas pelas leis de mercado, oferta e procura e pelo desejo parte da população em não utilizar as estruturas oferecidas pelo poder público,

desta forma, seguem uma dinâmica diferente, tanto em funcionamento, quanto em preços praticados.

Santos (2002) apresenta a cidade como um organismo vivo, dotado de valores funcionais, mercantis e simbólicos. Neste sentido, as necrópoles privadas assumem importante papel diferencial em relação às necrópoles públicas urbanas, nos três fatores supracitados. Têm valores funcionais no sentido de oferecerem um produto diferenciado que atinge uma parcela da população que busca certa diferenciação nos seus funerais, papel mercantil no que se refere a serem empresas comerciais que estão plenamente inseridas no sistema capitalista e na busca de lucro, movimentando a economia com funcionários, produtos e serviços e, não menos importante, assumem um elemento simbólico, não apenas no que tange a necrópole como equipamento urbano, mas também, pela diferenciação social que encerram em si.

Conforme exposto anteriormente, o Cemitério Parque das Oliveiras (Foto 5), fundado em 1964, foi o primeiro cemitério do tipo jardim do norte do Paraná, é hoje pertencente à AEBEL, uma associação da comunidade evangélica de Londrina.

Foto 5: Vista parcial do Cemitério Parque das Oliveiras.



Fonte: Registro fotográfico feito pelo autor, 2025.

Andrey Berli, gestor do Cemitério Parque das Oliveiras, em entrevista concedida no dia 25 de novembro de 2024, nas dependências da necrópole, informou que o cemitério foi adquirido, já em operação, da Sociedade *Hominus Chirsti*, uma irmandade

católica, pela então Sociedade Evangélica Beneficente de Londrina, hoje Associação Evangélica Beneficente de Londrina, com a seguinte finalidade:

O cemitério a princípio foi uma ideia societária das igrejas, no início, posso te afirmar que são todas as igrejas do início, no sentido que iniciou, porque o hospital é filantrópico, e foi um grupo alemão que iniciou o projeto lá, e aí aqui se intensificou, comprou, deixou assim, achando nessa necessidade de se atender essas pessoas no entorno da sociedade, o cemitério não atendeu um grupo específico, essa era a ideia principal. A ideia era esse nicho da comunidade evangélica. É, e depois acabou se abrangendo para outras, porque daí teve o campo aberto, a venda aberta, não tinha como! Você vai especificar uma venda? Tipo assim, por religião, ou o que seja, você não vai vender para determinado grupo, não, aí acabou desmistificando essa situação e não deixando mais aberto e claro nessa situação (Berli, 2024).

Desta forma, as intenções voltadas ao caráter religioso da comunidade evangélica, aos poucos foram suplantados pela visão empresarial, que passou a gerenciar o empreendimento como uma empresa normal, oferecendo seus serviços ao amplo espectro da sociedade londrinense.

Para Santos (2012a), formas, funções e estruturas devem ser acrescidos da categoria processo e consideradas concomitantemente com o fator tempo, neste sentido, o Cemitério Parque das Oliveiras se apresenta como um elemento da paisagem urbana de Londrina que passou por diversas transformações quanto à sua destinação, mantendo, no entanto, a essência de suas formas, posto se tratar de um fixo urbano.

Pensado como uma necrópole por uma entidade católica *Hominus Christi*, foi adquirido por uma comunidade evangélica, na busca do atendimento aos anseios desta doutrina cristã e, por questões puramente comerciais, passou a atender todos os matizes religiosos da sociedade londrinense.

Carvalho (2012) aponta que os cemitérios de modelo parque ou jardim são oriundos dos Estados Unidos da América e das religiões protestantes e têm por finalidade a busca de igualdade entre os homens. Tais afirmações vem ao encontro do que Berli (2024) aponta em relação aos ideais da AEBEL, no sentido de sua ideia inicial, oferecer um cemitério que correspondesse aos anseios da comunidade evangélica de Londrina.

Ocupando uma área de 2 hectares e meio, o Cemitério Parque das Oliveiras, segundo Berli (2024) apresenta os seguintes números de ocupação. “Diante dos dois hectares, a ocupação, já foram ocupados 9.382 aproximadamente sepultamentos. Jazigos nós temos ali em torno de 4.500, mais ou menos, jazigos. Ainda temos uma área a ser construída ainda”.

Berli informa que são realizados, em média, 25 sepultamentos por mês no Parque das Oliveiras, mas alerta que este número médio, pode ser muito variável se forem levados em conta os dados dos meses isoladamente.

Questionado sobre o caráter que assume a propriedade do jazigo no Cemitério Parque das Oliveiras, Berli define como “concessão de uso” a comercialização do jazigo, e não como propriedade perpétua, conforme segue:

Anteriormente, no município, você atendia a questão perpétua. O perpétuo, você entende, ele fica para a sua família, independente da situação. Perpétuo significa isso. Você tem um espaço perpétuo, você perpetua aquele espaço. É seu, só que ele é uma seção de direito de uso. Então, quer dizer, ele não é permanente para você. Então, se mudou esse critério perpétuo, depois que a Autarquia Municipal começou a cobrar manutenção, e aqui sempre houve manutenção, já deixou-se de lado esse perpétuo. Porque, na verdade, ele atende o quê? Seus descendentes atendem, você e sua família. Mas hoje você pode vender esse jazigo também para um terceiro e atender a sua família. Então, o perpétuo já não existe mais, porque na Autarquia o que acontece? Aqui também acontece muito também. Você compra um jazigo, você entende que ele é seu, mas é uma seção de direito de uso. Então, sua família vai fazer direito de uso até enquanto você tiver pagado a manutenção. Após isso, você pode vender também, se você quiser, fica a seu critério. Mas no momento que acabou aquela geração, aí entende o quê? Essa perpetuidade já não existe mais. Então, ele pode ser vendido novamente ou retomado, que seja nesse sentido. Com a permissão da família também. O que daí acontece? Ou a família pode transferir para cima e continuar pagando manutenção. Porque daí vira um comércio. No município não se vende, é eles mesmos que vendem. Por isso que é essa questão perpétua. Ele vai até o domínio da sua família. Se você tem sua esposa, seu filho, então fica. Você comprou, o Danilo comprou um jazigo. Vocês são em quatro na família. Beleza, tranquilo. Aí fica os netos, assim na sequência vai incidindo até vocês continuarem pagando manutenção. (Berli, 2024)

Sobre a oferta de jazigos para comercialização, Berli detalha os tipos de jazigos e a forma como são orientadas as inumações, as regras de utilização e detalhes do funcionamento do cemitério.

Hoje ele é padrão. Todos com três gavetas, com entrada superior, que é laje lá em cima com as tampas. Mas aqui no Parque das Oliveiras a gente trabalha também com jazigos seis gavetas. E jazigos com área de serviço que são os conjugados. São áreas de serviço central que há essa possibilidade de você fazer um sepultamento sem ter que fazer uma exumação. Você ocupa todas as gavetas conforme vai a necessidade do cliente. Sai um, entra outro. Sai um, entra outro. O superior já é diferente. O padrão hoje atual acontece. Se sepultou um, você continua com duas gavetas livres. Só que daí você não se obriga a fazer com três anos de exumação. Mas que você acaba podendo perder essa questão da disponibilidade das gavetas. Porque se você não faz exumação no tempo adequado, você só vai enchendo as gavetas e não vai tendo a rotatividade. Então você, na verdade, se obriga. É voluntariamente assim. A gente não obriga o cliente a fazer. Nós explicamos ao cliente que tem que fazer a exumação. Se não fizer ele corre esse risco de ficar sem gaveta. Então aqui esse giro acontece nesse estilo padrão hoje. Que hoje acontece na maioria dos municípios. Tanto no Allamandas, no Saudade. Apesar que tem umas diferenças entre um e outro. Porque aqui é estilo parque. Tanto que praticamente aqui foi o pioneiro nesse estilo parque na região. É, acho que é um dos únicos. Acho que tem em Maringá. Maringá, mas aqui foi o início. Aqui foi o primeiro. Hoje acho que tem em Maringá e o Parque das Allamandas. Não é muito comum. Não é cultural. Nossa cultura é esse cemitério horizontal. Cemitério horizontal e bem acima da terra. Com capela. (Berli, 2024)

Em relação aos valores praticados pelos jazigos e as regras para aquisição, Berli explica que:

Hoje o padrão preventivamente ele custa R\$10.200,00. Esse na forma preventiva. Na forma que a gente fala que é para uso na hora é R\$15.000,00 e R\$16.000,00. É uma aquisição. Facilita também. Não tem distinção. A gente faz uma venda por CPF. Por conta até do espaço e tudo mais. Porque já não abrange tanto assim. De repente, comercialmente falando, você não pode comprar dois, três, quatro jazigos. O que você vai fazer com esses jazigos? Você vai revender ou não vai? Enquanto no início existia isso por causa do loteamento. Hoje não. É padrão, é para todo mundo. O que indica é só a diferença de ser preventivo. Quando você não tem necessidade de óbito. E a outra é necessidade do óbito. Quando é para usar no momento. A localização é onde eu estiver. Mas não há diferenciação de valor em relação a localização. (Berli, 2024)

A taxa de manutenção praticada pelo cemitério é de R\$500,00 semestrais, quanto ao prazo de inadimplência que acarretaria sanções ao concessionário e possibilidade de retomada do jazigo, o entrevistado preferiu não responder ao questionamento (Berli, 2024).

Berli informa ainda que o Cemitério Parque das Oliveiras dispõe de uma estrutura completa com capelas de velórios, sanitários, amplo saguão, estacionamento, serviço de copa, que o cemitério permite a manifestação das diferentes religiões, tendo um tradicional cruzeiro das almas em seu interior.

Nós não fazemos... como é que eu vou usar a palavra? Diferenciação religiosa. Temos o cruzeiro também ali, como qualquer outro local, podemos acender vela aqui. Há locais que não pode, porque aqui é parque, mas nós temos os vasos de barro. Podem ser usados também. Aqui ainda é um dos lugares que ainda é permitido, no estilo parque, acender vela. Em outros locais não é permitido, tanto pelo cuidado até da grama também. Mas aqui as pessoas podem vir de várias religiões. Temos candomblé, temos a maçonaria, temos os evangélicos, católicos. Aqui não fazemos distinção. A pessoa pode fazer seu culto ali, a sua homenagem ali, uma manifestação cultural da melhor forma possível. A gente não interfere, desde que seja num espaço determinado ali, no local de onde é a sepultura. Não é permitido, por exemplo, fazer hoje cultos, ou seja, celebrações religiosas, no espaço, sem a permissão. Ela é individualizada, vamos dizer assim. Pode manifestar ali dentro da sua sepultura. Isso, mas assim, no geral, aqui no local, a manifestação seria lá no cruzeiro, acendendo vela e tal. Como você falou, há culturas nipônicas que colocam alimentos e tal, só que nós seguimos o regimento interno. Então tem algumas regrinhas que acabam sendo infringidas, que não podem. Então a gente acaba ficando muito nessa situação (Berli, 2024).

Por fim, reitera a exigência do Cemitério no cumprimento do regimento interno, que dentre outras coisas, define que não se pode entrar no cemitério com animais de estimação, até mesmo para impedir riscos de ataques de cães ou outros animais a outros visitantes que estejam circulando pelas dependências do cemitério, e, não menos importante, pelas questões da manutenção do gramado em perfeitas condições.

Foi a primeira necrópole de tipo jardim em toda a região norte do Paraná, sendo, até os idos de 2010, a única necrópole do tipo em Londrina, até o início das atividades do Cemitério Parque das Allamandas.

Em 1968, de acordo com a Lei 1439/68 que criava o Cemitério Municipal Padre Anchieta, a cidade de Londrina receberia mais uma necrópole como resposta ao esgotamento do Cemitério São Pedro para fazer frente ao acelerado crescimento da população.

Desta vez, contemplando a zona leste da cidade, onde havia terreno amplo para a implantação do equipamento e, para uma das direções de maior expansão populacional e urbana (Londrina, 1968).

Em decorrência da expansão territorial, e do aumento da população, vivida por Londrina na década de 1960, houve a necessidade de construção de novos cemitérios em terrenos afastados do centro para atender à população da periferia. Este foi o caso do Cemitério Padre Anchieta (...), inaugurado pela Prefeitura do Município de Londrina, em 31 de dezembro de 1968 – na Rua Rutilo, nº 200, no Jardim Ideal – com a presença do Arcebispo Dom Geraldo Fernandes e do prefeito José Hosken de Novaes (1963-1969) (Unfried, 2016, p. 109).

A Prefeitura de Londrina, para a execução da obra, aproveitou em parte os trabalhos de projeto do recém-inaugurado Cemitério Papa João XXIII, sendo feitos apenas ajustes em função do terreno, de forma a reduzir custos e dar celeridade ao processo de construção da necrópole. “O responsável pela obra foi o arquiteto urbanista Hirak Ohara (...) o projeto do Cemitério Padre Anchieta foi baseado no projeto elaborado pelo engenheiro Luiz César para a construção do Cemitério João XXIII” (Unfried, 2016, p. 110).

Ainda segundo Unfried (2016, p. 110), foram necessárias diversas adequações no sistema de escoamento pluvial do Cemitério Padre Anchieta pouco tempo após sua inauguração, visto que chuvas torrenciais fizeram grandes estragos e destruíram sepulturas, desenterrando caixões e causando transtorno e revolta às famílias.

O Cemitério Padre Anchieta (Foto 6), segundo dados fornecidos pela ACESF, ocupa uma área de 48.585 metros quadrados, com 6.365 jazigos, uma média de 42 inumações mensais, tendo, até 31 de maio de 2022, recebido 31.235 sepultamentos.

Foi realizada, no dia 05 de janeiro de 2025, entrevista com o servidor do quadro próprio da ACESF há 11 anos, Washington Luiz de Freitas, lotado no Cemitério Padre Anchieta (Fotos 7 e 8), nas dependências da necrópole, onde foram levantadas algumas informações salutaras.

Freitas informa que o Cemitério padre Anchieta já possuiu ossuário, mas que por necessidade de aproveitamento melhor do espaço, parte do ossuário foi transferido para cemitérios distritais e a maior parte para o ossuário do Cemitério Jardim da Saudade, que acabou por concentrar a destinação dos restos mortais exumados em sua maioria.

Foto 6: Vista parcial da entrada do Cemitério Municipal Padre Anchieta.



Fonte: Registro fotográfico feito pelo autor, 2025.

Foto 7: Vista parcial do Cemitério Municipal Padre Anchieta.



Fonte: Registro fotográfico feito pelo autor, 2025.

Informa que no Padre Anchieta, a exumação de restos mortais para novos sepultamentos é praticamente uma regra, tendo em vista o completo esgotamento das áreas livres, sendo o cemitério formado apenas por jazigos já em uso, assim, se faz necessária a liberação da cova para a nova inumação.

Foto 8: Vista parcial do Cemitério Municipal Padre Anchieta, em primeiro plano o “Cruzeiro das Almas”.



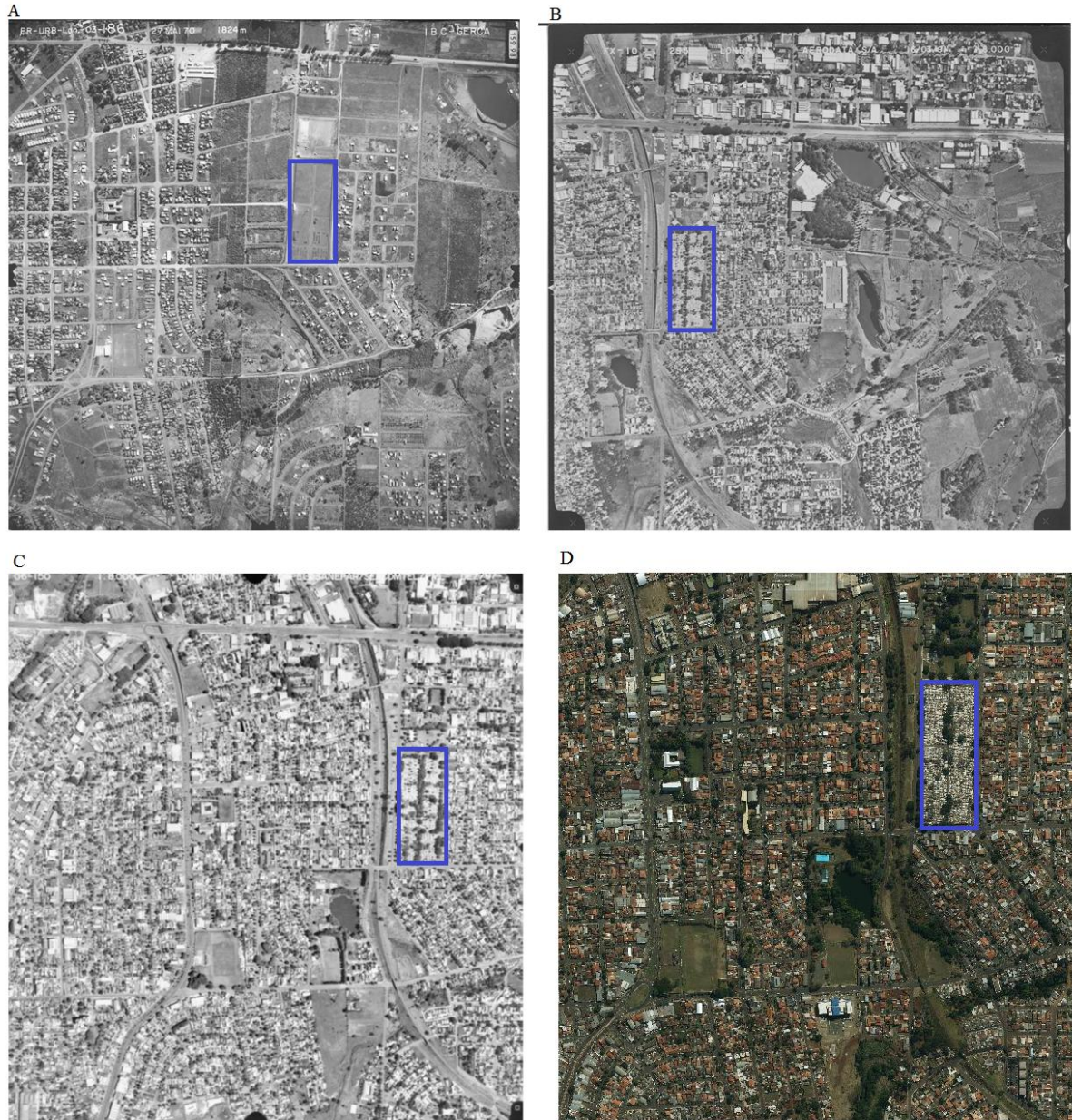
Fonte: Registro fotográfico feito pelo autor, 2025.

Conforme pode ser visto na foto oriunda do estudo aerofotogramétrico de Londrina (Figura 11), realizado em 1970, o Cemitério Padre Anchieta estava circundado praticamente por vazios urbanos, e sua ocupação interna era mínima, nas imagens dos estudos aerofotogramétricos de 1991 e 1997 a situação, tanto da ocupação interna, quanto do entorno é completamente contrária, estando a necrópole ladeada em todas as suas faces por usos residenciais e a ocupação intensa de sua área interna por jazigos. Na imagem de satélite de 2023, pode-se acrescentar a completa ocupação da área do cemitério, que encontra-se com capacidade esgotada.

Na comparação entre as fotos “A” e “B” da figura 11, pode-se verificar que entre 1970 e 1991, e, mesmo nos anos seguintes, o Cemitério Padre Anchieta não foi ampliado, tendo vencido a vontade popular.

Observa-se, no entanto que, em 1970, o cemitério estava em uma área urbana, mas com presença considerável de vazios, já a partir de 1991, a necrópole ocupa uma localidade residencial completamente habitada. Outro aspecto a considerar é a ocupação interna do cemitério, que em 1970 era muito parca e em 1991, completa.

Figura 11: Evolução da ocupação do entorno e da estrutura interna do Cemitério Padre Anchieta entre 1970 e 2023.



Observações:

Em azul, o Cemitério Padre Anchieta.

A: Estudo Aerofotogramétrico de Londrina em 1970, observar que o entorno do Cemitério Padre Anchieta é já urbanizado, mas pouco habitado, sendo a necrópole basicamente circundada por vazios urbanos. Observa-se ainda que a estrutura da necrópole está praticamente vazia.

B: Estudo Aerofotogramétrico de Londrina em 1991, nota-se ocupação urbana em todo o entorno do cemitério, e a área interna já bastante utilizada;

C: Estudo Aerofotogramétrico de Londrina em 1997, nota-se ocupação urbana em todo o entorno do cemitério, e a área interna do cemitério praticamente toda utilizada por túmulos;

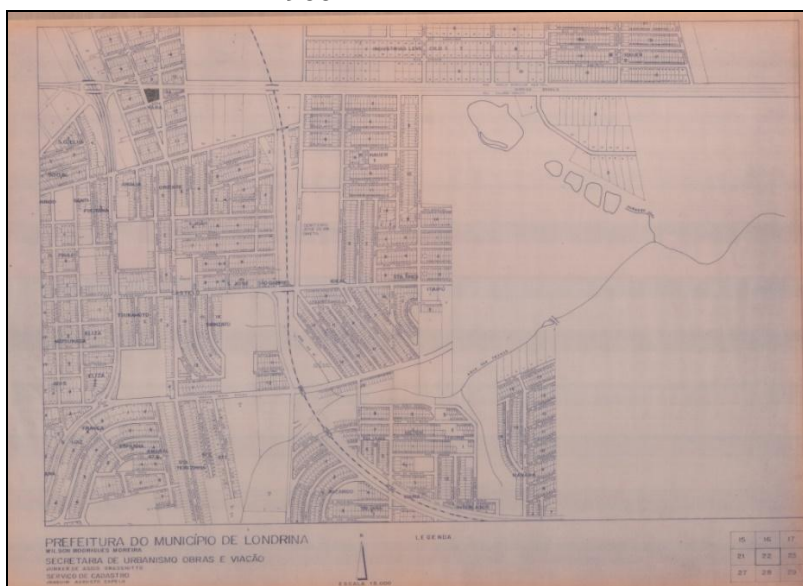
D: Foto de Satélite de 2023, nota-se densa ocupação urbana em todo o entorno do cemitério, e a área interna da necrópole está completamente utilizada, o Cemitério Padre Anchieta tem sua capacidade esgotada, restrita apenas a familiares de proprietários de jazigos.

Fonte: Imagens A, B e C – IPPUL; Imagem D – Siglon (organizado pelo autor).

No já no distante ano de 1982, apenas quatorze anos após a inauguração do Cemitério Padre Anchieta e dezoito anos após a inauguração do Cemitério Papa João XXIII, Londrina enfrentava novamente o problema de esgotamento das necrópoles urbanas.

O assunto se tornou fonte de muitas discussões e de considerável impacto na população, sobretudo na das adjacências do Cemitério Padre Anchieta (Figura 12).

Figura 12: Planta do bairro Jardim Ideal e adjacências, realizada no ano de 1988.



Fonte: NDPH-UEL.

Para compreender este rápido esgotamento do sistema de cemitérios urbanos da cidade de Londrina já no início dos anos 1980, é importante compreender que, segundo o Censo Demográfico do IBGE, no ano de 1970 Londrina tinha 163.871 habitantes urbanos. Segundo o Censo Demográfico de 1980, sua população urbana passou a ser de 267.102. Em dez anos a população urbana aumentara em 103.231 habitantes, um crescimento de 63% em relação a 1970. Diante deste grande salto no número de habitantes urbanos o esgotamento dos cemitérios fica justificado.

Diante deste quadro, o então prefeito José Antônio Del Ciel buscou alternativas ágeis para criar espaço nos cemitérios existentes e evitar o colapso do sistema à época, até que um novo cemitério pudesse ser construído, o que ocorreria em 1984. Porém, enfrentou forte oposição e um grupo de moradores do entorno da necrópole, conforme fora noticiado no Jornal Folha de Londrina, na edição de 23 junho de 1982 (Figura 13):

Figura 13: Reportagem que discute a decisão do executivo municipal em ampliar o Cemitério Padre Anchieta e a contestação da medida pela população local.



Fonte: NDPH-UEL.

Ocupando um terreno de aproximadamente 55.000 metros quadrados, o Cemitério Municipal Padre Anchieta é de grande importância para o sistema de necrópoles da cidade de Londrina, bastante amplo, durante longo período cumpriu a função de fornecer terrenos em concessão perpétua aos munícipes. Na página anterior, planta do Jardim Ideal (zona leste de Londrina) e adjacências (Figura 12), produzida em um estudo realizado pela Secretaria de Obras e Viação, no ano de 1988, em que se pode observar a área e disposição da necrópole em relação ao bairro.

Os anos 1980 chegaram com grandes desafios à administração municipal de Londrina, aumento populacional, expansão urbana, esgotamento dos cemitérios e todos os demais problemas de infraestrutura que a demanda populacional poderia causar.

4.3 A SEGUNDA FASE DE EXPANSÃO DOS ESPAÇOS CEMITERIAIS: OS ANOS 1980 E OS CEMITÉRIOS JARDIM DA SAUDADE, SÃO PAULO E ISLÂMICO

O processo de modernização e mecanização agrícola, aliado às fortes geadas, sobretudo a geada negra de 1975, deflagrou o declínio rápido da cultura cafeeira no município. A substituição do cultivo de café por culturas como milho, trigo e soja, de manejo mecanizado, expulsou uma grande quantidade de pessoas antes empregadas na zona rural que migraram para

o espaço urbano. Estes migrantes eram em sua maioria muito pobres e enfrentariam dificuldades em se realocarem no mercado de trabalho urbano, o que pressionou a expansão urbana e a formação de bolsões de pobreza, favelas e bairros muito pobres e sem infraestrutura.

Conforme aponta Candoti (2013, p. 7) a superprodução de café as geadas ocasionaram forte êxodo rural, as transformações do campo reduziram o emprego de mão de obra levando famílias inteiras para as áreas urbanas em busca de trabalho, contribuindo para as ocupações irregulares em Londrina.

O processo de substituição da cafeicultura por lavouras temporárias mecanizadas reduziu a proporção de mão de obra rural em toda a região. A combinação entre novas formas de cultivar o café, o aumento do uso de insumos industriais e a redução da prática das culturas intercalares afetaram as relações de produção na cafeicultura. Em virtude da desestruturação das relações de produção na cafeicultura, da redução da área plantada com café e da expansão das lavouras temporárias mecanizadas, formou-se uma numerosa população excedente que, desalojada dos sítios e fazendas, migrou para os centros urbanos e para outras áreas de fronteira agrícola (Oliveira, 2011, p. 78).

Tais desafios gerados pelo declínio do café e a modernização da agricultura, bem como os avanços tecnológicos cada vez mais intensos e rápidos a partir da década de 1970, formaram, conforme aponta Resende (2010, p. 181), um tecido urbano descontínuo e espreado (Figura 14), que se estendia para muito além das áreas delimitadas pelo Plano Diretor de 1968, levando as vertentes direitas dos ribeirões Jacutinga e Cambé a uma ocupação aleatória e desordenada, carente de infraestrutura urbana.

Os fatores mencionados, relacionados às transformações no meio rural, foram determinantes para a expansão da cidade em direção à zona norte e para o impactante papel que o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), BNH e Companhia de Habitação de Londrina (COHAB/LD) tiveram no processo de construção dos conjuntos habitacionais, que abrigaram este adensamento populacional intenso entre as décadas de 1960 e 1980.

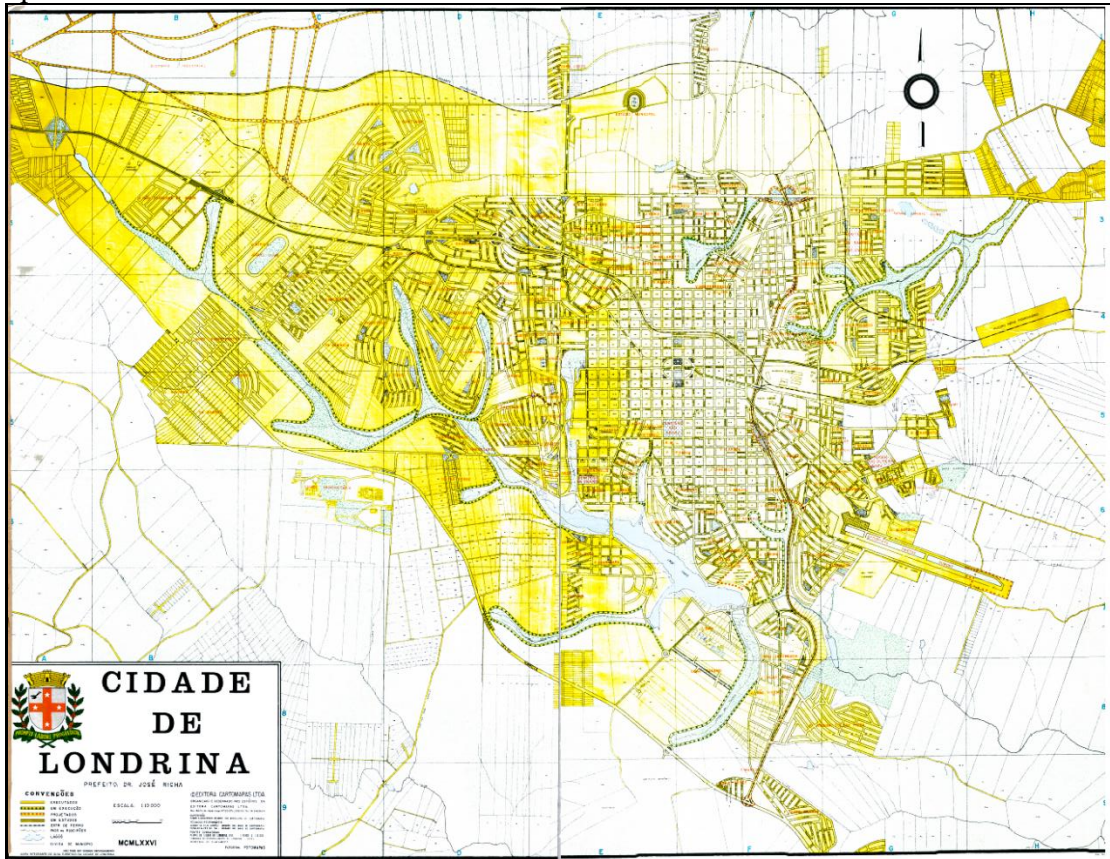
Nos anos de 1980, a expansão urbana de Londrina ganhou novo salto quantitativo e qualitativo. O crescimento demográfico prosseguiu em ritmo elevado como resultado da continuidade do processo migratório imposto pela seqüência das transformações agropecuárias, tanto em nível municipal como regional (Fresca, 2002, p. 247).

A nova política habitacional promovida pelo BNH se refletiu em Londrina com a criação do Fundo Municipal de Assistência para a Casa Própria e posteriormente a criação da COHAB/LD ainda no final da década de 1960. (Silva, 2002, p. 39)

É neste contexto que foram implantados os conjuntos habitacionais da Zona Norte de Londrina. No início, a localização dos conjuntos, distante da área urbana contínua, gerou uma área de tamanho considerável ocupada por usos não urbanos, inclusive alguns sítios

onde ainda estava presente o cultivo do café. Estes espaços, ainda não funcionalmente integradas à malha urbana, acentuaram a especulação imobiliária e o rápido avanço da urbanização na direção da Zona Norte da cidade. Muitos loteamentos foram criados nessa área a partir dos anos 1980.

Figura 14: Londrina 1976, expansão ainda predominante nas zonas leste, oeste e sul do quadrilátero inicial.



Fonte: Arquivo Público de Londrina.

Surgem os núcleos habitacionais construídos pela COHAB (Companhia de Habitação de Londrina), voltados às camadas mais necessitadas da população, os conjuntos habitacionais futuros se transformaram em uma quase outra cidade. Deve-se sublinhar que, quando os conjuntos habitacionais foram dispostos em áreas distantes, havia no núcleo da cidade de Londrina cerca de 60% de seus lotes ainda vazios. Além de criar problemas de infra-estrutura, possibilitou-se através desta iniciativa, a valorização imobiliária de “vazios urbanos” (Castelnou, 2002, p. 126).

Diante do exposto sobre as características da expansão da cidade de Londrina em direção ao Norte, fica evidente que a pressão da expansão populacional para a zona norte da cidade foi acentuada. Esse processo implicou na necessidade cada vez maior de equipamentos urbanos e disponibilidade de serviços públicos diversos. Sendo o cemitério um equipamento público essencial para o funcionamento da cidade e, diante da taxa elevada de

crescimento da cidade de Londrina, o esgotamento dos cemitérios existentes no início da década de 1980 tornou-se novamente um fator de preocupação para a administração pública municipal.

Na figura 15 uma reportagem do Jornal Folha de Londrina, veiculada em 23 de outubro de 1982, aponta a grave situação de esgotamento das necrópoles londrinenses no período. Na reportagem, trata-se de otimização do espaço dos cemitérios, sobretudo o Padre Anchieta, com a sobreposição de carneiras para permitir novos sepultamentos, o aproveitamento de todo espaço livre também foi um recurso e a busca por uma resolução de caráter mais duradouro já era fonte de estudos, sendo implementada apenas em 1984.

Em abril de 1983 a ACESF solicitou à Secretaria de Planejamento um estudo com a finalidade de estabelecer parâmetros para a instalação de um novo cemitério público municipal urbano. “É urgente a necessidade de novos espaços, o que só pode ocorrer com a obtenção de novo local, dada a falta de área em porção significativa junto aos existentes, para ampliação” (Londrina, 1983, p. 2).

O principal parâmetro utilizado pelo referido estudo foi o da direção do crescimento e adensamento populacional da cidade, o que ocorria, no período, na direção oeste e norte, sendo, portanto, definido que o novo cemitério deveria atender uma destas zonas, conforme segue:

Os quatro Cemitérios num total de 7 alqueires têm atendido a cidade até aqui. A localização dos mesmos, todavia, não mais satisfaz plenamente, uma vez que a cidade cresceu mais para oeste e depois para o norte, a partir de 1970. Um novo Cemitério, necessário para suprir as necessidades da atual década, pelo menos; pode ser localizado de forma a também atender a esse requisito (Londrina, 1983, p. 5).

Deste ponto de vista apresentado já no início do estudo da Secretaria de Planejamento, pode-se observar que a pressão por serviços e equipamentos públicos nas áreas de grande expansão urbana se fazia como forte preocupação para a Secretaria e para a ACESF, de forma a que se prestabelecia um critério a ser corroborado por questões relacionadas aos dados demográficos (Figura 16).

É sabido que a mortalidade é função de uma série enorme de fatores, mas fundamentalmente o número de óbitos é função direta do número de habitantes. Entretanto, a relação número de óbitos, por número de habitantes não é constante nem uniforme ao longo do tempo. Um planejamento a médio prazo necessita, todavia, de um número aceitável como previsão para o projeto físico do cemitério (Londrina, 1983, p. 5).

Desta forma, partiu-se de um pressuposto estatístico que estimaria o aumento do número de óbitos na cidade de Londrina tendo por base a taxa de crescimento populacional desde a década de 1960 até o período do estudo, ao que se verificou que o número de óbitos se

mostrava proporcional ao crescimento demográfico. “A média do período 1966 a 1976 é de 2.433. No entanto, a média de 1970 a 1980 é de 2.527. Já a média no período mais recente, ou seja, de 1972 a 1982, é de 2.608” (Londrina, 1983, p. 6).

Figura 15: Matéria do Jornal Folha de Londrina retratando os recursos utilizados para a realização das inumações em 1982, um período em que houve esgotamento do sistema de necrópoles de Londrina.

**Racionalização do espaço:
o “segredo” dos enterros**

23 OUT 1982

Poucos meses antes de deixar o cargo, o ex-diretor superintendente da Acesf – Autarquia de Cemitérios e Serviços Funerários, Nephthaly Triandade, fazia uma declaração, que encontrou repercussão em toda a imprensa nacional: “Londrina não tem mais lugar para enterrar seus mortos”. Passado mais de meio ano após essa afirmação, e com a rejeição de um plano do Executivo de ampliar a área dos cemitérios João XXIII e Padre Anchieta (a população protestou, fazendo o prefeito acatar sua determinação), fica no ar uma pergunta: e os mortos de Londrina, não estão sendo enterrados ou simplesmente ninguém morreu nestes últimos meses?

Não, os mortos ainda encontram espaços nos cemitérios, da mesma forma como a média de funerais por mês continua inalterada, responde o atual diretor-superintendente da Acesf, Jayter Cortez. “A situação está sob controle” – garante ele – explicando a “fórmula mágica”: o uso racional de todo e qualquer pedaço de terra ainda existente nos cemitérios da zona urbana. Menos no São Pedro, onde a capacidade de ocupação está esgotada praticamente há 8 anos, com a venda “in perpetuum” de todos os terrenos existentes.

CEMITÉRIO À VISTA

Sempre cauteloso em comentar a situação precária dos cemitérios de Londrina, Jayter Cortez adianta, embora sem fornecer maiores detalhes, que sua autarquia, auxiliada por técnicos da Prefeitura, está fazendo um levantamento para adquirir uma extensa área que venha a ser aproveitada como futuro cemitério. “Não quero provocar uma especulação imobiliária”, alega ele para justificar sua reserva, observando porém que este terreno não pode ser muito distante do centro da cidade, ao mesmo tempo que deve apresentar o solo regular, sem declives, para facilitar a construção de carneiras e a circulação de veículos fúnebres e de pedestres.

Mas enquanto este plano não se concretizar, a Acesf pretende “ir quebranco o galho”, provisoriamente. Para isto, vários maquetes já foram planejadas, alguns deles em execução. No cemitério Padre Anchieta, por exemplo, até ruas para circulação de pedestres foram remarcadas, e nelas cavadas várias covas, com uso determinado para, no máximo, 5 anos.

A partir deste prazo, se houver lugar e se a família do morto dispor de recursos, os ossos serão transferidos para um jazigo definitivo. Senão, vão acabar mesmo no ossário, isto é, uma vala onde são depositados os ossos antes enterrados em covas provisórias, no caso de as famílias responsáveis por eles não se interessarem por um local definitivo. (Quando o jazigo não é adquirido pela família, a Acesf determina que o corpo fique numa cova provisória por 5 anos; a partir disto, é necessária a aquisição daquela ou outra cova para a permanência ou transferência dos ossos; se a família, depois de notificada, não der notícias, os ossos são removidos para um ossário comum – e, esta regra é válida para qualquer cemitério).

JAZIGOS COLETIVOS

Outra maneira que a Acesf vem encontrando para contornar



Carneiras superpostas: o plano para o cemitério João XXIII

a situação – segundo seu diretor-superintendente – tem sido a construção de jazigos coletivos, por enquanto apenas no Padre Anchieta. A custos mais baratos, praticamente a metade do preço (hoje em Cr\$ 32 mil, o comum), estes jazigos coletivos têm a vantagem de proporcionar maior racionalidade no uso do solo, permitindo que mais corpos sejam enterrados no mesmo espaço que seria preenchido por apenas um.

“Esta ideia parece que encontrou aceitação por parte da população, pois já vendemos vários desses jazigos coletivos” – afirma Jayter Cortez.

Algo similar está sendo projetado também para o cemitério João XXIII: ali – e por enquanto é apenas ideia – pretende-se construir carneiras superpostas, isto é, a construção de nova carneira sobre outra já existente e ocupada, obedecendo aos mesmos padrões existentes. Isto – de acordo com o diretor da Acesf – permite praticamente a duplicação da atual capacidade daquele cemitério.

Independente disto, está se iniciando a construção de mais 50

carneiras ali, no estilo comum, na área até há pouco ocupada por corpos de crianças, cujo prazo de permanência já expirou. No Cemitério João XXIII existem 2.500 carneiras, das quais apenas 7 estão disponíveis para venda, a um custo, somado com o do terreno, de aproximadamente Cr\$ 58 mil, parceláveis em quatro pagamentos bimestrais, com juros insignificantes.

NICHOS PARA OSSOS

Outra proposta também está sendo apreciada – conforme Jayter Cortez. A Acesf se propõe a construir nichos para ossos, que seriam instalados junto aos muros dos cemitérios (neste caso, João XXIII tem o único da zona urbana que não teria esta melhoria, porque é demarcado por uma cerca viva).

Estes nichos – pequenas caixas de concreto – receberiam os ossos após o término do prazo de 5 anos, dispensando, assim, a família do defunto de ter gastos elevados para esta finalidade. “O nicho seria comercializado a preços módicos, além de ocupar uma área ociosa” – observa o diretor-superintendente.

PROJETO ANISTIA

Por outro lado, Jayter Cortez informa que a Câmara está apreciando um projeto de lei, que será votado em terceira discussão nos próximos dias, anistando o pagamento das taxas de transferência de jazigos comprados de terceiros, por um período de 90 dias, após a aprovação do decreto.

Esta medida, segundo ele, visa coibir abusos na comercialização de terrenos, principalmente no Cemitério São Pedro – ainda o mais procurado, apesar de sua superlotação – onde a unidade, dependendo do poder aquisitivo do interessado, chega a ser vendida a Cr\$ 1 milhão, quando o preço estipulado pela Acesf é de Cr\$ 117 mil.

E foi lá que recentemente um pedreiro foi envolvido numa negociação dubia: de posse de uma procuração falsa, uma mulher revendeu o terreno para um terceiro, sem que o proprietário ficasse sabendo. Ou melhor, ficou sabendo somente depois que os restos de sua esposa foram removidos do local original.

Se o projeto encaminhado à Câmara for aprovado, espera o diretor da Acesf que seja solucionada a situação irregular de muitas procurações inválidas ou irregulares. Ou simplesmente decreto, a procuração, por não mais incidir a taxa de transferência – o que vinha incentivando a emissão de procurações.

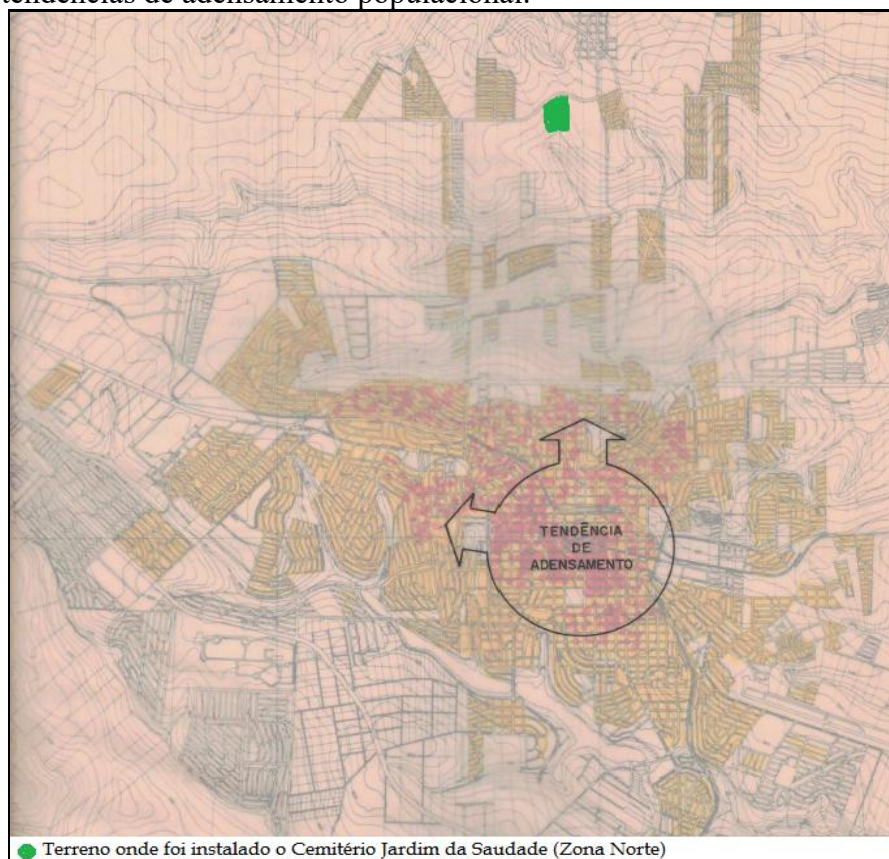
Lembra ainda Jayter Cortez que, com a mesma finalidade, está em vigor o decreto 577, aprovado em agosto de 1980, reduzindo do valor total do terreno, o que equivale a aproximadamente Cr\$ 40 mil – para 5 por cento. Mas neste item estão incluídos apenas os ascendentes ou descendentes até terceiro grau, do defunto.

RICHA ALVARO E MACEDO No PMDB você sabe porque

Fonte: NDPH-UUEL.

Vale ressaltar que, se há a questão do adensamento populacional para a definição da instalação de um novo cemitério em Londrina em meados dos anos 1980, este, diante do rápido crescimento populacional, precisaria ter proporções grandes, maiores do que os outros anteriormente instalados, para que não houvesse um rápido esgotamento de sua capacidade. Não menos importante, seria necessário que tivesse um custo razoavelmente baixo, em decorrência da zona em expansão abrigar majoritariamente famílias de baixa renda oriundas dos processos de êxodo rural e proletarização já analisados.

Figura 16: Planta urbana parcial de Londrina em 1983, com tendências de adensamento populacional.



Considerações: Em verde, o terreno onde foi instalado o Cemitério Jardim da Saudade em 1984.

Fonte: Londrina (1983, p. 3), adaptado pelo autor.

É neste ponto que se firmou a decisão para a definição da localização da nova necrópole, obedecendo os critérios de adensamento demográfico, entre a zona oeste e a zona norte, optou-se pela última, tendo em vista a disponibilidade de um terreno amplo com menor custo, que permitiria que os terrenos e jazigos fossem disponibilizados à concessão por valores menores e mais condizentes com a faixa de renda da população local.

Na reportagem veiculada no Jornal Folha de Londrina em 23 de novembro de 1983 (Figura 17), Wilson Battini, então diretor superintendente da ACESF explicou os motivos pelos quais o terreno hoje ocupado pelo Cemitério Jardim da Saudade foi instalado, de modo muito franco, expôs que o tamanho do terreno, o menor custo em relação a outros terrenos na zona oeste e a tendência de crescimento populacional predominante ao norte foram determinantes para a escolha. Na reportagem, ainda se discutiam elementos e decisões acerca do que viria ser o novo cemitério na zona norte, o assunto despertava interesse em face da urgência.

Figura 17: Entrevista do diretor superintendente da ACESF, Wilson Battini, para o Jornal Folha de Londrina, detalhando a decisão de implantar o novo cemitério na zona norte de Londrina.

Londrina, quarta-feira, 23/11/83 - pág. 4 LONDRINA

No próximo ano, um novo cemitério para a cidade

Onde hoje existe uma promissora plantação de soja, na região Norte da cidade, começará a ser construído no início do próximo ano um cemitério público. Ele deverá resolver o problema imediato da Acesf, que enfrenta a superlotação de seus cemitérios São Pedro, Anchieta, e João XXIII.

Até março de 84 a autarquia já deverá ter começado a terraplenagem e o cercamento dos 5 alqueires da Gleba Jacutinga, próximos aos Cinco Conjuntos, e tão logo haja infra-estrutura mínima serão iniciadas as vendas de lotes e os sepultamentos em terra.

Vai levar muito tempo para que o novo cemitério seja totalmente ocupado. Na área reservada cabem nada menos que dois cemitérios São Pedro e o número de sepulturas podem chegar a 18 mil unidades — segundo explicou ontem o superintendente da Acesf, Wilson Battini. Cálculo feito com base na suposição de que serão sepulturas simples. "Se considerarmos que se pode ampliar uma sepultura tanto para baixo como para cima (os chamados sobrecarregados) vamos ver que a capacidade de aumento ainda mais" — acrescentou.

CUSTOS MENORES

O custo de cada jazigo deverá ser um pouco menor que nos cemitérios atualmente em funcionamento. Mas isto ainda é suposição de Battini, que disse se basear apenas em alguns princípios lógicos de economia. Segundo disse, a capacidade para abrigar um maior número de jazigos permite este barateamento.

Os custos também serão menores para a autarquia. Os planos para o novo cemitério incluem a instalação de um verdadeiro subscritório da Acesf, que deve oferecer desde serviços administrativos até a preparação de corpos para sepultamento. Isto fará com que as viaturas tenham de se deslocar

A Acesf já comprou 5 alqueires da Gleba Jacutinga, por Cr\$ 32 milhões, e deve resolver o problema imediato da superlotação dos três outros cemitérios públicos



Wilson Battini: "Foi escolhida a Zona Norte porque naquela região existe uma tendência maior a grandes concentrações populacionais"

menos em relação ao que acontece hoje. "São necessárias atualmente várias viagens para fazermos serviços funerários em bairros distantes" — comentou o superintendente.

Viaturas e funcionários — haverá novas contratações para o quadro da autarquia — ficarão sediados no próprio escritório do novo cemitério. E haverá também capelas ecumênicas para velórios, além dos serviços de vigilância e possivelmente de iluminação noturna que o órgão está começando a implantar nos demais cemitérios.

Cr\$ 32 MILHÕES

Para quem estranha investimento de tamanha envergadura, Battini responde que os recursos

provêm de economias da própria Acesf, que vem reduzindo seus gastos utilizando-se de artifícios que envolvem até mesmo o emprego de funcionários na confecção de urnas funerárias. A propósito, também está em planos a instalação de uma pequena marcenaria no novo cemitério.

De qualquer forma, os custos da nova obra impedirão que o órgão leve adiante outros projetos que tem no momento. Somente hoje Battini deverá passar às mãos do antigo proprietário do terreno Cr\$ 25 milhões. E se comprometerá a pagar mais Cr\$ 7 milhões daqui a 60 dias. Só o terreno, portanto, custará Cr\$ 32 milhões, que se somarão às despesas de terraplenagem, construção de muros e prédios, instalação de um portão e pavimentação de ruelas.

Estas despesas estavam calculadas em torno de Cr\$ 53 milhões em abril passado, quando a autarquia começou a estudar seriamente a idéia de um novo cemitério para a cidade. A comissão que cuidou do assunto — formada pelo vereador Alvaro Grotti e por dois técnicos das Secretarias do Patrimônio e Urbanismo — só conseguiu, entretanto, escolher o terreno nestas últimas semanas, quando os preços gerais de materiais de construção já estão bastante majorados.

POR QUE NA NORTE

Quando começaram os estudos, os técnicos definiram que o novo cemitério deveria ser implantado nas zonas Oeste ou Norte da cidade. Battini justificou que é nessas regiões que existe uma tendência maior a grandes concentrações populacionais. Critério que segue também preocupações econômicas — esclareceu. Nas áreas de maior densidade populacional há, por consequência, maior número de óbitos. São, portanto, regiões para onde haverá mais deslocamentos de viaturas.

Conforme Battini, seguindo-se o critério de tendência a densidade demográfica, também na zona Oeste foram procuradas áreas de possível instalação do futuro cemitério. Ocorre, entretanto, que os custos do alqueire naquela região estavam em torno dos Cr\$ 3 milhões, em abril passado. Na zona Norte, este valor caía para aproximadamente Cr\$ 2 milhões.

O superintendente negou que a Acesf tenha abandonado completamente a idéia de construir em Londrina cemitérios verticais. Idéia que chegou a causar grande polêmica, tempos atrás. Segundo disse, ainda nestes últimos dias um empresário local voltou a procurá-lo para falar de um projeto neste sentido. Battini pediu-lhe que fizesse um estudo detalhado da viabilidade econômica — conforme comentou ontem.

Fonte: NDPH-UUEL.

Partindo-se dos parâmetros aferidos pelo estudo preliminar da Secretaria de Planejamento, decidiu-se pela opção que corroborava com os fatores mais vantajosos, quais sejam, o menor custo e a perspectiva de adensamento populacional, assim, "O Cemitério Jardim da Saudade foi construído em 1984, no bojo do desenvolvimento da região norte da cidade de Londrina e do surgimento dos primeiros conjuntos habitacionais naquela região" (Silva, 2014, p. 103).

Como se viu anteriormente, a tendência de adensamento urbano é para oeste e para o norte. Temos, portanto, duas hipóteses de valores de terreno:

- A oeste da cidade, onde o valor médio da terra está em torno de Cr\$ 3.000.000,00 o alqueire;

- Ao norte, com valor médio de Cr\$ 2.000.000,00.

E o custo total por jazigo (terreno correspondente) seria:

Cemitério na região OESTE - Cr\$ 5.143,60

Cemitério na região NORTE - Cr\$ 4.692,60

(Londrina, p. 11, 1983).

Ainda com referência ao estudo preliminar que culminou com a instalação do Cemitério Jardim da Saudade na zona norte de Londrina, há que se ressaltar que a Secretaria de Planejamento houve por bem estipular outros critérios para a definição, além de localização e fatores econômicos, quais sejam:

Um local adequado para cemitério, deve apresentar algumas características mínimas, que levem a uma solução melhor e mais econômica. De acordo com o já exposto e em termos gerais seria adequado que o terreno fosse:

1 - Na região de "tendência" de adensamento e crescimento da cidade, ou seja, OESTE ou NORTE.

2 - Acesso fácil, por vias já existentes e trafegáveis a qualquer tempo.

3 - Isolada de residências, ou não divisada diretamente (muro a muro).

4 - Terreno pouco inclinado, de preferência de no mínimo 2m de profundidade.

5 - Área suficiente para o atendimento por um período mínimo de 5 anos

(Londrina, p. 10, 1983).

Do exposto, percebe-se que a acessibilidade e a estrutura viária das outras porções para a Avenida Saul Elkind foi também fator preponderante para a escolha do terreno, que, à época, figurava em meio a muitos terrenos vazios, por se tratar de uma quadra inteira, não ocorreu a formação de vizinhança com residências em situação de "muro a muro", mas a porção se desenvolveu durante estas quatro décadas e na atualidade o Cemitério Municipal Jardim da Saudade encontra-se ladeado de um hipermercado e de residências.

Em 12 de junho de 1984, através da Lei Municipal número 3688, a Câmara Municipal de Londrina, com a sanção do prefeito Wilson Gonçalves Moreira, estipulou o nome de Jardim da Saudade para o cemitério localizado à zona norte de Londrina, conforme fica expresso no artigo primeiro: "Art. 1º - Fica o Cemitério localizado na área norte da cidade, na região dos Cinco Conjuntos, denominado de 'Cemitério Jardim da Saudade'" (Londrina, 1984).

Após anos de discussões e celeumas acerca do esgotamento das necrópoles municipais urbanas de Londrina no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, em abril e junho de 1984, conforme a figura 18, a Folha de Londrina veiculava matérias detalhando o novo cemitério, recém-inaugurado, a forma como funcionaria e a intenção de tornar as sepulturas

mais baratas naquele momento, além de resolver por longo período o problema de espaço para inumações no distrito sede da cidade de Londrina

Figura 18: Reportagens da Folha de Londrina veiculadas respectivamente em 13 de abril e 20 de junho de 1984, informando a população sobre a recém-inaugurada necrópole, suas dimensões, características e funcionamento.

Londrina, sexta-feira, 13/4/84 - pág. 4

LONDRINA

ACESF constrói novo "cemitério"

Com cerca de 10 operários e uma máquina motoniveladora, a ACESF — Administração dos Cemitérios e Serviços Funerários de Londrina — iniciou ontem a limpeza e o nivelamento de cinco alqueires de terra localizados entre os Conjuntos Habitacionais Via Nogueira e Sebastião de Melo, a 14 quilômetros do centro da cidade. Neste local será construído o novo cemitério de Londrina, com capacidade para aproximadamente 40 mil sepulturas anuais.

Assim que forem concluídos os trabalhos de terraplenagem do terreno, técnicos da Secretaria de Obras da Prefeitura deverão iniciar os serviços topográficos dividindo a área em quatro partes.

CAPELA E HORTA

Segundo o superintendente da Autarquia, Wilson Battini, um quarto deste espaço (cerca 5 mil sepulturas) será ocupado dentro de aproximadamente três meses. Na primeira etapa do projeto deverão ser construídas uma capela ecumênica em estilo colonial, com toldado aparante; sala para serviços administrativos, jardim, Cruzeiro, além de pouco mais de 650 metros lineares de muro.

"Com esta área em funcionamento, estaremos criando espaço que, atualmente, quase não existe nos cemitérios da cidade, além de reduzirmos significativamente o custo dos sepultamentos. É também uma forma de viabilizarmos este tipo de serviço às camadas mais carentes da região dos Conjuntos, seja como o de maior densidade populacional" — frisou Battini.

As demais áreas do cemitério, que de início permanecerão ociosas, Battini pretende aproveitar com o plantio de verduras e legumes, para benefício dos próprios funcionários da ACESF. Uma outra parte deverá receber o plantio de várias espécies de flores e folhagens, que serão utilizadas nos funerais realizados pela autarquia.

Estes cinco alqueires foram adquiridos recentemente de um membro da família Malaguido, ao preço de Cr\$ 32 milhões, pagos à vista. "Podemos, gradativamente, pôr todo o projeto em execução. Teremos condições de montar, inclusive, uma subseção da ACESF para facilitar os serviços burocráticos que antecedem o sepultamento. Mas só estaremos com nossa infra-estrutura completa, neste cemitério, depois de construímos uma mercearia local para a fabricação das urnas" — adiantou o superintendente.

Com exceção dos terrenos dos cemitérios, que vêm sofrendo reajustes normais, desde julho do ano passado os funerais não têm seus preços aumentados, variando de Cr\$ 19 mil, o mais simples, até mais de Cr\$ 1 milhão, os sofisticados.

No caso deste novo cemitério, o superintendente da Accef não soube precisar quanto custará um sepultamento, mas calcula que deverá ser barato, uma vez que serão feitos em terra e não em túmulos previamente montados, em cimento.

Diante dos problemas de espaço para sepultamento que os cemitérios distritais estão apresentando, e iniciando a construção deste novo na região dos Conjuntos, Battini já pensa em projetar um outro situado no lado sul da cidade, também com o intuito de diminuir o custo operacional dos serviços da Accef.

"Pode parecer muita ambição de minha parte, mas tenho certeza que em breve, pelo menos, este problema deixará de existir no Município" — ressaltou Battini. Os preços dos terrenos do novo cemitério nos conjuntos deverão ser divulgados em detalhes, oportunamente, depois da realização dos serviços de topografia. Adiantou, no entanto, que serão vendidos em prestações nunca inferiores a 10 parcelas.

Novo cemitério

A partir da próxima semana, a Accef — Administração dos Cemitérios e Serviços Funerários inicia a limpeza de terrenos e caminhos do novo cemitério de Londrina. Construído em apenas dois meses, ao custo de quase Cr\$ 60 milhões, tem capacidade para 40 mil sepulturas anuais e servirá para as necessidades dos próximos cinco anos.

Localizado na região norte da cidade, no bairro São Eriberto, próximo ao Conjunto Habitacional Via Nogueira, o novo cemitério tem cerca de 20 mil m² — um quarto da área total — sendo utilizados numa primeira etapa. Lá foram construídas 900 metros lineares de muros externos definitivos e provisórios, um pequeno prédio para serviços administrativos, depósito, guarda de material auxiliar. O restante do terreno está sendo utilizado pela Accef, que planta diversas variedades de flores para implementar este seu setor e uma horta comunitária, cujo produto será destinado aos funcionários da autarquia.

ACESSÍVEIS

Os preços de terrenos e de caminhos ainda não foram definidos, mas segundo o superintendente da Accef, Wilson Battini — seria bem acessíveis, porque o projeto é da Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Planejamento e a obra foi executada e administrada por pessoal da autarquia. "Desde a administração José Hovsem de Novais, há mais de 16 anos, portanto, não se construiu um cemitério em Londrina. Os atuais estão superlotados e também incluem sepultamentos nos cemitérios dos distritos rurais" — lembra Battini.

Na segunda etapa serão construídas alguns anexos do cemitério: capelas, sala de preparação de corpos e de velórios, que estão sendo projetados pela Secretaria do Planejamento. O acesso pela avenida Saul Eitvind já foi parcialmente pavimentado e lá também será instalada a mercearia da Accef.

"Com a construção deste cemitério em tempo recorde, conseguimos preparar que a administração pública tem condições de realizar suas obras com grande eficiência e a um custo muito menor. Com isto tornamos mais acessível o preço de terrenos e caminhos aos interessados e conseguimos inclusive melhorar o atendimento aos indicantes em seus funerais. Foi possível ainda proporcionar aos alguns milhares de desempregados, através do trabalho de construção civil, e dos trabalhos artesanais muito bem pagos" — lembra Battini.

Há mais de 16 anos não se construiu um cemitério em Londrina. Os atuais estão superlotados.

Alimentação e Domícilio

Substitua o consumo que ocorre em restaurantes e bares com um almoço, só no fim de semana, almoço em casa. Preço especial, até 11 de 14 reais. Frigorífico e distribuição de produtos. Atendimento técnico em refrigeração. Rua 14 de Junho, 1100. Fone: 33-2014. PREENHA O VOUCHER 27/2014

20 JUN 1984

Fonte: NDPH-UEL.

O Cemitério Jardim da Saudade (Foto 9) reflete muito do próprio desenvolvimento de Londrina e da zona norte da cidade. Intensamente utilizado há alguns anos, está à beira da superlotação e esgotamento de sua capacidade. A ACESF iniciou um processo de verticalização da necrópole com a finalidade de ampliar sua capacidade de operação até que uma outra necrópole seja construída.

A necrópole está intimamente ligada ao processo que deu início ao crescimento da cidade de Londrina na direção norte, ou seja, a formação dos chamados "Cinco Conjuntos", um extenso projeto de construção de casas populares financiado pelo BNH, e feito

com a parceria entre este, o SFH e a COHAB-LD, a partir do final da década de 1970, que deu início a uma grande expansão da área urbana naquela direção, criando grandes vazios urbanos e tornando a zona norte de Londrina a área com maior tendência ao crescimento e adensamento populacional de Londrina por várias décadas.

Foto 9: Vista parcial do Cemitério Jardim da Saudade. Em primeiro plano o “Cruzeiro das Almas”.



Fonte: Registro fotográfico feito pelo autor, 2025.

Pode-se observar a partir da Figura 19, que, levando-se em conta a imagem do estudo aerofotogramétrico da cidade de Londrina de 1991 (foto A), comparativamente à imagem de satélite de 2023 da mesma localidade (foto C), o desenvolvimento do processo de urbanização no entorno do Cemitério Jardim da Saudade foi intenso, tornando a necrópole circundada por bairros residenciais e estabelecimentos comerciais. O baixo custo das terras, a tendência ao adensamento populacional e a disponibilidade de lotes grandes foram os principais motivos que levaram a administração municipal a instalar o cemitério naquela localidade.

Há quatro décadas o Cemitério Municipal Jardim da Saudade tem sido a principal necrópole urbana de Londrina, ocupando uma área de 121.000 metros quadrados, tem uma média de 121 inumações mensais, conta com 13.031 jazigos e até o dia 31 de maio de 2022 havia recebido 49.160 sepultamentos, segundo dados da ACESF. Isto faz do Cemitério Jardim da Saudade o maior do município de Londrina, o que recebe mais sepultamentos e o que mais tem enfrentado a pressão do aumento populacional e da superlotação, visto demandar-se a este cemitério a maior parte das inumações, em decorrência do completo esgotamento dos outros

cemitérios municipais urbanos de Londrina, que apenas podem abrigar sepultamentos de famílias que já possuam jazigos.

Figura 19: Evolução da ocupação do entorno e da estrutura do Cemitério Jardim da Saudade, entre 1991 e 2023.



Observações:

Em vermelho o terreno ocupado pelo Cemitério Jardim da Saudade.

A: Estudo Aerofotogramétrico de Londrina em 1991, observar que o Cemitério Jardim da Saudade está ladeado apenas por vazios urbanos;

B: Estudo Aerofotogramétrico de Londrina em 1997, nota-se ocupação urbana à lateral esquerda do cemitério;

C: Foto de Satélite de 2023, onde percebe-se que a necrópole está ladeada por construções urbanas, com exceção de um terreno público, continuação da propriedade rural que originalmente deu formato ao terreno ocupado pelo cemitério, muito próxima a um fundo de vale. É possível também observar o avanço da utilização do espaço interno do cemitério comparando-se as três imagens.

Fonte: Imagens A e B – IPPUL; Imagem C – Siglon (Organizado pelo autor).

Mais do que tudo os cemitérios – sejam eles quais forem – estão ligados às identidades de quem somos como um povo. O Cemitério Jardim da Saudade nos conta um pouco como as pessoas se veem enquanto moradores da zona norte (a relação mais direta tendo em vista a proximidade) e mais ainda, elabora também uma imagem dos londrinenses e da cidade de Londrina (Silva, 2014, p. 23).

Em entrevista realizada com o servidor da ACESF há 32 anos, Ricardo Reis, que trabalha no Cemitério Jardim da Saudade (Foto 10) há 15 anos e ocupa o cargo de gerente do cemitério, pudemos aferir diversas informações adicionais sobre a referida necrópole.

Foto 10: Vista parcial do Cemitério Jardim da Saudade, em primeiro plano, a alameda principal de acesso aos jazigos.



Fonte: Registro fotográfico feito pelo autor, 2025.

Questionado sobre a existência de terrenos destinados a pessoas carentes ou indigentes no Cemitério Jardim da Saudade, assim se expressou o gerente do da necrópole: “ainda tem os terrenos de ‘aluguel’ que a ACESF cede por uma taxa por três anos para a família ou se não houver família, apenas sepulta o cadáver por três anos, depois exuma, mas isso tem sido mais feito no ‘Conjugado Allamandas’” (Reis, 2025).

A fala do entrevistado vem a corroborar as informações fornecidas por Freitas (2025b), servidor que atua no chamado “Conjugado Allamandas”, que vêm substituindo o Cemitério Jardim da Saudade nos sepultamentos temporários, concessões de três anos.

Questionado sobre a existência do ossuário no cemitério Jardim da saudade, fomos informados de que “Sim, tem sim, lá embaixo, uma estrutura de gavetinhas menores,

antigamente os ossos se perdiam, agora, tudo é feito de uma maneira que se a família quiser resgatar os restos mortais do ente querido, consegue, tudo é organizado e tem como encontrar” (Reis, 2025).

Sobre a rotina de sepultamentos e o volume de trabalho na necrópole, que é a maior de Londrina, Reis (2025) informa que:

Aqui no Jardim da Saudade fazemos uma média de 150 sepultamentos por mês, uma média de 5 ou 6 por dia, é o cemitério maior e mais movimentado, a população procura este cemitério porque aqui, de certa forma, é o único que ainda tem algum espaço pra vender para quem não tem jazigo e, também, por ser muito grande, a proporção de famílias que tem jazigo aqui é maior do que nos outros cemitérios, então, aqui sempre é mais movimentado em tudo.

Sobre a existência comum de exumações de restos mortais, o entrevistado informa que exumações de restos mortais para liberação de lóculos para nova inumação são comuns, diárias, às vezes mais de uma por dia. No caso de exumações para fins judiciais ou outros similares, em seus 15 anos de trabalho no Jardim da Saudade, executou este tipo de trabalho apenas duas ou três vezes.

Ainda na década de 1980, outras duas necrópoles foram instaladas no distrito-sede de Londrina, localizadas na Avenida do Café, dos números 225 a 400, numa extensa quadra que tem por ruas laterais as ruas Conceição Arenal e Renato Beli. Neste local estão três importantes necrópoles urbanas da cidade de Londrina: o anteriormente analisado Cemitério Parque das Oliveiras e as necrópoles, Cemitério Municipal São Paulo e Cemitério Islâmico de Londrina.

Em 11 de julho de 1986, de acordo com a Lei 3877/86, a ACESF foi autorizada a efetuar a concessão de parte do terreno adquirido pela autarquia, contíguo ao Cemitério Parque das Oliveiras, à Sociedade Muçulmana de Londrina, para a construção do Cemitério Islâmico, dando oportunidade à comunidade muçulmana de Londrina de praticar seu rito de inumação de maneira completa, seguindo sua religião (Londrina, 1986).

O Cemitério Islâmico de Londrina foi inaugurado no ano de 1988 sendo o segundo cemitério do tipo no Estado do Paraná, à época, posterior apenas ao Cemitério Jardim de Allah, localizado em Curitiba.

Em entrevista concedida ao autor pelo Sheikh Anis, da Mesquita Rei Faiçal de Londrina, mantenedora do Cemitério Islâmico, o mesmo informa a que comunidade a necrópole se destina, e como é o entendimento de quem possui ou não o direito de ali ser sepultado, esclarece também que o volume de sepultamentos é baixo, sem precisar um quantitativo exato.

Verifica-se a importância da existência de um Cemitério Islâmico (Foto 11) para a comunidade muçulmana de Londrina e região e ressalta-se que tal equipamento não é comum, o que confere ao Cemitério Islâmico de Londrina certa importância, visto receber sepultamentos de toda a região.

Foto 11: Vista geral da fachada do Cemitério Islâmico de Londrina.



Fonte: Registro fotográfico feito pelo autor, 2025.

Neste sentido, vale ressaltar as palavras do Sheikh Anis, acerca da importância deste para a cidade e para a comunidade muçulmana, tal qual segue:

Agora, é, ele é importante pra comunidade muçulmana, porque a comunidade muçulmana, ela faz parte do município, é importante o município respeitável, também questão de respeito. Então, cada um tem um ritual e um cemitério municipal não tem como ele abrir mão pra agradar todo mundo, entendeu? Você não tem como agradar todo mundo. Então, você tem que estabelecer suas regras. E as regras estabelecidas por eles, nem sempre é favorável ao muçulmano, pode ser um judeu, pode ser um judeu que também tem seus rituais, o muçulmano tem seus rituais. Ah, não sei aí, os católicos, os evangélicos, eles têm um ritual de preparo do corpo. Então, pra poder, então é importante que isso seja uma coisa respeitada pelo município. E é uma coisa que o município, sim, respeita. A gente vê que cada um tem uma crença, ele tem um espaço que ele possa pôr em prática naquilo que ele acredita. Então, é muito importante isso pra sociedade em geral, porque é um respeito dado pra nós e nós damos o respeito que todo mundo merece. É uma coisa de ter uma troca (Orra, 2024).

Assim, a visão do Sheikh Anis e da comunidade muçulmana de Londrina, em nome de quem ele fala, é a da demonstração genuína do respeito e da humildade, de forma que a população em geral compreenda a cultura Islâmica, assim como os muçulmanos

compreendem a cultura das outras religiões presentes na comunidade londrinense. Anis, refuta qualquer importância material ou religiosa à comunidade muçulmana londrinense ou à Mesquita Rei Faiçal que seja advinda da existência do Cemitério Islâmico, apontando este apenas como um fator a mais que Londrina, com o respeito dos munícipes e da prefeitura municipal, proporciona à comunidade muçulmana da região.

O Cemitério Islâmico de Londrina é uma necrópole administrada pela Sociedade Muçulmana de Londrina e destinada ao sepultamento dos praticantes da fé islâmica, dentro de seus ritos e tradições.

Em entrevista realizada no dia 14 de outubro de 2024 com o Sheik Anis Mohamed Orra, responsável pela Mesquita Rei Faiçal de Londrina, e, desta forma, o sacerdote que responde pela Sociedade Muçulmana de Londrina, foi possível apreender diversos elementos que compõem a administração e a finalidade do Cemitério Islâmico de Londrina.

Este cemitério é uma estrutura bastante organizada e que se destina a uma comunidade específica, mas muito importante para a cidade, tendo em vista que o Cemitério Islâmico se fez necessário para que se pudessem atender as necessidades específicas da tradição e da religião Islâmica no que concerne os sepultamentos e que residem na cidade e na região cidadãos de origem árabe que professam essa religião.

Perguntamos ao Sheik Anis acerca da forma que as inumações eram feitas no período anterior à existência da necrópole muçulmana.

Então, antes do Cemitério Islâmico, era enterrado nos cemitérios municipais. Aí dentro, na medida possível, era praticada a tradição. Na tradição, os costumes religiosos. Porque, na verdade, nem costume é a palavra certa e nem tradição é a palavra certa. Os ensinamentos religiosos. Então, dentro da medida possível, eles colocavam em prática naquilo que o cemitério municipal permitisse. Então, no que os cemitérios municipais não permitissem, eles eram obrigados a abrir mão (Orra, 2024).

Com a implantação do Cemitério Islâmico de Londrina tornou-se possível a realização das inumações segundo as tradições da fé Islâmica. Conforme exposto acima, os cemitérios municipais não contemplam as tradições e ensinamentos religiosos islâmicos por completo, visto tratarem-se de necrópoles horizontais tradicionais de origem católico-cristã. As características do sepultamento islâmico estão descritas no Apêndice A.

Como aponta Santos (1998), o espaço é um conjunto de formas que contém frações da sociedade em movimento, as formas têm papel na realização social. Assim, pode-se apreender que o Cemitério Islâmico é um fixo urbano que representa importante papel na realização social dos praticantes da fé islâmica, posto que, antes de sua existência, a tradição fúnebre da religião não podia ser contemplada em sua totalidade.

Sobre a existência do Cemitério Islâmico enquanto equipamento urbano da cidade de Londrina e a importância que ele possa exercer na cidade, Orta (2024) expõe que a existência de uma necrópole que respeita as tradições muçulmanas assume uma grande importância no que concerne à comunidade muçulmana.

Na visão do Sheik, um muçulmano praticante, ao procurar uma cidade para onde se mudar, fará uma pesquisa prévia sobre a existência de uma mesquita, de ensino religioso para crianças, além de outros aspectos que possam permitir a profissão da fé islâmica, neste sentido, entende que a existência de cemitério assume uma importância significativa, sendo um atrativo para os praticantes da fé islâmica, tornando a cidade melhor para membros desta religião residirem, mas não vê a existência da necrópole como uma virtude para a comunidade Muçulmana de Londrina ou para a cidade, apenas um equipamento importante de que dispõem e que denota que na cidade de Londrina existe respeito pela comunidade islâmica.

Eu acho que é nesse sentido da atratividade para a comunidade, né? Para os muçulmanos, acho que o que o município ganha, o município mostra, porque nós fazemos parte do município. Em troca dessa presença nossa na comunidade, então existe isso. Eu acho que é justo, é certo, a comunidade respeitar todo mundo. E como a gente vive aqui, então, não é que o cemitério não contribui. Contribui, porque nós estamos aqui contribuindo para a comunidade e em troca da nossa contribuição, recebemos esse respeito de volta da sociedade de Londrina. O espaço da mesquita. Aí, só para acrescentar, se o cemitério não soma para Londrina, então a mesquita também não soma, a igreja não soma, porque nem todo mundo é cristão, nem todo mundo é judeu, nem todo mundo é muçulmano. Então, se a gente for ver cemitérios que não somam para a comunidade, então, na verdade, cultura nenhuma soma para a comunidade de Londrina ou para o Brasil (Orta, 2024).

Orta (2024) explica que o cemitério é aberto à visitação para a comunidade londrinense em geral, que o portão para a entrada no cemitério, localizado no interior do Cemitério Municipal São Paulo (Foto 12), permite o livre acesso de visitantes e que a existência do referido portão de entrada é importante porque a comunidade muçulmana não tem um funcionário que fique na necrópole para o controle de acesso. Assim, a parceria com a ACESF se faz oportuna e é pacífica. Classifica como importante o acesso livre, posto que os ali sepultados possuíam familiares e amigos de outras denominações religiosas e que é importante a visitação às campas.

Ali, por causa, tem a segurança, né, do cemitério de São Paulo. E a gente mantém um bom relacionamento com o acesso e, então, funciona. Funciona. Então, se você ver, tem um muro, tem a cerca elétrica, tem câmeras. Então, é tudo, tem segurança, tudo. A gente costuma ir lá, tempo em tempo. E tem um funcionário, mas ele não é integral lá. Tem um funcionário que ele mantém a limpeza, cuida, entendeu? (Orta, 2024).

Sobre a venda das sepulturas às famílias da comunidade muçulmana londrinense, o Sheikh Anis aponta que há um espaço reservado para as pessoas que não dispõem

de recursos. Também há a possibilidade de que se pague para que haja uma sepultura reservada a uma determinada pessoa ou família, tal qual segue:

Foto 12: Entrada do Cemitério Islâmico em passagem pelo interior do Cemitério Municipal São Paulo.



Fonte: Registro fotográfico feito pelo autor, 2025.

Na verdade, aquilo não é venda. Aquilo não tem dono. Pertence à sociedade. A sociedade não tem dono. Aí, quando você, alguém falece comigo, hoje eu tô vivo. Ah, eu quero comprar. Vendo, não. Não se vende. Isso é nossa regra. Cada cemitério tem suas regras. Desde o momento em que não infringe as leis da religião. Mas o nosso aqui. Aqui funciona assim. Funciona assim. A gente não vende. Ah, eu tenho condições. Então, eu quero pagar. Então, tem um valor que você paga. Então, tem um valor que você paga. E esse valor deixa esse lugar reservado pra essa família, pra essa pessoa. Fica daí um caráter perpétuo ali. Mas não é propriedade. Não é propriedade! É só um direito de uso. Só um direito de uso! Isso não é propriedade! É. Quer dizer, isso são nossas regras. Sim. Não é uma questão religiosa. Tem que ser assim. Aí, depende de gestão. Depende de diretoria pra diretoria de cemitérios. Cada um gire de um jeito. Não é um dogma da religião. Não. Não é um dogma da religião (Orra, 2024).

Fica bastante clara a diferenciação que o Sheikh faz entre a venda e a concessão de um direito perpétuo de uso para uma determinada família, ainda que deixe claro que isso não é um dogma, mas uma característica da administração do Cemitério Islâmico de Londrina. Estabelece-se um direito de uso de caráter perpétuo para os que podem pagar uma taxa e não se nega sepultura aos que não o podem.

Quanto aos sepultamentos realizados neste espaço cujo pagamento não é necessário, mas que será reutilizado posteriormente, explica:

Aí, quando o corpo decompõe, aí a gente acaba reutilizando o mesmo. Aí a gente acaba juntando, porque o que sobra? O que sobra do corpo é o osso. Sim. Aí ele junta os ossos e afunda mais para baixo. Porque é uma profundidade, por exemplo, da janela até o chão. Não vai mais para baixo. Aí, quando junta os ossos, a gente acaba agora. Não tem um ossário. Fica ali mesmo. Fica ali mesmo. Não pode sair da terra. Não pode sair da terra. Não (Orra, 2024).

Quanto ao espaço reservado ao sepultamento daqueles que não podem pagar pelo direito de uso perpétuo de uma campa, Sheikh Anis refere que, os restos mortais são retirados para a reutilização da campa, mas que, em seu entendimento, não se trata de exumação.

Exumação, você falou o quê? Quando? Não, a gente não tira. Exumação só em caso de extrema necessidade. Mas a exumação, do que eu entendo, é você tirar dali pra outro lugar. Aí, não. Não. Só libera a cova. Só a gente pega no mesmo lugar, na mesma campa, a gente cava mais pra baixo. Exumação só em caso de extrema necessidade. Dependendo da situação, é avaliado. É avaliado e julgado. Se não, não. Por capricho, não (Orra, 2024).

Assim, a cova é liberada para novo sepultamento, mas os restos mortais são alocados ali mesmo, mais para o fundo, jamais são retirados da terra onde foi o corpo sepultado, posto acreditarem que a campa é a habitação da alma do sepultado, até o juízo final.

Sobre o número de sepultamento já realizado no Cemitério Islâmico, o Sheikh Anis assim se refere: “Oxi, não sei. Não sei, mas tem bastante. Porque tem aqueles que têm condição, que paga para deixar um reservado para ele, que fica dele, da família. E aqueles que não têm condição, têm um canto reservado. Então, a gente utiliza e reutiliza o mesmo, entendeu?” (Orra, 2024).

Tem ano que passa, tem quatro, cinco, tem anos que passa, tem um, então, isso não dá para. Mas não é um volume grande de pessoas. Não, nossa comunidade não é muito grande. E o nosso cemitério, na verdade, ele não é só para Londrina. É para qualquer muçulmano que queira ser enterrado no cemitério. O cemitério é Islâmico, né? Tem o direito. Maringá, por exemplo, tem mesquita, mas não tem cemitério. Se algum muçulmano queira vir ser enterrado aqui, ele pode. Rolândia tem a mesquita em Rolândia também, eles são enterrados aqui. E tem muçulmanos em Ibiporã, tem muçulmanos em Londrina, tem muçulmanos em Rolândia, tem muçulmanos em Arapongas, tem muçulmanos em Apucarana, tem muçulmanos em Jataizinho, tem muçulmanos em Assaí, tem muçulmanos em Uraí, tem muçulmanos em diversas cidades. Na região toda tem (Orra, 2024).

Desta forma, fica claro o entendimento de que a única distinção feita pela comunidade muçulmana de Londrina em relação ao uso do Cemitério Islâmico é a de que seja, pelo falecido, professada a fé Islâmica, mas, em se tratando de um muçulmano, será sepultado se assim for seu desejo, independentemente de onde residia, de sua condição financeira ou outras quaisquer questões.

O Sheik Anis afirma que, apesar de terem sido feitas muitas inumações no Cemitério Islâmico ao longo destes anos, há ainda muito espaço disponível, e o esgotamento da estrutura não é uma preocupação, pois há muita capacidade ociosa disponível.

Sobre a visitação aos túmulos, assim se define este ritual familiar *post mortem*:

A visita das sepulturas é louvável para os homens, visto que há tradição do Profeta صلى الله عليه وسلم que ordena a visita das sepulturas porque isso faz a pessoa pensar no futuro (da outra vida). Mas é desaconselhável para as mulheres que visitem as sepulturas por causa do hadith acima mencionada. É louvável que o visitante da sepultura diga: "A paz esteja convosco, ó crentes e muçulmanos que morais aqui; nós estaremos, se Allah quiser, reunidos convosco. Rogamos a Allah a nós e a vós conceda bem-estar". É também recomendado orar pelo perdão e clemência para os mortos. Contudo é absolutamente proibido desejar que o morto responda às orações de alguém, ou invocar o seu auxílio, ou solicitar a intercessão, acariciar o túmulo com as suas mãos, andando à volta dele, e similares práticas supersticiosas também são proibidas; todas estas ações são abomináveis e heréticas, as quais conduzem à idolatria e à negação da absoluta unicidade de Allah, qual é a crença que Allah enviou aos Seus Profetas e Mensageiros para anunciarem (Adamgy, 2012, p. 34).

Para os muçulmanos, a alma sobrevive à morte, mas não fica vagando livremente, no entendimento da religião, a alma fica na campa onde o corpo foi sepultado e pode sentir a presença daqueles que a visitam e fica agradecida. Acrescenta que a alma fica na campa aguardando o dia do juízo final, onde o mundo se acabará e haverá a ressurreição dos mortos e a prestação de contas, onde será decidido se o destino de cada um será o inferno ou o paraíso. "Então, prestar uma oração ali, você está conversando com a alma, porque ela está ali mesmo. Está ali, está presente". (Orra, 2024)

Quanto às homenagens e elementos que possam ser ofertados aos entes falecidos nas campas do Cemitério Islâmico é categórico em dizer que apenas orações e a prática da caridade em intenção do ente falecido são ofertas aceitáveis, nenhum tipo de elemento como velas ou flores faz parte da tradição Islâmica.

É só oração. Oração, oração, caridade, né? Aí, oferecer comida não pra campa, mas oferecer comida pros pobres, fazer uma caridade em nome do falecido, entendeu? Qualquer boa ação que é feita em nome do falecido, a recompensa vai pro falecido também. Quem tem um pai, uma mãe, um irmão, tem um irmão falecido, qualquer boa ação que eu fizer, eu dizer oi, olá, qual deu, essa boa ação que eu fiz, intenciono que a recompensa dela seja entregue à minha irmã ou um ente querido. Tem gente que coloca flores, mas religiosamente, não. Na verdade, é só terra e acabou. Simplicidade, né? E se você verificar lá, você verá que tem pedrinhas, mas pedrinhas é só pra questão de mato. Só pra manter o lugar mais organizado. Limpezas. Simplicidade. De contrário, nada. Só terra e só simples (Orra, 2024).

Orra segue fazendo uma explanação sobre o respeito necessário e, em sua visão, existente em Londrina, das múltiplas culturas e religiões, de forma humilde, se coloca

em pé de igualdade às outras comunidades religiosas, afirmando o respeito que a comunidade islâmica de Londrina dedica a todas as outras manifestações religiosas, culturais e raciais.

Enquanto isso é um pensamento errado, né? Cada um é livre. De acreditar, de praticar. E quando a gente vê o respeito da cidade para com os costumes e religiões, isso já é um sinal que aqui ele está somando para a cidade. Então, da mesma maneira que um cemitério cristão soma, um cemitério cristão soma, um cemitério judeu soma, uma mesquita soma, uma sinagoga soma, uma igreja soma, tudo soma. Então, é uma coisa em troca. Então, a gente soma para a cidade, e a cidade retribui com esse tipo de respeito para diferentes tipos de pessoas que formam um povo. Que formam um povo. Nas suas diferenças, mas um povo único. Um povo único. E brasileiro, brasileiro, não há nem branco, nem preto. Então, na verdade, todos nós somos imigrantes. Isso também deve ter uma origem ligada em algum lugar. Então, brasileiro, brasileiro, a maioria, uma grande parte do Brasil é formado por imigrantes. E todo mundo que vem de fora traz a sua cultura, traz a sua, se a gente ver na comida, tem comida brasileira, tem comida italiana, tem comida francesa, tem comida árabe, tem comida tudo. Então, cada um que vem, que somou para uma grande nação, somou, que entrou a sua cultura e todo mundo abraçou. Desde o momento que ninguém queira o mal para o próximo. Se todo mundo vive em harmonia e sabe, e entende que tem que dar respeito para receber. Então, eu acho que isso é muito bonito, muito bom. Cada um é livre. Aquilo que teu coração toca, você vai. Se está certo ou está errado, o ser humano não é para julgar ninguém. Agora, eu sou muçulmano, cristão está errado ou não, eu não sou ninguém para julgar ninguém. Quem julga é Deus. Então, eu estou aqui para cumprir aquilo que eu acho que é certo. Agora, se eu estou certo ou não, é lá que a gente vai descobrir. Se a gente acertou, se a gente errou, a gente vai arcar com as consequências. Tomara que seja para o bem, tomara (Orra, 2024).

Apesar de atender exclusivamente uma parcela bastante específica da população de Londrina, a sociedade muçulmana, o Cemitério Islâmico é uma referência regional a esta comunidade, servindo a muçulmanos de diversos municípios.

Conforme aponta Rosendahl (2003) o sagrado em sua dimensão espacial relaciona-se com as formas e funções, locais sagrados fixos ou móveis favorecem a compreensão do espaço urbano. Desta forma, a presença de um Cemitério Islâmico na cidade de Londrina vem a corroborar a importância da comunidade muçulmana para a cidade, serve de importante equipamento para os praticantes da fé residentes ou não em Londrina, ou seja, são as formas e funções do equipamento que nos trazem uma visão de especificidades da sociedade local e da região, no que se refere à cultura e às práticas religiosas desta parcela da população.

É importante que se conheça as características básicas que norteiam o funcionamento e a tradição que a necrópole abarca, sua importância para a realização das tradições religiosas desta comunidade como um todo, e, não menos importante, o papel desempenhado por este equipamento para a sociedade londrinense em geral.

O Cemitério Municipal São Paulo (Foto 13) foi o último cemitério público municipal urbano a ser inaugurado em Londrina, ocupa uma área adjacente aos previamente existentes cemitérios Islâmico e Parque das Oliveiras, o município houve por aproveitar esta

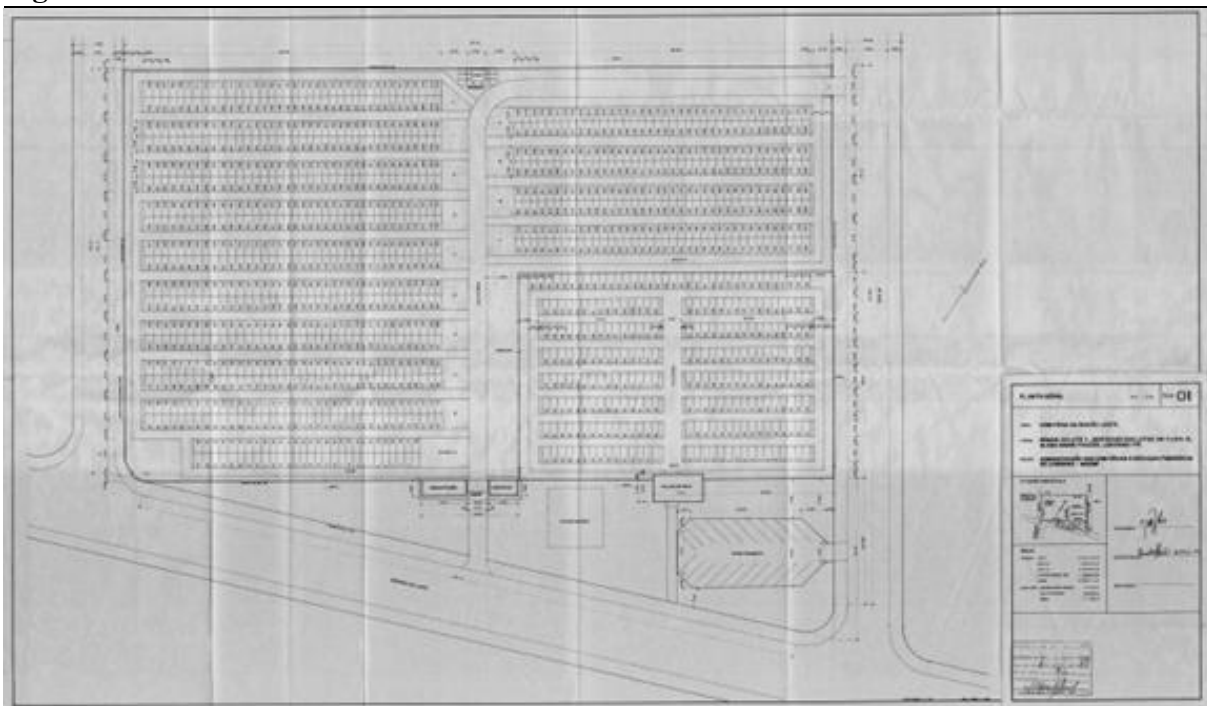
faixa de terras onde já se faziam presentes necrópoles para ampliar a capacidade instalada de cemitérios em Londrina.

Foto 13: Entrada do Cemitério Municipal São Paulo.



Fonte: Registro fotográfico feito pelo autor, 2025.

Figura 20: Planta dos Cemitérios São Paulo e Islâmico.



Fonte: Arquivo Público de Londrina.

De acordo com a Lei 3877/86, a ACESF foi autorizada a adquirir o terreno contíguo ao Cemitério Parque das Oliveiras, para a implantação do Cemitério São Paulo e concessão à Sociedade Muçulmana de Londrina, parte deste terreno (Londrina, 1986).

Atualmente o Cemitério Municipal São Paulo está com sua capacidade esgotada, funcionando apenas parcialmente, recebendo apenas corpos de pessoas cujas famílias possuam ali jazigos. Abaixo (Figura 20), uma planta e projeto de fachada do Cemitério São Paulo realizada pela Prefeitura de Londrina quando de sua construção.

Abaixo, será feita uma análise comparativa da evolução da malha e ocupação urbana no entorno dos cemitérios em estudo. Para a realização deste comparativo, recorreremos aos levantamentos aerofotogramétricos realizados na cidade de Londrina nas décadas de 1940, 1970, 1990 e fotos de satélite dos anos 2020, demonstrando o aumento da ocupação urbana, seja residencial ou comercial, no entorno dos cemitérios.

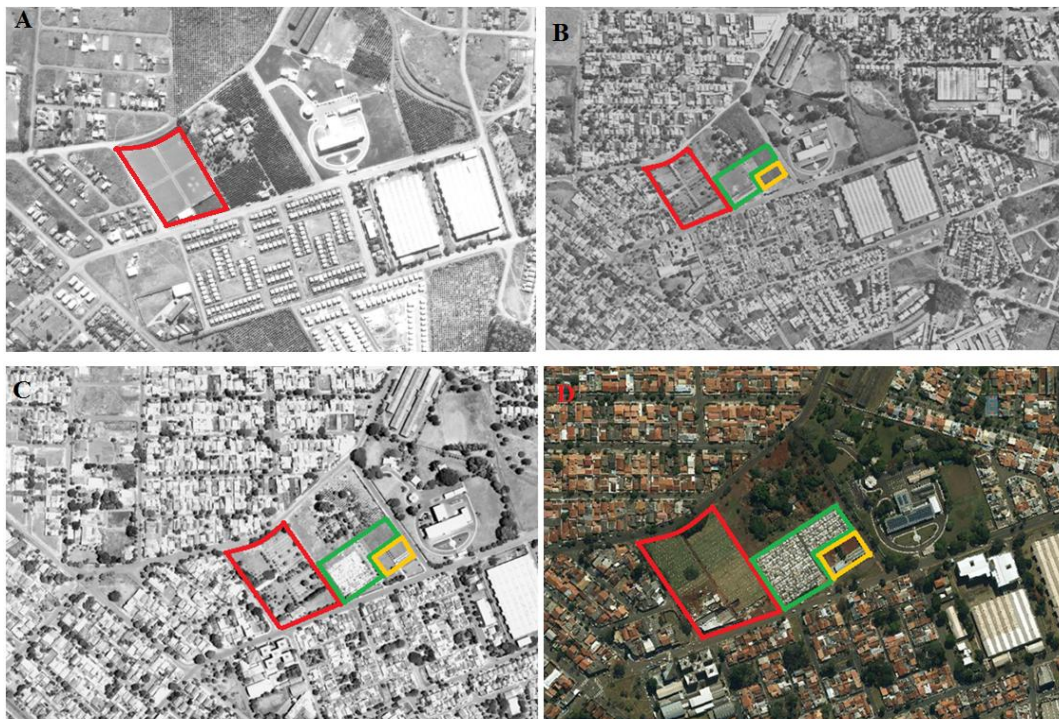
Observa-se a contiguidade entre os Cemitérios Parque das Oliveiras, Cemitério Municipal São Paulo e Cemitério Islâmico, sendo o São Paulo, o único municipal e o mais novo, denotando o interesse do poder público municipal em aproveitar uma área já dedicada a necrópoles para dar novo fôlego ao sistema e não sobrecarregar o então recém-inaugurado Cemitério Jardim da Saudade.

Na figura 21 é possível verificar que em 1970, imagem “A”, a quadra onde se encontram os Cemitérios Parque das Oliveiras, São Paulo e Islâmico era circundada de muitos vazios urbanos e somente existia o Cemitério Parque das Oliveiras. Em 1991, foto “B”, o espaço urbano está completamente ocupado no entorno das necrópoles, que já estão, as três, em plena operação, verifica-se no entanto, que o recém-inaugurado Cemitério São Paulo ainda se encontra pouco ocupado por jazigos.

Na foto “C”, de 1997, grande parte do Cemitério São Paulo já se encontra ocupada. Por fim, na imagem de satélite de 2021, se pode observar a completa utilização do espaço pertencente ao Cemitério São Paulo, que é apenas parcialmente operacional na atualidade, em decorrência do esgotamento de espaços para novos túmulos.

Inaugurado em 1989, foi instalado num terreno de 13.800 metros quadrados, possui 1.319 jazigos e segundo dados da ACESF, até 31 de maio de 2022 havia recebido 3.229 inumações com uma média de 9 sepultamentos por mês.

Figura 21: Evolução da ocupação do entorno dos Cemitérios Parque das Oliveiras, São Paulo e Islâmico entre 1970 e 2021.



Observações:

Em azul, o Cemitério São Paulo (foco deste estudo); em laranja, o Cemitério Islâmico; em amarelo, o Cemitério Parque das Oliveiras.

A: Estudo Aerofotogramétrico de Londrina em 1970, observar que o local onde seria instalado em 1989 o Cemitério São Paulo e o terreno em que seria instalado o Cemitério Islâmico eram à época ocupados por uma plantação. O Cemitério particular Parque das Oliveiras foi instalado em 1965. Observa-se ainda que a densidade da ocupação urbana é relativamente baixa no entorno do cemitério;

B: Estudo Aerofotogramétrico de Londrina em 1991, nota-se ocupação urbana em todo o entorno dos cemitérios, e a área interna do Cemitério São Paulo, então recém-inaugurado, ainda muito pouco ocupada;

C: Estudo Aerofotogramétrico de Londrina em 1997, nota-se ocupação urbana em todo o entorno dos cemitérios, e a área interna do Cemitério São Paulo, após 8 anos de atividades, está em grande parte, preenchida por túmulos;

D: Foto de Satélite de 2021, nota-se ocupação urbana em todo o entorno dos cemitérios, e a área interna do Cemitério São Paulo está completamente utilizada, o Cemitério São Paulo tem sua capacidade esgotada, restrita apenas a familiares de proprietários de jazigos.

Fonte: Imagens A, B e C – IPPUL; Imagem D – Siglon (organizado pelo autor).

No dia 20 de março de 2025, foi realizada, nas dependências do Cemitério São Paulo (Foto 14), entrevista com o servidor do quadro próprio da ACESF, Wellington Roberval Carter, que exerce a função de coveiro há 13 anos na referida necrópole.

Carter informa que o Cemitério São Paulo é o menor do distrito sede de Londrina, que está completamente lotado, ocupado por jazigos em caráter de concessão perpétua, assim, não possui ossuário ou área para sepultamentos rotativos em período de três anos, como ocorre no Jardim da Saudade.

Foto 14: Vista Parcial do Cemitério Municipal São Paulo.



Fonte: Registro fotográfico feito pelo autor, 2025.

Quanto ao volume de sepultamentos que é realizado na necrópole por dia ou mês, o servidor argumenta que por ser um cemitério pequeno e ter todos os jazigos já disponibilizados a famílias da comunidade, só ocorrem sepultamentos de familiares de pessoas que já possuam jazigos ali, assim:

Ah, é muito relativo. Tem mês, tem... Em 2016, se eu não me engano, ou 17, se não me falha a memória, até eu comentei com outro parceiro que, nesse período, ele já está aposentado, nós chegamos a ficar dois meses e alguns dias sem nenhum sepultamento nesse cemitério. Porém, no mês passado, deu seis sepultamentos no mês. Esse mês já deu quatro sepultamentos. O que varia muito, eu acho, porque é só túmulo de jazigo que pessoas de família que já tem o jazigo, o túmulo, né? Por isso que oscila muito, né? E esse é o menor do município, né? Então, teoricamente, tem menos jazigos, a possibilidade de sepultamentos durante o dia é menor. É menor. Proporcionalmente. Ele é o menor deles. Do município, esse aqui é o menor. Da região da cidade, é o menor da cidade. São 14, se eu não me engano. Esse aqui é o menor. Tem que ter os distritais, né? Ah, isso, é (Carter, 2025).

Sobre a realização de exumações de restos mortais, assim explica:

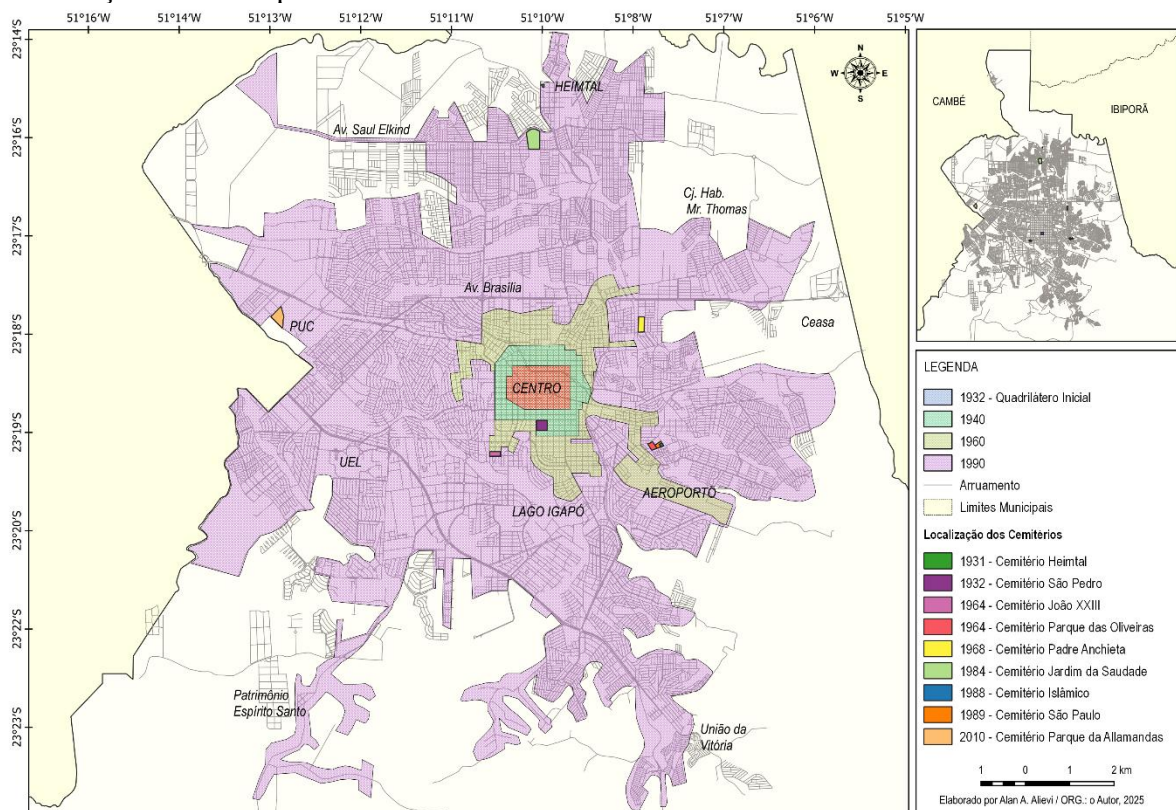
É só mais quando vai sepultar uma nova pessoa, que exuma o resto dos mortais que estão ali no túmulo. Mas as exumações aqui dependem da família, que tem túmulos aqui que tem quatro gavetas, cinco gavetas. Aí se a família não quiser exumar e quiser usar uma gaveta nova, é a critério da família, entendeu? Só mesmo quando a família quer tirar ou quando precisa. Ou quando precisa, é a família que autoriza (Carter, 2025).

4.4 OS ANOS 2000 E A CONSOLIDAÇÃO DOS ESPAÇOS CEMITERIAIS PRIVADOS: O PARQUE DAS ALLAMANDAS E O “CONJUGADO ALLAMANDAS”

A lógica de ocupação e desenvolvimento do espaço urbano londrinense está intimamente ligada à questão dos vazios urbanos, que fazem parte da paisagem urbana de Londrina desde que a área urbana se expandiu para além do traçado quadrilátero original, projetado pela CTNP. Fatores como especulação fundiária, períodos de estagnação no setor de construção civil, reduzindo loteamentos de áreas vazias e adensamento das áreas centrais pela verticalização são possíveis fatores que corroboraram para este processo de criação de vazios urbanos desde os primórdios da cidade (Amorim, 2015, p. 175).

O processo de expansão territorial urbana apresenta-se como influência significativa na gênese e na constituição dos vazios urbanos de Londrina desde a origem do seu centro principal. Todavia, há a ação de outros processos (dispersão, aglomeração, fragmentação, segregação etc.) e agentes sociais diversos em paralelo que compõem um conjunto complexo atuante em múltiplas escalas, e conseqüentemente, possuem rebatimentos na presença dos vazios urbanos (Nascimento, 2016, p. 14).

Mapa 2: Expansão da área urbana de Londrina entre 1932 e 2021 com indicação da localização das necrópoles urbanas do distrito sede de Londrina



Fonte: Planta urbana de Londrina 2021 - Siglon – Prefeitura de Londrina; plantas urbanas de Londrina 1932, 1940, 1960 e 1990 – Arquivo público de Londrina. Organizado pelo autor.

Assim, a complexidade dos processos que levaram à expansão da malha

urbana do distrito sede de Londrina (Mapa 2) decorre de inúmeros fatores que compõem a sociedade, a economia e a política ao longo das décadas, criando segregação socioespacial, diferenciações importantes nos extratos sociais predominantes em cada zona da cidade e na oferta de infraestrutura e serviços nas diferentes áreas.

Diante do esgotamento da capacidade instalada dos cemitérios públicos municipais de Londrina, a ACESF, no início dos anos 2000, abriu processo de licitação para que a iniciativa privada instalasse cemitérios na cidade, de modo a explorar este nicho de mercado e a desafogar a situação preocupante de esgotamento da capacidade instalada à época.

É neste período que foi instalado o Cemitério Parque das Allamandas (Foto 15), um empreendimento privado, que foi concebido no sistema de cemitério jardim. Entrou em operação no início do ano de 2010, dez anos após o início dos processos de estudo e viabilidade do empreendimento, contando com uma ampla estrutura de capelas, cafeteria, orquidário, praças, locais para oração, a necrópole oferece um serviço completo de assistência funeral, voltado a todas as classes sociais (Hapcham, 2024).

Foto 15: Entrada do Cemitério Parque das Allamandas.



Fonte: Registro fotográfico feito pelo autor, 2025.

A escolha da localização do Cemitério Parque das Allamandas se deu em razão da lei de zoneamento, numa área de uso industrial, posto que a empresa não somente se compõe de um serviço de inumação, assistência funeral e cerimônias fúnebres, mas também conta com um crematório, serviço que somente pode ser realizado em áreas destinadas a usos

industriais. Oferecendo um serviço diferenciado em relação aos cemitérios públicos municipais, o Cemitério Parque das Allamandas se firmou na última década como referência para os serviços funerários em Londrina.

O Cemitério Parque das Allamandas (Foto 16) é uma necrópole do tipo parque, dentre as que são analisadas nesta pesquisa foi a última a ser instalada e a entrar em operação em Londrina. Está localizado na Zona Oeste de Londrina, em uma área chamada de “Cilo 2”, cujo zoneamento determina uso industrial. A gestão está a cargo de uma instituição particular com fins lucrativos.

Foto 16: Vista geral do Cemitério Parque das Allamandas.



Fonte: Registro fotográfico feito pelo autor, 2025.

Conforme aponta Whitacker (2007), o espaço urbano resulta da articulação entre formas e funções que produz sua própria negação através da dispersão. Assim, o Cemitério Parque das Allamandas é resultado das transformações internas do espaço urbano de Londrina e da legislação de zoneamento urbano, que possibilitaram sua implantação num extremo da área urbana de Londrina, destinado às atividades industriais, sobretudo pela intenção dos investidores proprietários da necrópole terem o projeto de um crematório para a empresa. Crematórios, na atual legislação, devem ser implantados em áreas industriais.

O Parque das Allamandas oferece uma estrutura completa de atendimento funeral, contando não somente com o serviço próprio de sepultamento, mas também,

instalações para velório com cafeteria, capelas, sanitários, saguão amplo, crematórios e planos de assistência funeral.

A operação do cemitério começou no ano de 2010, mas todo o planejamento, construção, primeiramente as liberações, os estudos ambientais, o EIA-RIMA que tem que ser feito, isso iniciou-se dez anos antes, então perto, próximo do ano de 2000, iniciaram-se os estudos, o EIA-RIMA, preparo de terreno, construções, mas a operação em si foi no ano de 2010 (Hapcham, 2024).

Hapcham (2024), informa que o Cemitério Parque das Allamandas foi criado por um grupo de investidores que avaliaram a viabilidade da instalação de uma nova necrópole particular de grande porte na cidade, tendo em vista a situação crítica de esgotamento das necrópoles públicas urbanas municipais à época e à baixa concorrência no setor naquele momento.

Viram como uma oportunidade de negócio, por conta da capacidade dos cemitérios municipais naquela época. E a ACESF estava dando essa abertura para entrar na cidade e ter a oferta de novos cemitérios. Só tinha o Oliveiras, na época. E nessa licitação, já entramos um pouquinho nas zonas também. Porque Londrina existe a lei de zoneamento, solo e ocupação. Então, já foi determinado que seriam zonas, as quatro de Londrina. Que cada uma poderia ter um cemitério. E aí também, por isso, a escolha de fazer, uma das escolhas de fazer aqui nessa região. Outras pessoas tiveram o interesse de fazer na Zona Norte, por exemplo. Mas, dos nossos investidores, é uma empresa de quadro familiar. Por isso, a opção também aqui, por essa zona (Hapcham, 2024).

Conforme aponta Hapcham (2024), a necessidade de implantação do Cemitério Parque das Allamandas em uma zona industrial foi muito ligada ao interesse do grupo de investidores em instalar um crematório. Segundo a gestora, a atividade de crematórios somente é liberada em zonas industriais e os proprietários do empreendimento entendem que a cremação é uma forma de inumação em franco crescimento em todos os extratos sociais. Portanto, se fazia imprescindível que a empresa atuasse também oferecendo este serviço, que entrou em operação em 2014.

Questionada sobre os serviços oferecidos e o extrato social a que a empresa pretende atender, Hapcham (2024) informa que todas as classes sociais são bem-vindas ao Cemitério Parque das Allamandas, que procura diferenciar valores e serviços, promovendo condições para que qualquer pessoa possa adquirir os serviços, vejamos:

Não temos esse tipo de... Não, não temos essa diferenciação. Inclusive, nós sempre criamos produtos. Vamos dizer, chamados de tabelas. Justamente para atender diversos públicos. Então, a gente tem pagamentos mais facilitados. Vamos dizer assim. Para classes C, D e até E. Já tivemos clientes da classe E também. E temos também produtos com uma forma de pagamento. Por exemplo, à vista, seis vezes, doze vezes. Que daí um público mais classe A e B que conseguiriam aderir a essa forma de pagamento. Ou seja, nós tentamos criar produtos que se adequem à renda mensal de todas as famílias da cidade. Não temos essa diferenciação. O que o Cemitério Allamandas fez com a proposta foi, de fato, trazer algo inovador. Um

ambiente calmo, tranquilo e bonito. Para você ter o fim da vida ali. Proporcionar isso para as famílias que ficam e que perdem o ente. Então, é uma proposta diferente, mais aberta para todos os públicos da cidade. Inclusive, atendemos, temos clientes de Cambé, bastante clientes de Cambé, Rolândia, que por aqui tem jazigos. Então, a gente trabalha comercialmente dessa forma. Com pagamentos mais facilitados para também atender classes com menor poder aquisitivo. Inclusive, os nossos parcelamentos vão até 120 vezes. É muito difícil nós ouvirmos outras empresas que fazem parcelamento a tão longo prazo dessa forma. Porque são 10 anos de parcelamento. E os clientes que optam por essa opção, geralmente são os clientes de uma classe média e média baixa. E os clientes que possuem um poder aquisitivo diferente, vêm e pagam à vista. Já tivemos tabelas no passado de produtos de compra de jazigo, que iniciavam a parcela em 100 reais. Ou seja, classes A e B, nem se interessavam por esses produtos. Mas as classes C e D, sim. Era uma maneira de poder entrar. E a gente queria que eles viessem até nós e tivessem essa possibilidade de comprar também o jazigo conosco. Hoje, temos também diversos tipos de tabelas. Não ficamos mais nesse produto de 100 reais inicial. Mas tem uma parcela inicial bem atrativa também. Eu também ia dizer sobre o plano funeral, por exemplo. O plano funeral, atendemos todas as classes. O planejamento preventivo da morte de alguém da família. E as parcelas iniciais do nosso plano funeral, também contentam todas as classes sociais. Porque temos planos começando em 75 reais a parcela mensal. Ou seja, é justamente para conseguir atrair todas as classes que tenham interesse nesse planejamento. Porque na hora do óbito, a gente sabe que dentro dos custos da ACESF, mais serviços de velório e sepultamento. Os valores hoje giram em torno de 6, 7, 8 mil reais. Claro, dependendo de onde você vai velar, onde você vai sepultar. Mas os valores ali, pelo menos na ACESF, geram em torno de 2 mil reais. Então, famílias classe C, D, E, para eles é um plano puxado. Então, a gente tem também o produto do plano funeral, que foi criado alguns anos depois do início da operação do cemitério. Para também conseguir atrair esses clientes e verem que é possível eles terem um jazigo e eu um funeral comum. Hoje em dia, já não é mais economicamente, financeiramente viável, mas nessa época que a Renata está comentando, lá no início do plano, parcela de 20 reais, 30 reais. Que monetariamente o real foi desvalorizando. Exato, a gente não consegue mais aplicar esse tipo de valor. Mas tem os contratos ainda em sistema hoje, em torno com vigência já de 8, 9, 10 anos, que estão em fase inclusive de renovação depois de 10 anos, que começaram, contrataram com a gente na época (Hapcham, 2024).

Figura 22: Tabela de preços e parcelamentos praticada pelo Cemitério Parque das Allamandas.

PARQUE DAS ALLAMANDAS CEMITÉRIO & CREMATÓRIO		JANEIRO 2025				
TABELA TRADICIONAL						
	QUADRA 02	QUADRA 04	QUADRA 07B	QUADRA 12	ANTECIPAÇÃO	
VALOR	R\$ 22.000	R\$ 15.000	R\$ 13.000	R\$ 12.000		
CONDICÕES DE PARCELAMENTO						
12X	R\$ 1.834	R\$ 1.284	R\$ 1.100	X	4	
24X	R\$ 998	R\$ 699	R\$ 599	X	7	
36X	R\$ 723	R\$ 506	R\$ 434	X	11	
48X	R\$ 587	R\$ 411	R\$ 352	X	14	
60X	R\$ 508	R\$ 356	R\$ 305	X	18	

Fonte: Departamento comercial do Cemitério Parque das Allamandas.

Os preços praticados na venda e manutenção dos jazigos do Cemitério Parque das Allamandas (Figura 22) demonstram que a referida empresa pratica variações de preços de jazigos em relação à localização das quadras no terreno ocupado pela necrópole, uma clara estratégia de atribuição de valores e características diferenciadas no espaço interno da necrópole. Os preços variam entre R\$12.000,00 e R\$22.000,00. A empresa oferece parcelamentos entre 12 e 60 meses. A taxa de manutenção dos jazigos é de R\$130,00 por mês.

Além do plano funeral, das cremações e de toda a estrutura para a realização de velórios, missas e prestação de outros serviços, como palestras, atendimento psicológico em grupo para as famílias enlutadas, espaço para troca de experiências, o Parque das Allamandas oferece também os cerimoniais.

Nós temos também cerimoniais, que são um serviço bem diferenciado. Aí tem o cerimonial de cremação, que é realizado dentro de uma sala cerimonial, com projeção de vídeo, imagens. E temos também um cerimonial que é oferecido à parte, caso o cliente queira, no jazigo. A gente prepara tudo na tenda, com cortinas, cadeiras, prepara tudo junto, num espaço bem bonito e aconchegante para que essa última homenagem fique de acordo com o desejo da família (Hapcham, 2024).

Quanto ao número de sepultamentos já realizado no Cemitério Parque das Allamandas, nos foi informado que até a data da entrevista com a diretoria da necrópole, 14 de novembro de 2024, haviam sido inumados 6.170 corpos, acrescidos de 1.200 sepultamentos de restos mortais que foram exumados de cemitérios municipais e trasladados para lá. A média de inumações é de 50 por mês (Hapcham, 2024).

Desta forma, verifica-se também um movimento no sentido da existência de um público que teve o desejo de retirar os restos mortais de seus entes e deixar de usar as estruturas dos cemitérios públicos municipais de Londrina, optando e sentindo vantagens nos serviços prestados pela iniciativa privada.

O cemitério ocupa, segundo Hapcham (2024) uma área de 100 hectares, dos quais, 72 hectares são de uso do cemitério e os outros 28 hectares são divididos em áreas de preservação ambiental e um espaço cedido ao município (ACESF), cuja área não foi informada.

Esta área cedida à ACESF, localiza-se dentro das instalações do Cemitério Parque das Allamandas, e é onde funciona o cemitério vertical, de caráter temporário, mantido pela ACESF, com a finalidade de atender as famílias carentes, sobretudo as que são cadastradas em programas sociais e não dispõem de jazigos próprios, é o já mencionado “Conjugado Allamandas”, onde as inumações são feitas por período de três anos, quando a ACESF comunica os familiares e realiza a exumação dos restos mortais.

O Cemitério Parque das Allamandas possui cerca de 80 funcionários para manter em funcionamento toda a estrutura e tem ainda ampla capacidade de crescimento, estando muito distante da comercialização de todos os jazigos que o terreno comporta, conforme aponta Hapcham (2024),

Nem sempre o vendido está ocupado. Então, de ocupação, hoje, eu tenho uma média de 57% do que eu tenho construído. Respondendo uma próxima pergunta, nós temos aqui uma área para construir 18 mil jazigos. Hoje, eu estou num número aproximado de construção em torno de 10 mil. Eu já construí mais da metade do meu terreno. Então, 10 mil construídos. Desses 10 mil, eu tenho 57% ocupado. Só que se eu for olhar para os 18 mil, que ainda não está tudo construído, aí essa média de ocupação já vai chegar em torno de 27%. Um quarto, mais ou menos, da capacidade. Mas... Tem muito para crescer. Tem, tem bastante.

O Cemitério Parque das Allamandas comercializa 3 tipos de jazigos, os chamados jazigos de 3 ou 6 gavetas com espaço, onde é possível o sepultamento nas gavetas mais profundas sem a necessidade de exumação das mais superficiais, sendo o de 3 gavetas composto com a estrutura das gavetas e um espaço em uma das laterais e o de 6 gavetas com um espaço entre 2 blocos de 3. Há também os jazigos de 3 gavetas sem espaço, onde a família precisa administrar o uso das gavetas, posto que se não forem exumados os restos mortais sepultados nas mais profundas e forem ocupadas as mais superficiais, no período de 3 anos necessário para a realização de uma inumação, não é possível acessar as gavetas mais profundas, posto não haver o espaço lateral, apenas a sobreposição das campas.

Mas eu tenho um quarto tipo, que é o jazigo especial. Que ele tem um tamanho de comprimento e largura maior. Para casos de obesos. Então, isso... Vamos dizer, comercialmente ele não está com disponibilidade para venda. Porém, em alguns casos, no qual a gente identifica a necessidade, obviamente. Nós temos que fazer uma troca contratual com o cliente. Ou ele faz um contrato de locação de gaveta. Porque é determinado só para a reutilização do jazigo especial. Pois não caberia em jazigo tradicional. Depois faz exumação. Então, a gente também se preparou para isso. Claro que, do total de 18 mil jazigos, é em torno de quase 2% apenas que eu construí especial. Por isso que eles não estão à venda. Mas eles existem para esse tipo. É que também são casos muito específicos. Exato, duas, três vezes no ano (Hapcham, 2024).

É possível apreender do exposto a preocupação da empresa em atender todos os tipos de inumação e de necessidades, tendo como foco a qualidade do atendimento e o respeito ao cliente, casos como a obesidade mórbida, hoje não tão incomuns, não foram citados como preocupação e como havendo estruturas especiais em nenhuma das outras necrópoles estudadas.

Quanto às questões referentes à posse do jazigo, ao caráter de concessão de uso dos terrenos e da forma como são enfrentados os problemas de inadimplência a uma possível retomada dos jazigos para revenda, assim define tais processos a diretora do cemitério:

Sim, ele pode ser retomado. Nós temos algumas possibilidades nesse cenário. Nós temos os clientes que adquiriram a seção de uso de espaço e decidiram parar de pagar e se tornaram inadimplentes, mas não utilizaram esse espaço. Nessa situação, o nosso contrato já prevê a retomada desse jazigo, o cancelamento desse contrato. A gente está falando aí de mais ou menos um ano para chegar a tomar uma atitude assim. Mas a gente tem um departamento de cobrança especializado na recuperação desses clientes. Porque para a empresa também não é nada interessante fazer cancelamento. Porque já é a venda de um produto muito específico. Então, não é uma venda muito fácil. Então, para a gente cancelar os clientes em um esforço de retê-los, isso também não ocorre. Então, a gente faz de tudo para tentar reter esse cliente. Agora, quando eles já utilizam o jazigo, já utilizam os nossos serviços, a gente tenta também, primeiro, o departamento de cobrança, em primeiro lugar, fazer esse recebimento. No meio de notificações extrajudiciais a gente tenta. A gente utiliza também o meio judicial. Então, nós temos algumas ações judiciais. Como os processos são públicos, eu não tenho problema em falar. Mas a gente tem alguns processos também contra clientes inadimplentes que já utilizaram os serviços. E uma outra opção é quando a gente tenta todos esses meios anteriores, nada disso funcionou e o cliente, de fato, desapareceu. Vamos colocar dessa forma. Às vezes se mudou ou até faleceu e a gente não teve conhecimento desse falecimento. A gente pode chegar a fazer a retomada desse jazigo de forma administrativa. Isso também está previsto em contrato. Então, a gente faz uma série de envios, de cartas, de notificações. A gente faz publicação em jornal. A gente publica um edital em jornal e faz então a exumação sumária desses excessos mortais. Guarda no nosso ossuário. De forma alguma a gente pode descartar esses restos mortais. Então, a gente deixa devidamente guardado e identificado e retoma o jazigo. Então, caso se torne inadimplente, a gente tem um lequezinho de opções (Hapcham, 2024).

A visão empresarial aqui também fica caracterizada na consciência da administração da necrópole no sentido de compreender que se trata de um produto importante, no qual se busca qualidade de serviço, mas de difícil comercialização, o que leva a uma tentativa de resgatar os inadimplentes de modo a fidelizar o cliente. Há também que se observar a importante diferença na retomada de um jazigo desocupado e de um já utilizado, onde há corpos sepultados, nestes casos, há prazos estipulados por leis e regulamentações sobre as exumações de cadáveres.

Quanto à liberdade de manifestação das diferentes correntes religiosas no Cemitério Parque das Allamandas, a administração da necrópole demonstra a preocupação com este assunto, mas salienta que o cemitério tem uma estrutura com certa ênfase católica, por decisão dos sócios proprietários.

A fé católica provém do credo religioso dos proprietários. Porém, todas as religiões são aceitas. Inclusive, temos diversos clientes da fé budista, dos evangélicos, congregações, umbanda e candomblé. Diversas vezes eles têm espaço, inclusive, pela hora do velório e depois do sepultamento. Então, somos abertos a todas as religiões. Porém, existe uma religião determinante para a realização das missas, por exemplo, porque elas são católicas. E os fiéis que frequentam essa missa, geralmente, são da fé católica. Mas não é uma exclusividade. Nós temos paramentos diferentes, inclusive, em cada uma dessas religiões. Quando entra o atendimento funeral, nossa equipe de atendimento já pergunta, não sei qual o momento certinho, mas eu sei que eles perguntam já qual é a religião, para preparar exatamente a nossa sala de velório, de acordo com o credo religioso. E a gente também toma muito cuidado, por mais que tenhamos missas, tivemos agora finados, que é um grande evento para nós, a gente tenta propiciar para os nossos clientes um evento muito bonito. E a gente tem a

preocupação, por exemplo, de não transmitir em todas as quadras a missa. A gente deixa focado realmente aqui em cima, porque nós temos clientes que não vêm para assistir à missa, os clientes que vêm para a missa são fiéis da fé católica. Nós tivemos diversos visitantes que passeiam pelas quadras do parque, que não têm o desejo de participar da missa, então a gente sempre se preocupa muito em focar, não vamos divulgar, não vamos colocar, porque nós temos caixas de sons espalhadas, e não colocar a missa ser transmitida por todas as caixas, porque tem pessoas que escolhem não assistir. Professam outra fé. Outro exemplo também, nas cremações, os espíritas, eles acreditam que o corpo só pode ser cremado após setenta e duas horas do falecimento. Então, por diversas vezes nós temos as solicitações dessas famílias, e ela é atendida com bastante carinho, por conta da crença deles. Famílias que pedem para ser avisadas, na hora do ato de cremação, para conseguirem orar naquele momento. Todos são atendidos (Hapcham, 2024).

No cemitério não são permitidas as colocações de adornos, vasos, acendimento de velas ou outras oferendas e homenagens aos sepultados, por questões sanitárias. Também pela manutenção do gramado e por questões operacionais, posto que para a realização de um sepultamento, é necessário que seja movimentado um espaço composto por 12 jazigos, e a colocação de elementos diversos pelos familiares dificultaria este processo. As regras estão previstas no regimento interno da necrópole, que é previamente lido pelos clientes na aquisição dos jazigos (Hapcham, 2024).

Foto 17: Vista da superfície do chamado “Conjugado Allamandas”, observar as tampas de concreto por onde os sepultamentos são feitos e a plena integração da estrutura à proposta da necrópole privada Cemitério Parque das Allamandas.



Fonte: Registro fotográfico feito pelo autor, 2025.

O Cemitério “Conjugado Allamandas” (Foto 17), conforme apontou Hapcham (2024) é localizado dentro da estrutura do Cemitério privado Parque das Allamandas, foi uma área de 5% do total do terreno da referida necrópole, cedida à ACESF para uso rotativo de sepultamento de pessoas de baixa renda, em maioria, inscritas em programas sociais.

Santos (2004) aponta que os fixos são econômicos, sociais, culturais, religiosos, etc. analisa ainda que devem ser diferenciados os fixos privados dos fixos públicos, de modo que se possa compreender que os fixos decorrentes da ação da iniciativa privada obedecem à lei da oferta e da procura, leis de mercado visando o lucro, como é o caso do Cemitério Parque das Allamandas. Já o poder público, atua no sentido dos princípios sociais, não visando o lucro, o que se denota no Cemitério “Conjugado Allamandas”.

Desta forma, num mesmo ambiente, o sepultamento particular, de valor mais elevado, que abrange sobretudo camadas sociais que podem se preparar para o momento da morte e adquirir, ainda que parceladamente, um terreno no Parque das Allamandas, está atuando o poder público, oferecendo o serviço funerário de menor custo, caráter temporário, para as famílias mais desprovidas de condições para aquisição de um jazigo.

Como observa Lefebvre (2008), são as contradições do movimento dialético e conflitante da sociedade que se apresentam nas formas urbanas. Neste caso, faço a interpretação das formas urbanas dentro de uma única necrópole, que encerra em si, a disparidade entre as classes sociais e, em seu interior, explicita a segregação socioespacial ao ter uma área reservada aos que são atendidos por programas sociais para famílias de baixa renda, lado a lado com os mais caros jazigos comercializados na cidade de Londrina.

Em entrevista com o servidor da ACESF, Washington Luiz de Freitas, que trabalha também no chamado “Conjugado Allamandas”, além de estar lotado no Cemitério Padre Anchieta, foi possível entender a dinâmica desta estrutura obscura da ACESF, pouco divulgada, que funciona dentro das instalações do Cemitério Parque das Allamandas. Freitas (2025b) assim se referiu sobre a destinação do “Conjugado Allamandas”, seu funcionamento e estrutura:

Essa parte nossa que tem lá no Allamandas é tipo comunitário. É tipo comunitário lá. Lá, é o pessoal mais pobre, o pessoal assistido pela assistência social. Aí vai todos pra lá. Eu não sei exatamente se eles pagam uma taxa de 300 reais pelo aluguel de três anos, mas ia todos levados lá. E lá tem muitas gavetas. É quase igual o Cemitério Jardim da Saudade, porém debaixo da terra, subterrânea. E lá, a maioria que vai pra lá, é tudo o pessoal assistido pelo... pelo alguma... pelo CRAS, por alguma assistência social. E lá, bem dizer, é gratuito.

O entrevistado informa que para quem visita o Cemitério Parque das Allamandas, o “Conjugado” passa despercebido, posto seguir quase que perfeitamente a

proposta estética da referida necrópole privada, com exceção de algumas tampas de concreto, vazadas, que são retiradas para as inumações (Foto 18). Os familiares apenas acompanham a descida do féretro pelo espaço que é preenchido por estas tampas, não podendo ocorrer visitação à estrutura subterrânea de gavetas (Fotos 19 e 20), onde os lóculos são dispostos, cerca de 100 lóculos por seção, sendo ao todo, treze seções.

Foto 18: Tampas de concreto que são removidas para a realização das inumações no chamado “Conjugado Allamandas”.



Fonte: Registro fotográfico feito pelo autor, 2025.

Foto 19: Entrada para os corredores que dão acesso à estrutura de lóculos do chamado “Conjugado Allamandas”.



Fonte: Registro fotográfico feito pelo autor, 2025.

Quanto à identificação dos corpos sepultados em cada lóculo, informa que são identificados “por sequência, numeração. Uma numeração que é feita. A gente também, quando faz o sepultamento, a gente escreve o nome da pessoa e a data, né? Mas na numeração já é tudo numerado certinho. Já tem... Quando chega pro sepultamento já vem escrito” (Freitas, 2025b).

No “Conjugado Allamandas”, não existe a concessão perpétua de utilização dos lóculos, estes são apenas para uso temporário de três anos, conforme apontou o gerente do Cemitério Jardim da Saudade, Ricardo Reis.

Foto 20: Vista da estrutura de lóculos do chamado “Conjugado Allamandas”, observar, no alto, as aberturas por onde os sepultamentos são feitos.



Fonte: Registro fotográfico feito pelo autor, 2025.

Três anos exuma. Três anos já é liberado pra exumar. É liberado. E por ser vários andares daquele jeito e tudo muito perto... Porque ali é muito perto, né? É perto. Sim, sim. Lá ainda tá. No sistema que eles fizeram lá, tá dando até mais exumação que os nossos aqui (no padre Anchieta). Esses dias nós fizemos exumação lá de 15 sepulturas. De todos os 15, 1 só que não deu exumação. Aí tem vezes que a gente vai fazer exumação aqui de 10, 5, não dá. Então o sistema que eles fizeram lá é... Funcionou.

Colabora pra decompor. Sistema deles lá fizeram com uma entrada de ar, saída lá. Então, tipo... Funcionou. Sistema deles lá funcionou (Freitas, 2025b).

Sobre as equipes da ACESF que realizam as inumações e exumações de restos mortais, bem como demais trabalhos no “Conjugado Allamandas”, o entrevistado afirma que não há uma equipe fixa naquele serviço:

Não, não, não. É volante. É volante. Todo mundo vai. É, é volante. Usa mais o pessoal que tá no São Pedro, no cemitério São Pedro, que eles tão mais perto ali pra pegar carro, pegar material. Mas, assim, quando tem bastante sepultamento no São Pedro, aí eles pegam que estão mais perto, no caso a gente, pra ir também. Eles pedem pra gente ir, porque no nosso, de repente, não tem nada, aí a gente vai fazer. Faz assim, mas quem tá livre... Vai pra lá. Vai, vai e faz (Freitas, 2025b).

Com relação às condições de trabalho e as impressões que os funcionários absorvem na rotina do “Conjugado Allamandas” em relação às necrópoles convencionais, Freitas relata que é mais difícil realizar as inumações e exumações no “Conjugado Allamandas”.

É mais ruim. É ruim que é fechado, né? É um lugar mais abafado. É... É mais feio, né? É mais desagradável, né? É mais desagradável, aham. Mais desagradável. Muito mosquito... Não tem como evitar mosquito, porque é tudo decomposição, né? Não tem como evitar nada. E por mais que você veda, faz a parede direitinho, mas fica, né? Não, é... Aqui lá parece que brota. Não tem... E aí... E é vedado, porque pode o cheiro. Veda bem. É vedado bem, mas... É... Parte de corpo não tem nada. Não tem vazamento. Não tem nada. Mas mosquito, não sei de onde que... É que tem as tubulações, né? Eles correm tudo pela tubulação (Freitas, 2025b).

Freitas relata que o “Conjugado Allamandas” figura no sistema da ACESF, na página da autarquia que divulga para a comunidade os horários dos sepultamentos de cada falecido, a autarquia não utiliza o nome do Cemitério Parque das Allamandas, mas sim “Conjugado Allamandas”, posto que são serviços diametralmente diferentes e assim se posiciona quanto aos motivos que tornam este equipamento tão desconhecido da maioria dos londrinenses. Quase ninguém sabe sobre isto:

Não se fala muito, né. É que o pessoal não vai atrás desse cemitério, né. Então, tipo, eles só vão atrás quando, ó, quer comprar. Eu acho que tem um parente querendo morrer, aí eles vão atrás. Mas, assim, mas não é divulgado que o pessoal não tem ainda, não caiu na cabeça deles ainda esse negócio. Eles acham que comprando um terreno de cemitério estão adiantando o processo deles ir embora. E lá acaba sendo o Parque das Allamandas, né. Então não tem a... Pra gente lá chama “Conjugado Allamandas” (Freitas, 2025b).

Foi questionado durante a entrevista sobre o destino dos restos mortais pós exumação, ao fim do período de três anos.

Ó, é assim... Hoje a pessoa é sepultada lá, porque a pessoa não tem onde sepultar, não tem terreno, não tem nada, vai pra lá. Que foi no óbito. Depois, quando vai exumar, é mandado carta pra esposa, pra família, falando que vai exumar. Aí eles conseguem

comprar uma sepultura em algum lugar, tipo nos distritos, que são nossos, né? Conseguem comprar uma pra ossos. Se eles não quiserem, aí é tudo separadinho, aí vai pro Jardim da Saudade na caixa. Uma caixinha preta, que é colocada no ossuário. Hoje ainda você consegue recuperar esses ossos, tipo, vai tudo marcado. Antigamente já não era marcado, hoje já é marcado. Se você não conseguir pegar esse ano, ano que vem, eles acham pra você. Antes não. Antes não. Eu achei um camarada lá mês passado, ele foi exumado no ano 2020. Quer dizer, já faz 5 anos que foi exumado. Aí eu achei ele lá pro rapaz. O rapaz comprou um terreno daí lá em Irerê, parece, ou Paiquerê. Aí eu achei o corpo deles lá no... E os cemitérios distritais são... São Londrina. Tem, tem bastante espaço aí nos distritais. Tipo, maravilha mesmo, tem um terreno lá que tá quase o tamanho disso aqui não foi feito a metade (Freitas, 2025b).

Assim, o entrevistado levanta a questão de um certo preconceito popular sobre a utilização dos cemitérios distritais, que segundo ele, possuem ainda muito espaço livre, o servidor reitera que os distritos não são, em sua maioria, tão distantes da área urbana do distrito sede de Londrina, mas, mesmo assim, não há procura ou boa aceitação por parte da população por terrenos nestes equipamentos.

5. INFLUÊNCIAS DAS NECRÓPOLES NO ESPAÇO URBANO DO DISTRITO SEDE DE LONDRINA-PR.

Nesta seção, foram verificados diversos elementos que vieram a corroborar a hipótese que motivou esta pesquisa, de que a segregação socioespacial existente na cidade de Londrina-PR se mostra também nas necrópoles e de que estas desempenham também um papel importante na dinâmica socioespacial da cidade.

Servidores da ACESF, lotados em cada cemitério público urbano do distrito sede de Londrina foram entrevistados qualitativamente, tendo, assim, a oportunidade de discorrerem sobre suas vivências, as rotinas de trabalho e as percepções que têm das necrópoles. Estes entrevistados denotam uma visão diferenciada daquela demonstrada pelos proprietários de jazigos e visitantes das necrópoles, visto estarem envolvidos diretamente à rotina de trabalho nestes equipamentos públicos. Para estes, questões como a acessibilidade dos visitantes e familiares figuram como importantes diferenciais no que se refere à localização dos jazigos no interior de cada necrópole.

Optamos por entrevistar, também, sob a metodologia qualitativa, corretores de imóveis de diferentes imobiliárias, localizadas em diversas zonas da cidade, de modo a identificar as concepções e vivências de cada corretor em sua atuação, que preferencialmente ocorre na área mais próxima da localização da empresa onde exerce sua profissão, no tocante à influência ou não, das necrópoles na dinâmica da comercialização e locação de imóveis localizados em seus entornos. Foram realizadas dez entrevistas entre os dias 31 de março e 10 de abril de 2025, com corretores de imóveis que trabalham em imobiliárias dispostas nas seguintes zonas da cidade de Londrina: uma localizada na zona leste, três na área central, três na zona norte, uma na zona sul (Gleba Palhano) e duas na zona oeste.

Buscou-se compreender se na atividade laboral dos corretores de imóveis, há influências positivas ou negativas de elementos do espaço urbano próximo aos imóveis, tais como, acesso a transportes, grandes avenidas, comércio, serviços públicos educacionais, de saúde, praças, cemitérios e outros elementos, sendo, posteriormente, direcionada à influência ou não das necrópoles na comercialização e locação de imóveis.

Foi também realizado um comparativo entre os valores praticados pela Prefeitura de Londrina através da PGV de 2017, que definem os valores de IPTU, com os preços de terrenos e taxas de manutenção praticados pela ACESF (Decreto 894/2024) e a renda familiar média (2010) dos moradores dos bairros próximos a cada necrópole, de modo a, através da comparação destes dados, comprovar a existência de uma correspondência entre os preços

de imóveis, a renda das famílias que em cada zona da cidade residem e os preços dos terrenos e taxas de manutenção de cada cemitério, assim, configurando a consonância da segregação socioespacial das diferentes zonas da cidade com os cemitérios nelas instalados.

Foi possível através de pesquisa realizada pela plataforma *Google Forms*, verificar que proprietários de jazigos e frequentadores dos cemitérios de Londrina apresentam um perfil variado, segundo grupos etários pesquisados, de visitação aos cemitérios, relacionam os cemitérios a várias questões, tais como a religiosidade, a conservação da memória e o respeito pelos entes e amigos falecidos.

Com relação às questões de localização melhores ou piores dentro dos cemitérios, houve grande divisão de opiniões sobre a existência deste tipo de variação, já no que se refere às diferenciações entre cemitérios, fica mais nítida a relação entre a localização das necrópoles no espaço urbano de Londrina e a ideia de que sejam melhores ou piores entre si, seguindo o padrão socioeconômico da zona da cidade de Londrina em que cada necrópole está localizada.

É, no entanto, díspar a avaliação em relação ao Cemitério Parque das Allamandas que, muito embora esteja localizado em uma zona industrial distante do centro da cidade e de bairros com localização próxima a pontos turísticos, zonas de verticalização e de tendências à valorização, por se tratar de uma necrópole privada e oferecer um padrão diferenciado de serviços e apresentar uma estrutura que busca denotar um ambiente mais leve e agradável, foi considerada uma das melhores necrópoles da cidade de Londrina.

5.1 O PAPEL DAS NECRÓPOLES URBANAS MUNICIPAIS DO DISTRITO SEDE DE LONDRINA-PR NA PERSPECTIVA DOS CORRETORES DE IMÓVEIS

É importante também que sejam analisados aspectos das necrópoles urbanas de Londrina sob a ótica dos profissionais do mercado imobiliário, corretores de imóveis, de diferentes imobiliárias localizadas em várias zonas da cidade de Londrina, de modo a compreender se há e, quais seriam as interferências causadas pelos cemitérios na comercialização de imóveis próximos a estas estruturas.

A análise que segue parte das premissas que se impõem a uma necrópole, um dos fixos urbanos com maior grau de fixidez intrínseca. Yázi (2003) argumenta que a história e o decurso do tempo muda grande parte dos espaços e edificações urbanas, mas alguns usos se mantêm, tais como os cemitérios. Diante disso, buscamos compreender o papel desempenhado

por estes equipamentos urbanos, as necrópoles, no mercado imobiliário atuante nas proximidades.

Sobre a existência de elementos do espaço urbano responsáveis por valorização ou desvalorização dos imóveis, os entrevistados foram unânimes em dizer que há impacto sobre o preço e sobre o tempo de comercialização imóveis, de acordo com o que o entorno do imóvel apresenta.

Dentre os tipos de elementos apontados como positivos, os entrevistados destacaram as áreas comerciais, tais como shoppings centers, supermercados, galerias ou mesmo ruas comerciais com estabelecimentos diversificados. A acessibilidade e vias de transporte, além da proximidade de acesso a transporte público foram também elementos apontados como facilitadores na negociação dos imóveis e, portanto, os valorizam.

Elementos como hospitais, postos de saúde e escolas, no entanto, foram apontados com ressalvas: são entendidos como elementos positivos quando situados no entorno próximo, mas, quando na vizinhança imediata do imóvel, são considerados causadores de transtornos como barulho e excesso de movimento e nessa condição deixam de ser positivos.

Quanto à proximidade dos imóveis em relação às necrópoles, apenas uma entrevistada, a corretora de imóveis Cirlete Marcondes Pelegrissuli, da Imobiliária Cirlete Marcondes, localizada na Rua Sacadura Cabral 116, Bairro Aeroporto, próximo aos Cemitérios Parque das Oliveiras, São Paulo e Islâmico, se posicionou de maneira a entender o cemitério como um elemento neutro na negociação dos imóveis, salvo raras exceções, senão, vejamos:

Se tiver alguma influência, é muito pouco, eu já vendi apartamentos e casas perto de cemitérios, já vendi perto do Parque das Oliveiras, apartamento com vista para o São Pedro, casa no Jardim das Palmeiras, de frente para a lateral do Jardim da Saudade. Nunca tive problema, se a pessoa gosta do imóvel e é onde ela quer, compra! Na verdade, morar pertinho do cemitério deve ser até bom, os vizinhos são silenciosos. (risos) Uma vez ou outra, alguém questiona da casa ou apartamento dar vista pra o cemitério, mas nunca deixei de fazer uma visita por isso. (...)No São Pedro é diferente porque não há casas, é tudo edifícios altos, com vista para o cemitério ou opostas, eu nunca tive problemas, mas talvez alguém não queira ter vista pro cemitério. Nos outros, predomina as casas em volta, e casas não vejo nenhuma interferência, ninguém liga, o cemitério é até um bom vizinho, bastante silêncio (Pelegrissuli, 2025).

Questionada acerca de possível influência dos cemitérios sobre a locação de imóveis ou sobre os negócios referentes a imóveis comerciais, informou que,

Se na venda não tive problemas, na locação é mais fácil ainda, a locação é temporária, não é propriedade, a pessoa precisa apenas do imóvel que satisfaça suas necessidades e esteja num lugar perto do trabalho, algo assim, não interfere (Pelegrissuli, 2025).

Porém, a vivência profissional supracitada configurou-se como uma exceção em relação às outras entrevistas realizadas. Para todos os outros entrevistados a proximidade de

uma necrópole com um imóvel a ser comercializado configura, em maior ou menor grau, uma influência negativa sobre a realização dos negócios. Direta ou indiretamente, a proximidade com o cemitério impactará no preço e na rapidez com que estes imóveis serão comercializados.

De acordo com a necrópole mais próxima à imobiliária onde o corretor entrevistado trabalha, foi possível verificar que o grau de influência identificado pelo profissional varia. Tomemos como exemplo, a corretora Ízis da Silva Benício, da Imobiliária Santamérica da Av. Saul Elkind (zona norte de Londrina). Quando questionada sobre a influência dos cemitérios na realização dos negócios dos imóveis próximos, assim se posicionou:

Tem pessoas que não veem problema e tem pessoas que já veem problema, né? Às vezes, a gente passa em frente e pensa, ah, mas é perto do cemitério. Sim, mas é perto também de posto de gasolina, é perto disso, disso e daquilo. Tem o cemitério Jardim da Saudade, a gente tem alguns imóveis ali. Às vezes, tem gente que fala, ah, mas eu não queria ir perto do cemitério. Tem gente que tem um pouquinho ali de coisa, assim, de energia, de algo ruim, né? Então, tem gente que opta por não, não quer um imóvel ali. Mas, ah, é perto da avenida, poucas quadras, aí não tem influência. Acredito que não seria, porque o cemitério que a gente tem aqui tem vários comércios, né? Então, não chega a ser algo que, por esse motivo, eu não quero fechar a venda. Nunca foi um motivo ali. Se foi motivo de um financiamento ou encontrou um outro imóvel bem mais localizado, né? Então, depende muito do perfil dessa pessoa que vai comprar. Se for pra investimento, eu acho que não teria tanto problema. Mas pra moradia, a pessoa vai analisar o que tem ali perto (Benício, 2025).

Portanto, para a corretora Ízis Benício, o cemitério é identificado como um elemento negativo, mas a existência de diversos outros elementos positivos também no entorno, pode suplantar a influência da necrópole, tendo em vista também o interesse do potencial comprador pelo imóvel naquela área, e as características peculiares do imóvel oferecido irem de acordo com os anseios do cliente.

No caso de locação a corretora aponta outros fatores que diminuem a interferência do cemitério com relação aos imóveis disponíveis nas suas proximidades.

Não, pra locação não. Acho que a gente tem mais ali a venda. Porque às vezes é o único imóvel que essa pessoa vai comprar na vida dela inteira. Então, ela tem que escolher ali a melhor localização, né? Mas pra locação, a gente vê que a pessoa às vezes tem um desespero por alugar logo. Às vezes o contrato dela tá vendendo, tá vendendo, né? Ou por algum outro motivo ela tem que sair do imóvel. Então, ela fala, olha, não importa, eu quero uma casa com dois ou três quartos em qualquer região que for mil reais, mil e trezentos. Então, ali tá dentro. Não vai ter problema. Então, a pessoa nem liga. Às vezes tem gente que acaba nem ligando pra locação se tem cemitério do lado ou hospital, né? Mas pra venda, sim, influencia (Benício, 2025).

Priscila Zamarian Andrian, corretora da Imobiliária Santamérica da Av. Saul Elkind (zona norte de Londrina), tem uma visão semelhante à da corretora supracitada, percebendo uma influência negativa da proximidade da necrópole em relação aos imóveis

disponíveis para a venda e influência menor ou inexistente quando se trata de imóveis para locação.

Um dificultador. Porque as pessoas não costumam falar, mas eu vejo que os imóveis que são próximos do cemitério demoram para ser vendidos. Para alugar não vejo muita dificuldade, mas para a venda, sim. É, mais a dificuldade de vender mesmo, mas a valorização continua a mesma. A valorização leva mais enquanto bairro e o tipo da casa. Ele é um empecilho, mas se for cemitério, por exemplo, mas está próximo de uma avenida, se a localização é boa, tem um cemitério ali, vai ser um empecilho, mas o valor eu vejo que não altera muito. Mas a procura diminui. Mas as pessoas não deixam de vender por um valor menor, por ser perto do cemitério (Andrean, 2025).

Andrean complementa que a proximidade com o cemitério é um ponto negativo na medida em que faz parte de um preconceito arraigado culturalmente na mente da maioria das pessoas, em seu entendimento, os clientes nem sempre citam a proximidade com a necrópole como o fator decisivo para a escolha de um imóvel mais afastado desta em detrimento de um que se localize próximo, mesmo ambos tendo as mesmas características principais, mas que a presença do cemitério, não somente em frente, mas nas ruas mais próximas, atrapalha a comercialização dos imóveis, não necessariamente afetando o preço destes, mas tornando a comercialização mais difícil.

Ainda tratando de corretores que trabalham mais diretamente com imóveis da zona norte de Londrina, o corretor Marcos José Fávaro, da Imobiliária Fávaro da Av. Saul Elkind, corroborou as impressões dos outros entrevistados que trabalham na mesma área da cidade. Contudo, trouxe à baila um novo elemento: a vista para o cemitério. “Às vezes você tem uma casa que está na frente do cemitério, com vista para o cemitério, o que acontece é que você chega com o cliente, ele chega na frente do imóvel e não tem visita. Você nem consegue mostrar, só pela... pela visão” (Fávaro, 2025).

Fávaro complementa que se a comercialização de um imóvel com vista para o cemitério é mais difícil, o preço tende a cair, ou seja, há uma desvalorização dos imóveis com vista para o cemitério, em decorrência da maior dificuldade em realizar a venda. Argumenta ainda que no caso das locações, a mesma influência é percebida, mas com uma intensidade menor, posto que a locação é algo temporário, diferentemente da compra de um imóvel.

A corretora de imóveis Marcila Euzébia Melo, da Imobiliária Veneza, no Jardim Bandeirantes (zona oeste de Londrina), questionada sobre a possível influência dos cemitérios sobre os preços e a velocidade de comercialização de um imóvel, bem como, sobre as razões que poderiam causar tais influências, caso existam, assim explicou:

Acredito que sim. Sim, influencia. Ninguém quer morar em frente a um cemitério. Então é difícil vender. É difícil. O mais próximo e a vista também. Ninguém quer abrir a janela do apartamento e olhar para o cemitério. Eu ia te mostrar no cemitério, e quando eu vi, eu disse que não queria ver. Eu não queria ver. Ninguém quer, né? Eu

vou te contar. Não quero ter vista para o cemitério. Não quero ser visto pelo cemitério. É triste. É o que faz as pessoas quererem ficar longe. É algo que ninguém quer (Melo, 2025).

Do exposto, novamente percebemos que a questão da vista se torna mais incisiva do que a da proximidade, no caso da locação, Melo identifica que o preço do aluguel e a localização do imóvel suplantam a presença da vista do cemitério ou de sua proximidade porque é uma utilização temporária daquele imóvel, não é definitiva como a aquisição do mesmo.

Conforme aponta Santos (1998) as sucessões, que, entendidas a partir dos processos no decorrer do tempo, levam a importantes transformações urbanas, com a alteração da paisagem e do meio construído, no entanto, certos fixos urbanos, dentre eles as necrópoles, se mantêm, passando a conviver com as novas formas que foram introduzidas no entorno. Este processo de sucessões e coexistências acaba por levar às dificuldades apontadas pelos entrevistados, sobretudo com relação à alteração de mercado apontada para imóveis com vista para os cemitérios.

A questão da paisagem é também abordada por Carlos (1994) e Abreu (2003) no sentido das manifestações das atividades humanas e sua espacialização no tecido urbano, o que passa a conferir um elemento que afeta os sentidos daqueles que convivem com o espaço em questão.

O corretor de imóveis Marival de Oliveira, da Imobiliária Taty, na zona oeste de Londrina, em suas mais de três décadas de profissão, identifica um elemento ainda não citado pelos corretores já mencionados, a presença de capelas mortuárias muito próximas aos imóveis à venda. Questionado sobre o principal fator de interferência dos cemitérios na comercialização dos imóveis próximos, assim se refere:

Um dos principais é a capela, mostrou mortalha, aí já começa, vem o baque. Atrapalha. Atrapalha sim, infelizmente. É bem mais difícil vender! Interfere no valor, certo. Seria aglomeração de pessoas, né? Não tem outra coisa que vai atrapalhar, não.

Desta forma, Marival não identifica questões como a vista ou preconceito com o cemitério como fatores preponderantes, mas aponta a grande movimentação de pessoas e carros, as aglomerações próximas às residências como um fator que gera desconforto e, por isso, se torna um elemento negativo para a comercialização dos imóveis.

Seguindo o mesmo raciocínio das entrevistas até aqui analisadas, Marival não identifica influência dos cemitérios sobre a locação residencial, bem como não percebe qualquer impacto sobre comercialização e locação de imóveis comerciais.

Ricardo Eumann Mesas, corretor da Imobiliária Premier, localizada no alto da Av. Prefeito Faria Lima, localidade próxima à Gleba Palhano e ao Cemitério Papa João XXIII, tem uma visão diferenciada sobre o papel dos cemitérios no mercado imobiliário, ele analisa o assunto sob a égide do mercado de imóveis novos, sobre as tendências dos lançamentos das construtoras, posto que na área em que exerce sua profissão, é grande a oferta deste tipo de empreendimento.

O João XXIII é um cemitério menor também e o que tem lá de lançamento? É o “The Place”, da Construtora Dinardi. Não é um ponto negativo, porém, talvez esteja dificultando novos lançamentos na região, ele já tem oito anos, mais ou menos, não sei ao certo, mas depois dele não teve outros ali. Na minha opinião é, porque esse empreendimento “The Place” está em uma região alta em relação ao cemitério, e ali você tem visibilidade da gleba, você consegue ver as estruturas da Gleba Palhano. A localidade do João XXIII, faz um vale rumo ao Igapó, então ele não está tão plano quanto São Pedro. Se você reparar, os empreendimentos por perto de São Pedro, eles procuraram colocar as janelas de sala e quarto viradas para as ruas laterais e não de frente, não de frente, para evitar uma depreciação desses imóveis. Ali eu acho que a depreciação maior aconteceu quando eles foram lançados, com certeza houve, mas agora são imóveis que estão mais destinados a locação e o valor de locação tem um piso então como são apartamentos pequenos para estudantes, vai ser em torno de mil reais, assim como é ali, em outros lugares (Mesas, 2025).

O Cemitério Papa João XXIII (fotos 21 e 22) está localizado numa área valorizada pelo mercado imobiliário da cidade de Londrina, próximo ao Lago Igapó, na área de drenagem do fundo de vale do Vale do Rubi, que ajuda a compor a bacia hidrográfica do Ribeirão Cambezinho. Ocupa um terreno com forte declividade, separado por uma rua, do fundo de vale.

Assim, um fator que deve ser evidenciado é que a proximidade do terreno onde foi implantado o cemitério com cursos d’água, que compõem a bacia do Ribeirão Cambezinho, muito provavelmente inviabilizaria a instalação de tal equipamento urbano na atualidade, devido às legislações de caráter ambiental.

Neste sentido, Gimenez (2013) argumenta que no passado, a construção de uma necrópole, por razões de economia, ocorria em lotes de pouco valor de mercado, ignorando as formações hidrológicas e geológicas do local.

O entrevistado complementa que, em sua atuação como corretor, percebe que, independentemente de qual seja o tipo de imóvel ou a modalidade de negócio (venda ou locação), os imóveis próximos aos cemitérios e, sobretudo, os que têm vista para as necrópoles, serão preteridos em relação aos que não trazem consigo esta influência. Por fim, todos os imóveis são passíveis de serem comercializados, mas a necrópole sempre atuará como um fator negativo na hora da escolha por parte do cliente.

Foto 21: Entrada do Cemitério João XXIII.



Fonte: Registro fotográfico feito pelo autor, 2025.

Foto 22: Vista parcial do Cemitério João XXIII, notar a grande declividade e, ao fundo, o fundo de vale.



Fonte: Registro fotográfico feito pelo autor, 2025.

Estrutura impactante no centro de Londrina, o Cemitério São Pedro é um fixo urbano que não passa despercebido por quem ali transita ou reside. Os impactos ambientais que produz vão desde os relacionados ao solo até a poluição visual que denota às proximidades,

resíduos de construção, muitas vezes abandonados, contaminação das águas subterrâneas, proliferação de animais e desvalorização de imóveis próximos, conforme aponta Stipp (2011, p. 105).

Na área central, foram feitas três entrevistas, a primeira delas com o corretor de imóveis Luiz Cláudio Guarda, da Imobiliária Veneza. Questionado sobre a existência ou não de uma influência das necrópoles sobre os imóveis próximos e quais seriam os principais motivos que causariam tais influências, assim se expressou:

Exato, vista para o cemitério, apartamento ou casa com vista para o cemitério, não o entorno, mas, isso eu estou colocando duas coisas: minha vivência, minha posição e a experiência. Eu acredito que isso interfere negativamente. É a vista mesmo, não querem! É, tem aqui atrás, na Rua Espírito Santo, um edifício cuja frente dá para o cemitério. Clientes já disseram que não querem. O outro edifício na Av. Senador Sousa Naves, cujo apartamento é de fundos, mas tem vista para o Cemitério São Pedro, também já houve clientes que disseram que não tinham interesse no imóvel, argumentam que não faria bem acordar de manhã e ver o cemitério. É que com relação ao São Pedro tem muitos edifícios altos em volta, essa é a diferença. E aí você tem muito apartamento com vista para o cemitério (Guarda, 2025).

Quanto a imóveis comerciais, preferiu não se manifestar por não trabalhar diretamente com este tipo de produto. Reitera que nos cemitérios de bairros a verticalização é menor ou até mesmo inexistente, e que isso leva a uma mudança na proporção da influência da necrópole sobre os imóveis. A localização central do Cemitério São Pedro, com muitos edifícios altos no entorno, cria um efeito paisagístico em que a vista para o cemitério incide sobre uma quantidade muito maior de imóveis, se comparado aos imóveis das adjacências dos cemitérios Jardim da Saudade ou Padre Anchieta, por exemplo, esses cemitérios são circundados por casas térreas.

Márcia Evangelista Filurnine, corretora da Imobiliária Senador, localizada no centro de Londrina, afirma que a questão da vista para o cemitério é preponderante em relação ao fator proximidade à necrópole. Salienta que o elemento visual paisagístico de um imóvel em relação a um cemitério acaba por configurar uma desvalorização deste.

Desvaloriza um pouco, sim. Torna mais difícil a negociação. Por conta que às vezes a pessoa está procurando, né? E aí ela acha o apartamento ideal, mas aí é do lado do cemitério. Então isso aí, muitas vezes, o proprietário tem que reduzir um pouco o valor para fazer a comercialização, né? Entra na pechincha sim, na hora da negociação, por conta do cemitério. A pessoa vai alegar: pô, mas é de frente para o cemitério! Para fechar o negócio então, é mais difícil vender (Filurnine, 2025).

No que se refere à locação, a corretora não vê dificuldades em fechar negócios, posto que a locação é algo temporário e não dispense de um investimento alto. Segundo a entrevistada, na compra, diferentemente da locação, o comprador tem o receio de que a vista para o cemitério cause uma desvalorização em uma venda futura, o que dificulta a

tomada da decisão de adquirir um imóvel com vista para uma necrópole. Além disso, a família, por vezes, pode não querer conviver com a visão cotidiana de um cemitério. Argumenta também que, no caso de venda de imóveis para investidores que farão a locação dos mesmos, o receio de ter um imóvel difícil de alugar ou de revender no futuro impacta também na negociação.

O corretor Denerval Puglieri, da Imobiliária Avenida, localizada na Av. Juscelino Kubitschek, no centro de Londrina, trouxe, também, diversas informações relacionadas ao mercado imobiliário no que se refere às influências das necrópoles em relação aos imóveis próximos. Questionado sobre a influência de um cemitério sobre os imóveis próximos, afirmou que: “Interfere 99% negativamente. Existe o que não se incomoda, mas 90% sente que incomoda” (Puglieri, 2025).

Sobre a extensão da área de influência de uma necrópole sobre os imóveis, o corretor fez a seguinte análise em relação ao Cemitério São Pedro (Foto 23), o mais antigo e central de Londrina:

Foto 23: Cemitério São Pedro, em primeiro plano, o “Cruzeiro das Almas” e alguns jazigos, ao fundo a contiguidade com a verticalização do centro de Londrina.



Fonte: Registro fotográfico feito pelo autor, 2025.

O entorno também, para alguns casos, mas a vista é primordial, porque o que o olho não vê o coração não sente. Normalmente, se você leva alguém para o quadrilátero do Cemitério São Pedro, a vista de um imóvel para o cemitério fará diferença. No centro de Londrina, todas as ruas se cruzam e o Cemitério São Pedro era o fim da cidade, ninguém imaginava que a cidade ia crescer para lá, por isso que ele ficou ali, então hoje ele reflete 100% em cima dessas localizações: Av. Rio de Janeiro, Ruas Alagoas, Rua Professor João Cândido, um pouco para baixo Rua Pernambuco. Aqui são

voltados para frente, tudo é vendido, tudo tem mercado, mas a dificuldade é muito maior porque você tem a vista. Causa uma desvalorização sim em alguns casos, não em todos, mas em alguns casos sim. Acaba tendo que baixar o preço para conseguir negociar (Puglieri, 2025).

Spósito (1988) afirma que a cidade de hoje é o resultado cumulativo de todas as cidades de antes. Assim, seguindo a perspectiva de Santos (1998) sobre os eixos de sucessão e coexistências, o Cemitério São Pedro se torna um emblemático exemplo em Londrina, posto que, inaugurado nos anos 1930, foi completamente englobado ao espaço urbano central da cidade e circundado de forte processo de verticalização.

Sobre o cemitério João XXII, Puglieri analisa que:

E as casas também. Então tem a mesma influência, eu acredito que tenha. Porque assim, se você olhar o João XXIII, se eu der um exemplo lá, o João XXIII, ele já está em um espaço que não tem tanta casa, e a grande maioria, com o crescimento da cidade ali, está virando comércio, então, ele não tem muitas residências perto. Mas tem o predinho, por exemplo, em frente ali, ele é dois quartos sala, cozinha, banheiro. Os apartamentos de fundo têm uma vantagem, que é o sol da manhã. Os de frente tem uma desvantagem, que é o sol da tarde e são de frente para o cemitério. Onde você mostra o de fundo ninguém fala nada, onde você mostra o de frente, o comentário é geral. Eu acredito que por isso a pessoa pagaria vinte mil a mais no apartamento de fundo do que morar no apartamento de frente mais barato. Por exemplo, você pegar um apartamento na Gleba Palhano, de dois milhões e abrir a janela, você vai ver o João XXIII. Só que você está lá do outro lado, ele vai aparecer pequenininho, ele vai aparecer pequenininho, um negócio que você vai ter que buscar, e ali no outro, não. No outro, ele é de frente, preenche a vista. Talvez seja por isso que o pessoal que criou o Parque das Allamandas distante (Puglieri, 2025).

Faz também uma análise sobre o cemitério Parque das Oliveiras (contíguo ao Cemitério São Paulo e ao cemitério Islâmico):

Na frente do Parque das Oliveiras, tem uma floricultura, aquelas coisas, o que tem na lateral ali, são casas boas, só que o entorno, o jeito que você sai Ah, onde tem a feira do sábado ali Ah, lá no Anália Franco, você olha lá no Anália Franco, mesmo a avenida, ela é grande, depois ela bifurca ali na Avenida do Café, que faz o contornado, aí tá, na Avenida do Café você tem a Justiça Federal, você tem a ligação que sai pro aeroporto, e ele (o cemitério Parque das Oliveiras) tá aqui, só tem uma floricultura pra vender vela, tem outra floricultura pra vender vela. O cemitério “queima”, então “queima”, então Interfere é ruim (Puglieri, 2025).

E, ainda, faz sua análise sobre os cemitérios localizados nas periferias, nesta perspectiva, considera os cemitérios Padre Anchieta (jardim Ideal, zona leste de Londrina) e Jardim da Saudade (zona norte, Av. Saul Elkind) nestes temas:

Na periferia você sente menos porque não são imóveis de grande valor, e não tem um impacto social muito grande, porque a diversão teoricamente é mais ou menos igual, é a igreja, para eles, se você fizer qualquer evento na igreja, é aquele tumulto, enche de gente. As igrejas do centro, a maioria delas são vazias, porque as pessoas têm festas, jantares, vida social. Você vai ter vida social, e o valor dos imóveis também acho que é interfere a dificuldade no centro porque os imóveis são caros, então a pessoa vai pensar muito para escolher. Ali, por exemplo em volta do Padre Anchieta, do Jardim da Saudade, o Jardim da Saudade, principalmente, ele foi construído para

o lado de baixo da Saul Elkind, então, se você for olhar, aí mesmo assim, o comércio que está em volta dele ali, é o mais fraco, porque você vai ver que aquele espaço ali da Caixa Econômica é recheado de comércios de todo tipo, aí você chega na frente do cemitério, os lados são vazios, aí fica o ramo de uma oficina mecânica. Qual é o valor do aluguel? Mil e quintos, dois mil Reais? O metro quadrado da Saul Elkind é fortíssimo, é outra realidade, é outro mundo, mas há interferência. Mas a interferência também naquela rua que é grande, aquela avenida que tem atrás do Jardim da Saudade, quando você chegar nas proximidades do cemitério, as pessoas falam, não, perai! Tem mais opção para o lado de lá! É isso, também tem a interferência (Puglieri, 2025).

Santos (2004) analisa que a cidade é determinada por formas preexistentes, portadoras de uma funcionalidade precisa, o que pode explicar a análise acima, a funcionalidade precisa dos Cemitérios Parque das Oliveiras, Islâmico e São Paulo, localizados em uma mesma quadra, afetam o florescimento do comércio e mesmo a modificação das características habitacionais do entorno.

Sobre os motivos principais que afetam a comercialização dos imóveis próximos aos cemitérios, em tom de brincadeira, relata que “a vista é fundamental. Eu brinco que a vista para o futuro é o que poucas pessoas querem! É a única certeza da vida, mas ninguém quer, ninguém quer sair na janela, e olhar para o cemitério. Não, eu vou tomar meu café da manhã, eu vendo tudo isso” (Puglieri, 2025).

Sua visão e experiência quanto à locação de imóveis próximos às necrópoles vem a corroborar o que os outros entrevistados relataram.

Eu acredito que na locação seja em menos. Mas também tem, por quê. já que você está alugando, não é seu, você pode se mudar a qualquer momento, mas eu também posso escolher não estar ali Então eu acho que ele interfere menos, mas ainda assim pode ter uma certa interferência. Por isso que talvez o investidor não vai comprar um de frente para o cemitério, porque ele vai ter uma dificuldade maior de alugar, mas é um dos componentes que vai jogar contra eles. Então talvez já comece ali, na venda, nem na locação. Eu acho que interfere, não tanto quanto a venda, mas interfere não tanto porque a locação é uma coisa mais temporária, você entra e pode sair, o inquilino ele é nômade, né? Um dia ele está aqui, outro dia ele está lá (Puglieri, 2025).

Quanto aos imóveis comerciais, Puglieri analisa que a influência da proximidade com o cemitério se firma na menor circulação de pessoas pelas faces das necrópoles, o que torna a instalação de uma atividade comercial menos atrativa, vejamos:

Olha, eu acredito que tenha também, porque se você pegar a região que tem o cemitério, o comércio não é forte, olha o quadrilátero aqui, tem o que? Uma marmoraria. A Av. São Paulo tem uma feira que atrapalha também muita coisa, mas não é um comércio forte ali, você olha a Av. Rio de Janeiro, aqui ela tem um monte de lojas lá pra cima do bosque pra cima, pra baixo tinha uma loja de noivas que fechou, nunca mais abriu nada ali! Então o comércio não é forte E tem a ver, porque pense, muita gente circula em volta do cemitério? No dia de finados e no dia das mães, porque caso contrário ele não vai sair, ele não vai levar um filho pra fazer um piquenique em volta, ele não vai passear lá em volta, diminui a circulação de pessoas, ao contrário, ele quer a distância! Então eu acho que tem efeito diminuir a circulação de pessoas (Puglieri, 2025).

E segue:

Vamos pegar o Padre Anchieta, por exemplo, as casas que tem no entorno sempre são casas velhas, antigas. Ai construíram um posto de saúde um pouco mais abaixo pra distanciar ainda mais as casas, aí, pro lado de cá, na avenida, você viu o que tem ali? Era um negócio de papelão que pegou fogo e virou o centro de “noiado” um tempo, tem um bar de esquina que faz 500 anos que os senhores vinham tomar cerveja ali. Agora, tenta montar uma loja ali pra você ver se vai! Eu acho que não, né? Existe uma sorveteria se não me engano, que ficava na lateral acho que o nome é sorveteria Paloma lá, uma sorveteria bonita, aí a pessoa vai lá com a criança no fim de tarde pra ficar olhando o muro do cemitério!?! (Puglieri, 2025).

Assim, ao finalizar o ciclo de entrevistas com corretores de imóveis da cidade de Londrina, ficou nítido que, de algum modo e em algum grau, as necrópoles atuam como elemento negativo e depreciador de imóveis situados em seu entorno. Na experiência profissional dos que trabalham com o mercado imobiliário, seja com imóveis novos, seja com usados, o efeito negativo da proximidade e da vista dos cemitérios, os fluxos gerados por capelas mortuárias e pelos sepultamentos se dá em maior grau na venda de imóveis residenciais. Secundariamente e em menor grau, ocorre também nos imóveis residenciais para locação e nos imóveis comerciais para locação ou venda.

A razão principal apontada para tal influência negativa é a vista, a poluição visual que o cemitério causa. O estigma arraigado no seio da sociedade faz com que a visão de um cemitério na paisagem de sua janela torne-se algo indesejável e desagradável. Vale ressaltar que também houve a citação de elementos ligados ao imaginário, como um certo medo de ser vizinho do local em que estão os corpos dos que já morreram. Ressaltamos ainda que, um fator não menos importante, é o receio de adquirir um imóvel que terá depreciação maior do que outros com situação geográfica semelhante, mas que não são afetados diretamente pela proximidade e efeitos paisagísticos de uma necrópole.

Fixos e fluxos, funções dialéticas dão movimento à paisagem, o fator tempo modifica a função das formas (Santos, 1999), assim, os fluxos e as transformações da paisagem em derredor das necrópoles tornam este fixo urbano um elemento que exerce influência direta aos processos de criação e recriação da paisagem local, interferindo nas transformações e até mesmo no preço da terra em suas proximidades. São as contradições dialéticas da sociedade, se evidenciando no transcurso do tempo, e na fixidez das necrópoles.

Assim, a escolha de um imóvel para investir ou morar é, sem dúvida, algo importante na vida de qualquer pessoa, visto serem bens de alto valor, e qualquer fator que traga a impressão de que possa causar desvalorização será levado em conta, ao que pudemos aferir, o cemitério é um importante fator depreciativo na decisão pela compra de um imóvel ou na instalação de uma empresa.

5.2 RELAÇÃO ENTRE OS PREÇOS PRATICADOS NAS NECRÓPOLES URBANAS DO DISTRITO SEDE DE LONDRINA-PR, OS VALORES DA PGV NOS BAIRROS PRÓXIMOS ÀS NECRÓPOLES E A RENDA FAMILIAR DOS HABITANTES DESTES BAIRROS

Neste item será feita uma análise comparativa entre os valores praticados pela Prefeitura Municipal de Londrina, segundo a PGV (Lei 12.575/2017, em vigor) que serve como base para o cálculo do IPTU na cidade de Londrina-PR, e os preços praticados pela ACESF nas necrópoles públicas urbanas do distrito sede de Londrina-PR.

Para isso, foi realizada uma média dos valores da PGV dos bairros próximos à localização de cada necrópole pública, de forma a verificar se há correspondência entre os valores médios dos imóveis nestes bairros com os preços praticados pela ACESF.

Foi feita ainda uma média da renda média familiar dos bairros próximos a cada necrópole pública urbana do distrito sede de Londrina, de modo a verificar se os valores da PGV e dos preços praticados pela ACESF também têm consonância com o padrão de renda dos moradores dos referidos bairros. Para tanto, foi estabelecido, como nos mostra o Mapa 3, um recorte geográfico de bairros por zona da cidade onde se encontram os cemitérios públicos municipais de Londrina, de onde foram aferidas as médias de renda familiar do ano de 2010 e do metro quadrado conforme a PGV de 2017.

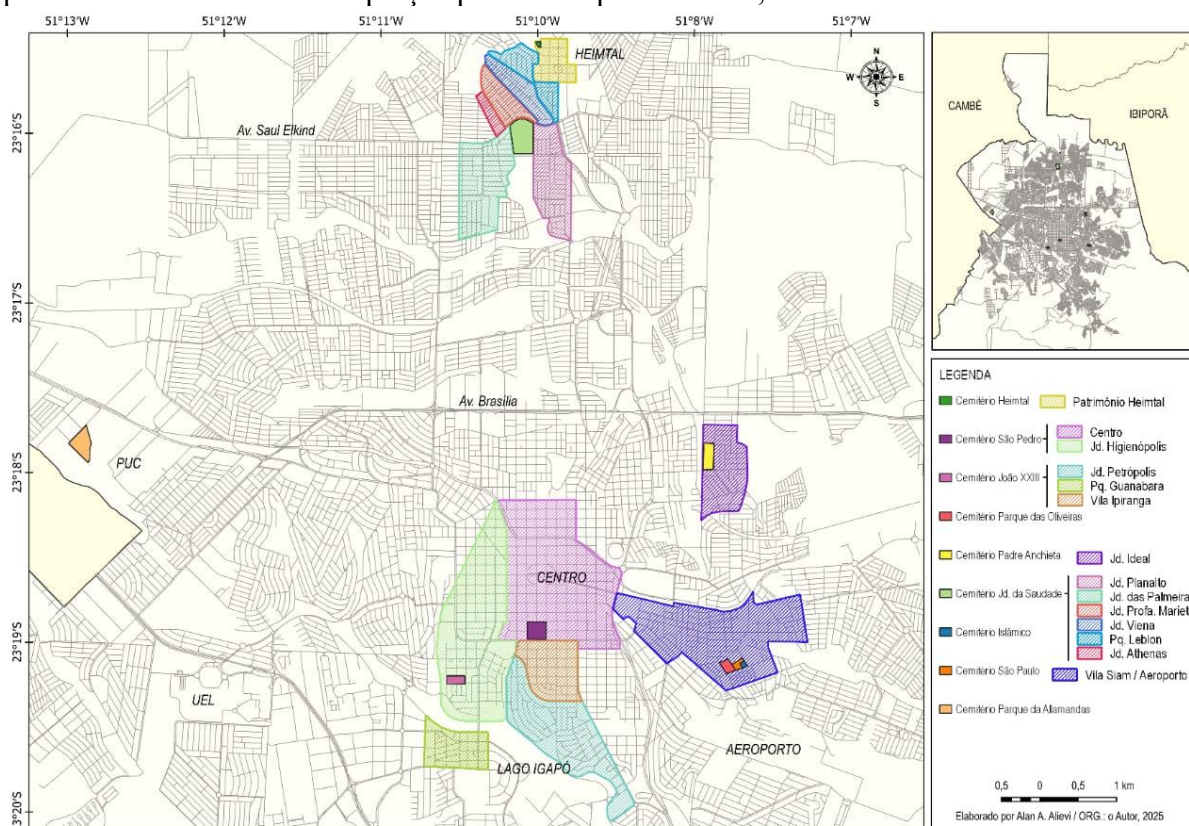
O que se pretende explicitar da análise destes dados é que a segregação socioespacial presente na cidade de Londrina-PR se reflete também na forma como a ACESF administra os preços de seus cemitérios, que há uma correlação direta entre estes dados.

Por fim, foi realizado um comparativo entre os preços praticados pela ACESF no Cemitério São Pedro, o mais central da cidade e onde os preços são mais elevados, com os preços praticados nas duas necrópoles privadas de Londrina-PR, os cemitérios Parque das Oliveiras e Parque das Allamandas.

Os cemitérios Islâmico e “Conjugado Allamandas” não foram incluídos nesta análise por não terem seus terrenos/lóculos comercializados, posto que o primeiro se destina ao sepultamento apenas de pessoas pertencentes à religião Islâmica e o segundo, utilizado para uso rotativo, sobretudo de famílias inscritas em programas sociais, sem comercialização.

Sendo o Cemitério São Pedro o mais central e o que possui os preços mais altos praticados pela ACESF dentre os cemitérios públicos, afere-se que não está disponível a todos os extratos sociais, o que é analisado por George (1983) quando argumenta que os cemitérios centrais são privilégios de pessoas ilustres e grandes famílias. Não estando disponíveis a toda a sociedade.

Mapa 3: Cemitérios públicos urbanos do distrito sede de Londrina e os bairros selecionados para a análise com base nos preços praticados pela ACESF, renda familiar e valores da PGV.



Fontes:

- (a) Planta urbana de londrina 2021 - Siglon – Prefeitura de Londrina.
 (b) Lei nº 12.575/2017 de 29 de setembro de 2017, anexo III; Londrina, 2024;
 (c) Renda familiar por bairros Londrina, disponível em: <https://portal.londrina.pr.gov.br/guia-do-investidor/guia-do-investidor-2021>. Acesso em 30 mar. 2025;
 (d) Decreto 894 de 10 jul. 2024. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/l/londrina/decreto/2024/90/894/decreto-n-894-2024-fixa-e-homologa-a-tabela-de-precos-em-reais-para-a-prestacao-de-servicos-e-vendas-da-administracao-dos-cemiterios-e-servicos-funerarios-de-londrina-acesf?r=p>. Acesso em 20 abr. 2025;
 (e) Taxas de manutenção dos cemitérios administrados pela ACESF. Disponível em: [https://blog.londrina.pr.gov.br/?p=191435#:~:text=A%20Taxa%20de%20Manuten%C3%A7%C3%A3o%20dos,do%20jazigo%20\(confira%20abaixo\)](https://blog.londrina.pr.gov.br/?p=191435#:~:text=A%20Taxa%20de%20Manuten%C3%A7%C3%A3o%20dos,do%20jazigo%20(confira%20abaixo)). Acesso em 20 abr. 2025.
 Organizado pelo autor.

George (1983) aponta ainda que com o crescimento das cidades e a necessidade de construção de novos cemitérios, estes se tornam cada vez mais periféricos e maiores, o que se verifica no Cemitério Jardim da Saudade. Dentro do que se espera em geral, não deveria haver diferenças de *status* ou de importância do sepultamento em relação à necrópole em que o corpo fora inumado, no entanto, conforme Sala (2019, p. 41):

Ser enterrado no cemitério Jardim da Saudade possivelmente confere ao defunto um status maior do que o sepultamento no Heimtal. Além de que o Jardim da Saudade conta com quatro capelas para celebração de velórios, cozinha, banheiros; enquanto no Heimtal existe apenas uma estrutura precária. Estamos chamando atenção para

estes detalhes, e comparando as duas necrópoles apenas para ressaltar que ser sepultado no Heimtal até então, provavelmente não era desejo de pessoas externas à comunidade.

A definição dos bairros que serviram de base para os cálculos médios da PGV e da renda familiar, assinalados no mapa 3 e apresentados no quadro 1, foram organizados como foi definido abaixo.

Quadro 1: Valor médio do metro quadrado com base na PGV (2017) e renda média por bairros (2010) próximos a cada necrópole pública urbana municipal do distrito sede de Londrina; valores dos terrenos e das taxas de manutenção (2024) dos cemitérios públicos urbanos do distrito sede de Londrina.

Cemitérios	Bairro	Valor médio por M ² pela PGV por bairro (a)	Valor Médio PGV - média dos bairros próximos a cada necrópole (a)	Renda familiar média por bairros próximos a cada necrópole (b)	Valor do Terreno em cada necrópole (c)	Taxas de Manutenção em cada necrópole (d)
Cemitério São Pedro	Centro Histórico	R\$ 1.249,17	R\$ 1.249,17	R\$ 5.052,21	R\$ 9.768,00	R\$ 207,50
Cemitério João XXIII	Jd. Higienópolis	R\$ 833,52	R\$ 881,14	R\$ 5.645,63	R\$ 5.180,00	R\$ 107,90
	Vila Ipiranga	R\$ 1.064,47				
	Jd. Petrópolis	R\$ 710,14				
	Pq. Guanabara	R\$ 916,41				
Cemitério São Paulo	Vila Siam	R\$ 520,00	R\$ 460,85	R\$ 4.175,53	R\$ 4.640,00	R\$ 104,40
	Bairro Aeroporto	R\$ 401,70				
Cemitério Padre Anchieta	Jd. Ideal	R\$ 257,24	R\$ 257,24	R\$ 1.998,41	R\$ 3.350,00	R\$ 83,00
Cemitério Jardim da Saudade	Jd. Das Palmeiras	R\$ 323,71	R\$ 295,15	R\$ 1.766,04	R\$ 1.356,00	R\$ 49,80
	Jd. Prof. Marieta	R\$ 245,66				
	Jd. Planalto	R\$ 273,86				
	Jd. Athenas	R\$ 327,00				
	Pq. Leblon	R\$ 365,45				
	Jd. Viena	R\$ 235,22				
Cemitério do Heimtal	Patrimônio Heimtal	R\$ 98,77	R\$ 98,77	R\$ 1.599,39	R\$ 740,00	R\$ 41,50

Fontes:

- (a) Lei nº 12.575/2017 de 29 de setembro de 2017, anexo III; Londrina, 2024;
- (b) Renda familiar por bairros Londrina, disponível em: <https://portal.londrina.pr.gov.br/guia-do-investidor/guia-do-investidor-2021>. Acesso em 30 mar. 2025;
- (c) Decreto 894 de 10 jul. 2024. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/l/londrina/decreto/2024/90/894/decreto-n-894-2024-fixa-e-homologa-a-tabela-de-precos-em-reais-para-a-prestacao-de-servicos-e-vendas-da-administracao-dos-cemiterios-e-servicos-funerarios-de-londrina-acesf?r=p>. Acesso em 20 abr. 2025;
- (d) Taxas de manutenção dos cemitérios administrados pela ACESF. Disponível em: [https://blog.londrina.pr.gov.br/?p=191435#:~:text=A%20Taxa%20de%20Manuten%C3%A7%C3%A3o%20dos,do%20jazigo%20\(confira%20abaixo\)](https://blog.londrina.pr.gov.br/?p=191435#:~:text=A%20Taxa%20de%20Manuten%C3%A7%C3%A3o%20dos,do%20jazigo%20(confira%20abaixo)). Acesso em 20 abr. 2025.

Organizado pelo autor.

O Cemitério São Pedro teve os valores médios aferidos levando-se em conta o Centro Histórico de Londrina; para as médias referentes ao Cemitério João XXIII, foram utilizados os dados referentes aos bairros: Vila Ipiranga, Jardim Petrópolis e Parque Guanabara; o Cemitério São Paulo foi considerado como próximo aos bairros Aeroporto e Vila Siam; o Cemitério Padre Anchieta teve como base de cálculo o Jardim Ideal, a zona onde se localiza o Cemitério Jardim da Saudade compreende diversos bairros, foram selecionados os mais

próximo, quais sejam: Jardim das Palmeiras, Professora Marieta, Planalto, Athenas, Viena e Parque Leblon; por fim, para o Cemitério do Heimtal, os valores referenciais do patrimônio homônimo.

O quadro 1, traz os dados referentes aos parâmetros definidos para a análise, em números absolutos, onde se pode perceber a grande variação de valores em todos os parâmetros, de acordo com a zona da cidade em que está instalada cada necrópole urbana.

Levando-se em conta a ordem em que estão dispostos os cemitérios no quadro 1, pode-se perceber que o Cemitério São Pedro, em todos os critérios selecionados, com exceção da renda familiar média, apresenta os maiores valores, por isso, o Cemitério São Pedro foi escolhido como parâmetro para os comparativos com as outras necrópoles.

Observa-se a partir dos dados do quadro 1 que o Centro Histórico de Londrina, onde está localizado o Cemitério São Pedro, tem um valor médio de metro quadrado com base nos dados da PGV, 41,76% maior do que os valores da zona onde se localiza o Cemitério João XXIII.

Os terrenos do Cemitério São Pedro são comercializados por R\$9.768,00, logo são 88,57% mais caros do que os do Cemitério João XXIII. As taxas de manutenção cobradas pela ACESF no Cemitério São Pedro são 92,30% mais altas do que no Cemitério João XXIII.

No entanto, a renda familiar da zona onde se localiza do Cemitério João XXIII é mais elevada do que a do Centro Histórico em 11,74%. É preciso levar em conta que o Cemitério João XXIII é o mais próximo do Centro Histórico e situado em uma área da cidade com uso predominantemente residencial valorizada no mercado imobiliário por sua proximidade com um dos cartões postais de Londrina: o Lago Igapó, e situada entre áreas intensamente verticalizadas, o centro e a Gleba Palhano, o que influencia o perfil do extrato social ali residente.

Em relação à zona da cidade onde se localiza o Cemitério São Paulo, a diferença no valor do metro quadrado pela PGV é de 171,05%, ou seja, os valores do metro quadrado pela PV no Centro Histórico são 171,05% mais elevados do que os das proximidades do Cemitério São Paulo. Já os terrenos do Cemitério São Pedro são 110,51% mais caros do que os do Cemitério São Paulo. As taxas de manutenção do Cemitério São Pedro são 98,75% mais altas que as cobradas pelos jazigos do Cemitério São Paulo. Por fim, a renda familiar média dos bairros próximos ao Cemitério São Paulo é 20% menor do que a aferida no Centro Histórico.

Em relação ao Jardim Ideal, o Centro Histórico possui o valor médio do metro quadrado pela PGV 385,60% mais elevado. Já os terrenos do Cemitério São Pedro são 191,58%

mais caros dos que os do Cemitério Padre Anchieta. As Taxas de manutenção cobradas pela ACESF no Cemitério São Pedro são 150% maiores do que as do Cemitério padre Anchieta. O Centro Histórico tem renda familiar 152,81% maior do que a renda familiar média do Jardim Ideal, onde se localiza o Cemitério Padre Anchieta.

Nos bairros próximos ao Cemitério Jardim da Saudade, os valores do metro quadrado segundo a PGV de 2017 são 124,81% menores do que no Centro Histórico. Quando levamos em conta os preços do Cemitério São Pedro com os praticados pela ACESF no Cemitério Jardim da Saudade, a diferença é ainda maior, 620% mais caros. Já as taxas de manutenção do Cemitério São Pedro são 316,67% mais elevadas do que as praticadas em relação aos jazigos do Cemitério Jardim da Saudade. A renda familiar dos bairros próximos ao Cemitério Jardim da Saudade acompanha esta tendência, se comparada à renda familiar do Centro Histórico, é 186,07% menor.

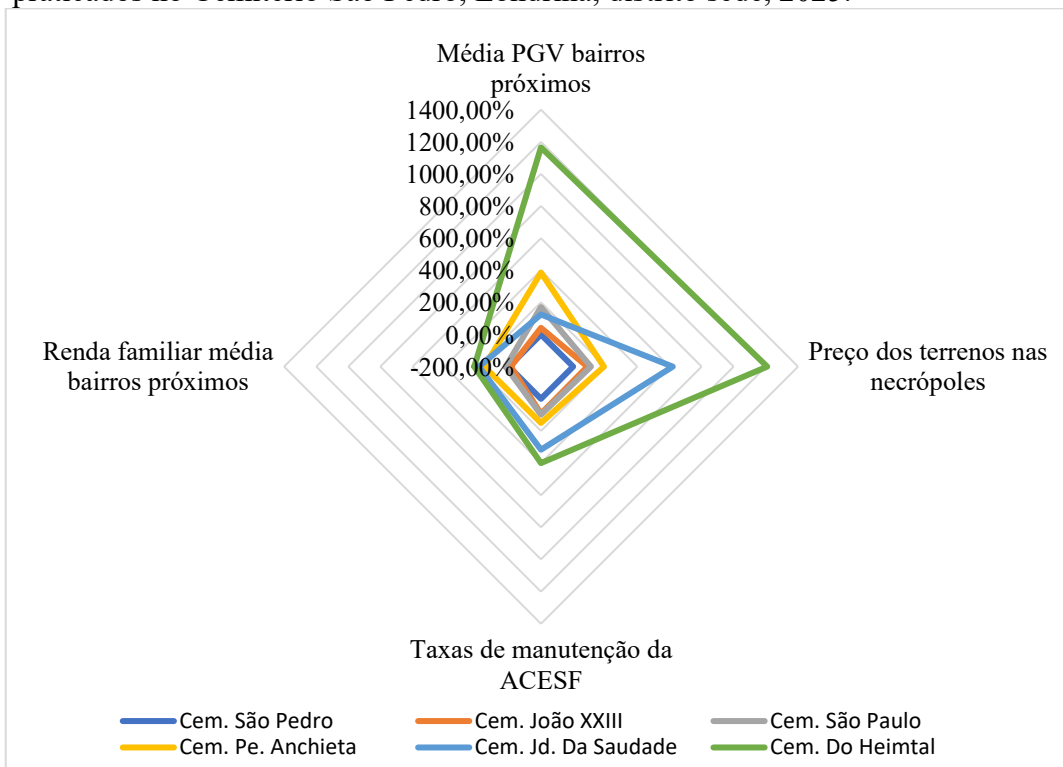
Fazendo a mesma comparação em relação ao Patrimônio Heimtal, a diferença chega ao seu maior percentual, o metro quadrado do Centro Histórico pela média da PGV custa 1.164,72% mais do que no Patrimônio Heimtal. Os preços praticados pela ACESF no Cemitério São Pedro são 1.207,84% mais altos do que os do Cemitério do Heimtal e as taxas de manutenção do Cemitério São Pedro são 400,0% mais elevadas do que as da pequena necrópole do Heimtal. A renda familiar média do Centro Histórico é 215,88% maior do que a verificada nos dados do Patrimônio Heimtal.

Portanto, existe uma diferenciação entre o valor médio do metro quadrado das áreas onde estão localizados os cemitérios públicos do distrito sede de Londrina, o que, como demonstrado no gráfico 2, se reflete diretamente nos preços praticados pela ACESF, gerando, assim, uma correspondência entre os valores da PGV (2017) e os preços da tabela da ACESF (2024).

De acordo com o gráfico 2, pode-se constatar a correspondência entre os dados analisados, o que confirma a consonância entre os valores da PGV e a renda familiar média dos moradores dos bairros próximos às necrópoles públicas urbanas do distrito sede de Londrina-PR, com os preços praticados pela ACESF, que administra os cemitérios.

Há que se destacar, no entanto, que os valores médios da PGV nos bairros próximos ao Cemitério Jardim da Saudade são sensivelmente menores em relação aos outros dados analisados e, causam uma “ruptura” na ascendente diferença de preços e valores entre as demais necrópoles e o Cemitério São Pedro, base para o gráfico 2, o que, no entanto, não elimina a visível correspondência entre as grandezas analisadas.

GRÁFICO 2: Comparação das variações percentuais de quatro variáveis inerentes ao funcionamento dos cemitérios em Londrina, tomando como referência os valores praticados no Cemitério São Pedro, Londrina, distrito sede, 2025.



Fontes:

- (a) Lei nº 12.575/2017 de 29 de setembro de 2017, anexo III; Londrina, 2024;
- (b) Renda familiar por bairros Londrina, disponível em: <https://portal.londrina.pr.gov.br/guia-do-investidor/guia-do-investidor-2021>. Acesso em 30 mar. 2025;
- (c) Decreto 894 de 10 jul. 2024. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/l/londrina/decreto/2024/90/894/decreto-n-894-2024-fixa-e-homologa-a-tabela-de-precos-em-reais-para-a-prestacao-de-servicos-e-vendas-da-administracao-dos-cemiterios-e-servicos-funerarios-de-londrina-acesf?r=p>. Acesso em 20 abr. 2025;
- (d) Taxas de manutenção dos cemitérios administrados pela ACESF. Disponível em: [https://blog.londrina.pr.gov.br/?p=191435#:~:text=A%20Taxa%20de%20Manuten%C3%A7%C3%A3o%20dos,do%20jazigo%20\(confira%20abaixo\)](https://blog.londrina.pr.gov.br/?p=191435#:~:text=A%20Taxa%20de%20Manuten%C3%A7%C3%A3o%20dos,do%20jazigo%20(confira%20abaixo)). Acesso em 20 abr. 2025.
- Organizado pelo autor.

Observamos ainda que há certa proporcionalidade percentual entre as taxas de manutenção e os preços dos terrenos em cada necrópole, evidenciando uma coerência da autarquia em tais cobranças.

Por fim, cabe indicar variações percentuais de preços praticados entre os cemitérios privados e o Cemitério Municipal São Pedro, o mais central, antigo e que tem os mais altos preços praticados pela ACESF.

O valor médio do jazigo no Cemitério Parque das Allamandas, como já dito, é de R\$15.500,00, um preço 58,68% mais alto do que o praticado pela ACESF no Cemitério São Pedro (R\$9.768,00). Já o Cemitério Parque das Oliveiras, que pratica o preço de R\$10.200,00

para venda prévia de um jazigo, apresenta uma variação de apenas 4,42% superior ao preço praticado pela ACESF no Cemitério São Pedro.

As taxas de manutenção praticadas nos cemitérios privados, Parque das Oliveiras e Parque das Allamandas são, respectivamente de R\$1.000,00 (anual) e 1.560,00 (anual), perfazendo uma diferença de 56,0% entre elas e, se levado em conta o preço praticado pela ACESF no Cemitério São Pedro, podemos aferir que é neste sentido que a maior diferença entre os preços praticados pelo poder público (ACESF) e pelas necrópoles geridas pela iniciativa privada se verifica. A ACESF pratica uma taxa de manutenção de R\$207,50 anuais no Cemitério São Pedro (a maior taxa de manutenção da autarquia), se comparado aos valores praticados pelo Parque das Oliveiras, aferimos que o referido cemitério tem taxa de manutenção 381,92% maior que o primeiro, o Parque das Allamandas tem taxa de manutenção 651,80% mais elevada do que o Cemitério São Pedro.

Há, no entanto, que se levar em conta a grande diferença na qualidade e quantidade dos serviços prestados pelas necrópoles privadas em relação às públicas municipais, neste comparativo, especificamente o Cemitério São Pedro. As taxas de manutenção das duas necrópoles privadas são aplicadas a cemitérios parque, com toda uma estrutura de segurança, vigilância e atendimento, em que a autarquia pública pouco pode oferecer. O que, justifica a grande variação.

É necessário ainda, analisar a variação de preços de comercialização dos terrenos praticados entre os cemitérios particulares. Segundo o gerente do Cemitério Parque das Oliveiras, Andrei Berli, o valor de um jazigo na referida necrópole, para compra prévia, é de R\$ 10.200,00, já para uso imediato, pode variar entre R\$ 15.000,00 e R\$16.000,00. No Cemitério Parque das Allamandas, conforme informações fornecidas pelo departamento comercial, existe, levando em conta a localização dos jazigos, uma variação de preços entre R\$12.000,00, R\$13.000,00, R\$15.000,00 e R\$22.000,00 na aquisição perpetua de jazigos.

Para que possamos estabelecer uma comparação entre as duas necrópoles privadas, optamos por estabelecer uma média de preços de cada necrópole da seguinte forma: o preço tomado como base para as reflexões com relação ao Cemitério parque das Oliveiras foi o de R\$10.200,00 (jazigo comprado previamente, sem necessidade de uso imediato). Já no Cemitério Parque das Allamandas, desprezamos as diferenças entre localizações internas da necrópole e estabelecemos uma média entre os quatro preços praticados, com resultado-base para nossas considerações igual a R\$15.500,00.

Diante do exposto, podemos aferir que um jazigo no Cemitério Parque das Allamandas é, seguindo o cálculo médio supracitado, 51,96% mais caro, lembrando que as

localizações de menor valor praticadas na referida necrópole têm o valor de R\$ 12.000,000 (apenas 17,64% mais caros), mas tal variação foi desprezada em virtude da intenção de obtenção de dados médios.

Do exposto, podemos aferir que a segregação socioespacial presente na área urbana do distrito sede de Londrina-PR se reflete nos cemitérios públicos instalados nas diferentes zonas da cidade, havendo uma sensível correspondência entre os valores médios da PGV nos bairros próximos a cada necrópole, que são base de cálculo do IPTU e, portanto, têm relação direta com os preços dos imóveis, a renda familiar dos habitantes destes bairros e os preços praticados pela ACESF.

No que se refere às necrópoles privadas, a dinâmica de mercado passa a incidir, tornando os serviços prestados por estas empresas, elementos que agregam mais valor do que propriamente a localização geográfica onde tais necrópoles estão instaladas.

5.3 PERFIL DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA REALIZADA COM PROPRIETÁRIOS DE JAZIGOS E FREQUENTADORES DAS NECRÓPOLES URBANAS DO DISTRITO SEDE DE LONDRINA-PR

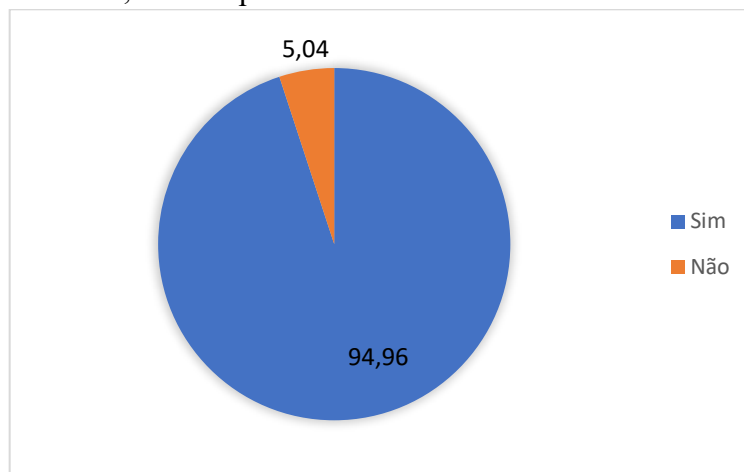
Com base na pesquisa quantitativa realizada através do recurso *Google Forms*¹⁴, com 119 participantes que possuem jazigos nos diversos cemitérios urbanos de Londrina e/ou os visitam, com questões objetivas e um espaço subjetivo, onde os entrevistados puderam discorrer livremente sobre suas diferentes visões sobre as necrópoles que fizeram parte da pesquisa que gerou esta dissertação.

Abaixo, será feita uma análise breve do perfil dos participantes da pesquisa e a apresentação de alguns resultados.

Dos 119 participantes da pesquisa, apenas 5% não residem em Londrina (Gráfico 3), mas têm contato com os cemitérios da cidade por terem jazigos ou familiares sepultados neles. Desta forma, a pesquisa buscou abarcar um número de pessoas que permitisse uma visão geral da forma como cada um encara a questão das necrópoles. Obtivemos respostas de pessoas que mantêm contato com algum dos cemitérios urbanos estudados nesta pesquisa e assim conseguimos obter respostas que abrangem a todas as necrópoles.

¹⁴ Formulário eletrônico de pesquisa disponibilizado entre os dias 20 de março e 04 de abril de 2025, com exigência de preenchimento do termo de consentimento livre e esclarecido. A pesquisa foi disseminada através do aplicativo *whatsapp*, pelo conceito de “bola de neve” entre diversos grupos que o levaram à diante. O número de 119 participantes é decorrente do encerramento do prazo de resposta ao questionário.

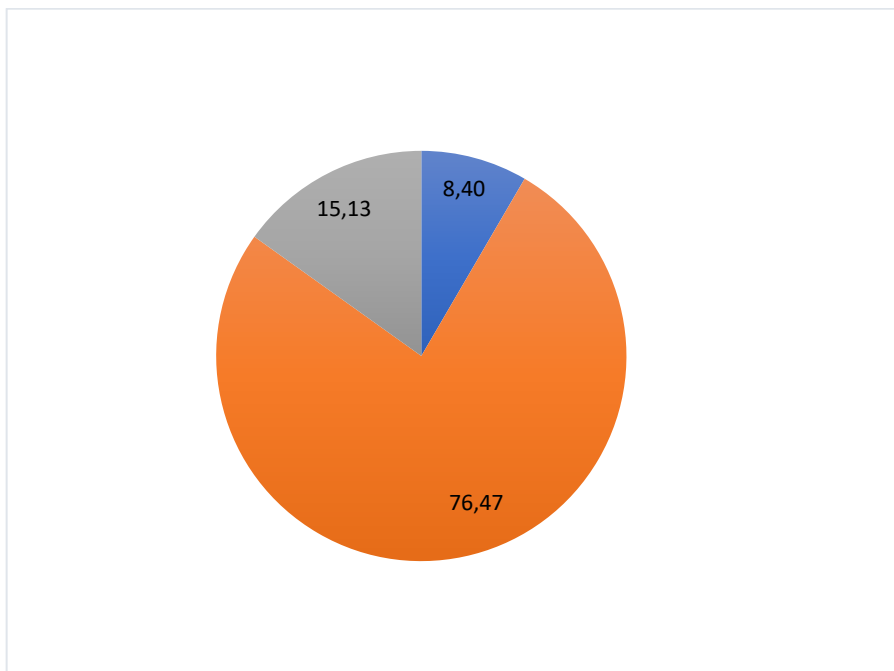
Gráfico 3: Participantes residentes e não residentes em Londrina, valores percentuais.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2025. Elaboração do autor.

Optamos por agrupar os participantes da pesquisa em três grupos etários, quais sejam: 18 a 29 anos, 30 a 59 anos e acima de 60 anos. Tal divisão de faixas etárias pretendeu identificar diferentes comportamentos e visões dos elementos questionados entre jovens, pessoas de meia idade e idosos. Os percentuais de participantes sob cada faixa etária estão dispostos no gráfico 4.

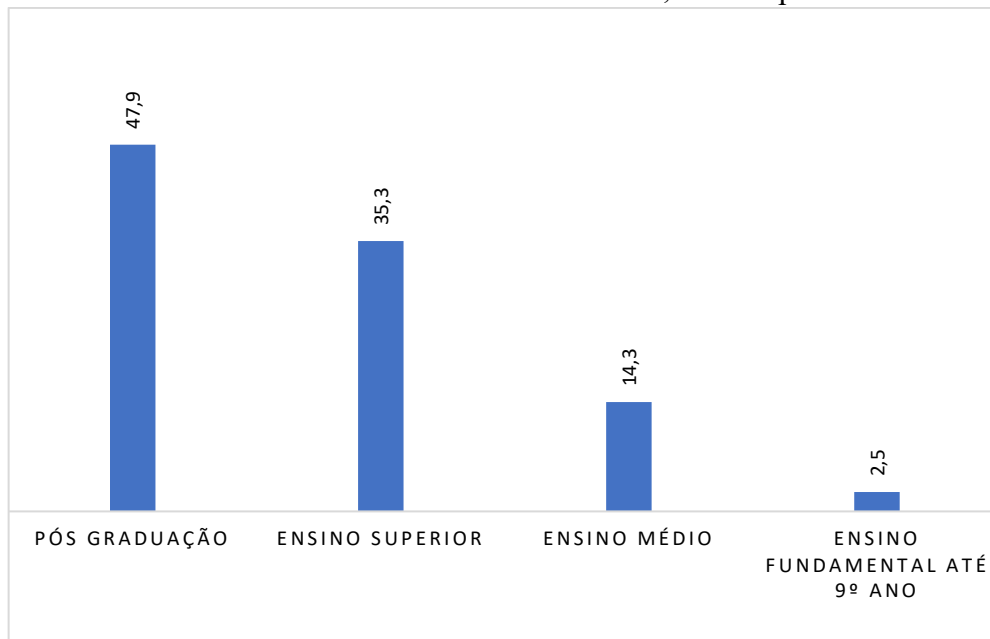
Gráfico 4: Faixa etária dos participantes, em azul o percentual correspondente aos participantes entre 19 e 29 anos; em laranja, o grupo compreendido entre 30 e 59 anos e em cinza, os participantes com 60 anos ou mais.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2025. Elaboração do autor.

Quanto ao grau de escolaridade as pessoas que responderam ao questionário possuem desde o ensino fundamental até a pós-graduação (mestrado, doutorado e pós-doutorado), conforme aponta o Gráfico 5, foi possível recolher respostas e perspectivas de um amplo espectro da sociedade no que tange à formação acadêmica.

Gráfico 5: Grau de escolaridade dos entrevistados, valores percentuais.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2025. Elaboração do autor.

Quando questionados sobre o cemitério em que possuem jazigos (Tabela 1), os participantes da pesquisa predominantemente possuem jazigos no Cemitério Jardim da Saudade (18,84%), seguidos do Cemitério São Pedro (17,39%), no entanto, é interessante atentar para o fato do grande número de entrevistados que possuem jazigos nos cemitérios privados Parque das Oliveiras e Parque das Allamandas, somados, estes participantes representam 20,29% dos entrevistados, o que pode evidenciar uma tendência à aquisição de jazigos nestas necrópoles, em detrimento aos administrados pela ACESF, provavelmente motivada pela busca de melhores serviços e condições de infraestrutura, presentes nas necrópoles administradas pela iniciativa privada.

Neste sentido, um participante faz a seguinte reflexão: “Infelizmente a renda das pessoas em vida influencia na dignidade dada a elas e aos seus entes pós morte” (Questionários da Pesquisa de campo, 2025).

Tabela 1: Cemitério em que os participantes da pesquisa possuem jazigos.

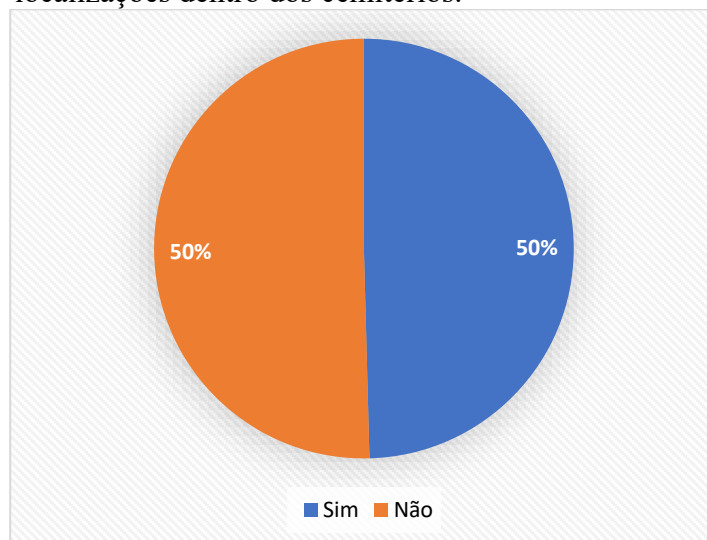
Cemitério	Qtde.	%
Jardim da Saudade	26	18,84%
São Pedro	24	17,39%
Parque das Allamandas	16	11,59%
Parque das Oliveiras	12	8,70%
Padre Anchieta	12	8,70%
João XXIII	4	2,90%
São Paulo	3	2,17%
Cemitério do Heimtal	1	0,72%
Cemitério Islâmico	1	0,72%
Nenhuma das anteriores	39	28,26%
Total	138	100,00%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2025. Elaboração do autor.

Observação: Nesta tabela os resultados ultrapassam o número de 119 entrevistados, pois alguns respondentes possuem jazigos em mais de um cemitério.

Para os 119 participantes da pesquisa realizada através da plataforma *Google Forms* sobre a existência de localizações melhores ou piores dentro dos cemitérios (Gráfico 6), os resultados mostram uma divisão de opiniões, 50% dos participantes acreditam que há localizações melhores e 50% entendem que o cemitério não possui localizações diferenciadas em seu interior.

Gráfico 6: Existência de melhores ou piores localizações dentro dos cemitérios.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2025. Elaboração do autor.

Cabe ainda ressaltar que na pesquisa realizada com 119 participantes, foi questionado aos mesmos, quais seriam as necrópoles de Londrina por eles consideradas melhores

ou piores entre si e, como demonstra a tabela 2, as três necrópoles com valores de jazigos mais elevadas foram escolhidas como as melhores da cidade, tendo o Cemitério São Pedro, sido escolhido como a melhor necrópole dentre as públicas, escolhido por 14,64%, o Cemitério Parque das Oliveiras foi apontado como a melhor necrópole de Londrina por 22,50% e, por fim, o Parque das Allamandas, foi considerado a melhor necrópole de Londrina por 28,93% dos participantes. É também possível aferir que o nível de preferência dos participantes acompanha as variações de preços praticadas. Talvez, entre as necrópoles particulares, possa haver relação com a estrutura moderna e mais recente do Cemitério Parque das Allamandas, se considerada ao Parque das Oliveiras.

Tabela 2: Cemitérios considerados melhores na opinião dos participantes da pesquisa.

Cemitério	Qtde.	%
São Pedro	41	14,64%
João XXIII	23	8,21%
Padre Anchieta (Jd. Ideal)	4	1,43%
Jardim da Saudade	7	2,50%
São Paulo	7	2,50%
Parque das Oliveiras	63	22,50%
Hemital	5	1,79%
Cemitério Islâmico	21	7,50%
Parque das Allamandas	81	28,93%
Nenhuma das anteriores	28	10,00%
Total:	280	100,00%

Observação: Nesta tabela, devido à possibilidade de escolha de mais de uma alternativa, o total de respostas ultrapassa o número de participantes.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2025. Elaboração do autor.

Quando o questionamento se refere às possíveis diferenciações entre cemitérios, o quadro se altera significativamente, para 75% dos participantes da pesquisa, há cemitérios melhores e piores, se comparados, apenas 25% dos entrevistados não identificam diferenças, para estes, a função da necrópole parece suplantar diferenças de localização, estéticas ou econômicas.

Outro participante, argumenta a precariedade dos sepultamentos temporários, locais cedidos pela ACESF para a inumação de pessoas sem condições financeiras de comprarem um jazigo:

“Os túmulos sociais, ou seja, espaço fornecido pela Prefeitura para sepultamento de pessoas sem condições financeiras, são muito feios, abandonados e causam uma impressão muito ruim para a família. Dá sensação de abandono, como se o falecido estivesse sendo entregue em um lugar sujo, sem dignidade. A Prefeitura deveria olhar para isso com mais carinho e respeito. Fazer a manutenção, pintar, deixar com uma aparência mais humana, acolhedora. Amenizaria a dor da família e também deixaria o cemitério mais bonito” (Questionários da Pesquisa de campo, 2025).

Para os participantes que responderam que há diferenças entre cemitérios, foi proposta uma questão de múltipla escolha, onde cada participante poderia escolher 4 cemitérios que julgassem mais nobres em relação aos outros. Conforme a tabela 2, pode-se verificar que em 51,43% das respostas, os cemitérios compreendidos como melhores são os geridos pela iniciativa privada, Parque das Allamandas e Parque das Oliveiras, seguidos pelos cemitérios São Pedro (14,64%) e João XXIII (8,21%).

Talvez a expressiva escolha, entre os cemitérios da ACESF, pelo Cemitério São Pedro e pelo Cemitério João XXIII esteja relacionada à localização mais valorizada destas necrópoles na planta urbana da cidade, conforme visualizado nas análises sobre os Valores da PGV e preços praticados pela ACESF, sendo o primeiro localizado na área central e o segundo, no Jardim Higienópolis, próximo ao Lago Igapó.

Sobre as diferenças estéticas, de localização ou valor entre cemitérios, assim se expressou um participante: “Na verdade, a beleza ou feiura de um túmulo tem mesmo pouca importância para o morto. O embelezamento dos jazigos só serve mesmo para o consolo dos vivos” (Questionários da Pesquisa de campo, 2025).

Do exposto, pode-se apreender que a segregação socioespacial e as diferenciações de renda nas diferentes zonas da cidade são acompanhadas também pelas necrópoles em que pese a administração destas pelo poder público.

Em relação às estruturas internas de cada necrópole pública municipal do distrito sede de Londrina, pode-se dizer, conforme Silva (2002) que os cemitérios convencionais acompanham a evolução cronológica dos serviços funerários.

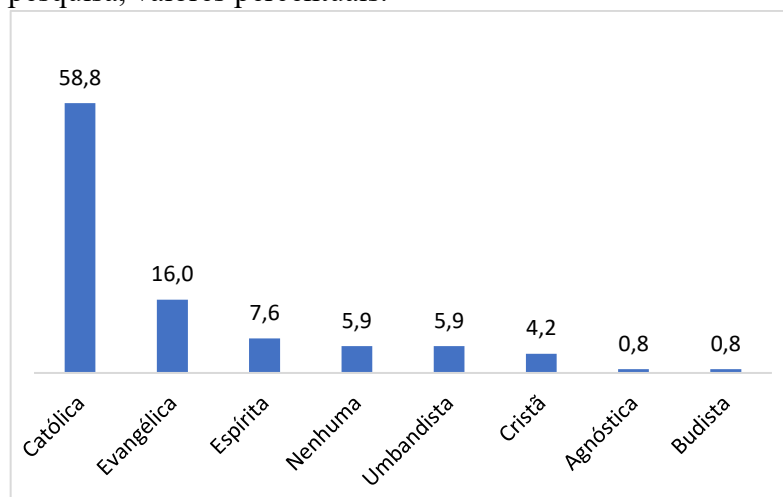
No Cemitério São Pedro existem inúmeras capelas, algumas bastante suntuosas, oriundas dos anos 1940 e 1950, o Cemitério João XXIII tem jazigos adornados com grandes estátuas de bronze, já os cemitérios Padre Anchieta, Jardim da Saudade e São Paulo, mais recentes, têm uma estrutura mais ou menos padronizada e bastante semelhante de túmulos, em maioria de uma gaveta e revestidos de piso cerâmico, refletindo um novo pensamento das famílias sobre as necrópoles e uma relação menos onerosa com a construção dos jazigos.

5.4 MANIFESTAÇÕES DAS DIFERENTES RELIGIÕES NAS NECRÓPOLES URBANAS DE LONDRINA-PR

Neste item serão analisados aspectos das manifestações religiosas e do perfil das religiões professadas pelos londrinenses e pelos participantes da pesquisa em curso, bem como a visão dos participantes da pesquisa sobre a morte, a finitude da vida e as necrópoles.

As necrópoles, em geral, intrinsecamente apresentam forte influência religiosa na maneira como são organizadas e são, também, locais de grande importância para a profissão de fé das diferentes correntes religiosas, o que é preponderantemente importante em nosso país, devido à presença de representantes de todos os povos entre nossa população.

Gráfico 7: Religião professada pelos participantes da pesquisa, valores percentuais.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2025. Elaboração do autor.

De acordo com o gráfico 7, verificamos a predominância daqueles que professam a fé católica, perfazendo um total de 59% dos entrevistados, em segundo lugar vieram os evangélicos com 16% e em terceiro os espíritas. Notamos assim que a maioria dos respondentes se identifica com religiões cristãs ocidentais e representam 75% do total.

No entanto, diversos outros matizes da estrutura religiosa de nossa sociedade figuraram entre os participantes, tais como: os agnósticos, budistas, umbandistas e aqueles que não professam nenhuma religião específica. Assim, verificamos que as respostas possuem uma amplitude interessante em relação a questão das religiões. Esse dado se relaciona diretamente com a visão de cada participante em relação aos cemitérios.

Outro elemento importante a ser considerado é o que trata das razões que levam os entrevistados a visitarem os cemitérios, de acordo com a tabela 3, 82,76% dos participantes visitam os cemitérios para irem aos jazigos de familiares ou amigos falecidos. No entanto, 11,72% dos entrevistados vão às necrópoles para rezar, fazer devoções ou meditar. Há ainda outros 5,52% buscam nestes espaços paz e tranquilidade, o que demonstra também, ainda que com proporções muito diferentes, uma variada gama de motivações para a visita aos cemitérios.

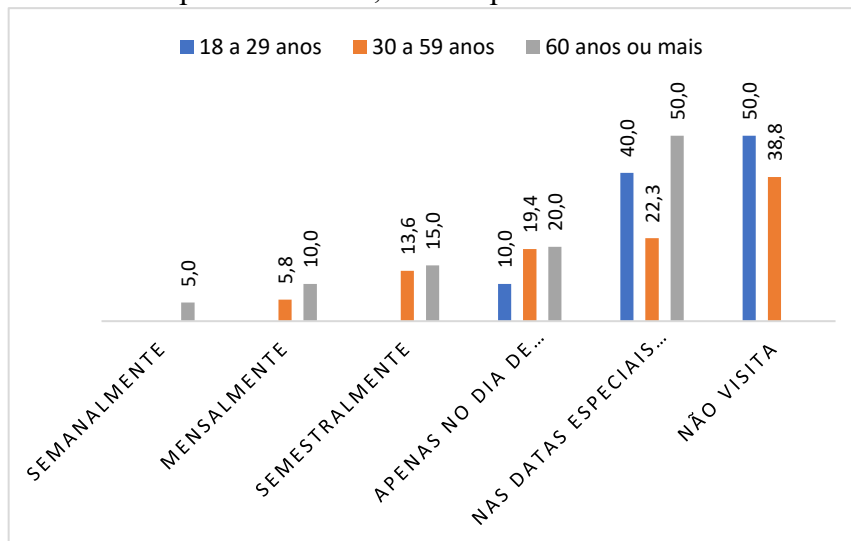
Tabela 3: Razões pelas quais os entrevistados visitam os cemitérios.

Razões apresentadas	Qtde.	%
Visita o túmulo de familiares	99	68,28%
Visita a túmulo de amigos ou conhecidos	21	14,48%
Para rezar, fazer devoções ou meditar	17	11,72%
Em busca de paz e tranquilidade	8	5,52%
Total:	145	100,00%

Observação: Nesta tabela, os resultados ultrapassam o número de 119 entrevistados, pois os entrevistados tiveram a possibilidade de escolher múltiplas respostas.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2025. Elaboração do autor.

Questionados sobre a frequência de visitas aos cemitérios, os participantes demonstram não manter, em maioria, uma assiduidade de visitas, conforme demonstra o gráfico 8, ampla maioria dos participantes visitam os cemitérios apenas em datas especiais ou no dia de finados, verifica-se também, que os mais jovens dentre os participantes, faixa entre os 18 e 29 anos visitam as necrópoles apenas nas datas especiais, ou não visitam. Percebe-se que há uma tendência a evitar as visitas aos cemitérios com maior regularidade em todas as faixas etárias entrevistadas.

Gráfico 8: Frequência com que os participantes da pesquisa visitam os cemitérios por faixa etária, valores percentuais.

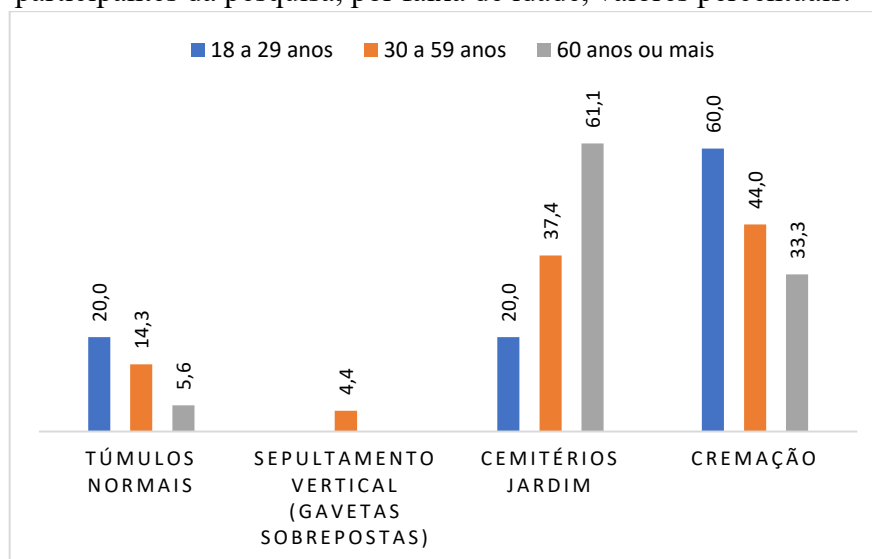
Fonte: Pesquisa de Campo, 2025. Elaboração do autor.

Cabe ainda ressaltar que os entrevistados maiores de 60 anos não aparecem na opção destinada aos que não visitam os cemitérios e são os únicos a figurarem na frequência semanal de visitas, o que pode indicar a presença de um tradicionalismo decorrente da formação familiar das gerações mais idosas.

Poderia isso ser um indicativo social da evolução de comportamento das diferentes gerações, de acordo com o qual os mais idosos, mantém uma maior relação com as

necrópoles e a memória dos familiares e amigos falecidos, enquanto os jovens levam as visitas aos cemitérios apenas como um rito de datas especiais ou mesmo, optam por não prestarem este tipo de homenagem póstuma.

Gráfico 9: Qual é a melhor forma de sepultamento segundo os participantes da pesquisa, por faixa de idade, valores percentuais.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2025. Elaboração do autor.

Por fim, foi questionado aos participantes qual seria, na opinião de cada um, a melhor forma de inumação e, conforme demonstra o gráfico 9, o sepultamento tradicional, diferentemente do que se poderia supor, foi preterido em relação à cremação e ao sepultamento em cemitérios do tipo jardim, ressalta-se ainda em relação ao sepultamento em necrópole horizontal (túmulos normais) que 20% dos participantes jovens preferem este tipo de inumação, contra apenas 5,6% dos idosos o que pode parecer um paradoxo.

O sepultamento vertical é, diante dos dados aferidos, o preterido pela ampla maioria dos participantes. Já o cemitério parque ou jardim e a cremação tiveram a ampla maioria das escolhas, com os jovens preferindo a cremação e os idosos os cemitérios jardim.

Neste sentido, vale apresentar as palavras de um dos participantes da entrevista: “Acredito que, é um tema muito interessante e importante, para nossa geração. Porque devemos já começar a pensar em novas formas de sepultamento, porque a que temos está ultrapassada” (Questionários da Pesquisa de campo, 2025).

Alguns entrevistados levantaram aspectos a respeito da forma de inumação em seus comentários, trazendo o custo do processo de cremação como um impeditivo para tal escolha, “O custo de cremação ser mais em conta” (Questionários da Pesquisa de campo, 2025),

ou aspectos como a conscientização e divulgação da cremação, “A cremação poderia ser uma opção mais divulgada e acessível evitando assim os problemas enfrentados pelos cemitérios” (Questionários da Pesquisa de campo, 2025). A cremação foi, ainda, defendida como algo que deveria ser ofertado a todos, um direito, “A cremação deveria ser direito de todos, porém os altos valores fazem com que só os mais nobres possam usufruir” (Questionários da Pesquisa de campo, 2025).

Sobre o sepultamento vertical, algo que ainda ocorre apenas no Cemitério Jardim da Saudade (Foto 24), e foi iniciado como uma medida paliativa para suprir a falta de espaço nas necrópoles geridas pela ACESF, um participante da pesquisa assim argumentou: “As gavetas no cemitério Jardim da Saudade ficaram bem esquisitas, os corpos ficam no alto, acredito que deveriam estar abaixo da terra” (Questionários da Pesquisa de campo, 2025).

Foto 24: Estrutura de sepultamentos no tipo necrópole vertical, em implantação no Cemitério Jardim da Saudade.



Fonte: Registro fotográfico feito pelo autor, 2025.

Tais afirmações parecem ter relação direta com a falta de informação sobre o sistema vertical de inumação, talvez, uma instrução de caráter popular sobre as vantagens do sistema vertical em relação ao horizontal tradicional fosse positiva, no sentido de desmistificar o sistema e aplacar o estranhamento da sociedade, tornando o sistema mais facilmente aceito pela população em geral.

Thompson (2015) e Gimenez (2013) analisam que o cemitério vertical é um tipo de necrópole que pode solucionar os problemas de grandes cidades, posto sua economia de espaço e a redução drástica de problemas de contaminação de solos, águas, bem como a redução de problemas com pragas e disseminação de doenças.

Os cemitérios de tipo jardim, escolhidos por 39,5% dos participantes, também foram elogiados nas considerações de alguns entrevistados, “Como falei gosto de cemitérios padronizados, os padrões de jardim são e que mais me agrada” (Questionários da Pesquisa de campo, 2025), e, “Acredito que os cemitérios em geral deveriam ser todos jardim... pra proporcionar aos familiares um ambiente menos "pesado"...”(Questionários da Pesquisa de campo, 2025).

Gimenez (2013) identifica nos cemitérios de tipo parque ou jardim, ambientes de aparência mais confortável e arborizada, além de salientar que tais necrópoles eliminam as discrepâncias entre os jazigos, conferindo um aspecto de maior igualdade entre os sepultados.

Assim, o cemitério jardim parece apresentar uma visão mais harmônica e pacífica, porque não dizer, igualitária, no sistema de cemitério jardim, a paisagem é dominada pelo verde e isso pode significar um conforto aos enlutados e um maior sentimento de paz aos visitantes.

Por fim, alguns participantes da pesquisa deixaram suas conclusões sobre o significado dos cemitérios que levam consigo, tais como a lembrança da finitude e o culto à memória: “Os cemitérios são espaços para refletir sobre a finitude e homenagear a memória” (Questionários da Pesquisa de campo, 2025).

“Os cemitérios representam muito mais do que simples espaços de sepultamento; eles refletem a cultura, a espiritualidade e os valores de uma sociedade. Suas diferenças em tipos, custos e formas de interação mostram como cada comunidade lida com a morte e a memória dos entes queridos. Seja em um contexto simples ou mais elaborado, eles nos lembram da importância de honrar a vida e de lidar com o ciclo natural da existência” (Questionários da Pesquisa de campo, 2025).

Gimenez (2013) vai ao encontro do texto supracitado, descrevendo as necrópoles como monumentos à memória daqueles que partiram, e argumenta que são importantes fontes para pesquisadores de diversas áreas do conhecimento.

A reflexão sobre a vida e sua efemeridade, a necessidade da busca por valores morais em detrimento aos bens materiais: “É um local que nos faz refletir sobre o que realmente importa nessa curta jornada da vida. Aparentemente, todos muito apressados para chegar a lugar nenhum quando o foco está nas conquistas materiais” (Questionários da Pesquisa de campo, 2025).

A visitação em busca de silêncio e paz: “Ir ao cemitério traz paz a alma e coração” (Questionários da Pesquisa de campo, 2025).

Com relação às religiões, alguns participantes da pesquisa utilizaram o campo destinado a comentários espontâneos para argumentar sobre o assunto, trazendo a necessidade do ecumenismo nas necrópoles, “Acredito que os cemitérios são espaços sagrados e cada religião usa esses espaços como forma de se expressar a sua maneira de lidar com a morte” (Questionários da Pesquisa de campo, 2025).

Sobre a liberdade para a profissão de fé de todas as religiões nas necrópoles londrinenses, assim refletiu um participante: “Destacar que as religiões de matriz africana não têm, ainda, respeitados, mesmo com garantia constitucional, os direitos à liberdade de realizar os ritos de passagem de seus adeptos em razão do racismo religioso presente na sociedade brasileira” (Questionários da Pesquisa de campo, 2025).

E, ainda, um interessante comentário sobre a forte influência católica nas necrópoles: “Tem um mito que o padre tem que visitar a pessoa antes da morte é assim a lenda continua embutida na mente que a igreja católica tem espaço e privilégio no cemitério” (Questionários da Pesquisa de campo, 2025).

Conforme a tabela 4, o perfil da população de Londrina no que concerne a profissão das religiões, apresenta uma predominância da religião católica entre as décadas de 1940 e 1980, figurando acima dos 80% dos londrinenses. No entanto, as religiões evangélicas tiveram um constante crescimento desde os anos 1940, quando representavam 6,23%, atingindo a razão de 31,41% em 2022, quando a religião católica teve uma redução para o nível de 54,16% da população londrinense.

Este fenômeno importante de migração religiosa com o crescimento das religiões evangélicas possivelmente reflete na visão da sociedade londrinense sobre a morte e os cemitérios e pode ser um dos elementos que têm gerado uma gradativa diminuição do fluxo de visitantes aos cemitérios, sobretudo no dia de finados, conforme foi apontado pelos servidores dos cemitérios Jardim da Saudade e São Paulo.

Observa-se ainda que as religiões são representadas na população de Londrina de maneira bastante ampla, o que confere ao município uma pluralidade religiosa importante, o que se nota, por exemplo, pela instalação do Cemitério Islâmico, estrutura pouco comum aos municípios brasileiros.

Outro fator interessante que deve ser apreendido na análise da tabela 4 é a inclusão de dados sobre as religiões de matriz africana a partir do senso de 1980, isso vem a corroborar não apenas a presença desta comunidade religiosa em Londrina, mas seu

reconhecimento como religião, num país onde se preconiza a ampla liberdade de profissão religiosa, mas que, na prática ainda apresenta preconceitos arraigados em relação a essas religiões, derivados do racismo estrutural.

Tabela 4: População de Londrina por religião professada entre 1940 e 2022.

Religião	1940	1950	1970	1980	2010	2022
Católicos Romanos	87,30%	86,17%	85,46%	84,45%	60,78%	54,18%
Evangelicos	6,23%	7,02%	9,71%	9,97%	30,94%	31,41%
Ortodoxos	0,71%	0,16%	*	*	0,07%	*
Israelitas	0,09%	0,03%	*	0,01%	*	*
Maometanos	0,00%	0,01%	*	*	0,05%	*
Budistas/Orientais	2,95%	2,94%	*	1,41%	0,68%	*
Espíritas	0,92%	1,63%	0,79%	0,58%	1,22%	1,23%
Esp. Afrobrasileiras	*	*	*	0,19%	0,24%	0,58%
Outras Religiões	1,23%	0,89%	3,08%	1,42%	0,52%	4,63%
Sem Religião	0,17%	0,46%	0,96%	1,76%	5,51%	6,78%
Não declarado	0,40%	0,70%	*	0,21%	*	0,13%

Fonte: Censos demográficos IBGE 1940, 1950, 1970, 1980 e 2010. Dados de 2022: <https://g1.globo.com/economia/censo/noticia/2025/06/06/mapa-censo-ibge-religiao.ghtml> - Acesso em: 16 jun. 2025. Organizado pelo autor.

Cabe aqui ressaltar o que analisa Reis (2025) acerca do volume de pessoas que visitam os cemitérios nas datas comemorativas, sobre tudo o Dia de Finados:

O dia das mães e de finados com certeza, são as datas de maior visitação de túmulos. Mas vem mudando sim, vem diminuindo, há 30 anos o dia de finados era realmente muito movimentado, era apinhado de gente, e era muita vela, muita flor e tinha gente de todas as idades, as famílias vinham juntas, hoje é diferente. Hoje vem mais as pessoas mais velhas, a moçada não tá guardando a tradição de visitar cemitério não! A geração de agora vê as coisas de outro jeito, a cultura tá se perdendo, a tradição. Acho que também tem uma influência da pregação das religiões que cresceram mais nestes anos, os evangélicos pregam diferente dos católicos, que no túmulo não ficou nada, não deixam acende velas, então, os costumes foram mudando também (Reis, 2025).

As informações oriundas da vivência do servidor da ACESF lotado no Cemitério Jardim da Saudade parecem corroborar o que demonstra a tabela 4, que demonstra um gradativo e constante crescimento da comunidade evangélica de Londrina, que passou de 6,23% em 1940 para 31,41% em 2022.

Com relação ao quesito liberdade de prática religiosa os dados coletados mostram o seguinte.

Os participantes, quando questionados sobre a liberdade para a manifestação das diferentes religiões nas necrópoles de Londrina, se posicionaram em concordância com a existência de liberdade para a profissão de todas as religiões, com um percentual de 76% dos

participantes da pesquisa, contra apenas 24% que julgam que os cemitérios não possibilitam a ampla profissão das crenças nestes espaços.

Ainda com relação à liberdade para a manifestação das diferentes religiões nas necrópoles de Londrina, faremos uma breve análise sobre as respostas dos servidores da ACESF entrevistados e sobre as palavras da senhora Maria Helena de Oliveira Bernardes, que reside em frente ao Cemitério do Heimtal concederam sobre o assunto.

O cemitério do Heimtal não dispõe de nenhum tipo de vigilância ou segurança, fica aberto todo o tempo, tornando-se local muito frequentado por praticantes de religiões de matriz africana, tais como o Candomblé e a Umbanda, que têm no cemitério um importante ponto de manifestação de sua religiosidade e que, por preconceitos ou incompreensão, não costumam ser bem vistos nos cemitérios maiores, onde há maior movimentação de visitantes, mesmo na referida necrópole, por vezes, preferem fazer seus cultos e manifestarem sua religião à noite, quando estão mais distantes dos olhares.

O cemitério é uma construção dos vivos, e representa a sociedade em que está inserido. Nele há indícios de disputas sociais, culturais e religiosas. Podemos observar por exemplo a marginalização das religiões de matriz africana, que não encontram espaço para realização de seus rituais, ao contrário dos rituais cristão. Enquanto os cristãos depositam flores e velas a luz do dia, um umbandista ou candomblecista necessitam deixar seus despachos às escondidas, normalmente a noite, evidenciando como a cultura negra é inferiorizada em relação à branca (Sala, 2019, p. 81).

É bastante comum, ao visitar a pequena necrópole do Heimtal, encontrar diversos objetos, “entregas” e “trabalhos” destas religiões, sobretudo no entorno de seu cruzeiro das almas (Foto 25), a entrevistada Dona Maria Helena Bernardes, que reside em frente ao Cemitério do Heimtal, relata que com a instalação de um amplo condomínio de apartamentos muito próximo à necrópole, as pessoas que frequentam o cemitério para manifestarem suas religiões, por vezes à noite, com atabaques e às vezes com oferendas diversas, inclusive de sacrifício de pequenos animais como galinhas, têm sido denunciadas, é chamada a polícia, que vem averiguar.

Quando eles vêm e matam o bicho, né? Os que matam aí, não sei. Aí, não sei porque tem os prédios e tem câmara mais alta. Aí, quando eles estão aí dentro, eles vêm (a polícia) pedir para eles não fazerem aquilo, o que é que está fazendo, se é só cantando. Eles estão com mais cuidado agora. Eu nunca liguei para nada, não. Ligam para polícia, e eles vêm. Aí, sonda eles, vê se quem está fazendo, matando o bicho, né? Sacrificando, né? Aí, é com eles. Nunca falei, nunca nem chamei, porque não tem nem como. Porque é uma religião deles aí, né! Agora, muitas pessoas falam, às vezes eles vêm, aí as crianças começam a gritar, “os macumbeiros!!!”... Mas criança não tem educação na casa, acaba falando, né? Não tem o respeito. É uma religião deles! (Bernardes, 2025).

Sobre a manifestação das religiões no Cemitério São Paulo, Wellington faz menção à contiguidade da necrópole com o Cemitério Islâmico, cuja entrada principal é na parte interna do Cemitério São Paulo e, indiretamente, se refere às religiões de matriz africana, como segue:

Foto 25: “Cruzeiro das Almas” do Cemitério do Heimtal e exemplos de “trabalhos” ou “entregas” ali depositadas.



Fonte: Registro fotográfico feito pelo autor, 2025.

Aqui acontece menos, porém tem sim. Se for no Cruzeiro, às vezes a gente encontra algum tipo de, não sei se é culto, o que eles fazem ali. Porém, a gente tem que respeitar e liberar qualquer tipo de religião que tem evangélico, católico aqui sepultado, ou de origem africana, japonesa. Então, o cemitério tem que respeitar todo tipo de religião. Como aqui do lado tem os islâmicos também, que é um outro tipo de sepultamento que eles fazem. Ali não é a ACESF que faz o sepultamento em si, são eles que, os islâmicos, são eles próprios. Só existe esse portão de acesso. Mas é completamente diferente. É uma equipe deles que mexe. Isso, no Islâmico são eles que mexem (Carter, 2025).

Sobre a liberdade de manifestação das diferentes religiões nas dependências do cemitério Padre Anchieta, o entrevistado afirma que há liberdade total de manifestação e que a autarquia orienta que não seja feita qualquer ação de impedimento de realização de práticas religiosas na necrópole.

Todos, todos. Nós somos orientados a não proibir ninguém. Porque a lei já fala que não pode proibir qualquer culto religioso. Então, independente de quem vai ou o sepultamento, a pessoa pode fazer o que ela achar. Porque existe muito, principalmente Umbanda, Candomblé, existe muito trabalho, trabalhos que são feitos no cruzeiro e tal, então é tudo liberado. É tudo liberado. Tudo liberado (Freitas, 2025a).

No Cemitério Jardim da Saudade, a manifestação das religiões é, segundo o entrevistado e gerente da necrópole Ricardo Reis:

É livre, normal. Cada um sepulta de acordo com sua religião, no cruzeiro também, vem, reza, deixa flores o que quiser, é difícil quando tem essas oferendas, é difícil para equipe limpar, a gente tem uma estrutura para limpeza de flores e velas, de uma imagem quebrada (que é costume popular deixar no cruzeiro), mas as oferendas de outras coisas, de comida, de galinha, essas coisas, são difíceis para a equipe. Mas é liberada a manifestação das religiões normalmente, as religiões todas, é lei! À noite o cemitério fica trancado, mas a gente sabe que às vezes são feitos trabalhos no fundo do cemitério, do lado de fora, no portão dos fundos, mas é do lado de fora, e no outro dia a gente percebe que teve reza deles ali, aí limpa os tocos de velas e o que deixaram, e é só isso, todo normal, rotina (Reis, 2025).

Do exposto, vale salientar que para todos os entrevistados, as manifestações de fé que chamam a atenção e causam incômodo são as das religiões de matriz africana, Candomblé e Umbanda. Não houve referências às religiões tradicionais cristãs, como o catolicismo e as religiões evangélicas. Instintivamente, quando questionadas sobre a liberdade religiosa, se remetem à dificuldade que têm em conviver, entender e/ou aceitar as práticas religiosas das religiões supracitadas, o que, talvez, possa refletir o estigma social oriundo ainda do período escravagista, que arraigou em nossa sociedade um preconceito profundo.

6. CONCLUSÕES

O Brasil, país colonizado por portugueses e que, no decurso do tempo recebeu grande volume de imigrantes europeus, foi fortemente influenciado pela cultura do velho mundo. Tais influências estão presentes também nos processos de inumação dos cadáveres e nos sistemas predominantes de construção de cemitérios, a saber, as necrópoles horizontais. Há que se observar ainda que as influências dos povos africanos, sobretudo nas religiões que trouxeram para o Brasil, têm preponderante papel na forma como as necrópoles são entendidas e/ou vivenciadas pelos brasileiros. Não menos importante, as relações sociais decorrentes dos povos indígenas, em maior ou menor grau, têm sua participação.

Da secularização dos cemitérios, às influências de outras expressões religiosas, tais como o protestantismo, que trouxe os cemitérios tipo parque ou jardim, em que a diferenciação entre as sepulturas não existe, posto que a necrópole assume a forma de um imenso gramado (Gimenez, 2013), os cemitérios são estruturas que transcendem a função pura e simples a que são destinados, qual seja, os sepultamentos. Essas estruturas, com o passar do tempo e com as características da sociedade, passam a representar locais de manifestações religiosas, de culto à memória, de busca de paz e sossego, dentre outras funções.

Tema pouco abordado em Londrina-PR e que a grande maioria da população evita tratar, a não ser que a morte de alguém próximo bata à porta, as exéquias, inumações e cemitérios são serviços de suma importância para a população de uma cidade, carecem de grande atenção do poder público e despertam interesse da iniciativa privada.

Os cemitérios urbanos do distrito sede de Londrina-PR, sejam particulares ou municipais, refletem a “sociedade dos vivos”, tais espaços são monumentos à memória, refletem a forma como a sociedade encara a morte (Gimenez, 2013; Silva, 2015), são fixos urbanos (Santos, 2002) e equipamentos de suma importância para a cidade.

Um sinal claro de que as relações sociais geram a valorização do espaço e perpetuam a propriedade privada, dois pilares da produção capitalista das cidades, atuam fortemente na localização de fixos urbanos quase-permanentes como os cemitérios.

Nos resultados aferidos por esta pesquisa, verificamos que apenas os cemitérios iniciais da cidade, os mais antigos, Cemitério São Pedro e Cemitério do Heimtal, seguiram a premissa corrente e defendida por George (1983) de que os cemitérios são construídos fora dos limites das cidades, e que, com o crescimento urbano, são abarcados por esta. As supracitadas necrópoles foram as únicas construídas, fora do quadrilátero inicial de Londrina e nas margens da planta urbana do Patrimônio Heimtal.

Na análise do sistema de cemitérios de Londrina-PR verificou-se a existência da preocupação da administração pública da cidade na construção de novas necrópoles nas direções de maior expansão urbana e crescimento populacional em cada período. Isto foi verificado na análise dos cemitérios Padre Anchieta, Jardim da Saudade, São Paulo e João XXIII, que seguiram as premissas apontadas por Gimenez (2013) de que os cemitérios eram construídos no passado levando-se em conta a disponibilidade de grandes terrenos e o baixo preço destes, desprezando, por vezes, aspectos hidrológicos e geológicos, bem como a topografia. Cabe uma ressalva quanto ao Cemitério São Paulo, que ocupa uma pequena área, mas que já era pertencente ao município e destinada a este fim.

Questões diferenciadas, como as que abarcam o Patrimônio Heimtal, que hoje assume uma função essencialmente urbana, estando completamente incorporado à malha urbana da cidade de Londrina, foram também, fontes de questionamentos e análise nesta dissertação, posto que uma necrópole tão antiga e fundada sob caráter rural, teve suas funções amplamente modificadas. É nítida a falta de estrutura da necrópole do Heimtal, sem vigilância, aberta, e com suas características históricas que poderiam ser aproveitadas como ponto de visitação turística completamente alteradas pelo uso atual do espaço pela ACESF, misturando o histórico com o atual, desconfigurando o aspecto de patrimônio histórico que aquela necrópole poderia denotar.

Conforme Silva (2015), a onda patrimonialista chegou aos cemitérios. Londrina previu em seu Plano Diretor a inclusão do Cemitério do Heimtal como ponto turístico, mas isso ocorreu sem que se ativesse à necessidade da preservação da história ali contida.

As necrópoles são estruturas com alto grau de fixidez, são elementos que recebem alterações sutis com o passar do tempo (Yázigi, 2003), desta forma, são reflexos de diversos tempos, incrustados no espaço urbano em constante transformação. São testemunhas da cidade de antes em meio à evolução da sociedade (Santos, 1988). Compreendemos nesta dissertação que, ao contrário do que comumente se pensa ou se diz, a morte não estabelece um nivelamento entre as pessoas, mas sim, após mortas, a segregação socioespacial que havia na vida cotidiana permanece, apenas tendo sua expressão e forma modificadas. Isto não se aplica ao corpo ali sepultado, mas à estrutura social das famílias às quais pertenceram. A segregação socioespacial se expressa na necrópole, mas pautada no imaginário, na percepção e nas práticas dos vivos.

Se a segregação socioespacial está presente entre as necrópoles do distrito sede de Londrina, ela não é observada, ao menos tão nitidamente, no aspecto interno das necrópoles. Cada necrópole apresenta uma certa uniformidade característica de túmulos, um

padrão, destacam-se apenas os diferenciais de acessibilidade, muito relacionadas à declividade que existe em partes do Cemitério Jardim da Saudade e no Cemitério João XXIII, ou a distância em relação ao cruzeiro quando este está presente.

Há, no entanto, que se observar que o Cemitério Parque das Allamandas faz diferenciação de preços de jazigos em decorrência das diferentes localizações das quadras dentro da necrópole, estabelecendo uma clara distinção de localizações mais ou menos nobres no interior da necrópole.

A segregação socioespacial e econômica se verifica de forma mais contundente nos cemitérios quando comparados entre si. Há uma sensível percepção de que os cemitérios privados são tidos como melhores em relação aos públicos, os preços dos terrenos e taxas de manutenção destes, ainda que sejam feitos parcelamentos, se tornam impeditivos a certas parcelas da população.

Dentre os cemitérios públicos, há sensível diferenciação que vai ao encontro da hipótese inicial, de que a morte não nivela as pessoas, pelo menos sob certos aspectos relativos às inumações. Ao analisar a localização e a situação das necrópoles públicas no contexto urbano, verificamos que a segregação espacial do mundo dos vivos está presente. As diferenciações de valores dos imóveis localizados nos bairros próximos às necrópoles públicas e as diferenciações das faixas de renda média das famílias que residem nestes bairros, evidenciam a segregação. A isso pode-se acrescentar-se que a correspondência entre os valores que a Prefeitura de Londrina pratica na PGV de 2017 para calcular os valores do IPTU, (valores estes que refletem diretamente nos preços dos imóveis para a comercialização e locação) com a tabela de preços praticada pela ACESF (Decreto 894/2024) carrega consigo a deliberada intenção da autarquia que administra os cemitérios em estabelecer preços correspondentes às localizações das necrópoles, diferenciando-as de acordo com as zonas da cidade em que estão instaladas. Concluímos que esta prática leva o sistema municipal de necrópoles a seguir as tendências de segregação socioespacial e socioeconômica vigentes na produção do espaço urbano da cidade de Londrina.

A segregação se mostra nas necrópoles de Londrina, talvez de maneira mais severa e irônica, no Cemitério “Conjugado Allamandas”. Localizado no interior do mais caro e moderno cemitério de Londrina, o Cemitério privado Parque das Allamandas, apesar da superficial aparência de semelhança com este, esconde uma triste estrutura de lóculos em sistema de cemitério vertical, destinada aos munícipes que não têm condições financeiras de adquirirem um jazigo para sepultarem seus mortos. Entre o Parque das Allamandas e o “Conjugado Allamandas”, localizados na mesma área, existe um abismo socioespacial e

socioeconômico, a maior e mais nítida segregação, separada por poucos passos e que passa despercebida pela beleza estética do lugar, que é mantida aos olhos dos que por ali transitam.

Quanto às influências dos cemitérios no entorno das localidades onde estão instalados, partimos da premissa de que as necrópoles influenciam negativamente seu entorno, alterando a dinâmica comercial de avenidas, dificultando e/ou desvalorizando imóveis próximos. Nas entrevistas com corretores de imóveis de diferentes imobiliárias localizadas em várias zonas da cidade de Londrina, isso foi amplamente confirmado. O aspecto da vista de um imóvel para os cemitérios foi largamente apontado como o maior dificultador no fechamento de negócios para estes imóveis. Neste sentido, as formas urbanas que compõem uma necrópole influem diretamente nas relações que se estabelecem entre necrópoles e circunvizinhança.

Em relação aos aspectos religiosos relacionados aos cemitérios da cidade, não foram verificadas restrições significativas à liberdade de culto nos cemitérios de Londrina. Com base nos procedimentos metodológicos adotados verificamos que as manifestações de fé presentes nos cemitérios e os significados atribuídos aos processos de inumação pelas diferentes expressões religiosas são, em geral, respeitados.

Observamos, no entanto, que os praticantes das religiões de matriz africana (Candomblé, Umbanda, Quimbanda) não encontram ampla liberdade para manifestarem e realizarem suas práticas religiosas, que ocorrem sobretudo no Cemitério do Heimtal, onde os portões não são trancados, não há vigilância e, ao que nos foi dito, geralmente praticam sua fé à noite, longe dos olhos das pessoas, e, também, nos fundos do Cemitério Jardim da Saudade, do lado de fora do portão, onde praticam seus cultos e depositam seus *trabalhos e entregas* na calçada da necrópole. Isso, a nosso ver, reflete o racismo estrutural da sociedade brasileira. Não foram encontrados nenhum dos aspectos relacionados às tradições dos indígenas nativos de nossa região nas manifestações religiosas presentes nas necrópoles estudadas.

Ao final concluímos que, com base nas análises realizadas, os cemitérios urbanos do distrito sede de Londrina expressam aspectos específicos de segregação socioespacial.

As necrópoles traduzem de várias maneiras as desigualdades sociais, ainda que não afetem diretamente o sepultado, tornam-se visíveis nas condições sociais de sepultamento oferecidas aos familiares que os enterram, reforçando a permanência de distinções socioeconômicas no espaço urbano.

Em síntese, esperamos que essa dissertação contribua em alguma medida para a ampliação da compreensão sobre o papel das necrópoles urbanas no distrito sede de Londrina no desenvolvimento da cidade, evidenciando como se articulam as interações entre os diversos

agentes produtores do espaço urbano, bem como os aspectos sociais, econômicos e simbólicos que envolvem esses equipamentos.

Embora, à primeira vista, os cemitérios possam transmitir a falsa impressão de imobilidade e inatividade, são, de fato, estruturas vivas — impregnadas de significado, história e influência sobre a cidade e a sociedade que nela vive.

Ao associar abordagens teóricas e empíricas com um método analítico de base crítica e histórica, esta pesquisa buscou lançar luz sobre uma temática muitas vezes negligenciada pelos estudos urbanos. A análise dos cemitérios urbanos de Londrina revelou que, mesmo em relação aos corpos sepultados, vestígios das desigualdades sociais continuam inscritos no tecido urbano.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício. Cidades: espacialidades e temporalidades. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (org.). **Dilemas Urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

_____, Maurício. Sobre a Memória das Cidades. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A Produção do Espaço Urbano** – agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

ACESF constrói novo cemitério. **Folha de Londrina**. 13 abr. 1984.

ADAMGY, M. Yossuf M. **Regras do funeral islâmico**. São Bernardo do Campo, São Paulo: Editora Makkah, 2012. Disponível em: <http://www.islambr.com.br/wp-content/uploads/2019/01/funeral.pdf>. Acesso em 14 ago. 2023.

ALVES, Flamarion Dutra. Considerações sobre métodos e técnicas em Geografia Humana. **Dialogus**. Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, 2008.

AMORIM, Wagner Vinícius. **A produção imobiliária e a reestruturação das cidades médias**: Londrina e Maringá/PR. 2015. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/127982>. Acesso em: 10 set. 2024.

ANDRADE, Aparecido Ribeiro de; SCHMIDT, Lisandro Pezzi. **Metodologias de pesquisa em Geografia**. Guarapuava: Gráfica Unicentro, 2015. Disponível em: <https://docs.ufpr.br/~adilar/METODOLOGIA%202019/Metodologias%20de%20pesquisa%20em%20Geografia.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

ARANTES, Antônio Augusto. (Org.). **Produzindo o Passado**: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

_____, Philippe. **História da Morte no Ocidente**: da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

ASPECTOS Urbanísticos e Sócio-espaciais. **Plano Diretor Participativo de Londrina**. **Londrina**: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL, 2008. Disponível em: https://ippul.londrina.pr.gov.br/images/3.4_-_Aspectos_Urban%C3%ADsticos_e_S%C3%B3cio-espaciais.pdf. Acesso em 09 set. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BATISTA FILHO, J. **O Projeto CURA no Parque Guanabara**: uma política-programa de renovação urbana em Londrina. 1985. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia Urbana**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian Lisboa, 1980.

BOCCACCIO, Giovanni. **Decameron**. São Paulo: Hemus Livraria Editora, 1971.

BOLAFFI, Gabriel. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1979.

BONI, Paulo César; UNFRIED, Rosana Reineri; BENATTO, Omeletino. **Memórias fotográficas: a fotografia e fragmentos da história de Londrina**. Londrina: Midiograf, 2013.

_____, Paulo César; UNFRIED, Rosana Reineri. **Transformações urbanas: A Londrina da década de 1950 pelas fotografias de Oswaldo Leite**. Londrina: EDUEL, 2017.

BORTOLOTTI, João Baptista. **Planejar é preciso: memórias do desenvolvimento urbano de Londrina**. Londrina: Midiograf, 2007.

BRASIL. **Decreto 119-A de 7 de janeiro de 1890**. Brasília: Presidência da República, 1890. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm. Acesso em: 11 maio 2023.

CADERNO **Censitário do perfil de Londrina** - ano base 2010. Londrina: Prefeitura de Londrina, 2010. Disponível em: <https://portal.londrina.pr.gov.br/caderno-censitario-de-perfil-de-londrina/caderno-censitario-2010>. Acesso em: 23 mar. 2025.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 1994.

CARVALHO, Hugo Pereira de. **A inclusão do cemitério no espaço da cidade**. 2012. Dissertação (Mestrado Integrado em Arquitetura) - Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitetura. Lisboa, 2012. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/5986>. Acesso em: 22 maio 2023.

CASTELNOU, Antônio. **Arquitetura Londrinense: Expressões de Intenção Pioneira**. Londrina: Atrito Art Editorial, 2002.

CASTELO BRANCO, Camilo. **Maria da Fonte**. 3ª ed. Porto: Livraria Chardron, de Léo & Irmão Editores, 1908.

CATROGA, Fernando. **O Céu da Memória: o cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal 1756-1911**. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999.

CELLARD, A. A Análise Documental. In: POPUART, J. et al. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CONHECER Londrina – Roteiro 6 – Diversidade em Londrina. **Conhecer Londrina Digital**. Londrina, 2020. Disponível em: <https://sites.google.com/edu.londrina.pr.gov.br/conhecerlondrina/roteiro-6>. Acesso em 14 Ago 2024.

CORREIA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1985.

_____, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998

_____, Roberto Lobato. Sobre Agentes Sociais, Escalas e Produção do Espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A Produção do Espaço Urbano – agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

COULANGES, Fustel de. **A Cidade Antiga**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

DEL CIEL mantém decisão de ampliar o cemitério. **Folha de Londrina**. 23 jun. 1982.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FRESCA, Tânia Maria. Mudanças recentes na expansão físico-territorial de Londrina. **Geografia**, Londrina, v. 12, n. 2, p. 241-264, jul./dez., 2002. Disponível em: <file:///C:/Users/upacentro.manha/Downloads/geografiauel,+Gerente+da+revista,+8.pdf>. Acesso em: 05 set. 2023.

GEORGE, Pierre. **Os métodos da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1978.

_____, Pierre. **Geografia Urbana**. São Paulo: DIFEL, 1983.

GIMENEZ, Sônia Maria Nobre; TATSUI, Carla Brito. **Morte: Implicações ambientais e culturais**. Londrina: EDUEL, 2013.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, SP, v.26, n.2, 1995.

HARVEY, David. **A produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____, David. **Cidades Rebeldes – do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções: 1789-1848**. São Paulo: Paz & Terra, 2012.

KEMERICH, Pedro Daniel da Cunha *et al.* A questão ambiental envolvendo os cemitérios no Brasil. **Revista Monografias Ambientais – REMOA**. Santa Maria: v. 13, n. 5, p. 3777-3785, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/view/14506/pdf>. Acesso em: 14 abr. 2023.

KOLNBERGER, Thomas. Cemeteries and urban form: a historico-geographical approach. **Urban Morphology**, Luxembourg, n. 22(2), 119–139, fev. 2018.

LACET, Juliana Lemos. **Os rituais de morte nas irmandades de escravos e libertos: Vila Rica, século XVIII**. 2003. Dissertação (Mestrado em História da Universidade Federal de

Ouro Preto). Mariana, 2003. Disponível em:
https://lph.ichs.ufop.br/sites/default/files/lph/files/125_juliana_lemos_lacet_-_os_rituais_de_morte0anas_irmandades.pdf?m=1525724404. Acesso em: 29 Jun. 2023.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

_____, Jacques. A vida material (séculos X-XIII). In: **A Civilização do Ocidente Medieval**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

_____, Henri. **O direito à Cidade**. 5ª Ed. São Paulo: Centauro Editora, 2008.

_____, Henri. **La producción de lo espacio**. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.

_____, Henri. **Espaço e Política – O direito à cidade II**. 2ªEd. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

LONDRINA, **Lei Municipal N° 891, de 19/03/1964** – Modifica o nome do Cemitério Municipal de Londrina para Cemitério São Pedro. Londrina: Câmara Municipal de Londrina, 1964a.

_____. **Lei Municipal N° 893, de 06/02/1964** – Cria o Cemitério Municipal João XXIII. Londrina: Câmara Municipal de Londrina, 1964b.

_____. **Lei Municipal N° 1439, de 16/12/1968** – Coloca em funcionamento o Cemitério Municipal Padre Anchieta: Câmara Municipal de Londrina, 1968.

_____. **Lei Municipal N° 3877, de 11/07/1986** – Autoriza compra de terreno pela ACESF para construção e cemitério e permite concessão de parte do terreno para a construção do Cemitério Islâmico. Londrina: Câmara Municipal de Londrina, 1986.

_____. **Plano Diretor 2008** – Aspectos Sócio-econômicos. Londrina: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL), 2008a. Disponível em:
https://ippul.londrina.pr.gov.br/images/3.3_-_Aspectos_S%C3%B3cio-econ%C3%B4micos.pdf. Acesso em: 01 abr. 2023.

_____. **Plano Diretor 2008** – Aspectos Urbanísticos e Sócio Espaciais. Londrina: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL), 2008b. Disponível em:
https://ippul.londrina.pr.gov.br/images/3.4_-_Aspectos_Urban%C3%ADsticos_e_S%C3%B3cio-espaciais.pdf. Acesso em: 01 abr. 2023.

_____, **Estudo da Situação dos Cemitérios Urbanos de Londrina**. ACESF – Secretaria de Planejamento, 1983.

_____, **Lei N° 3.688, de 12 de junho de 1984** – Denomina cemitério localizado na área norte da cidade, na região dos Cinco Conjuntos. Londrina: Câmara Municipal de Londrina, 1984.

_____, **Lei Municipal Nº 12.575, de 29/09/2017** – Aprova a Planta de Valores de terrenos e preços básicos por metro quadrado de construção, para efeito de lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, e dá outras providências. Londrina: Câmara Municipal de Londrina, 2017. Disponível em: <https://www1.cml.pr.gov.br/leis/2017/web/LE125752017consol.html>. Acesso em: 24 fev. 2025.

_____. **Decreto Nº894 de 10 de julho de 2024** – Fixa e homologa a Tabela de Preços (em reais) para a prestação de serviços e vendas da Administração dos Cemitérios e Serviços Funerários de Londrina - ACESF. Londrina: Câmara Municipal de Londrina, 2024.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, SP: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MARX, Murilo. **Nosso chão: do sagrado ao profano**. São Paulo: EDUSP, 1989.

MEIRA, Silvio Augusto de Barros. **A Lei das XII Tábuas: fonte do direito público e privado**. Rio de Janeiro: Forense, 1972

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MUNICÍPIO de Londrina – **Administração Milton Menezes 1962**. Londrina: Prefeitura de Londrina, 1962.

NASCIMENTO, Agnaldo da Silva. A espacialização dos vazios urbanos em Londrina (PR). **Revista Franco-brasileira de Geografia**. n. 28, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/11088#:~:text=O%20cen%C3%A1rio%20dos%20vazios%20urbanos%20em%20Londrina,-44A%20cidade&text=Ou%20seja%2C%20dos%2029.970%20lotes,fase%20de%20verticaliza%C3%A7%C3%A3o%20da%20cidade..> Acesso em 01 set. 2024.

NO PRÓXIMO ano, um novo cemitério para a cidade. **Folha de Londrina**. 23 nov. 1983.

NOGUEIRA, Renata de Souza. **Quando um cemitério é patrimônio cultural**. 2013. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - UNIRIO, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/12386/Disserta%c3%a7%c3%a3o_RENATA_NOGUEIRA_2013.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 12 fev. 2023.

NOVO CEMITÉRIO. **Folha de Londrina**. 20 jun. 1984.

OLIVEIRA, Denise Rodrigues de. **A inserção do Patrimônio Heimtal na cidade de Londrina-PR pela mobilidade de suas fronteiras rur-urbanas**. 2006. Monografia (Bacharelado em Geografia, Departamento de Geociências) Universidade Estadual de Londrina - UEL, Londrina, 2006.

OLIVEIRA, Edilson Luís de. **Divisão do Trabalho & Circuitos da Economia Urbana**. Londrina: EDUEL, 2011.

OLIVEIRA, Leonardo. A configuração espacial da morte: espaços segregados no Cemitério Campo da Esperança. **Revista CAU/UCB**, n. 5, p. 21-47, 2016. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/CAU/article/view/8406>. Acesso em: 14 abr. 2022.

OPENAI. *ChatGPT*. São Francisco, CA: OpenAI, 2025. Disponível em: <<<https://chat.openai.com>>>. Acesso em: 16/07/2025

PÁDUA, Rafael Faleiros de. Produção estratégica do espaço e os “novos produtos imobiliários”. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (Orgs.) **A Cidade como Negócio**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

PAULA, Luciano Sacramento. **Gestão e planejamento da capacidade em cemitérios municipais**. UNESA, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos05/332_Planecapacidade.pdf. Acesso em: 05 maio 2022.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. **À flor da terra: o Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro**. 2006. Dissertação (Mestrado Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204431/4101445/livro_cemiterio.pdf. Acesso em: 07 maio 2023.

PIRES, Álvaro. “Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico”. In: POPUPART, Jean-Marie *et al.* (orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008, pp. 154-211.

PRADO, Guilherme do Val Toledo; SOLIGO, Rosaura; SIMAS, Vanessa França. **Pesquisa narrativa em três dimensões**. 2014. VI CIPA - Congresso Internacional de Pesquisa (Auto)Biográfica – Modos de Viver, Narrar e Guardar (6; 2014: Rio de Janeiro, RJ). Disponível em: <https://docplayer.com.br/3911857-Pesquisa-narrativa-em-tres-dimensoes-1.html>. Acesso em: 22 set. 2023.

PREFEITURA, Municipal de Londrina. **Secretaria de Planejamento Projeto CURA**. Londrina: Prefeitura Municipal de Londrina, 1977.

RACIONALIZAÇÃO do espaço: o “segredo” dos enterros. **Folha de Londrina**. 23 out. 1982.

RAMIRES, Júlio César de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Pesquisas qualitativas: referências para pesquisa em geografia. In: MARAFON, Glaucio José, *et al.* In: **Pesquisa Qualitativa em Geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2013.

RAZENTE, Nestor. Segregação socioespacial nas cidades da Região Metropolitana de Londrina – Paraná – Brasil. **Revista de Arquitetura e Urbanismo: Arquitectos. São Paulo**, n. 137, a. 12, out. 2011. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arquitectos/12.137/4099>. Acesso em 23 ago 2023.

REIS, João José. **A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

RESENDE, Sandra Catharinne Pantaleão. **Rugosidades Urbanas em Londrina: descompassos socioambientais na apropriação dos corpos d'água.** 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia – linha de pesquisa em Dinâmica Ambiental) - Universidade Estadual de Londrina UEL), Londrina, 2010.

ROCHA, Loyanne Dias. **A morte amparada dos irmãos da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto (1780-1800).** 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/9510>. Acesso em 19 maio 2023.

RODRIGUES, Claudia. **Lugares dos Mortos na Cidade dos Vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

_____, Claudia. **Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX).** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ROSENDAHL, Zeny. Cultura e cidade: para uma Geografia das relações entre espaço, religião e política. *In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (org.). Dilemas Urbanos* Novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Editora Contexto, 2003. (p.161-165).

_____, Zeny. Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião. *In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005.* São Paulo: USP, 2005. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/38.pdf>. Acesso em: 06 de abr. de 2023.

RÚSSIO, Waldisa. Cultura, Patrimônio e Preservação - Texto III. *In: ARANTES, Antônio Augusto. (Org.). Produzindo o Passado: estratégias de construção do patrimônio cultural.* São Paulo: Brasiliense, 1984.

SALA, Gabriela Cubaski. **A identidade Germânica no Heimtal: A cultura material do cemitério local (1931-2019).** 2019. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História social) Universidade Estadual de Londrina - UEL, Londrina, 2019.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia.** São Paulo: n. 54, jun. 1977.

_____, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo – Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional.** 4ª Ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1998.

_____, Milton. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção.** 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____, Milton. **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania.** São Paulo: Publifolha, 2002.

_____, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004

_____, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: EDUSP, 2012a.

_____, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: EDUSP, 2012b.

_____, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 6ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2014.

SCAMPINI, José, Padre, A liberdade religiosa nas constituições brasileiras: estudo filosófico-jurídico comparado. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, p. 75-126, jan./mar. 1974.

Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/180852/000351685_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 maio 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Bruno Sanches Mariante. Quando eu me chamar saudade: representações do/no Cemitério Jardim da Saudade em Londrina (PR). **Escritas**, v. 6 n. 2, p. 03-24, 2014.

Disponível em:

<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1503/8261>. Acesso em: 14 maio 2023.

_____, Bruno Sanches Mariante. A morte viva e o passado presente: oximoros de uma problemática da memória. **Revista Semina**. v.14, n.1, p. 01-22, 2015. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/5308/3459>. Acesso em: 29 maio 2023.

SILVA, Dalton. **Os serviços funerários na organização do espaço e na qualidade socioambiental urbana: uma contribuição ao estudo das alternativas para as disposições finais funerárias na ilha de Santa Catarina**. 2002. Tese (Doutoramento em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

SILVA, Ivo Pereira da. **O Anticlericalismo Político no Parlamento Brasileiro (1868-1891)**. 2018. Tese (Doutoramento em História) Universidade de Coimbra. Coimbra, 2018.

SILVA, Grazielle Roberta de Freitas Macêdo *et al.* Entrevista como técnica de pesquisa qualitativa. **Online Brazilian Journal of Nursing**. V. 1, n. 2, p. 246-257, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=361453972028>. Acesso em: 28 out. 2023.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1979.

SORIANO, Raul Rojas. **Manual de Pesquisa Social**. Petrópolis: Vozes, 2004.

SOUZA, Eder Cristiano de. **Excluídos do Café: Planejamento urbano e conflitos sociais em Londrina nas décadas de 1950 e 1960**. Londrina, EDUEL: 2021.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.

_____, Maria Encarnação Beltrão, A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A Produção do Espaço Urbano – agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

STIPP, Marcelo Eduardo Freres; SILVA, Marcela Arfelli; BERTACHI, Mônica Hirata. Caracterização de impactos ambientais visuais causados por cemitérios em cidades de grande porte. Estudo de caso do cemitério São Pedro na cidade de Londrina-Pr. **Revista Geografia e Pesquisa**. Ourinhos, v. 5, n. 2, p. 99-118, 2011. Disponível em: <http://vampira.ourinhos.unesp.br/opensjournalssystem/index.php/geografiaepesquisa/article/view/145>. Acesso em: 20 abr. 2022.

THOMPSON, Barbara. Cemitérios verticais, espaço urbano e meio ambiente: o novo discurso científico universitário de incentivo à verticalização do cemitério e à cremação. **Primeiros Estudos**: Revista de Graduação em Ciências sociais. São Paulo, a. 5, n.7, p. 7-26, nov. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/primeirosestudos/issue/view/8248/505>. Acesso em: 14 maio 2023.

TURRA NETO, Nécio. **Pesquisa Qualitativa em Geografia**. In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Belo Horizonte/MG. (Anais), p.1-10, 2012.

UNFRIED, Rosana Aparecida Reineri. **Fotografia e Documentação Urbana**: as imagens de Oswaldo Leite como auxiliares na recuperação de fragmentos históricos de Londrina. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

UNS JÁ VENDERAM, outros só esperam melhor preço, alguns insistem em ficar. **Folha de Londrina**. 27 jun. 1975.

VILLAÇA, Flavio José Magalhães. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

VOLOCHKO, Danilo. A moradia como negócio e a valorização do espaço urbano metropolitano. In: **A cidade como Negócio**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

WHITACKER, Arthur Magon. Uma discussão sobre a morfologia urbana e a articulação de níveis diferentes de urbanização. In: SPOSITO, M. E. B. (org.). **Cidades médias**. Espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

YAMAKI, Humberto. **Paisagem geográfica paranaense**: Decodificando o Heimtal, um patrimônio teuto-russo em Londrina. Rio Claro, Ano XI, Vol. 11, n. 1, jan/jun, 2011. p. 222-246. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/article/view/4922>. Acesso em 20 ago 2023.

YÁZIGI, Eduardo. Patrimônio ambiental urbano: refazendo um conceito para o planejamento urbano. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (org.). **Dilemas Urbanos** Novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Características do Sepultamento Islâmico.

De modo bastante sucinto, far-se-á uma exposição das características básicas da inumação dos cadáveres segundo a religião muçulmana, de forma a corroborar com a compreensão da necessidade de que haja um cemitério que corresponda a tais características. O Sheik Anis Orra, da Mesquita Rei Faïçal de Londrina, falando sobre o Cemitério Islâmico, apresenta a tônica que a religião islâmica imprime sobre as exéquias, um padrão caracterizado pela simplicidade (Foto 26).

É porque a gente tem o nosso padrão. É muito bonito. Independentemente de quem for enterrado, né? Porque só pode ser enterrado ali muçulmano, né? E todo mundo é tratado igual. Não interessa a sua classe social ou não, se é rico ou pobre. Muçulmano, então, o ritual é o mesmo, entendeu? Então, o padrão é o mesmo. E no cemitério, a religião não permite construção em cima do túmulo. Por mais que há cemitérios islâmicos que têm uma construção, mas essa construção que tem nesses cemitérios é devido ao excesso de tempo. Então, acaba obrigando, mas de forma normal, assim, não é permitido. É simples, no chão. Só aquela lápidezinha. Para saber quem está ali enterrado. (Orra, 2024)

Foto 26: Vista geral dos jazigos do Cemitério Islâmico de Londrina.



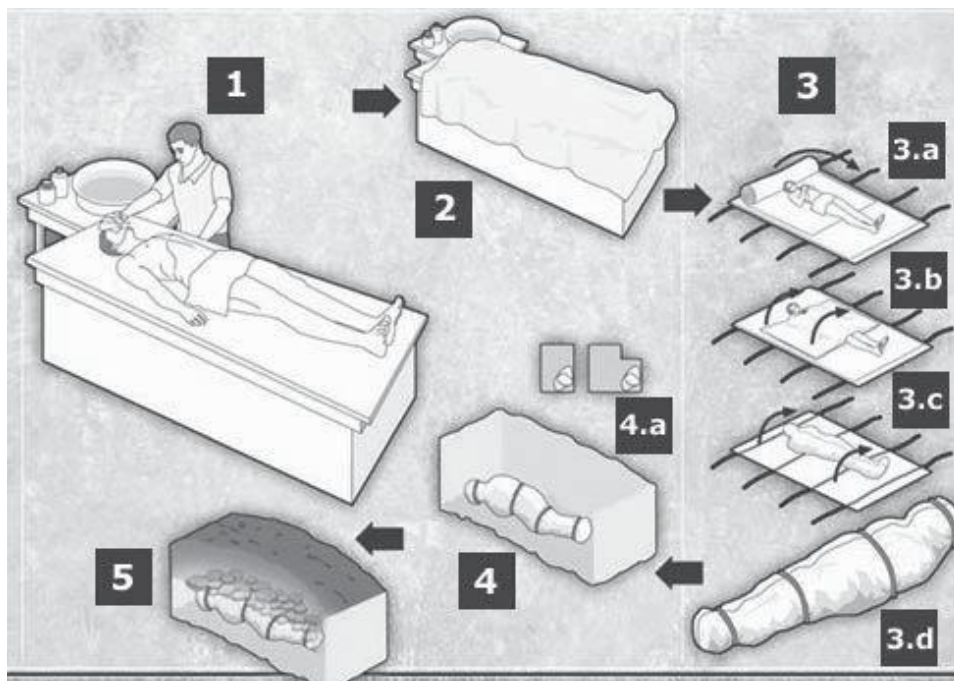
Fonte: Registro fotográfico feito pelo autor, 2025.

Segundo Oliveira (2016, p. 36), no ideário muçulmano, a morte nada mais é do que a passagem da vida terrena para a vida eterna, ou seja, a separação entre o corpo físico e a alma, desta forma, os cadáveres não têm a si atribuídos significados consideráveis, a alma,

no entanto, perdura atribuída de importância. O Islã coíbe longos períodos de luto, tendo em vista que se crê que a morte é um arbítrio divino, podendo ser súbita.

O ritual fúnebre islâmico compreende cinco etapas distintas (Figura 23), tendo por início com a lavagem do corpo, seu amortalhamento, o proferir da oração fúnebre, o transporte do ataúde para o sepultamento e o enterro. Assim como a religião judaica, o Islã não admite a cremação como práxis funerária. (Oliveira, 2016, p. 37)

Figura 23: Sequência do processo de preparação do cadáver e sepultamento de acordo com o Islã:



Observações: Item 1- Lavagem do corpo; 2- Estender a mortalha sobre o corpo; 3- Sequência do processo de amortalhamento do cadáver; 4- Acomodação do corpo na sepultura, inclinado sobre seu lado direito, em direção da Kaaba; 5- Proteção do cadáver para que a terra não caia diretamente sobre ele e o enterro.

Fonte: Adamgy, 2012, p. 36-37.

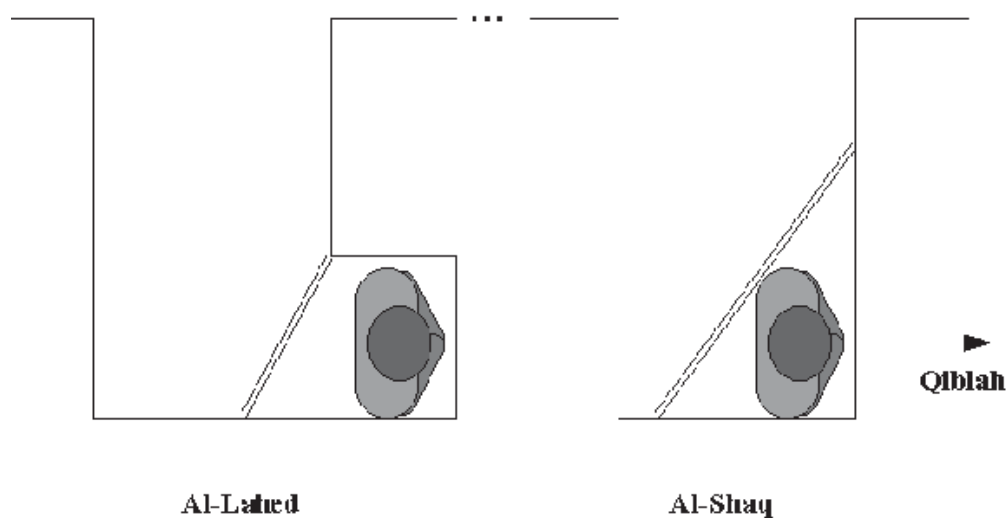
Buscando sempre a simplicidade no ritual fúnebre, a doutrina islâmica recomenda que o tecido da mortalha que envolverá o corpo seja simples, jamais ostentoso, posto ser necessário demonstrar o desapego aos valores terrenos na morte, a mortalha é feita de três lençóis brancos sem costura, sendo vedado o uso de camisas e turbantes para este fim. (Oliveira, 2016, p. 38)

Adamgy (2012, p. 16) complementa que o amortalhamento pode ser feito com dois lençóis, caso não haja três, ou até mesmo por apenas um, se as condições assim obrigarem, mas em hipótese alguma deve deixar de ser feito, e a mortalha precisa envolver o corpo por inteiro.

O amortilhar do morto muçulmano, outro que não seja um mártir caído em uma batalha, é um dever religioso pelo consenso de opinião Islâmica, e a execução deste dever é uma obrigação coletiva: desde que alguém a executa, os restantes estão isentos. As despesas do amortilhamento do falecido, de preparação para o enterro devem ser pagas dos bens privados sobre os quais ninguém tenha alguma reivindicação. Se o falecido não tem bens com que possa pagar estas despesas, a sua mortalha pode ser custeada por quem o tinha sustentado enquanto ele esteve vivo. Se que o sustentou não pode prover com esta despesa, a mortalha é paga pela Tesouraria Pública Muçulmana, e falhando isto a responsabilidade transfere-se para aqueles muçulmanos que coletivamente possam prover o amortilhamento, a preparação para o sepultamento, e as despesas do enterro do finado. (Adamgy, 2012, p. 15)

Quanto à sepultura, também há certas especificidades e cuidados que precisam ser obedecidos (Figura 24). Adamgy (2012, p. 29) explica que a sepultura deve ter a profundidade do peito de um homem adulto, devendo ser feita com esmero e ser espaçosa, deve ser feito um nicho na parede lateral da sepultura, uma concavidade no fundo da cova, tal qual um abrigo no lado da cova que esteja voltado à Kaaba, onde o defunto será posicionado, este tipo de cova se chama “Al-Lahed”.

Figura 24: Tipos de sepultura aceitos pelo Islã.



Observações: à esquerda, o tipo “Al-Lahed”, onde se encontra um nicho no lado da cova voltado para a Kaaba, para onde o cadáver terá seu rosto voltado; à direita, a sepultura do tipo “Al-Shaqq”, uma cova convencional, onde o cadáver será protegido por uma tampa, para evitar que a terra caia diretamente sobre ele.

Fonte: Adamgy, 2012, p. 30.

Caso o nicho não possa ser feito, uma trincheira no fundo da sepultura receberá o corpo, mas uma tampa sobre o cadáver deve impedir que a terra caia sobre ele, esta cova se chama “Al-Shaqq”. Somente quando impossível, o morto poderá ser sepultado em cemitério não Islâmico, se o morto for mártir de guerra e morrer em batalha, deve ser sepultado próximo de onde morreu.

O corpo é disposto na cova, sobre seu lado direito, ou inclinado sobre o seu lado direito, com sua face em direção da Kaaba. Ao ser colocado na sepultura, todos os que ajudaram a colocar o cadáver devem dizer: “Em nome de Allah, e na fé do Profeta de Allah”. As ataduras que prendiam a mortalha na cabeça e nos pés devem ser desfeitas no sepultamento. Recomenda-se espalhar poeira sobre a cova por três vezes, antes de cobri-la com terra. (Adamgy, 2012, p. 31-32)

A parte superior da sepultura deve ficar à altura de uma mão elevada do solo, para seu reconhecimento, pode-se marcar a sepultura com uma pedra ou coisa semelhante, deve, preferencialmente, ter sua superfície convexa, não se permite a construção de qualquer estrutura sobre a cova, nem mesmo cobri-la, é repreensível pisar, sentar-se, encostar-se ou procurar obter qualquer tipo de abrigo nas ou entre as sepulturas. “Não é permitido erguer mesquitas sobre as sepulturas nem acender lamparinas sobre elas, porque o Profeta صلى الله عليه وسلم disse: Allah amaldiçoou as mulheres que frequentam as sepulturas e aqueles que constroem mesquitas e põem luzes sobre estas” (Adamgy, 2012, p. 33)

Diante do exposto, é possível compreender as razões pelas quais a comunidade islâmica de Londrina buscou junto à prefeitura municipal e, também, fez esforços pertinentes à própria sociedade muçulmana, no sentido da construção e manutenção de um cemitério islâmico, posto que há diversas diferenças entre a cultura islâmica e a cultura cristã praticada nos cemitérios de Londrina.

APÊNDICE B

Referências das entrevistas realizadas e citadas na dissertação

ANDREAN, Priscila Zamarian. **Entrevista com a Corretora de Imóveis Priscila Zamarian Andrean.** [Entrevista concedida a] Danilo Heitor Cevallo Crosxiati. Londrina, 31 mar. 2025.

BENÍCIO, Ízis da Silva. **Entrevista com a Corretora de Imóveis Ízis da Silva Benício.** [Entrevista concedida a] Danilo Heitor Cevallo Crosxiati. Londrina, 31 mar. 2025.

BERLI, Andrey da Silva. **Características do Cemitério Parque das Oliveiras.** [Entrevista concedida a] Danilo Heitor Cevallo Crosxiati. Londrina, 25 nov. 2024.

BERNARDES, Maria Helena de Oliveira. **Como é morar em frente ao Cemitério do Heimtal.** [Entrevista concedida a] Danilo Heitor Cevallo Crosxiati. Londrina, 21 mar. 2025.

CARTER, Wellington Roberval. **Entrevista com o Servidor da ACESF Wellington Roberval Carter, lotado no Cemitério São Paulo.** [Entrevista concedida a] Danilo Heitor Cevallo Crosxiati. Londrina, 20 mar. 2025.

FÁVARO, Marcos José. **Entrevista com o Corretor de Imóveis Marcos José Fávaro.** [Entrevista concedida a] Danilo Heitor Cevallo Crosxiati. Londrina, 31 mar. 2025.

FILURNINE, Márcia Evangelista. **Entrevista com a Corretora de Imóveis Márcia Evangelista Filurnine.** [Entrevista concedida a] Danilo Heitor Cevallo Crosxiati. Londrina, 10 abr. 2025.

FREITAS, Washington Luiz de. **Entrevista com o Servidor da ACESF Washington Luiz de Freitas, lotado no Cemitério Padre Anchieta.** [Entrevista concedida a] Danilo Heitor Cevallo Crosxiati. Londrina, 05 jan. 2025a.

_____, Washington Luiz de. **Entrevista com o Servidor da ACESF Washington Luiz de Freitas sobre o “Conjugado Allamandas”,** [Entrevista concedida a] Danilo Heitor Cevallo Crosxiati. Londrina, 06 jan. 2025b.

GUARDA, Luiz Cláudio. **Entrevista com o Corretor de Imóveis Luiz Cláudio Guarda.** [Entrevista concedida a] Danilo Heitor Cevallo Crosxiati. Londrina, 01 abr. 2025.

HAPCHAM, Jéssica Helen Silva. **Características do Cemitério Parque das Allamandas.** [Entrevista concedida a] Danilo Heitor Cevallo Crosxiati. Londrina, 14 nov. 2024.

MELO, Marcila Euzébia. **Entrevista com a Corretora de Imóveis Marcila Euzébia Melo.** [Entrevista concedida a] Danilo Heitor Cevallo Crosxiati. Londrina, 31 mar. 2025.

MESAS, Ricardo Eumann. **Entrevista com o Corretor de Imóveis Ricardo Eumann Mesas.** [Entrevista concedida a] Danilo Heitor Cevallo Crosxiati. Londrina, 31 mar. 2025.

OLIVEIRA, Marival. **Entrevista com Corretor de Imóveis Marival de Oliveira.** [Entrevista concedida a] Danilo Heitor Cevallo Crosxiati. Londrina, 31 mar. 2025.

OLIVEIRA, Rubens Freitas de. **Entrevista com o Servidor da ACESF Rubens Freitas de Oliveira, lotado no Cemitério São Pedro.** [Entrevista concedida a] Danilo Heitor Cevallo Crosxiati. Londrina, 10 jan. 2025.

ORRA, Anis Mohamed. **Características do Cemitério Islâmico.** [Entrevista concedida a] Danilo Heitor Cevallo Crosxiati. Londrina, 4 out. 2024.

PELEGRISULLI, Cirlete Marcondes. **Entrevista com a Corretora de Imóveis Cirlete M. Pelegrissuli.** [Entrevista concedida a] Danilo Heitor Cevallo Crosxiati. Londrina, 01 abr. 2025.

PUGLIERI, Denerval. **Entrevista com o Corretor de Imóveis Denerval Puglieri.** [Entrevista concedida a] Danilo Heitor Cevallo Crosxiati. Londrina, 07 abr. 2025.

REIS, Ricardo. **Entrevista com o Servidor da ACESF Ricardo Reis, lotado no Cemitério Jardim da Saudade.** [Entrevista concedida a] Danilo Heitor Cevallo Crosxiati. Londrina, 20 mar. 2025.

SANTOS, Dinalva Macedo. **Entrevista com a Servidora da ACESF Dinalva Macedo Santos, lotada no Cemitério Papa João XXIII.** [Entrevista concedida a] Danilo Heitor Cevallo Crosxiati. Londrina, 06 jan. 2025.

APÊNDICE C

**Roteiro da entrevista realizada com a gerente do Cemitério Parque das Allamandas,
Sra. Jéssica Helen Silva Hapcham**



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA**

**NECRÓPOLES E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM
LONDRINA/PR - 1930 A 2025**

Roteiro para entrevista - Cemitério Parque das Allamandas

1. Qual o ano de fundação do cemitério Parque das Allamandas?
2. De que forma surgiu o interesse pela fundação deste empreendimento?
3. Com que critérios foi escolhida a região onde foi instalada a necrópole?
4. O Cemitério Parque das Allamandas visa atender a um nicho específico da população?
5. Qual o número de sepultamentos já realizados desde sua criação?
6. Nos últimos 10 anos, qual é a média mensal de sepultamentos?
7. Qual é a área ocupada pelo cemitério?
8. Atualmente, qual o número de funcionários do Cemitério?
9. Atualmente, qual é o nível de ocupação do cemitério?
10. Quantos jazigos possui o Cemitério Parque das Allamandas?
11. Quais são os tipos de jazigos disponibilizados?
12. Os jazigos são vendidos em caráter perpétuo?
13. Qual o valor de um jazigo?
14. Existem variações de valor em decorrência de localização do jazigo no cemitério?
15. Qual o valor das taxas de manutenção? Em caso de inadimplência, o jazigo pode ser retomado?
16. Há alguma restrição quanto à religião das famílias atendidas?
17. Além dos jazigos e sepultamentos, quais outros serviços o Cemitério Parque das Allamandas oferece?
18. Nas visitas aos jazigos, é permitido o acender de velas, colocação de flores, alimentos ou outros costumes de culto aos antepassados junto às lápides?

19. É permitido que se façam fotos do cemitério para ilustrar a dissertação?
20. Há algum material que possa ser cedido ou a que se possa ter acesso, para enriquecer a pesquisa?
21. É autorizado que conversemos brevemente com alguns funcionários diretamente envolvidos com a dinâmica das inumações?

APÊNDICE D**Roteiro da entrevista realizada com o gerente do Cemitério Parque das Oliveiras, Sr.****Andrey da Silva Berli****UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA****NECRÓPOLES E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM
LONDRINA/PR - 1930 A 2025****Roteiro para entrevista - Cemitério Parque das Oliveiras**

1. O Cemitério Parque das Oliveiras foi fundado pela AEBEL? Como ocorreu este processo inicial?
2. Qual foi a motivação da AEBEL para administrar uma necrópole?
3. O cemitério tipo jardim visa um nicho específico da população?
4. Por ser de uma entidade evangélica, há alguma restrição quanto à religião das famílias atendidas?
5. Qual é a área ocupada pelo cemitério?
6. Atualmente, qual o número de funcionários do Cemitério?
7. Atualmente, qual é o nível de ocupação do cemitério?
8. Qual o número de sepultamentos já realizados desde sua criação?
9. Nos últimos 10 anos, qual é a média mensal de sepultamentos?
10. Quantos jazigos possui o Cemitério Parque das Oliveiras?
11. Os jazigos são vendidos em caráter perpétuo?
12. Quais são os tipos de jazigos disponibilizados?
13. Qual o valor de um jazigo?
14. Existem variações de valor em decorrência de localização do jazigo no cemitério?
15. Qual o valor das taxas de manutenção? Em caso de inadimplência, o jazigo pode ser retomado?
16. Além dos jazigos e sepultamentos, quais outros serviços o Cemitério Parque das Oliveiras oferece?

17. Nas visitasões aos jazigos, é permitido o acender de velas, colocação de flores, alimentos ou outros costumes de culto aos antepassados junto às lápides?
18. É permitido que se façam fotos do cemitério para ilustrar a dissertação?
19. Há algum material que possa ser cedido ou a que se possa ter acesso, para enriquecer a pesquisa?
20. É autorizado que conversemos brevemente com alguns funcionários diretamente envolvidos com a dinâmica das inumações?

APÊNDICE E

**Roteiro da entrevista realizada com o Sheik Anis Mohamed Orra, responsável pelo
Cemitério Islâmico de Londrina**



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA**

NECRÓPOLES E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM LONDRINA/PR - 1930 A 2025

Roteiro para entrevista - Cemitério Islâmico de Londrina

1. O Cemitério Islâmico de Londrina foi fundado em 1989, antes disto, como eram feitos os sepultamentos de acordo com a religião?
2. O terreno do cemitério é de propriedade da comunidade muçulmana de Londrina?
3. Quantos sepultamentos já houve na necrópole desde sua inauguração?
4. Qual a média de sepultamentos mensal/anual?
5. Qual a área de abrangência para sepultamentos no Cemitério Islâmico de Londrina?
6. Quais as características básicas do sepultamento muçulmano?
7. Os muçulmanos prestam homenagens aos mortos? De que forma?
8. Os jazigos são vendidos às famílias? Qual o valor?
9. Os sepultamentos ocorrem em caráter perpétuo ou pode haver exumação dos cadáveres?
10. Qual é a atual situação de ocupação do cemitério?
11. A necrópole é aberta à visitação pública?
12. É permitido registrar imagens do cemitério?
13. Qual é a importância que o Cemitério Islâmico de Londrina confere ao município e à comunidade muçulmana de Londrina e região?
14. A existência do Cemitério Islâmico de Londrina confere à comunidade muçulmana local e à Mesquita Rei Faiçal uma importância maior entre os praticantes da religião?
15. Em sua opinião, a existência do cemitério interfere na vida cotidiana das pessoas que residem em seu entorno?

16. Em sua opinião, a existência do cemitério interfere no valor dos imóveis localizados nas proximidades?
17. O fato do Cemitério Islâmico estar ladeado de mais duas necrópoles, uma de tipo jardim e outra horizontal convencional, exerce alguma influência à comunidade muçulmana?
18. A existência do Cemitério Islâmico de Londrina contribuiu de alguma forma para o desenvolvimento da localidade onde está instalado?

APÊNDICE F**Roteiro das entrevistas realizadas com corretores de imóveis atuantes no mercado imobiliário de Londrina****UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA****NECRÓPOLES E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM
LONDRINA/PR - 1930 A 2025****Roteiro para entrevista - Corretores de imóveis de Londrina-PR**

1. Qual o seu nome completo, idade e escolaridade?
2. Qual a sua função na imobiliária?
3. Há quanto tempo trabalha na imobiliária?
4. Há quanto tempo trabalha com o mercado imobiliário em Londrina?
5. Em sua experiência profissional, você nota alguma diferença de valor nos imóveis que se localizam de frente aos muros dos cemitérios de Londrina, se comparados a outros imóveis das proximidades?
6. Há diferenças de valor entre imóveis próximos a cemitérios e os localizados num entorno um pouco mais distante?
7. Há diferença nos valores de locação de imóveis residenciais ou comerciais localizados de frente aos muros dos cemitérios, se comparados aos mais afastados no mesmo entorno?
8. Há maior dificuldade de realização de locação e/ou venda de imóveis localizados muito próximos aos cemitérios?

Caso as respostas acima sejam afirmativas:

9. O que você julga que motiva as diferenciações negativas que os imóveis próximos aos cemitérios agregam?
10. Existem diferenças entre as zonas de Londrina, ou seja, os processos de influência do cemitério são semelhantes no centro e em áreas periféricas?

APÊNDICE G

Roteiro das entrevistas realizadas com servidores da ACESF lotados nos cemitérios públicos do distrito sede de Londrina



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

NECRÓPOLES E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM LONDRINA/PR - 1930 A 2025

Roteiro para entrevista – Servidores da ACESF lotados nos cemitérios do distrito sede de Londrina-PR

INFORMAÇÕES PESSOAIS

11. Qual o seu nome completo e idade?
12. Qual é o seu cargo na ACESF e qual é o seu trabalho no dia a dia?
13. Há quanto tempo trabalha neste cemitério?
14. Como é, para você, trabalhar num cemitério, fazer parte deste tipo de serviço?

SOBRE O CEMITÉRIO

1. Há uma área no cemitério destinada ao sepultamento de indigentes?
2. Há um ossuário no cemitério?
3. Qual é o número de sepultamentos por mês, por dia? Este número varia muito? Ocorrem muitas exumações? É comum famílias solicitarem restos mortais que se encontram no ossuário?
4. Como se torna o trabalho no cemitério nas datas marcantes do calendário, tais como o Dia dos Pais, das Mães e de Finados?
5. Há ou houve diferenciação de valores dos terrenos de acordo com a localização interna do cemitério? Existe uma ideia de melhor ou pior localização no interior do cemitério?
6. Para você, há uma diferença entre ser sepultado neste ou em outro cemitério da cidade?
7. Como é a manifestação das religiões no cemitério?
8. Quais são os maiores problemas enfrentados no dia a dia de trabalho no cemitério?

9. Quais são os problemas mais sérios do cemitério? (pragas, segurança, roubos, furtos, etc).
10. Você sente algum tipo de receio ou medo em trabalhar aqui?
11. Você pode compartilhar conosco alguma história curiosa envolvendo familiares, sepultamentos, exumações ou “manifestações do sobrenatural”?

APÊNDICE H

Roteiro da pesquisa realizada pela plataforma *Google Forms*.



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

**NECRÓPOLES E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM
LONDRINA/PR - 1930 A 2025**

**Roteiro para entrevista realizada pela plataforma *Google Forms* –
Proprietários de jazigos e visitantes dos cemitérios do distrito sede de
Londrina-PR**

AGRADECEMOS O PREENCHIMENTO DE ENTREVISTA SOBRE OS CEMITÉRIOS
MUNICIPAIS DO DISTRITO SEDE DE LONDRINA-PR.

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA MAIORES DE
18 ANOS OU EMANCIPADOS)**

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa **NECRÓPOLES E ESPAÇO URBANO: PRODUÇÃO DE CEMITÉRIOS EM LONDRINA/PR - 1930 A 2025**, que está sob a responsabilidade do pesquisador Danilo Heitor Cevallo Crosxiati, residente e domiciliado em Londrina-PR. Telefone: [REDACTED] (inclusive ligações a cobrar), e-mail: [REDACTED] Sob a orientação de Edilson Luís de Oliveira Telefone: [REDACTED] e-mail [REDACTED] Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, autorize ao final deste termo. Você estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Descrição da pesquisa: A pesquisa se justifica no sentido de proporcionar aos órgãos de planejamento urbano municipal e à comunidade acadêmica elementos acerca das necrópoles e de suas influências na construção e desenvolvimento do espaço urbano, tema pouco abordado e desconhecido por muitos, mas importante para a configuração de políticas públicas bem como para a análise e definição de locais para implantação de cemitérios. Tem como objetivos analisar se a segregação socioespacial da cidade de Londrina se reflete nos cemitérios e, se os cemitérios influenciam o entorno dos sítios onde estão instalados. O procedimento da coleta de dados se baseará em formulário de pesquisa pela plataforma *Google Forms*. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa, ficarão armazenados em pastas de arquivo e computador pessoal, sob a responsabilidade do pesquisador e orientador (supracitados), no endereço acima informado, pelo período mínimo de 5 anos.

Benefícios da pesquisa: os benefícios da pesquisa se mostrarão na análise e na apreensão da importância (positiva ou negativa) da presença de uma necrópole nas proximidades da residência ou trabalho e, se a segregação socioespacial da cidade de Londrina se reflete nos cemitérios. De posse destes dados será realizada a análise conjunta dos resultados da pesquisa com o referencial teórico e documental, de forma a refutar ou confirmar a tese inicial.

Riscos da Pesquisa: os riscos se resumem à possibilidade da quebra de sigilo por parte do pesquisador, ainda que involuntariamente. Quanto a riscos físicos, psicológicos, mentais, morais ou de quaisquer outras naturezas, pode-se afirmar que sejam nulos. Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial. Será oferecida assistência integral, imediata e gratuita, pelo tempo que for necessário em caso de danos decorrentes desta pesquisa.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa CEP/Uel no endereço: LABESC – Sala 14. Bairro: Campus Universitário – CEP: 86057-970. Londrina/PR. Telefone: (43) 3371-5455 e-mail: cep268@uel.br

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, após a leitura do termo acima e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo **NECRÓPOLES E ESPAÇO URBANO: PRODUÇÃO DE CEMITÉRIOS EM LONDRINA/PR - 1930 A 2025**, como voluntário(a). Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

- Autorizo
 Não autorizo

O questionário é composto por 19 questões, todas de resposta obrigatória, sendo parte das mesmas objetivas, e parte dissertativas.

1. Qual sua faixa etária?

- 18 a 29 anos
 30 a 59 anos
 60 anos ou mais

2. É morador de Londrina?

- Sim
 Não

3. Qual a sua religião?

4. Tem jazigo ou sua família possui jazigo em cemitério em Londrina?

- Sim
 Não

5. Em qual cemitério? (Caso tenha respondido "Não" na pergunta anterior, selecione a opção "Nenhuma das alternativas")

- São Pedro
- João XXIII
- Padre Anchieta (Jd. Ideal)
- Jardim da Saudade
- São Paulo
- Parque das Oliveiras
- Heimtal
- Cemitério Islâmico
- Parque das Allamandas
- Nenhuma das anteriores

6. Já teve seu túmulo violado ou furto de peças do túmulo?

- Sim
- Não

7. Com que frequência você visita o cemitério?

- Diariamente
- Semanalmente
- Mensalmente
- Semestralmente
- Apenas no Dia de Finados
- Nas datas especiais (Finados, Mães, Pais, etc)
- Não visita

8. Com qual finalidade você visita o cemitério?

- Visita o túmulo de familiares
- Visita a túmulo de amigos ou conhecidos
- Para rezar, fazer devoções ou meditar
- Em busca de paz e tranquilidade

9. Na sua opinião quais são os principais problemas no cemitério?

- Roubos (segurança para visitar caminhar no cemitério)

- Furtos ou violações (feitas às escondidas, nos túmulos)
- Pragas e insetos
- Sujeira
- Má conservação
- Qualidade das instalações (água, banheiros, etc)

10. Você se sente seguro dentro do cemitério?

- Sim
- Não

11. Caso tenha respondido "Não" na última questão, por favor, justifique o motivo pelo qual não se sente seguro. (Se respondeu "Sim", responda "--")

12. Para você, existem lugares melhores ou piores, mais nobres ou valorizadas de acordo com a localização dos túmulos no cemitério?

- Sim
- Não

13. Caso tenha respondido "Sim" na questão anterior, explique quais são as áreas mais nobres e menos nobres dentro do cemitério na sua opinião. (Se respondeu "Não", responda "--")

14. Para você, há diferença entre ser sepultado ou ter um túmulo em um ou outro cemitério? Existem cemitérios que são melhores ou piores que os outros, dentre os listados acima?

- Sim
- Não

15. Caso tenha respondido "Sim" na questão anterior, selecione quatro dos cemitérios listados, que são mais nobres em sua opinião (Caso tenha respondido "Não", selecione a opção "Nenhuma das alternativas")

- São Pedro
- João XXIII
- Padre Anchieta (Jd. Ideal)
- Jardim da Saudade
- São Paulo
- Parque das Oliveiras
- Hemital Cemitério Islâmico
- Parque das Allamandas
- Nenhuma das anteriores

16. Para você, qual a melhor forma de sepultamento?

- Túmulos normais
- Sepultamento Vertical (gavetas sobrepostas)
- Cemitérios jardim
- Cremação

17. Explique a razão de sua escolha na questão anterior.

18. Para você, todas as religiões têm espaço respeitado no cemitério?

- Sim
- Não

19. Gostaria de fazer algum comentário adicional sobre os cemitérios, a morte ou algo correlato ao tema deste questionário?
